



PRÓ – REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
PÓS – GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CURSO DE MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM DIREITO 2023/02

Modernidade, Tempo, Educação e Direito à Educação: Experiência de Estudantes da EJA/EaD no Distrito Federal

Priscila Fernandes Sabino de Araujo

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Direito e Sociedade da Universidade La Salle – Uni LaSalle.

Orientação: Prof.^a. Dr.^a. Daniela Mesquita Leutchuk de Cademartori

Brasília

Ano 2025

PRISCILA FERNANDES SABINO DE ARAUJO

Modernidade, Tempo, Educação e Direito à Educação: Experiência de Estudantes da EJA/EaD no Distrito Federal

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Direito e Sociedade da Universidade La Salle – Uni LaSalle.

Orientação: Prof.^a. Dr.^a. Daniela Mesquita Leutchuk de Cademartori

Brasília

Ano 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A663m Araujo, Priscila Fernandes Sabino de.
Modernidade, Tempo, Educação e Direito à Educação [manuscrito] :
Experiência de Estudantes da EJA/EaD no Distrito Federal / Priscila Fernandes
Sabino de Araujo – 2025.
285 f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Direito) – Universidade La Salle, Canoas, 2025.
“Orientação: Prof^a. Dr^a. Daniela Mesquita Leutchuk de Cademartori”.

1. Educação de jovens e adultos (EJA). 2. Educação a distância (EAD). 3.
Direito à educação. 4. Inclusão social. I. Cademartori, Daniela Mesquita
Leutchuk de. II. Título.

CDU: 347.7

Bibliotecária responsável: Michele Padilha Dall Agnol de Oliveira - CRB 10/2350

PRISCILA FERNANDES SABINO DE ARAUJO

**MODERNIDADE, TEMPO, EDUCAÇÃO E DIREITO À EDUCAÇÃO:
EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES DA EJA/EAD NO DISTRITO FEDERAL**

Dissertação aprovada para obtenção do
título de mestre, pelo Programa de Pós-
Graduação em Direito, da Universidade
La Salle.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Clóvis Demarchi

Universidade do Vale do Itajaí/SC

Dr. Jacson Gross

Universidade La Salle, Canoas/RS

Profa. Dra. Dirleia Fanfa Sarmento

Universidade La Salle, Canoas/RS - PPG em Educação

Profa. Dra. Paula Pinhal de Carlos

Universidade La Salle, Canoas/RS

Profa. Dra. Daniela Mesquita Leutchuk de Cademartori

Orientadora e Presidente da banca - Universidade La Salle, Canoas/RS

Área de concentração: Direito

Curso: Mestrado em Direito

Canoas, 27 de novembro de 2025.

Tudo em um tempo para acontecer, debaixo dos céus. Nesses tempo de modernidade, cujo tempo está cada vez mais comprimido e o espaço cada vez mais dissolvido temos pessoas que amamos as quais dedicamos tempo e ganhamos tempo que elas nos doam.

Dedico essa dissertação primeiramente a Deus, que é o Senhor e Dono do tempo.

Dedico ao meu filho Benjamin P. F. Sabino, que teve encurtado seu tempo de brincar comigo, para que eu desenvolvesse essa pesquisa.

Cleiton Paulino, por remir meu tempo, dispondo de seu tempo dele cuidando de nosso filho e me ajudando.

Meus pais Edson e Damiana, por sempre disporem de tempo para mim.

Aos meus alunos e alunas que passaram e passam compartilhando tempo de vida comigo.

A minha orientadora Dra. Daniela M. L. de Cademartori por compartilhar tempo comigo, nas sabias ideias compartilhadas e ter me acolhido no desenvolvimento dessa pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa integra a linha sociedade e fragmentação do Direito e analisa a Educação de Jovens e Adultos na modalidade a distância (EJA/EaD) sob a perspectiva da modernidade reflexiva, proposta por Anthony Giddens. Examina as transformações espaço-temporais e seus efeitos sobre a experiência educacional de estudantes matriculados no CEJAEP - Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília, é uma instituição pública na modalidade EJA/EaD, vinculada oficialmente à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que oferece educação básica desde o Ensino Fundamental e Médio. Assim, busca-se delinear um panorama da realidade educacional da EJA/EaD no Distrito Federal, tomando como referência principal os dados do CEJAEP especialmente aqueles constantes em seu Projeto Político-Pedagógico vigente, articulados, quando necessário, relatórios e dados oficiais em âmbito nacional. A pesquisa busca compreender de que modo as dinâmicas contemporâneas influenciam o exercício do direito à educação desses estudantes. O problema que orienta esta pesquisa é: como as transformações espaço-temporais da modernidade impactam o exercício do direito à educação dos estudantes da EJA/EaD no DF. Parte-se da hipótese de que a experiência vivenciada pelos estudantes expressa os efeitos da modernidade sobre tempo, espaço e identidade, indicando que as dinâmicas da vida contemporânea influenciam diretamente a forma como exercem o direito à educação e constroem suas trajetórias de aprendizagem. O objetivo central consiste em analisar como as experiências dos estudantes da EJA/EaD no DF refletem os efeitos da modernidade sobre as dimensões espaço-temporais e identitárias, à luz da teoria de Giddens. Para isso, a pesquisa busca: (i) compreender os conceitos de tempo, espaço, reflexividade e desencaixe; (ii) investigar como tais categorias se manifestam nas práticas educativas; (iii) identificar desafios e estratégias adotadas pelos estudantes diante da conciliação entre estudo, trabalho e vida pessoal; e (iv) discutir implicações para o direito educacional e para a modalidade EJA/EaD. A pesquisa adota caráter exploratório e descritivo, fundamentada em pesquisa bibliográfica, documental e empírica. A etapa empírica utiliza informações referentes aos estudantes através dos dados Projeto Político-Pedagógico do CEJAEP (2025), dados do IBGE e microdados do Censo Escolar do INEP, permitindo situar a escola no contexto nacional da EJA/EaD. A análise de conteúdo examina experiências e percepções dos estudantes, identificando dificuldades enfrentadas e estratégias mobilizadas para permanência e sucesso escolar. A análise de conteúdo é empregada para identificar dificuldades enfrentadas pelos estudantes e estratégias mobilizadas para articular estudo, trabalho e demandas pessoais, evidenciando as relações entre tempo, reflexividade e modernidade. Demonstrou-se que a EJA/EaD constitui um espaço de autonomia, protagonismo estudantil e inclusão social, evidenciando a importância de políticas públicas e práticas pedagógicas que valorizem a participação ativa, a emancipação educacional e a efetivação do direito à educação. A perspectiva giddensiana permite compreender a EJA/EaD como instrumento de mediação entre ação social, reconstrução de trajetórias e transformação pessoal, reforçando que a educação transcende a mera transmissão de conteúdos, configurando-se como prática social estratégica e direito universal.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos- EJA; Educação à distância - EaD; modernidade reflexiva; direito à educação; inclusão social; Giddens.

ABSTRACT

This research integrates the line of study "Society and Fragmentation of Law" and analyzes Youth and Adult Education in the distance learning modality (EJA/EaD) from the perspective of reflexive modernity, as proposed by Anthony Giddens. It examines the spatio-temporal transformations and their effects on the educational experience of students enrolled in CEJAEP - the Center for Youth and Adult Education and Professional Distance Education of Brasília, a public institution in the EJA/EaD modality, officially linked to the State Secretariat of Education of the Federal District, which offers basic education from elementary to high school. Thus, it seeks to outline an overview of the educational reality of EJA/EaD in the Federal District, taking as its main reference the data from CEJAEP, especially those contained in its current Political-Pedagogical Project, articulated, when necessary, with official studies and reports at the national level. The research aims to understand how contemporary dynamics influence the exercise of the right to education for these students. The research question guiding this study is: how do the spatiotemporal transformations of modernity impact the exercise of the right to education for students in adult education/distance learning in the Federal District (DF)? The hypothesis is that the students' lived experiences reflect the effects of modernity on time, space, and identity, indicating that the dynamics of contemporary life directly influence how they exercise their right to education and construct their learning trajectories. The central objective is to analyze how the experiences of students in Adult Education/Distance Learning in the Federal District reflect the effects of modernity on spatio-temporal and identity dimensions, in light of Giddens' theory. To this end, the research seeks to: (i) understand the concepts of time, space, reflexivity, and disembedding; (ii) investigate how these categories manifest themselves in educational practices; (iii) identify challenges and strategies adopted by students in reconciling study, work, and personal life; and (iv) discuss implications for educational law and public policies aimed at Adult Education/Distance Learning. This research adopts an exploratory and descriptive character, based on bibliographic, documentary, and empirical research. The empirical stage uses information regarding students through data from the Political-Pedagogical Project of CEJAEP (2025), IBGE data, and microdata from the INEP School Census, allowing the school to be situated within the national context of EJA/EaD (Youth and Adult Education/Distance Education). Content analysis examines students' experiences and perceptions, identifying difficulties faced and strategies mobilized for retention and academic success. Content analysis is used to identify difficulties faced by students and strategies employed to balance study, work, and personal demands, highlighting the relationships between time, reflexivity, and modernity. It has been demonstrated that Adult Education/Distance Learning constitutes a space for autonomy, student protagonism, and social inclusion, highlighting the importance of public policies and pedagogical practices that value active participation, educational emancipation, and the realization of the right to education. The Giddensian perspective allows us to understand Adult Education/Distance Learning as an instrument of mediation between social action, reconstruction of trajectories, and personal transformation, reinforcing that education transcends the mere transmission of content, configuring itself as a strategic social practice and a universal right.

Keywords: Youth and Adult Education - EJA; Distance Education - EaD; reflexive modernity; right to education; social inclusion; Giddens.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição das matrículas da EJA por modalidade e região

Quadro 2 – Distribuição dos estudantes da EJA/EaD por faixa etária no CEJAEP

Quadro 3 – Faixa etária dos estudantes EAD no Brasil, Centro-Oeste e Distrito Federal

Quadro 4 – Faixa etária dos estudantes na rede pública de ensino (Brasil e Distrito Federal)

Quadro 5 – Mercado de trabalho dos estudantes EJA/EaD

Quadro 6 – Distribuição dos estudantes da EJA/EaD segundo posse de filhos no CEJAEP

Quadro 7 – Distribuição dos estudantes da EJA/EaD segundo número de filhos no CEJAEP

Quadro 8 – Interrupção escolar dos estudantes do CEJAEP

Quadro 9 – Principais motivos de interrupção escolar dos estudantes da CEJAEP

Quadro 10 – Taxa de abandono escolar por etapa e rede de ensino

Quadro 11 – Motivos para a escolha da EJA/EaD pelos estudantes do CEJAEP

Quadro 12 – Modalidades de acesso à EJA/EaD pelos estudantes no CEJAEP

Quadro 13 – Experiência prévia em cursos na modalidade EaD pelos estudantes da CEJAEP

Quadro 14 – Acesso à Internet nos domicílios brasileiros (2023-2024)

Quadro 15 – Infraestrutura tecnológica nas escolas de Ensino Fundamental no Brasil (2021)

Quadro 16 – Disponibilidade de recursos tecnológicos no ensino médio da rede estadual

Quadro 17 – Disponibilidade de internet banda larga e acesso direto pelos alunos nas escolas de ensino fundamental por região (%)

Quadro 18 – Evolução da posse de telefone celular para uso pessoal no Brasil (2016–2024)

Quadro 19 – Posse de telefone celular por grupo etário – Brasil, 2024

Quadro 20 – Posse de telefone celular por rede e nível de ensino – 2024

LISTA DE SIGLAS

AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAD-EJA Cadastro Nacional da Educação de Jovens e Adultos,

CEB - Câmara de Educação Básica

CEDF - Conselho de Educação do Distrito Federal

CEJAEP - Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília

CESAS - Centro de Educação de Jovens e Adultos Asa Sul

CLDF - Câmara Legislativa do Distrito Federal

CNE - Conselho Nacional de Educação

Conae - Conferência Nacional de Educação

CONFINTEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos

EaD -Educação a Distância

EEAA - Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EJA/EaD - Educação de Jovens e Adultos concomitantemente com Educação a distância

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GDF – Governo do Distrito Federal

GT - Grupo de Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INAF - Indicador de Alfabetismo Funcional

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MOODLE - Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment/Ambiente Modular de Aprendizagem Dinâmica Orientada a Objetos

ONU- Organização das Nações Unidas

PDDE -Programa Dinheiro Direto na Escola

PEJA - Programa de Educação de Jovens e Adultos,

PPP – Projeto Político Pedagógico

SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Sinpro-DF - Sindicato dos Professores no Distrito Federal

SUBEB - Subsecretaria de Educação Básica

SUGEP - Subsecretaria de Gestão de Pessoas.

SUPLAV - Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIEB - Unidade de Educação Básica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: Fundamentos teóricos e conceituais - Anthony Giddens	24
1.1 Globalização presente na reflexividade	31
1.2 Tempo e espaço na modernidade reflexiva	34
1.3 Sociologia e o direito à educação: interseções teóricas	36
1.4 A Reflexividade e a Educação: um encontro de perspectivas.....	42
CAPÍTULO 2 – EJA/EaD no Distrito Federal: Conciliação de Vida, Trabalho e Estudo no contexto da Modernidade.....	55
2.1. Aspectos jurídicos e a trajetória histórica do EJA e do EaD no Distrito Federal	58
2.2. CEJAEP – Percursos Históricos e Normativos da EJA/EaD no Distrito Federal.....	67
2.3. Panorama e Perfil dos Estudantes da EJA/EaD no Distrito Federal	70
2.3.1) Matrículas	73
2.3.2) Perfil Etário dos Estudantes	76
2.3.3) Situação no mercado de trabalho dos Estudantes	80
2.3.4) Responsabilidades sociais e familiares dos Estudantes	84
2.4. Gestão do tempo, organização da vida e a conciliação entre múltiplas demandas da vida adulta e o processo de escolarização	86
2.4.1. Tempo de interrupção dos estudos	87
2.4.2. Motivos interrupção dos estudos	88
2.4.3. Motivos para a escolha da EJA/EaD pelos estudantes.....	92
2.5. Experiência Educacional, Reflexividade e Desafios de Adaptação.....	96
CAPÍTULO 3 – Modernidade, Tecnologia e Educação: a Experiência do Estudante da EJA/EaD	100
3.1. A Tecnologia na Modernidade Tardia: mediação, risco e conectividade	100
3.1.1. Estudantes da EJA/EaD do CEJAEP e o uso da tecnologia.....	103
3.2. A Tecnologia na EaD: tempo comprimido, espaço dissolvido.....	114
3.3. Aprendizagem, Autonomia, Letramento Digital e Reflexividade no Contexto Digital.....	118
3.4. A Experiência Educacional do Estudante da EJA/EaD como expressão da modernidade	124
3.4.1. Relatos e Resultados	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERENCIAS	136
ANEXO A.....	150

INTRODUÇÃO

Ser advogada e concomitantemente a ser professora concursada de matemática na SEEDF- Secretaria de Estado de educação do Distrito Federal, atuando na modalidade EJA/EaD (Educação de Jovens e Adultos concomitantemente com Educação à distância) desde 2008, antes do nascimento do CEJAEP (Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília)¹ é poder vivenciar diariamente o encontro entre trajetórias interrompidas e a esperança de retomada.

No dia a dia presenciando as dificuldades do estudante Jovem e adultos, assim como escutando as falas recorrentes dos estudantes, que perceberam o retorno à escola como uma oportunidade de recuperação do "tempo perdido", originam essa reflexão. Conforme Giddens (1996), em contextos de modernidade intensificada, indivíduos serão levados a reavaliar continuamente suas práticas, mobilizando reflexividade em face de novas informações e demandas sociais.

Cada estudante carrega consigo uma história individual, mas que carrega em comum reflexos das estruturas sociais, em que vivem, cheias de exclusões e também com a esperança e sonho de se obter “melhorar de vida, através dos estudos!” Essa experiência docente, associada à formação jurídica e a missão de buscar soluções para a vida das pessoas, revela a urgência de pensar a educação como fenômeno jurídico e social em constante reconstrução.

A presente dissertação nasce, assim, da interceptação entre teoria e prática, entre a sala de aula e o campo jurídico. Inspirada nas reflexões de Anthony Giddens sobre a modernidade reflexiva, busca-se compreender como o direito à educação, no contexto da EJA/EaD, pode ser reinterpretado à luz das transformações do tempo moderno. Trata-se, portanto, de uma investigação que une o olhar jurídico ao olhar pedagógico, sustentada pela convicção de que educar e garantir direitos são faces integrantes de uma mesma ação transformadora.

À luz da modernidade reflexiva descrita por Giddens (1991), a EJA/EaD será analisada como espaço estratégico para entender como a aceleração do tempo, o

¹ No CEJAEP é ofertada concomitantemente as modalidades de ensino da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Educação a Distância. Tendo cursos oferecidos com o objetivo a formação no Ensino Fundamental e Médio - Educação Básica e o Curso Técnico em Secretaria Escolar. <https://cejaep.se.df.gov.br/>

reordenamento do espaço e a reconfiguração institucional irão influenciar o exercício do direito à educação. Nesse contexto, a educação não se limitará à garantia formal prevista no texto constitucional, mas se concretizará como experiência vivida de autonomia, diálogo, dignidade e participação cidadã.

A partir da perspectiva giddensiana, assumir-se-á que as instituições educacionais e normas jurídicas precisarão se reinventar continuamente, à medida que indivíduos e coletividades reformularão suas práticas conforme novas informações e desafios sociais. Nesse cenário, o estudante da EJA/EaD será tratado como sujeito de direito que enfrentará as tensões da vida adulta, conciliando trabalho, família e estudos em meio às incertezas da modernidade e às demandas tecnológicas emergentes. Como aponta Giddens (1996), a modernidade produzirá riscos e inseguranças, mas também abrirá oportunidades que exigirá reflexividade — elemento central para a autonomia e a reconstrução de trajetórias educacionais.

Argumentar-se-á que a EJA/EaD funcionará como ambiente pedagógico cheio da presença do exercício do direito à educação, capaz de promover emancipação e participação democrática. Em consonância com a visão de Giddens (1999) de que a educação e a democracia serão vividas como prática cotidiana e dialógica. Essa modalidade educativa permitirá reorganizar tempos e espaços, garantindo acesso e permanência a sujeitos historicamente excluídos e contribuindo para transformar a educação formal em experiência concreta de cidadania.

Desse modo, a pesquisa demonstrará que a consolidação da EJA/EaD irá depender da capacidade das instituições de dialogar com as transformações sociais contemporâneas e de reconhecer o estudante como protagonista de sua formação. A investigação evidenciará que a efetivação do direito à educação ocorrerá em movimento, em permanente reconstrução, acompanhando o tempo comprimido e o espaço dissolvido da modernidade e reafirmando a educação como caminho de emancipação, justiça social e cidadania ativa.

O problema está em responder à pergunta de: como as transformações espaço-temporais da modernidade, na perspectiva de Anthony Giddens, impactam o exercício do direito à educação dos estudantes da EJA/EaD em uma escola pública do Distrito Federal?

Parte-se da hipótese de que a experiência vivenciada por esses estudantes expressa os efeitos da modernidade sobre o tempo, o espaço e a identidade, revelando que as

dinâmicas da vida contemporânea influenciam diretamente a forma como esses sujeitos exercem o direito à educação e constroem suas trajetórias de aprendizagem.

O objetivo geral será analisar como a vivência dos estudantes da EJA/EaD no Distrito Federal expressa os efeitos da modernidade sobre as dimensões do tempo, espaço e identidade, à luz da teoria de Anthony Giddens. Para alcançar tal propósito, serão estabelecidos objetivos específicos. Primeiramente, buscar-se-á compreender os conceitos centrais da modernidade tardia segundo Anthony Giddens, com foco em tempo, espaço, reflexividade e desencaixe. Em seguida, pretende-se investigar como essas categorias teóricas se manifestam na experiência educacional de estudantes da EJA/EaD no Distrito Federal.

Outro objetivo consiste em identificar os desafios e as estratégias adotadas por esses estudantes diante das exigências da vida moderna, especialmente no que diz respeito à conciliação entre o tempo de estudo, trabalho e vida pessoal. Por fim, será realizada a discussão das implicações em relação ao direito à educação na prática da modalidade EJA/EaD, de forma a compreender como tais elementos podem contribuir para a efetivação do direito à educação e para o fortalecimento das condições de inclusão e permanência desses sujeitos no ambiente escolar.

A presente pesquisa se desenvolverá com o propósito de analisar como as transformações espaço-temporais da modernidade, na perspectiva de Anthony Giddens (1991; 1996), impactarão o exercício do direito à educação dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos na modalidade a distância (EJA/EaD) em uma instituição de ensino pública no Distrito Federal. O problema central que norteará este estudo será: como as dinâmicas da modernidade, em especial espaço-temporais, influenciarão a experiência educacional dos estudantes da EJA/EaD, especialmente no que diz respeito à gestão do tempo, ao exercício da autonomia e à efetivação do direito à educação?

Nesse cenário, a justificativa deste estudo encontra fundamento na constatação de que as transformações próprias da modernidade tardia provocarão profundas reconfigurações na forma de viver, aprender e interagir socialmente. No campo da educação, tais mudanças desafiarão estruturas tradicionais e exigirão modelos mais flexíveis e democráticos, preservando qualidade e equidade no acesso. Inserida nesse contexto, a EJA/EaD surgirá como resposta contemporânea às demandas de um público historicamente excluído da escolarização regular, oferecendo possibilidades de retomada

dos estudos compatíveis com a vida adulta, o trabalho e a dinâmica social (Brasil, 2009; Demo, 2004).

A análise se fundamentará tanto na perspectiva sociológica de Giddens, que enfatiza a reflexividade, a reestruturação institucional e a reorganização do tempo e do espaço, quanto no arcabouço jurídico-constitucional que garante o direito à educação como direito fundamental e dever do Estado (Brasil, 1988, arts. 205-214) de demais normas vigentes que regem a EJA/EaD. A educação, enquanto instrumento de justiça social, permitirá não apenas ampliar oportunidades, mas fomentar participação social e emancipação dos sujeitos (Freire, 1987; Costa, 2011).

Nesse sentido, o estudo se justificará também de forma prática ao examinar a realidade do CEJAEP — Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância do Distrito Federal — instituição que ilustra as demandas contemporâneas pela democratização do acesso, flexibilização temporal e uso de tecnologias educativas. Desde seu surgimento como projeto em 2005 até sua consolidação como escola, o CEJAEP tem proporcionado oportunidades para estudantes jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica na idade adequada, integrando recursos tecnológicos como o Ambiente Virtual Moodle e promovendo formação cidadã e profissional (Governo do Distrito Federal, 2025).

Esta pesquisa se justifica, ao associar modernidade, tempo, espaço, direito educacional e cidadania, pois, poderá contribuir para o debate futuro sobre políticas públicas que garantam acesso, permanência e conclusão dos estudos na EJA/EaD, respondendo às demandas de uma sociedade marcada por mudanças aceleradas, diversidade, exigências crescentes de qualificação, para o trabalho, para a vida em família e participação social.

No que diz respeito ao referencial teórico, essa pesquisa articula Educação, Direito à Educação e Sociologia Jurídica, assumindo uma perspectiva interdisciplinar necessária diante da complexidade dos problemas educacionais contemporâneos.

A base normativa da educação no Brasil está especialmente nos artigos 205 a 214 da Constituição Federal, que definem a educação como direito social e dever do Estado e da família, orientada por princípios de igualdade de acesso, pluralidade, gestão democrática e promoção da cidadania (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) detalha as finalidades e princípios que regem a

educação, promovendo inclusão social, equidade e desenvolvimento humano, abrangendo financiamento, direitos dos profissionais da educação e combate às desigualdades educacionais. Nesse contexto, o direito à educação é entendido como essencial à formação intelectual, cultural, moral e social do indivíduo, possibilitando participação plena na vida social e no mercado de trabalho (MEC, 2009).

O sociólogo Anthony Giddens é o principal referencial teórico base e principal desta pesquisa, por tratar da modernidade reflexiva, caracterizada pela intensificação da reflexividade individual em contextos sociais complexos, pela reorganização do tempo e do espaço e pela necessidade de reinterpretação contínua das práticas sociais. Na perspectiva de Giddens, os indivíduos participam de sistemas sociais dinâmicos, nos quais decisões e ações são constantemente reavaliadas com base em novas informações, experiências e interações. Essa perspectiva é particularmente relevante para compreender a experiência dos estudantes da EJA/EaD, que precisam conciliar múltiplos papéis sociais, responsabilidades familiares, trabalho e estudo, em um contexto marcado pela globalização e pela aceleração das transformações sociais (GIDDENS, 1991; 1996)

Para Giddens (2008, p. 511), a educação figura entre os temas de maior debate político no Reino Unido, nos Estados Unidos e em outros países industrializados. Os governos, em geral, têm implementado amplas reformas com o objetivo de elevar o desempenho escolar e preparar melhor crianças e jovens para a vida adulta.

A educação também ocupa uma posição central nas preocupações dos cidadãos. A educação não perde seu destaque, pois decorre de altas expectativas depositadas no sistema educacional, visto que as escolas exercem um papel essencial na socialização das crianças, na promoção da igualdade de oportunidades, na formação de uma força de trabalho qualificada e no desenvolvimento de uma cidadania ativa e consciente.

A abordagem de Paulo Freire (1987), antes da positivação do Direito à Educação na CF/88 fez uma revolução na visão da EJA. Considerado um dos pensadores mais renomados e influentes da pedagogia mundial, uma referência internacional na área da educação e o Patrono da Educação Brasileira, está presente nesta pesquisa por relevância histórica. Suas ideias por fim, acabam por dialogar com a teoria de Giddens ao enfatizar a educação como instrumento de libertação e emancipação social, que possibilita ao educando compreender e transformar a realidade em que está inserido.

Freire destaca a importância da consciência crítica, da participação ativa e da construção coletiva do conhecimento, convergindo com a perspectiva reflexiva de Giddens ao tratar o estudante como sujeito agente de sua aprendizagem.

Pedro Demo (2004), sociólogo, inclusive ingressa nesse diálogo, reforçando-o, ao valorizar a pesquisa, a crítica e o engajamento do estudante na construção do saber, fortalecendo a autonomia individual e a responsabilidade social do educando.

A articulação entre Giddens, Freire e Demo oferece uma conversa entre teóricos que fundamenta práticas pedagógicas inovadoras, emancipadoras e centradas no sujeito, especialmente na modalidade EJA/EaD. Portanto, a articulação entre os três, permite analisar a experiência do sujeito em estudo no contexto da modernidade reflexiva, da interdisciplinaridade do direito educacional e da promoção da autonomia, da participação e da cidadania no processo de aprendizagem.

O diálogo entre sociologia, direito e educação evidencia a necessidade de políticas públicas que garantam acesso, permanência e conclusão dos estudos, fortalecendo a cidadania e o desenvolvimento integral do estudante. A modernidade reflexiva de Giddens permite compreender que as escolhas dos sujeitos educacionais dependem das condições de tempo e espaço e que a educação deve prepará-los para atuar de forma crítica e participativa na sociedade.

A presente pesquisa possui metodologicamente caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de compreender as relações entre tempo, modernidade e experiência educacional vivenciada pelos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade Educação a Distância (EaD). Adota-se uma abordagem que articulando pesquisa bibliográfica, documental e empírica, permite a integração entre teoria e prática (Gil, 2008).

O caráter exploratório visa familiarizar o pesquisador com o tema, proporcionando insights e compreensões iniciais, enquanto o caráter descritivo busca identificar tendências e características dos estudantes da EJA/EaD, respondendo às questões “o quê”, “quem”, “onde” e “quando”, sem necessariamente determinar “por que”, de modo que ambos os enfoques se complementam.

A pesquisa bibliográfica e documental constitui o ponto de partida, voltando-se para a análise de leis, diretrizes, relatórios educacionais e dados estatísticos, a fim de

compreender o tema no contexto da Sociologia Jurídica, da Educação e do Direito Constitucional. Tal escolha fundamenta-se na centralidade da formação cidadã e no reconhecimento da educação como direito social fundamental, previsto nos artigos 6º e 205 da Constituição Federal (Brasil, 1988).

A pesquisa bibliográfica permite sistematizar o conhecimento já produzido, oferecendo subsídios para a análise das políticas educacionais, da legislação e das concepções de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação a Distância (EaD), situando a experiência dos estudantes no contexto das transformações sociais e estruturais da modernidade reflexiva (Giddens, 1991; 1996).

A pesquisa empírica, conforme Sá e Silva (2016; 2018), é essencial para compreender o direito como fenômeno social e político, revelando a interação entre norma e prática, bem como as condições concretas em que as normas são efetivadas. Nesse estudo, serão analisados dados sobre estudantes da EJA/EaD matriculados no Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília (CEJAEP), esses dados foram retirados do perfil do estudante descrito no documento Projeto Político Pedagógico do ano de 2025, esse perfil foi fruto dos dados coletados em fevereiro de 2025 por meio do formulário *Google forms*, respondido pelos estudantes matriculados e tratados pelo próprio corpo de servidores que compõem a direção. Também serão utilizados as estatísticas oficiais do INEP, IBGE e da SEEDF dentre outros. Essa abordagem possibilita identificar a distância entre o texto normativo e sua aplicação cotidiana, permitindo compreender como o direito é produzido, aplicado e transformado na sociedade contemporânea.

A pesquisa bibliográfica, ao mesmo tempo em que fornece fundamentação teórica, constitui um processo interpretativo, que articula teoria e prática em um contexto histórico e institucional. Como observa Sá e Silva (2018, p. 11-13), o exame das fontes secundárias permite, não apenas descrever, mas problematizar o papel da ciência e da política na formação de uma cultura jurídica crítica, contribuindo para análises contemporâneas sobre direito educacional e democratização do conhecimento.

Sobre a pesquisa empírica no campo jurídico há uma dificuldade, pois o Direito é um “dever ser”, e por isso pesquisa quando realizada por pesquisadores pertencentes à academia do direito, acabam por romper com o modelo tradicional dogmático-

doutrinário. Existe um debate sobre o lugar da empiria no direito, evitando a “substancialização” do conceito de pesquisa jurídica (Xavier, 2015, p. 4).

Substancializar significa atribuir uma substância estável, uma natureza intrínseca e da pesquisa em direito. Contudo, Xavier, critica que a pesquisa jurídica seria considerada a dogmática, a teórico-normativa, e a baseada exclusivamente em interpretação de normas, doutrina e jurisprudência. (Xavier, 2015, p. 4-5).

O direito não deve se esgotar em seus enunciados normativos, mas ele se manifesta nas práticas institucionais, nas decisões judiciais, nos conflitos sociais e nos usos e aplicações cotidianos das normas.

Xavier sustenta que não existe resposta neutra para a pergunta “há pesquisa empírica em direito ou apenas sobre o direito?”. Tudo depende da concepção teórica de direito adotada (pp. 18–19). E a presença aqui de uma característica de pesquisa empírica não deve ser vista como um desafio ao conceito dogmático, mas como possibilidade de reconfiguração do conhecimento jurídico.

Essa leitura à luz da teoria da modernidade reflexiva de Anthony Giddens, especialmente a partir da dupla hermenêutica. Para Giddens, as ciências sociais operam em um campo no qual os conceitos produzidos pelos pesquisadores retornam ao mundo social, influenciando as práticas e os próprios agentes que são objeto de estudo. Aplicado ao direito, isso significa que as categorias jurídicas não apenas descrevem a realidade social, mas também a constituem, ao mesmo tempo em que são permanentemente reinterpretadas pelos atores sociais e pelas instituições. (Giddens, 2009, p. 46–47; Giddens, 1991, p. 38–40).

Sob a ótica da dupla hermenêutica, a pesquisa empírica em direito adquire especial relevância, pois permite observar como os conceitos jurídicos são apropriados, reinterpretados e transformados na prática social. Ao rejeitar uma definição essencialista de pesquisa jurídica, Xavier abre espaço para uma compreensão do direito como prática social reflexiva, em consonância com a teoria de Giddens. Nesse sentido, a empiria não representa um saber externo ou subsidiário, mas um elemento constitutivo da produção do conhecimento jurídico em sociedades complexas, nas quais o direito é simultaneamente objeto e produtor de significados sociais. (Giddens, 1991, p. 38–40; Xavier, 2015, p. 4-5)

Por fim, a articulação entre a crítica de Xavier e a dupla hermenêutica de Giddens permite compreender a dessubstancialização da pesquisa jurídica como uma exigência teórica da modernidade. Em um contexto de crescente reflexividade institucional, insistir em uma concepção rígida e autossuficiente do saber jurídico significa desconsiderar os modos pelos quais o direito é continuamente reconstruído na interação entre normas, instituições e práticas sociais. A pesquisa empírica, nesse quadro, não apenas amplia o horizonte metodológico do direito, mas contribui para torná-lo um campo de conhecimento mais sensível às dinâmicas sociais que ele próprio ajuda a produzir.

Giddens (2009, p. 339) reforça que toda pesquisa deve ser conduzida em relação aos objetivos, podendo adotar análise institucional e análise da conduta estratégica, que se complementam: enquanto a análise institucional observa propriedades estruturais de sistemas sociais, a conduta estratégica considera como os atores utilizam essas estruturas para constituir relações sociais.

Na análise da conduta estratégica, adota-se uma perspectiva hermenêutica, interpretando as ações dos sujeitos com base em suas racionalidades, motivações e cognoscibilidades, conforme preconizado por Giddens (2009, p. 340-347; 385). Essa abordagem permite relacionar os problemas vivenciados pelos estudantes da EJA/EaD com as estruturas legais e sociais que moldam suas experiências educacionais.

O direito à educação, direito social fundamental, não pode ser adequadamente compreendido apenas a partir de enunciados normativos formais, mas exige a análise das condições concretas de acesso, permanência e efetivação das políticas educacionais, aqui no contexto da EJA/EaD. Aqui a pesquisa empírica torna-se instrumento indispensável para compreender como o direito à educação se materializa — ou não — nas práticas institucionais, especialmente em modalidades historicamente marcadas pela exclusão, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, mais recentemente, a Educação a Distância (EaD) (Xavier, 2015, p. 4).

Assim, a articulação entre pesquisa bibliográfica, documental e empírica, combinada à análise crítica dos dados, possibilita compreender a experiência dos estudantes da EJA/EaD no Distrito Federal sob a ótica da modernidade reflexiva de Giddens.

Essa perspectiva reforça o caráter interdisciplinar da presente pesquisa. A análise da EJA/EaD exige o diálogo entre diversas áreas de conhecimento como, o direito, a educação, a sociologia, as políticas públicas, a pedagogia e as ciências sociais, uma vez

que o direito à educação se constrói na intersecção entre normas jurídicas, práticas pedagógicas e estruturas sociais. Em consonância com a teoria da modernidade reflexiva de Giddens, a interdisciplinaridade não representa uma perda de identidade do direito, mas uma condição necessária para compreender fenômenos jurídicos em sociedades complexas, marcadas pela reflexividade institucional e pela constante reconfiguração dos saberes. (Giddens, 1991, p. 38–40).

Constituída por três capítulos que em linhas gerais abordarão sobre:

- Capítulo 1 – Fundamentos teóricos e conceituais sobre a modernidade e suas consequências na perspectiva de Anthony Giddens dedica-se à construção do arcabouço conceitual da pesquisa, com o propósito de compreender os conceitos centrais da modernidade tardia — tempo, espaço, reflexividade e desencaixe. Nesse contexto, o capítulo estabelece um diálogo entre a sociologia e o direito, identificando interseções entre a sociologia jurídica e o direito educacional. A partir dessa base teórica, busca-se demonstrar como as transformações estruturais da modernidade afetam as práticas sociais e as formas de organização do conhecimento, delineando as condições de possibilidade para o exercício do direito à educação em um mundo caracterizado pela constante reconfiguração do tempo e do espaço.
- Capítulo 2 – A EJA/EaD no Distrito Federal: tempo social, experiência e desafios, analisa a manifestação concreta dessas categorias teóricas no cotidiano dos estudantes da EJA/EaD, investigando como o tempo, o espaço e a reflexividade se expressam na experiência educacional. O capítulo apresenta os marcos legais e históricos da modalidade, com ênfase na trajetória do CEJAEP, e descreve o perfil socioeducacional dos estudantes, considerando faixa etária, inserção no mercado de trabalho, responsabilidades familiares e trajetórias de interrupção e retomada dos estudos. Nessa análise, busca-se identificar os desafios e estratégias adotadas por esses sujeitos diante das exigências da vida moderna, evidenciando as tensões entre trabalho, estudo e vida pessoal que marcam suas trajetórias.
- Capítulo 3 – Modernidade, Tecnologia e Educação: a Experiência do Estudante da EJA/EaD aprofunda a reflexão sobre o papel da tecnologia como mediadora da experiência educacional e sobre a forma como ela reconfigura as noções de tempo e espaço na sociedade contemporânea. Nesse contexto,

são discutidas as dimensões da autonomia, da identidade e da reflexividade do estudante, destacando a EJA/EaD como expressão viva da modernidade reflexiva. O capítulo encerra considerando a experiência do estudante EJA/EaD como expressão da modernidade.

CAPÍTULO 1: Fundamentos teóricos e conceituais - Anthony Giddens

A apresentação da perspectiva teórica de sociólogo Anthony Giddens abre esse capítulo. A modernidade reflexiva da qual permeia sua teoria desafia o direito à educação devido a análise sobre a aceleração do tempo e a fragmentação social.

Essa apresentação tem como foco compreender como as categorias teóricas de Giddens, que se manifestam por todo o texto, se conectem à experiência educacional dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos na modalidade de Educação à distância, EJA/EaD no Distrito Federal, evidenciando os desafios e estratégias desenvolvidas por eles diante da vida no dia a dia, especialmente no que se refere à conciliação entre estudo, trabalho e vida pessoal.

Pelo percurso deste capítulo vai se fornecendo uma base conceitual consistente para a reflexão sobre cidadania crítica e participação social, estabelecendo os fundamentos teóricos que orientam os capítulos subsequentes.

Inicialmente, vai ser trabalhado a presença da globalização na reflexividade, considerando os impactos das transformações econômicas, culturais e tecnológicas sobre os indivíduos e as estruturas sociais.

Seguida de uma breve análise do tempo e do espaço presentes modernidade reflexiva, investigando como o desencaixe temporal e espacial, conforme proposto por Giddens. Por fim, discute-se a sociologia jurídica e o direito educacional, explorando as interseções teóricas que permitem compreender de que forma essas dimensões influenciam políticas e práticas educacionais.

Neste capítulo a modernidade será realçada com suas principais características: a globalização, a reflexividade, o encaixe, o desencaixe, o tempo e o espaço. Explorando algumas consequências sociais, culturais e políticas que será relacionado com o direito à educação, educação e seus processos de transformação, a serem trazidos nos capítulos seguintes.

Esses processos de transformação dão a sensação de que estamos vivendo, em todo tempo, uma série de eventos, cheios de pluralidades e de novidades que não são compreendidos plenamente e parecem estar fora de controle. A modernidade para Giddens “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na

Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.” (Giddens, 1991, p.11).

Giddens usa a expressão: as sociedades, (no plural) as considerando como sistemas vastos, formados por instituições e associados a um território específico onde os seus membros tem sentimento de pertença tendo uma identidade em comum. (Nizet, 2016, p.45)

Os tipos de sociedades trabalhadas por Giddens são classificadas em sendo tribais (ou culturas orais) formadas por tribos nômades de caçadores e pescadores, ou sociedades pastoris e agrarias. Em civilizações não industriais ou divididas em classes surgidas no Oriente Médio (em torno de 6 mil anos atrás), marcadas pelo desenvolvimento das cidades, e surgimento da escrita, ciências e artes. E as atuais sociedades de classes (ou sociedades capitalistas ou industriais) que têm conjugados dois fenômenos: o capitalismo e a industrialização. E nessa última categoria, sociedades industrializadas que será o marco aqui presente.(Nizet, 2016, p.49)

A modernidade foi progressivamente se formando e sofrendo influências históricas ao longo de pelo menos três séculos. Para Giddens a modernidade designa modos de vida ou organização social de origem europeia, século XVII, que influenciam praticamente de modo planetário. A modernidade repousa sobre as condicionantes tempo e espaço que permitem extrair relações sociais. (Nizet, 2016, p.71)

Mas existe um dinamismo nas instituições modernas, e isso traz uma descontinuidade das culturas tradicionais por conta da globalização, derivado da separação tempo-espaço, do desencaixe dos sistemas sociais. (Giddens, 1991, p. 26)

As fontes do dinamismo da modernidade são: o distanciamento tempo-espaço, os mecanismos de desencaixe que retira os contextos localizados das atividades sociais. E apropriação reflexiva do conhecimento que não mais está fixado na tradição. (Giddens, 1991, p. 63)

Giddens designou como “Modernidade Radical” depois de estudar as experiências cotidianas dos indivíduos contemporâneos, como as relações com seus corpos, relações íntimas, escolhas de alimentação, de saúde, dentre outras, há uma espécie de desengajamento em relação as tradições. (Nizet, 2016, p.13)

O radicalismo significaria o rompimento com uma a ideia do passado sendo uma realização da mudança e o controle dessa mudança para conduzir a história daqui para frente. Essa mudança se contrapõe ao conservadorismo que que em geral está ancorado nas tradições. (Giddens, 1996, p. 10)

A modernidade traria três forças dinâmicas: a separação do tempo e espaço, os mecanismos de desengajamento e a reflexividade institucional. Elas que estabelecem relações de confiança e risco, segurança e perigo e isso pode ser visto nas instituições modernas, assim como nas instituições de ensino. (Giddens, 1991, pg. 120)

As instituições modernas estão pautadas na confiança de sistemas abstratos e também em sistemas peritos. O futuro sempre em aberto, em termos de contingência das coisas, da reflexividade do conhecimento. E isso é gerador de uma relação de confiança, de segurança, e nesse contexto poder-se-ia trazer aqui a instituição escola. (Giddens, 1991, p. 96)

As práticas sociais na modernidade são maneiras de se viver uma identidade que envolve a autonomia individual, reflexividade e diálogo, que teria relação a uma espécie de liberdade das emoções. Mas quando alguns indivíduos não conseguem viver isso sem conseguir regular suas práticas de exercício da reflexividade e autonomia, estaria sendo influenciado por alguma tradição que estaria agindo sobre a sua conduta. (Nizet, 2016, p.108-110)

Segundo Groppo e Martins (2008, p. 218), os atores sociais, na perspectiva da teoria de Giddens, são sempre reflexivos, ou seja, capazes de modificar seu comportamento a qualquer momento, promovendo um contínuo processo de “estruturação”. Esses atores são habilitados na prática social cotidiana, mesmo sem possuir conhecimento aprofundado ou conceitual sobre toda a realidade, assim como por exemplo forma similar ao uso da linguagem, que fazemos rotineiramente mesmo sem dominar todas as regras gramaticais. Além disso, a teorização enfatiza a importância das “consequências não intencionais da ação” dos sujeitos.

Groppo e Martins (2008, p.219), afirmam que essa “estruturação” tem um caráter condicionante que fornece regras e recursos para a ação dos atores. O estruturalismo que desempenha principal papel dentro da teoria de Giddens, que está dissociada da fixação do tempo e do espaço, e a história tem uma concepção na crescente adaptação das sociedades ao meio e do individual ao social.

Para Giddens isso ocorre pelo fato de a pluralidade de histórias escritas não precisarem estar ancoradas em um ponto de referência. Usa-se do passado para moldar o presente, e o presente que não depende, apenas respeita o passado. (Giddens, 1991, p, 61)

A história nos orienta para o futuro. Giddens destaca que o futuro é essencialmente aberto, embora condicionado de forma alternativa às linhas de ação assumidas, levando em conta as possibilidades futuras. “Este é um aspecto fundamental do “alongamento” tempo-espaco que as condições da modernidade tornam necessário.” (Giddens, 1991, p, 61)

Na sociedade em que vivemos, Giddens, a reflexividade tem um caráter dinâmico num processo em que está presente as próprias escolhas, próprias ações. Essa reflexividade é fundamental e tem um caráter dinâmico, quando há uma ruptura nas tradições quebra-se as conexões com o passado assim como com a cultura. (Giddens, 1991, p. 190)

O indivíduo que exerce essa reflexividade acaba de certa forma sendo apanhado por uma espécie de desorientação por estar inserido em um universo de eventos que parecem estar fora de seu controle. Os modos tradicionais de vida, vem sendo deixados de lado, vão se modificando, vão alterando as características do indivíduo, por não mais se calçarem tanto em tradições, crenças e valores que estavam presentes antes da modernidade.

Segundo Dumont e Gattoni (2003, p. 47), antigamente, a coincidência entre tempo e espaço, relacionado com as tradições, eram os principais guias para as ações. Já na alta-modernidade, entretanto, a tradição perde seu papel de referência tranquila, certa e segura, tradição antes considerada “inquestionável”, na qual os sujeitos se apoiavam para desenvolver suas ações sociais. (Dumont; Gattoni, 2003, p. 47)

Dessa forma, as práticas sociais, não guiadas e não apoiadas pelas tradições, são atualmente constantemente reformadas e examinadas a luz das próprias práticas. E um saber “ir adiante” aplicando os aspectos da vida inclusive com a intervenção tecnológica no mundo material.

A reflexividade² da modernidade para Giddens:

É uma característica definidora de toda ação humana. Todos os seres humanos rotineiramente “se mantêm em contato” com as bases do que fazem como parte integrante do fazer. Denominei isso em outro lugar de “monitoração reflexiva da ação”, usando a expressão no sentido de chamar a atenção para o caráter crônico dos processos envolvidos. (Giddens, 1991, p. 47)

O conhecimento é também reflexivo, onde ao mesmo tempo aplicado pode estar seguro, pode ser revisado. O conhecimento na modernidade não é estar certo, nada é certo, as ciências sociais participam significativamente dessa relação reflexiva. E tem um grande peso tecnológico os resultados das descobertas científicas., um caráter dinâmico. (Giddens, 1991, p. 50)

Grosso e Martins (2008, p. 223), a globalização para Giddens é mais considerada no seu aspecto comunicacional e cultural, o que torna possível e necessário aos indivíduos a prática da reflexividade tanto na vida pessoal como coletiva. O cotidiano tem curta duração de tempo e o conhecimento tem um novo significado devido ao dinamismo da modernidade, que faz com que os indivíduos filtrem as informações relevantes da realidade para suas vidas rotineiras.

De acordo com a leitura de Grosso e Martins, Giddens considera possível e necessário o desenvolvimento de uma “sociedade civil ativa”, na qual os indivíduos atuem menos apenas na reivindicação de direitos e mais na “prestação de serviços”, como ocorre no exemplo do voluntariado. Essa sociedade civil contribui para reconstruir as solidariedades, promovendo a “coesão social”, e também para disseminar posturas mais harmônicas, flexíveis, dialógicas e cooperativas, capazes de enfrentar as incertezas do mundo contemporâneo. Nesse sentido, destaca que “uma forte sociedade civil é necessária tanto para um governo democrático eficaz quanto para o funcionamento adequado de um sistema de mercado”.(Grosso; Martins, 2008, p.224).

Desse modo, entre o conhecimento e o controle há uma espécie de deslocamento que seria uma fonte primária de incertezas artificiais, criadas pelo próprio homem com o crescimento da reflexividade social. E em todo o tempo para as mais diferentes situações de vida teriam que ter um processo de filtragem das informações recebidas, já que não há mais a ancoragem nas tradições. (Giddens, 1996, p. 15)

² Veremos adiante que no contexto da EJA/EaD, a perspectiva da reflexividade é particularmente relevante, pois os estudantes precisam constantemente revisar e adaptar suas estratégias de aprendizagem, assumindo-se como sujeitos ativos e reflexivos na construção do próprio conhecimento.

Em um mundo onde a reflexividade é intensificada é também um mundo de pessoas inteligentes. Ele esclarece que isso não significa que os indivíduos se tornaram mais inteligentes do que eram no passado, mas que, em uma ordem pós-tradicional, é necessário que eles se engajem com o mundo de forma mais ampla para nele sobreviver. O conhecimento produzido por especialistas, incluindo o científico, deixa de estar confinado a grupos restritos, sendo interpretado e influenciado rotineiramente por indivíduos leigos no decorrer de suas ações cotidianas. (Giddens, 1996, p. 15)

Como consequência nasce no indivíduo moderno uma sensação de desconforto gerada por esse dinamismo constante, uma sensação de perigo decorrente da ruptura espaço-tempo, em que os espaços são encurtados e o tempo tem um ritmo acelerado acaba por ocasionar um desencaixar. Mas, por outro lado, as pessoas necessitam e buscam que suas ações transitem em segurança, isso é o reencaixe que se origina dentro mecanismos de confiança em sistemas peritos.

Giddens ilustra esse fenômeno dos sistemas peritos com exemplos de como a confiabilidade na tecnologia de fabricação de aviões e no controle de voos. E em como a transformação do sistema bancário, que passou de um atendimento nominal e atualizado para um processo totalmente automatizado. No entanto, junto à confiança, existe uma sensação subjacente de ansiedade, um movimento oscilante, uma preocupação em relação a confiança, que tende a ser camuflado e precisa ser neutralizado. Para lidar com essa inquietação, os sujeitos, periodicamente, aproximam-se de outras pessoas, numa ação que Giddens denomina de mecanismo de reencaixe. (Giddens, 1991, p. 49)

Giddens fala em um “mundo descontrolado” em que vivemos hoje pois, sem a presença da tradição fixada antes no tempo e espaço, não está sujeito os rígidos controles humanos, é um mundo de perturbações e incertezas. Giddens afirma que os avanços dos homens que deveriam criar certezas maiores como avanços do conhecimento e intervenção controlados na sociedade e natureza, estão cheio de imprevisibilidade. Exemplificando sobre o aquecimento global e as mudanças climáticas. (Giddens, 1996, p.11)

As tradições seriam consideradas como costumes cerimoniais por meio do qual o passado fala com o presente. Relacionam à lealdade, à autoridade armazenando a sabedoria sedimentada das gerações anteriores. (Giddens, 1996, p. 38)

O traço definidor da tradição é possuir uma origem de autoridade e uma sabedoria incorporada, que separa do costume ou do hábito e também do conhecimento técnico ou especializado. Assim, as tradições envolvem um ritualismo que tem como guardiões sacerdotes, sábios, anciãos, patriarcas que acabem por passar a sabedoria tradicional adiante de uma maneira prática, sob a forma de um aprendizado. (Giddens, 1996, p. 58)

Giddens, explica que as tradições tem várias características como a repetição, presença de rituais que cercam essa repetição (dando caráter sagrado) e a memória coletiva (a tradição permite o grupo transmitir a sua experiência). A tradição oferece uma forma de certeza que vem fundamentando as ações com suas verdades associadas, que as tornam estabilizadas no tempo. (Nizet, 2016, p. 95)

Com a modernidade ocorre um recuo da tradição, há uma modernização mitigada, ou seja, parte da tradição permanece e parte se moderniza. Assim como ocorreu a criação de tradições em outras, como a substituição de dogmas em outras certezas que se fundam no conhecimento e nas observações. (Nizet, 2016, p. 96)

Demo (2004, p. 25-26) observa que, nas relações entre gerações, é comum que a geração mais velha busque afirmar sua supremacia sobre a mais jovem, exigindo-lhe uma obediência, por vezes, cega, demandando obediência e continuidade das práticas herdadas. No entanto, cada nova geração carrega uma história própria, características complexas e não lineares, pois nada na trajetória humana se repete de forma idêntica.

Além disso, pensando na educação que constitui um instrumento decisivo para promover transformações; a juventude não seria a mesma se não fosse dotada da capacidade de conhecer e aprender, que possibilita tanto a preservação da memória histórica, da identidade cultural e do passado, quanto a reconstrução crítica desses elementos, sem deixar nada intocado. (DEMO, 2004, p. 25-26).

No mesmo sentido que Demo aponta para o movimento de reconstrução intergeracional, Giddens evidencia que a ordem social moderna depende do exercício crítico permanente, capaz de remodelar comportamentos, valores e sistemas educativos. Isso é devido, Giddens, ao fato da modernidade tardia se caracterizar por processos reflexivos contínuos, nos quais indivíduos e instituições reavaliam práticas e estruturas à luz de novos conhecimentos e experiências. (Giddens, 1991)

Com as tradições passando rupturas e modificações somadas as novidades contemporâneas o resultado é um processo dialógico que resulta em novas tomadas de decisões. Por outro lado, vão-se abrindo espaços éticos e novas incertezas políticas, podendo surgir fundamentalismos que não significam um retorno ao passado e nem uma insistência em princípios, mas uma espécie de abrigo diante de tantas perplexidades da vida cotidiana, sendo um diálogo com a modernidade. (Giddens, A.; Beck, U.; Lash, S., 1997, p. 281)

O caráter reflexivo contemporâneo é dinâmico, marcado pela constante reavaliação dos fundamentos e das práticas sociais, pode ser considerado como processo central na teoria da reflexividade de Giddens (1991). As tradições não desaparecem, mas são continuamente reinterpretadas, tensionadas e realocadas tanto nas instituições como a nível pessoal, subjetivo. Assim, a modernidade vai exigindo sujeitos capazes de refletir, reflexivos, sobre seus próprios contextos e escolhas, de modo a participar ativamente das mudanças e evitar respostas regressivas que busquem segurança em sistemas fechados de pensamento.

No campo do direito educacional, essa perspectiva reforça a compreensão da educação como processo histórico, dinâmico e emancipador, alinhado aos princípios constitucionais de formação para a cidadania e autonomia (Brasil, 1988, art. 205). Em um contexto moderno marcado por transformações rápidas e instabilidade social, globalização, a educação torna-se instrumento fundamental para o desenvolvimento da capacidade crítica, para a construção de práticas democráticas e para a participação consciente no espaço público.

1.1 Globalização presente na reflexividade

Giddens conceitua a globalização como a intensificação das interações sociais em escala mundial. As interações ocorrem em diferentes localidades e passam a se conectar de modo que eventos ocorridos em um lugar influenciam situações “a muitas milhas de distância”, simultaneamente, são por elas influenciados. Trata-se de um processo dialético, pois as atividades locais são moldadas por relações distantes, mas também podem produzir respostas distintas ou até contrárias. Assim, a globalização envolve tanto o contexto local quanto a expansão das conexões sociais através do desprendimento do tempo e do espaço. (Giddens, 1991, p. 76)

Nesse cenário globalizado, formado por cidadãos reflexivos capazes de responder criticamente aos desafios produzidos pela modernidade, estão absorvidos na velocidade das transformações presentes, vivendo marcados por processos econômicos, tecnológicos, relacionais e culturais interconectados em escala mundial.

Esses sujeitos, como explica Giddens (1996, p. 53), passam a reconhecer os incentivos econômicos que supostamente orientam suas ações, podendo inclusive questioná-los e subvertê-los. Assim, a globalização opera como força estruturante das relações em geral, mas também opera como catalisadora da consciência individual e coletiva, ampliando a capacidade de intervenção, resistência e reconstrução crítica diante das pressões e racionalidades globais.

No contexto da globalização, no tempo da, marcada pelo processo de “desencaixe” acaba por deslocar os sujeitos de contextos sociais mais estáveis. Esse movimento globalizador, evidencia e aprofunda a reflexividade individual e coletiva, exigindo que os indivíduos avaliem, por si próprios, as condições e possibilidades de sua ação, em vez de apenas reproduzirem tradições preestabelecidas. (Groppo; Martins, 2008, p. 219)

Pois bem, Groppo e Martins (2008, p. 220), considerando a atualidade para enfrentar o mundo globalizado e incerto, exige do indivíduo uma espécie de inteligência, de sensibilidade, de informações e de flexibilidade. Nos dias de hoje a reflexividade está potencializada graças ao aumento de informação disponível, do desenvolvimento dos meios de comunicação e dos demais produtos científicos e tecnológicos da inteligência, da educação e da criatividade.³

A intensificação da globalização, acompanha e acelera processos de desencaixe social, deslocando os indivíduos de estruturas tradicionais e inserindo-os em lógicas institucionais ampliadas mediadas tecnologicamente.

Como observam Dumont e Gattoni, a automação, a internet, as redes sociais e os dispositivos móveis, hoje incorporados de maneira naturais ao cotidiano, configuram alguns dos mais expressivos sistemas abstratos com os quais a sociedade se relaciona. Esses sistemas não apenas reorganizam práticas sociais, mas também redefinem formas

³ Assim, os processos de “desencaixe” e “reencaixe” social descritos por Groppo e Martins alicerçados na teoria de Giddens, evidenciam que o exercício da autonomia e da capacidade crítica são condições centrais na vida social contemporânea. (2008, p. 220)

de interação, de construção de identidade e de tomada de decisão, produzindo novas condutas e dinâmicas sociais em escala global. (Dumont; Gattoni, 2003, p. 48)

Em uma transformação do vínculo entre o espaço e o tempo, no cenário da globalização há uma ação à distância, Giddens que seria a intensificação da comunicação global instantânea e ao surgimento do transporte de massa. A globalização trouxe a criação de sistemas em grande escala e também transformação de contextos locais e até mesmo pessoais de experiência social. As atividades cotidianas vão constantemente sendo influenciadas por eventos que acontecem ao redor do mundo. Hábitos e estilos locais tornaram-se globais. (Giddens, 1996, p. 13).

Com a globalização, vivemos num mundo em que o espaço não mais limita as relações, há um “alargamento do espaço”. São múltiplos os intercâmbios de informações, de recursos, de capitais; mudanças econômicas adicionados ao desenvolvimento das mídias, televisão comunicação instantânea de informações, redes sociais, o tempo todo conectando um lugar ao outro do planeta. (Nizet, 2016, p. 93)

Esse é painel resumido, de Giddens sobre a globalização, acaba por desencaixar pois retiram as relações sociais de locais específicos, e acabam trazendo confiança em fichas simbólicas e sistemas peritos. Essa confiança estaria relacionada às proteções contra os perigos, com valoração de conhecimentos vinculados às especializações, às redes de influências mútuas que vão alterando o sistema com a reflexividade. (Giddens, 1991, p. 64)

Nesse quadro globalizado, Giddens sustenta que a confiança é forma de “fé na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva” (1991, p. 37). Desse modo, a confiança, na modernidade, não é ato racional, mas envolve uma crença em pessoas ou em sistemas, frequentemente permeada pela probabilidade e pela expectativa da ocorrência de determinados resultados ou eventos futuros (GIDDENS, 1991, p. 44).

Giddens, afirma que o desenvolvimento do conhecimento humano é complexo e cheio de “incertezas fabricadas” pelo próprio desenvolvimento deste conhecimento e pela fluidez das informações. Portanto, os aspectos da vida como um todo estão em possíveis cenários do futuro que podem estar abertos a novas oportunidades ou podem estar sem segurança em que direção vão tomar. Isso é a causa da expansão da reflexividade neste

universo de redescoberta e destruição da tradição. (Giddens, A.; Beck, U.; Lash, S., 1997, p. 273-274)

É uma sociedade em que a verdade vai se modificando, e o risco e a confiança vão sendo analisados dentro da modernidade. De modo que a confiança vai sendo conquistada e mantida. (Giddens, A.; Beck, U.; Lash, S., 1997, p. 276-277)

A globalização tem natureza dialética em que pode germinar em alguns lugares uma reflexividade emancipatória ou uma intensificação da estratificação em outros lugares. Aqui entra o sentido de que liberdade de alguns pode representar opressão para outros.⁴

Logo, a defesa das tradições, modernamente é geradora de fundamentalismos. Em um mundo de comunicação instantânea, afetado por influências globalizadoras, o cosmopolitismo cultural é uma parte inevitável da vida. Defender a tradição de maneira costumeira significa uma tentativa de manter uma verdade ritual- separação e especialidade- ao passo que a comunicação moral e cultural são as únicas bases sobre as quais o cosmopolitismo pode sobreviver. (Giddens, 1996, p. 58)

As tradições até podem preservadas ou recuperadas, mas como uma forma de preservar o passado para se alcançar uma continuidade com o futuro. Contudo, em um mundo de comunicação cosmopolita é essencial a presença do diálogo em circunstâncias nas quais o diálogo vai sendo modo de acomodação mútua. (Giddens, 1996, p. 60)

1.2 Tempo e espaço na modernidade reflexiva

Giddens tem sua própria visão sobre os conceitos de "tempo" e "espaço" no contexto da modernidade reflexiva, essa perspectiva tem implicações específicas quando se pensa a prática jurídica em relação as políticas públicas, especificamente na formulação de políticas e legislações educacionais.

Para ele a separação entre o tempo e o espaço é crucial para o dinamismo da modernidade, devido a três fatores. Primeiro por ser condição do processo de desencaixe,

⁴ Giddens exemplifica isso com a pobreza afirmando que ela nunca foi facilmente conceituada, mas torna-se ainda mais complexa quando analisamos os contextos de risco associados à reflexividade institucional. “À medida que cresce a exigência de que cada indivíduo “construa sua própria vida”, a pobreza material se transforma em uma forma dupla de discriminação. Não se trata apenas da falta de acesso a recursos materiais; as capacidades de autonomia que outros desfrutavam tendem, muitas vezes, a ser comprometidas. [...] O aumento das oportunidades de vida, por determinados caminhos, pode gerar efeitos adversos para outras pessoas “(Giddens, A.; Beck, U.; Lash, S., 1997, p. 278).

pois a separação tempo e espaço em dimensões ditas “vazias” conseguem realizar conexões entre a atividade social e seus “encaixes”. Segundo proporciona uma engrenagem para a organização racionalizada da vida social moderna. Terceiro, em relação a história como modo de se apropriar do passado para ajudar a modelar o futuro. (Giddens, 1991, p. 30)

A compreensão espaço-temporal relaciona-se e impacta o direito à educação, especialmente em contextos contemporâneos afeta a implementação de políticas públicas aplicáveis na EJA/EaD.

Como a globalização está evidente nas instituições modernas com as suas ações de desencaixe e reflexividade, e relaciona-se a vida social ordenada através do tempo e do espaço aumentando a complexidade das relações locais, devido a desnecessidade da presença física, que são facilitadas pelas interações a distância, (fruto das conexões de presença e ausência). “Na era moderna, o nível de distanciamento tempo-espaço é muito maior do que qualquer período precedente, e as relações entre formas sociais e eventos locais e distantes se tornam correspondentemente alongadas.” (Giddens, 1991, p. 76)

Isso posto, os cenários modernos tem sido marcados pelo distanciamento tempo-espaço. O lugar não necessita de estruturas físicas localizadas, não é cheio de significados familiares como ocorria antigamente, e as localidades não tem mais relações presenciais próximas, devido ao local e global estarem mais aproximados. (Giddens, 1991, p. 121)

Para Giddens, “a transformação do espaço-tempo é, portanto, um aspecto essencial das transformações econômicas e políticas das civilizações não industriais”. (Nizet, 2016, p.54-55)

O indivíduo inserido na modernidade radical, está desprendido fisicamente em relação ao lugar em que se encontram as interações, e isso também ocorre em relação ao tempo, devido ao desligamento cada vez maior em relação as tradições. (Nizet, 2016, p.95)

Historicamente, sempre se vinculou o tempo e com lugar, e existiam maneiras de se calcular e registrar o tempo, eram outras épocas. O lugar está relacionado a ideia de localidade, mas com o mapeamento progressivo do globo, riscado em latitudes e longitudes, estabeleceu-se o espaço como independente do lugar. (Giddens, 1991, p. 27)

Conforme o tipo de sociedade a noção do tempo mudava de perspectiva. Nesses dois tipos de sociedade, que não é a atual industrializada, o tempo é imerso nas práticas sociais:

Nas sociedades tribais é a tradição que prevalece: é ela, em particular, que justifica o caráter rotineiro das práticas sociais. As atividades transcorrem como sempre transcorreram, e essa repetição indefinida lhes dá sua justificação. Nas civilizações não industriais, a referência da radicação permanece válida, mas a noção de tradição ela mesma muda de sentido. (Nizet, 2016, p.56)

Já nas sociedades de classes, sociedades industrializadas, o tempo se dissocia das atividades sociais e dos lugares. E a existência da marcação temporal, os horários, seriam um meio de regular a vida social nas organizações modernas. (Nizet, 2016, p.57)

Giddens trabalha mais sobre o espaço do que sobre o tempo. Afirmando que no mundo em que vivemos, o espaço das relações está em nível planetário, os acontecimentos que se desenvolvem em quilômetros de distância no outro canto do planeta, praticamente instantaneamente praticamente todo o globo tem conhecimento do ocorrido, fruto dos intercâmbios instantâneos das informações. (Nizet, 2016, p.92)

Assim, os indivíduos se colocam em contato uns com os outros sem mais terem a barreira tempo-espaço, devido a tecnologia comunicacional moderna e a globalização.

1.3 Sociologia e o direito à educação: interseções teóricas

Os fundamentos da sociologia jurídica dão alicerce para que se tenha uma visão de como o direito se relaciona com a sociedade e como ocorrem os processos educacionais. Examinar o direito educacional como campo interdisciplinar permite uma conexão entre as teorias jurídicas e sociais.

Sociologia para Giddens é

o estudo da vida social humana, grupos e sociedades. É uma tarefa fascinante e constrangedora, na medida em que o tema de estudo é o nosso próprio comportamento enquanto seres sociais. A esfera de acção do estudo sociológico é extremamente abrangente, podendo ir da análise de encontros casuais entre indivíduos que se cruzam na rua até à investigação de processos sociais globais. (Giddens, 2008, p.2)

Sobre a relevância da Sociologia, Giddens afirma que ela pode proporcionar o desenvolvimento de uma autoconsciência, isto é, uma compreensão cada vez mais profunda sobre nós mesmos. Quanto mais conhecemos as razões que orientam nossas ações e escolhas, e o modo como a sociedade funciona em seu conjunto, maior é a probabilidade de conseguirmos influenciar o nosso próprio futuro. (Giddens, 2008, p.6)

Para ele, grupos autoconscientes podem, frequentemente, beneficiar-se das investigações sociológicas, utilizando-as para responder de maneira eficaz às medidas governamentais ou para promover suas próprias iniciativas políticas. Exemplifica como os grupos de autoajuda, como os Alcoólicos Anônimos, e os movimentos sociais, como o dos ambientalistas, constituem exemplos de coletividades que conseguiram implementar reformas práticas com êxito. (Giddens, 2008, p.6)

É interessante a discussão sobre as interseções entre sociologia, direito e educação, dentre outras que abordam aspectos como acesso, igualdade e regulamentação do ensino. Sabendo que na sociologia jurídica são reveladas lacunas legais e institucionais, podemos por exemplo observar sobre se ocorre ou não o acesso equitativo as tecnologias utilizadas pela EJA/EaD, tema a ser trabalhando no próximo capítulo, claro que sem a pretensão de esgotamento pela riqueza de temas envolvidos.

A sociologia de Giddens tem duas perspectivas: uma no momento em que ele examinou a tradição sociológica, sobre o objetivismo que trata da sociedade cujo foco central são as instituições. Outra perspectiva sobre o subjetivismo que enfatiza o indivíduo, que seria o ator humano intencional e reflexivo. (Nizet, 2016, p. 25)

A sociologia em relação a dinâmica social, para Demo:

Tenta entender essa dinâmica social convulsionada, divisando padrões que revelem, na contraluz, dinâmicas formativas e dissolventes, como o objetivo de insuflar iniciativas igualitárias. A estrutura social é ambígua: seus componentes não são todos unitários nem todos convergentes; não há encaixe liso, inconsútil, mas dissipações constantes, rachaduras inúmeras e esfacelamentos (Demo, 2004, p. 25)

Giddens usa a terminologia de “práticas sociais” (*social practices*) como atividades contínuas e recorrentes que religam o ator e o sistema social sendo isso o objeto central da sua teoria sociológica. Assim ele não se interessa por entidades estáticas, mas sim num processo dinâmico onde:

O social é apreendido como um movimento no qual as ações individuais simultaneamente estruturam os sistemas sociais e são por eles estruturadas. Esse processo não tem um ponto de partida identificável nenhum dos dois polos precede o outro (Nizet, 2016, p. 27)

Para Giddens os sistemas são formados pelos sistemas peritos e fichas simbólicas. Quando se refere aos sistemas peritos são aqueles que organizam as áreas do

conhecimento do ambiente natural e social pela excelência técnica ou competência profissional.⁵(Giddens, 1991, p. 38)

Ele conceitua os sistemas peritos como:

mecanismos de desençaixe porque, em comum com as fichas simbólicas, eles removem as relações sociais das imediações do contexto. Ambos tipos de mecanismos de desençaixe pressupõem, embora também promovam, a separação entre o tempo e espaço como condição do distanciamento tempo-espaço que eles realizam. (Giddens, 1991, p.39)

As fichas simbólicas, assim como os sistemas peritos, envolvem confiança descrita como dar um crédito em alguma qualidade ou atributo de uma pessoa, coisa, verdade ou afirmação. Estão relacionadas a uma expectativa que pode ser frustrada ou não já que se tem a consciência da possibilidade de risco. (Giddens, 1991, p.41)

O risco e o perigo estão secularizados e humanamente criados tem pouco lugar para influências divinas ou acaso. Os riscos são avaliados em termos de conhecimento sobre os potenciais perigos, e que há possibilidade de as coisas saírem erradas (Giddens, 1991, p. 123)

Os sistemas peritos seriam mecanismos de segurança nos quais os atores sociais se utilizam para um fazer diário. Com a ruptura tempo-espaço, algumas novidades contemporâneas das interações sociais estão surgindo, decorrentes do universo virtual que não faz com que as pessoas precisem mais se encontrar fisicamente. (Dumont; Gattoni, 2003, p.49)

Dumont e Gattoni exemplificam considerando curioso como os jovens de hoje mesmo utilizando principalmente os meios eletrônicos em suas interações pessoais, isto é, sem contatos físicos, ainda, por mais inusitado que possa parecer em comparação aos métodos considerados “tradicionais”, esses jovens continuam a namorar, disputar partidas em jogos eletrônicos, frequentar o analista e discutir temas que tradicionalmente marcam a adolescência — como sexualidade, conflitos familiares, questões escolares, uso de drogas — além de conversarem sobre música, esportes, trabalho e lazer. (Dumont; Gattoni, 2003, p. 50)

A escola, mesmo ofertando a modalidade de ensino EaD, pode ser considerada como um sistema perito, mesmo que inserida no universo virtual, possibilita os estudos quase

⁵ A escola seria considerado um sistema perito.

sem necessidade de deslocamento, e com baixa interação física, com o estudar realizando a partir de cliques no *mouse*.

Tornou-se economicamente viável participar de um curso de pós-graduação pela videoconferência, comunicar-se com os orientadores por e-mail e receber os trabalhos finais pelo mesmo meio; receber o resultado da avaliação da banca examinadora 'afixado' na *home-page* da instituição de ensino. (Dumont; Gattoni, 2003, p.50)

A internet, por exemplo, pode ser interpretada como um sistema perito no sentido de que ela opera com base em conhecimentos técnicos e profissionais, ao mesmo tempo funcionando como um mecanismo de "desencaixe" que remove as relações sociais do contexto local, organizar aspectos da vida social de forma desvinculada de um local específico e de um tempo determinado.

Giddens, há mais de 20 anos já manifestava, que o ritmo acelerado e a expansão da internet impõe desafios e ameaças às formas tradicionais de interação social. Que a internet transformaria radicalmente a sociedade em um espaço fragmentado e impessoal, no qual os indivíduos raramente sairiam de suas casas e que modificariam a capacidade de se comunicar, para ele, tal cenário seria improvável. (Giddens, 2008, p.476)

Segundo Freire, o homem é um ser capaz de relacionar-se, de sair, de projetar-se, de transcender. Ele está presente no mundo e com o mundo e pelo mundo.

A primeira característica desta relação a de refletir sobre este mesmo ato. Existe a reflexão do homem face a realidade. O homem tende a captar uma realidade, fazendo-a objeto dos seus conhecimentos. Assume a postura de um sujeito cognoscente de um objeto cognoscível. Isto é próprio de todos os homens e não privilegio de alguns (por isso a consciência reflexiva deve ser estimulada: conseguir que o educando reflita sobre sua própria realidade). (FREIRE, 2024, p.38)

Giddens propõe a ideia de integração dos saberes, pois a integração respeita as facetas dos fenômenos sociais. (Nizet, 2016, p. 136-137).

Em relação a educação, buscá-la, é meio eficaz de concorrência no mercado globalizado que apesar da educação não produzir empregos ela tem uma importância como plataforma para a vida em termos de formação e ética. Mas há uma dualidade:

Vai se desfazendo a rigidez da educação formal- aquela prevista na legislação e feita em instituições específicas, como escola e universidade – em favor de conceitos e práticas mais abertos e abrangentes, muitas vezes ditos informais ou denominados, mais apropriadamente, de educação permanente ou ao longo da vida. (DEMO, 2004, p.13)

Podemos constatar que isso é previsto na legislação quando se prevê a educação como instrumento que se perpetua ao longo da vida, ao longo do passar do tempo:

LDB, Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.(Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018) (Brasil, Lei 9394/96)

Quando se fala em continuar estudando e aprendendo ao longo da vida⁶ nessa sociedade moderna permeada de informações, recebidas através de diferentes formas, desencaixadas no espaço-tempo provocam a presença da reflexividade.

Precisamos continuar estudando a vida inteira, para podermos persistir manejando conhecimento crítico e criativo como categoria fundamental da autonomia e qualidade de vida das pessoas. As tecnologias em educação são valorizadas nessa continuidade, já que, para ampliar o alcance para populações imensas, não se pode imaginar colocá-las em sala de aula, mas atingi-las com estratégias de educação a distância, apesar de todos os riscos que a aprendizagem virtual possa deter. (Demo, 2004, p.16)

O ator, é compreendido como aquele que realiza tarefas influenciadas pelos comportamentos de outros, sendo também capaz de transformar circunstâncias, contextos e interações. Trata-se, portanto, de um sujeito dotado de poder de ação, que atua de forma reflexiva — ainda que essa reflexividade possa ser limitada por motivos inconscientes ou pelas consequências não intencionais de suas . (Nizet, 2016, p. 32; 37).

Esse indivíduo contemporâneo, aqui o estudante, tem a capacidade de refletir suas escolhas, definir seu estilo de vida e construir sua identidade pessoal, impulsionada com a globalização e o recuo das tradições, assim escolhendo para a realização pessoal descomprometida com a coerções recursais próprias da modernidade. Definido pela reflexividade, pois:

No exercício do poder, o ator percebe, compreende as condições nas quais age, ele atribui objetivos, intenções em função das quais orienta suas condutas, ele espera dos atores com os quais interage que façam o mesmo e pressupõe que eles interajam da forma como ele deseja. Em suma, o ator se caracteriza fundamentalmente pelo controle reflexivo exercido sobre suas condutas. (Nizet, 2016, p. 32-33)

⁶ Para Giddens: “As novas tecnologias e a economia do conhecimento estão a mudar a nossa compreensão da educação e do ensino: a educação formal está a dar lugar à aprendizagem para toda a vida. Existem oportunidades crescentes para os indivíduos se envolverem, no decurso das suas vidas, em actividades de aprendizagem e formação fora da sala de aula tradicional.” (Giddens, 2008, p.530)

A reflexividade do ator pode assumir duas formas: primeira seria a capacidade de falar daquilo que fazem (explicar as razões de suas ações), a consciência discursiva. E a segunda: a consciência prática que se revela no que fazem. Assim a reflexividade (que não é absoluta) e o poder são as duas características maiores do ator, e suas ações estão envoltas no tempo e no espaço. Giddens analisa isso de modo universalista, não explicando as diferenças existentes entre os indivíduos. (Nizet, 2016, p.33)

Para Demo, a educação tem uma relação não linear, (reflexiva) pois para “ter oportunidade na vida, é preciso estudar, o que tem feito da educação vantagem comparativa cada vez mais disputada” (Demo, 2004, p.130).

A sociologia da educação:

visa compreender as relações complexas, não-lineares, entre sociedade e educação, sempre recíprocas e contrárias, evidenciando como educação repercute na sociedade e vice-versa. Nenhum efeito ou causa é mecânico, automático, porque essa relação pretensamente linear não ocorre sequer na natureza dita física, muito menos em sociedade. [PRIGOGINE, 1996, PRIGOGINE & STENGERS, 1997] (Demo, 2004, p. 11)

Demo considera a Educação e um fenômeno soberbo no sentido de que as suas estratégias são colocadas na teoria com a finalidade de promover as novas gerações. “Ao contrário do que se ouve, educação não é ciência feita de pedaços de outras, embora deva, como do desafio humano de garantir para as novas gerações oportunidades aprimoradas. Não se trata de reproduzir culturas, mas de recriar gente nova.” (Demo, 2004, p. 25)

Com as transformações tecnológicas de comunicação, a globalização cultural se torna presente que é um elemento essencial para a reflexividade em relação a sociologia, educação e direito educacional. Presente o desencaixe, sem o tradicional, e as pessoas acessando e tendo consciência de muitos eventos ao mesmo tempo, de todas as partes do mundo, que antes eram ignorantes.⁷ (Giddens, 1991, p. 89)

Giddens (1991, p. 158) afirma que, na modernidade, o conhecimento local não se constitui mais da mesma forma que no passado. O saber técnico é constantemente reapropriado por pessoas leigas, que o utilizam no cotidiano de suas atividades, acessando-o por meio de diferentes pontos de disseminação do conhecimento.

⁷ Consequência da expansão global das instituições da modernidade seria inconcebível sem a concentração de conhecimentos representada pelas “notícias”. Esse fato, contudo, é menos evidente na percepção cultural geral do que em contextos mais específicos (Giddens, 1991, p. 90)

A razão para isso está na circularidade do conhecimento social, que afeta o mundo social, não sobre o mundo natural. Em condições de modernidade, o mundo social jamais pode constituir um ambiente estável, pois a incorporação contínua de novos conhecimentos — conceitos, teorias e descobertas — não apenas o torna mais transparente, mas transforma sua própria natureza, direcionando-o para novos caminhos (Giddens, 1991, p. 167).

1.4 A Reflexividade e a Educação: um encontro de perspectivas

A ponderação sobre a modernidade e seus desdobramentos no campo educacional exige o diálogo entre diferentes perspectivas teóricas que, embora partam de contextos e tempos de produção distintos, convergem na tentativa de compreender as transformações sociais contemporâneas, principalmente em relação aos estudos sobre a educação.

A noção de reflexividade, proposta por Anthony Giddens, serve como eixo articulador para esse diálogo, ao evidenciar como o conhecimento produzido pelas ciências sociais retorna ao próprio tecido social, modificando-o.

Contudo, não se pode dissociar o conhecimento inato trazido pelo indivíduo — especialmente do estudante jovem ou adulto da escola pública — da compreensão sobre a importância do saber como instrumento para refletir e ponderar sobre os problemas que enfrenta em seu cotidiano, como a pobreza, a baixa renda e a exclusão social (Demo, 2004, p. 99).

Para Demo a “exclusão social mais drástica não é só dispor de bens essenciais. E sobretudo, não conseguir alçar-se à condição de sujeito capaz de comandar o seu destino. Nega-se não só o acesso material, mas principalmente, a autonomia emancipatória.” (Demo, 2004, p. 101)

Demo traz nesse contexto, o exemplo da pobreza, que é uma injustiça que para ser combatida é necessário organizar-se na luta contra ela partindo de si mesma. As políticas sociais que não são efetivas apenas distribuem benefícios residuais que mantêm essas pessoas à margem do acesso efetivo, que no caso presente é ao direito à educação. (Demo, 2004, p.102)

A perspectiva de Pedro Demo (2004) evidencia que a educação é significativa para a construção da reflexividade, conforme proposta por Giddens (1991). O autor defende que o conhecimento não deve ser apenas reproduzido, mas apropriado pelos sujeitos como

ferramenta de transformação da realidade, superando, assim, a visão tradicional e meramente instrumental do saber. Essa concepção dialoga com a noção de reflexividade da modernidade, segundo a qual os indivíduos reavaliam continuamente suas práticas à luz de saberes acessíveis e reapropriados no cotidiano.

Paulo Freire (2024) também reforça essa perspectiva ao afirmar que as relações humanas são, por natureza, reflexivas, consequentes, transcendentais e temporais, ou seja, situadas historicamente e abertas à transformação. Nesse sentido, a educação assume um papel central na formação de sujeitos críticos, capazes de compreender sua inserção no mundo e de agir sobre ele com consciência ética e política.

Para Freire, uma educação não pode pretender adaptar o homem, matando a sua ação, com se o homem fosse organizado como abelhas. A educação deve:

estimular a opção e afirmar o homem como homem. Adaptar e acomodar, não transformar.

O homem integra-se e não se acomoda. Existe, contudo, uma adaptação ativa. Quanto mais dirigidos são os homens pela propaganda ideológica, política e comercial, tanto mais são objetos e massas.

Quanto mais o homem é rebelde e indócil, tanto mais é criador, apesar de em nossa sociedade se dizer que o rebelde é inadaptado. (Freire, 2024, p. 40)

Diante da dinâmica reflexiva, não é coerente esperar que sujeitos inicialmente marcados pela fome e pela exclusão social priorizem, de imediato, processos de emancipação, em geral ainda ancorados na manutenção de tradições que pouco dialogam com suas urgências. (Demo, 2004, p. 106)

Nesse contexto, a educação revela-se como uma estratégia fundamental no enfrentamento da pobreza política, ao promover a consciência crítica e a capacidade de participação ativa na vida social e democrática. “As necessidades humanas são todas importantes, embora algumas sejam mais imediatas. Fome mata mais rápido que falta de escolaridade, mas o atendimento de ambas é crucial para a qualidade de vida humana.” (Demo, 2004, p. 106)

A pobreza política se combate com a emancipação, é a educação considerada como uma potencialidade de preparo para a vida, aprender a pensar (arquitetar seus problemas e a solução) de certo modo capacitando o indivíduo a romper com o conhecimento, com uma aprendizagem pautada em informações que teria com acesso à escola. Saber pensar é componente crucial, pois:

Quando o aluno aprende a questionar, a ouvir o outro com atenção, a responder com civilidade e com inteligência, argumentar, fundamentar, ler crítica e autocraticamente, não está só “fazendo” conhecimento, está sobretudo, arquitetando sua cidadania. Poia e desta cidadania que se trata: cidadania fundada na potencialidade disruptiva do conhecimento. (Demo, 2004, p. 108)

Cadernatori, afirma que atualmente a ampliação da cidadania ocorre através de sua construção e de luta de direitos, a cidadania como o espaço de participação política no Estado de Direito, através do exercício dos direitos fundamentais. (2013, p. 74)

Relacionando com a cidadania, Cadernatori afirma que se todo cidadão é, integrante de uma comunidade, independentemente de sua forma de organização, esse pertencimento constitui, simultaneamente, uma fonte de obrigações e espaço legítimo para a reivindicação de direitos. O conceito de cidadania reside em seu caráter público e impessoal, entendido como o espaço e o meio em que se confrontam aspirações e interesses diversos. Esses confrontos, ao se converterem em ações coletivas, expressam as dinâmicas próprias da vida comunitária e têm como finalidade a construção de projetos voltados ao futuro (Cadernatori, 2013, p. 74).

Portanto, na contemporaneidade, a cidadania poderia ser conceituada de modo plurissignificativo, abrangendo as dimensões formal e substancial. (Cadernatori, 2007, p. 65). Inicialmente, cidadania:

[...] tem como pressuposto o reconhecimento por parte do Estado aos indivíduos que o integram de uma série de direitos. São direitos iniciais da cidadania no Estado liberal os direitos civis e os políticos, estes últimos envolvendo a participação dos indivíduos nos destinos da sociedade, votando e sendo votados. Ter direito a participar dos destinos da sociedade significa ter direito à democracia.⁶⁴

No entanto, direitos civis e políticos não garantem a democracia sem os direitos sociais, os quais possibilitam a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila (Cadernatori, 2007, p. 85)

No contexto da EJA/EaD, a reflexividade presente proposta por Giddens (1996) evidencia a necessidade de que os estudantes se envolvam ativamente com o conhecimento, atuando não apenas como receptores de informações, mas como intérpretes críticos do conteúdo aprendido, possibilitando um exercício de cidadania.

Em sociedade desprendida das tradições, Giddens, (1996) a aprendizagem demanda que os indivíduos processem as informações recebidas e as agreguem aos seu saberes cotidianos, para a autonomia e reflexividade. A pedagogia emancipadora de Paulo Freire, fala sobre essa ideia no sentido em que a educação deve constituir um ato de liberdade e

conscientização, permitindo que o sujeito se reconheça como agente capaz de transformar a realidade (Freire, 1987).

Adicionalmente, Pedro Demo (2004) defende que aprender implica construir o próprio conhecimento por meio de um processo contínuo de pesquisa e reflexão. Assim, a reflexividade moderna, articulada às perspectivas dialógicas e emancipadoras de Freire e Demo, fundamenta na EJA/EaD uma prática educativa que valoriza autonomia, diálogo e corresponsabilidade social, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seu papel e de suas possibilidades de ação na sociedade contemporânea.

A dimensão jurídico formal de cidadania, Cademartori, (2007, p. 87) permite uma categorização de direitos no qual os direitos de cidadania: aqueles direitos atribuídos pelas normas jurídicas de cada ordenamento somente aos cidadãos.

Mas numa concepção que da teoria geral do direito, proposta por Ferrajoli, Cademartori (2007, p. 87), trata a cidadania como um direito fundamental que engloba os direitos subjetivos, entendidos como aqueles que pertencem universalmente a todos os seres humanos enquanto pessoas, cidadãos ou indivíduos dotados de capacidade de fato, aqui entraria a relação o direito à educação.

Ao analisar cada elemento do conceito, Cademartori define os direitos subjetivos como toda expectativa positiva (de prestações) ou negativa (de não sofrer lesões) atribuída a um sujeito por uma norma jurídica. O status (de cidadão), por sua vez, é uma condição jurídica de um sujeito, prevista em norma positiva, é pressuposto de uma aptidão para ser titular de situações jurídicas e/ou autor dos atos que representem o exercício dessas mesmas situações. (Cademartori, 2007, p. 87)

Cidadania ser por um lado:

é um conjunto de direitos civis, políticos e sociais, por outro, um sentimento comunitário de participação e, portanto, significa a exclusão dos integrantes que dela não fazem parte. Se todo cidadão necessariamente é membro de uma comunidade específica – seja qual for a sua organização – tal pertencimento é fonte de obrigações, ao mesmo tempo em que é também fonte de reivindicação de direitos. No cerne do conceito de cidadania subjaz seu caráter público e impessoal, de espaço e meio no qual conflitam aspirações e desejos dos grupos sociais, transformados em ações coletivas, que integram a comunidade, tendo como objeto a construção de projetos futuros. (Cademartori, 2007, p. 92)

A partir da definição acima, Cademartori (2007), é possível estabelecer uma relação entre o conceito de cidadania e a situação das pessoas que, por diferentes razões, não estão inseridas nos processos formais de escolarização, quem está fora da escola representa não

apenas uma privação de exercício de direitos sociais, mas também uma fragilização do exercício pleno da cidadania.

Isso ocorre porque o direito à educação — como direito subjetivo fundamental — é facilitador de desenvolvimento da autonomia, da consciência crítica e da capacidade de participação efetiva na vida pública.

Sob essa ótica, as pessoas que não estudam acabam situando-se em uma zona de exclusão cidadã, uma vez que não estão no pleno pertencimento comunitário (a nível escolar), apontado por Cademartori. A ausência de acesso à educação impede que esses sujeitos participem de forma mais equitativa, dificultando tanto a compreensão de seus direitos prejudicando a possibilidade de buscá-los.

Assim, trazer para o debate a ampliação do conceito de cidadania, conforme propõe Cademartori (2007, p. 92), é fundamental então o exercício do direito à educação, de acesso à educação, à informação e à participação. Portanto, garantir a permanência e o retorno à escola, (Art. 206, I, CF/88) é não apenas uma política educacional, mas um ato de se alcançar a efetivação da cidadania e de justiça social (Art. 205, CF/88).

Essa perspectiva está diretamente relacionada à previsão constitucional que estabelece a educação como um direito de todos visando o desenvolvimento da pessoas e o exercício da cidadania, democracia e qualificação para o trabalho⁸. Assim, a educação, enquanto direito constitucional, revela-se também como instrumento político de enfrentamento das desigualdades e de promoção da cidadania ativa.

Essa diretriz legal dialoga com a compreensão de Pedro Demo (2004), para quem a educação deve ser compreendida como processo de construção da autonomia e da criticidade, e não como mera reprodução de conteúdo. Dessa forma, a educação, constitui-se como um meio essencial para a formação de sujeitos com maior capacidade reflexiva.

Dialoga com Giddens (1991), ao tratar da modernidade reflexiva, no entendimento de destacar que a capacidade de agir com base em saberes acaba sendo reapropriado e contextualizado como condição essencial para a participação ativa na vida social.

⁸ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988)

Da mesma forma, Paulo Freire (2024) insiste na centralidade de uma educação libertadora e dialógica, capaz de formar sujeitos conscientes de sua historicidade e protagonistas de sua transformação social.

A ideia cidadania caminha junto com a da emancipação e da democracia. Saviani (2017, p. 634), a democracia é um regime político que se baseia na soberania popular, e para se tornar governante ou para escolher e controlar quem governa a população precisa ser educada.

Trazendo para a instituição escola, esta passa a ser concebida como o principal instrumento de consolidação da ordem democrática, difundindo-se a concepção de uma “escola redentora da humanidade”. Sob essa perspectiva, desenvolve-se o movimento em defesa de uma educação pública, universal, obrigatória, gratuita e laica, efetivada por meio da criação e estruturação dos sistemas nacionais de ensino.(Saviani, 2017, p. 654).

Desse modo ter uma escola com características democráticas, (Art. 206, VI, CF/88), está intrinsecamente vinculado ao conceito de cidadania, sendo compreendida como a instituição responsável por formar cidadãos — ou, conforme prevê a legislação, por preparar os indivíduos para o exercício consciente da cidadania. (Saviani, 2017, p. 654).

Para Saviani, o termo “cidadania” tem origem na palavra “cidade”, derivando da *polis* grega e da *civitas* romana, e remete ao espaço público e à sua administração. Ser cidadão, portanto, significa ter a capacidade de governar ou de escolher e fiscalizar os governantes. Implica ser sujeito de direitos e deveres, como integrante da sociedade.(Saviani, 2017, p. 654).

Saviani, (2007, p.655) conceito de democracia formal, que pretende assegurar a igualdade que é hegemônica atualmente caracterizada por ser representativa, não é suficiente, pois deve haver a democracia real, na qual é promovida a emancipação humana.

No exercício de cidadania está a reflexividade de Giddens. Demo, (2004, p.110) no direito à educação, dentro da escola o objetivo não é apenas de aprender a ler, a escrever e a contar, mas sim uma possibilidade de mudança que:

inicia-se com o aprimoramento do controle democrático: população que sabe pensar, não deixa suas mandantes à solta, zela pelo bem comum, vota com consciência, exige programas e acompanha. A primeira ideia embutida com a escolaridade obrigatória é: todos precisam saber pensar a ponto de exercer efetivo controle democrático. (Demo, 2004, p. 110)

De qualquer forma esse indivíduo, que busca uma coerência nas suas escolhas, de modo que as tornem harmoniosas seria o “estilo de vida” explanado por Giddens. Que traria as escolhas reflexivas, a coerência e a continuidade, persistente no tempo. (Nizet, 2016, p. 100)

Giddens denomina os novos desafios, que pretendem libertar os indivíduos de coerções, como lutar contra formas de exploração, opressão e desigualdades como “políticas de emancipação” (*emancipatory politics*), relacionado com as escolhas de vida que os indivíduos são levados a fazer no quadro da modernidade radical. Esclarecendo a diferença entre “política de vida” concerne ao estilo de vida e a “política emancipatória” concerne as chances de vida. (Nizet, 2016, p. 116)

O indivíduo contemporâneo pode refletir sobre suas escolhas, definir seu estilo de vida e construir sua identidade pessoal, e a globalização e recuo de tradições os impulsiona para essas condutas autônomas. Essa ideia surge a autonomia como uma capacidade de refletir e de determinar-se por si mesmo. (Nizet, 2016, p. 106)

Para Groppo e Martins o sistema escolar é apresentado por Giddens seria um exemplo de instituição que pode dispor de certa autonomia e exercer uma gama de poderes, embora permaneça sob regulação estatal. Para eles, o Estado deve desempenhar uma função pedagógica voltada à difusão de uma “nova cultura cívica” no interior de uma “sociedade civil ativa”, incentivando o empreendedorismo social e o voluntariado, sob a diretriz de que “o Estado não deve remar, mas assumir o leme; não apenas controlar, mas desafiar” (Groppo; Martins, 2008, p. 225-227).

Por uma outra visão, mas não contraditória, Demo, trata da autonomia do ser vivo, biológica, os pais criam os filhos com o objetivo de os conduzir a autonomia. Os “educam” para que caminhem sozinhos, mesmo nascendo frágeis tem capacidade de aprender como algo típico de dentro para fora de modo a ser um sujeito capaz de sua própria história. Aprende-se como sujeito e não como objeto. (2004, p.26)

Na visão de Demo, “o processo de aprendizagem foi se aprimorando, à medida que a espécie humana foi descobrindo que o destino pode ser mudado, pelo menos em parte, se soubermos pensar e aprender.” (Demo, 2004, p. 27)

Groppo e Martins (2008, p.229) papel ativo do Estado na educação segundo a Terceira Via proposta por Giddens, estaria “relacionado como um órgão do qual emanam os

princípios e objetivos educativos e como agência regulador-fiscalizadora das iniciativas educativas da “sociedade civil” e do mercado”.

Com base nas premissas propostas por Giddens, Groppo e Martins entendem que, na era da globalização e do conhecimento, a principal forma de desigualdade não se manifesta prioritariamente pela diferença de renda, mas pela exclusão social, compreendida como a condição de não compartilhar as mesmas oportunidades acessíveis à maioria. Tal exclusão acontece pela falta de capacitações necessárias para a adaptação e inserção nas estruturas e relações contemporâneas. Giddens propõe medidas de orientação mais pragmática do que doutrinária, entre as quais se destaca o investimento em capital humano, por meio de ações como o treinamento e o retreinamento da força de trabalho. (Groppo; Martins, 2008, p. 229).

Demo adverte que a esperança das camadas populares de encontrar na educação pública, gratuita e de qualidade um caminho de ascensão social acaba se invertendo: o pobre é frequentemente excluído desse direito, pela falta de condições socioeconômicas que o impeçam de competir em igualdade (como o acesso desigual à preparação para exames seletivos), mas também por mecanismos legais e institucionais que mascaram a desigualdade sob o discurso do “acesso igual”, configurando uma armadilha perversa que reforça a exclusão educacional. (Demo, 2004, p. 14).

Esse acesso igual, para Demo, só poderia ser afirmado se todos dispusessem das mesmas armas. Se os mais pobres vivenciassem numa escola pública e gratuita de qualidade, que realmente propiciasse oportunidades, frente ao mercado e perante a vida. Enquanto o pobre vê na educação uma oportunidade, o rico vê como uma tática de permanência e possível ampliação de seu bem-estar. (Demo, 2004, p.14)

Apesar da concepção de Giddens descrita acima não podemos deixar lado que a sociologia trata de desigualdades, e que no sentido democrático a ideia seria de se ter sociedades mais igualitárias, onde prevalecesse o bem comum sobre as apropriações individuais ou minoritárias (Demo, 2004, p. 17).

Demo refere que, quando temos a necessidade de se ter em lei princípio que garanta a igualdade, é que na prática as pessoas não são iguais, pois se fossem não precisaria desse tipo de declaração legal. (2004, p. 20).

Vejamos na legislação a previsão do princípio da igualdade:

CF/88, Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (Brasil, CF/88)

LDB, Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (Brasil, Lei 9394/96)

Desse modo, Giddens, aponta isso como falhas operacionais dos sistemas Assim como na escola, pode se ter um bom projeto, treinos rigorosos, mas à medida que os seres humanos estão presentes há riscos de falhas. (1991, p. 166)

Groppo e Martins (2008, p. 228) analisam a proposta de Giddens sobre saída da Terceira Via, destacando que ela busca estimular os indivíduos a agirem de forma autônoma em relação ao Estado, assumindo responsabilidades diante de problemas sociais que podem ser resolvidos coletivamente. Nesse contexto, a educação torna-se um meio privilegiado para formar sujeitos reflexivos, capazes de agir de modo autônomo, responsável e ativo frente às incertezas do mundo capitalista, articulando saberes e informações para decisões cotidianas e coletivas. (Groppo; Martins, 2008, p. 228).

Conforme os autores, a concepção educacional da Terceira Via de Giddens apoia-se na teoria do capital social e das competências, defendendo que é necessário “aprender e desaprender”, reciclando os saberes e adaptando-se continuamente. Nesse sentido, a educação é vista como processo reflexivo na consolidação da chamada “sociedade do conhecimento” (Groppo; Martins, 2008, p. 230).

Nas palavras de Giddens, “educação e treinamento tornaram-se o novo mantra para os políticos social-democratas”, sendo o investimento educacional “um imperativo do governo [...] como base essencial da redistribuição de possibilidades” (Giddens, 2001a, p. 119, apud Groppo; Martins, 2008, p. 230). Ainda, “a principal força no desenvolvimento do capital humano deve ser a educação”, que precisa concentrar-se nas “capacidades que os indivíduos poderão desenvolver ao longo da vida” e na “aprendizagem e esquecimento” como competências essenciais à economia do conhecimento (Giddens, 2001b, p. 78-79, apud Groppo; Martins, 2008, p. 230).

Dessa forma, concluem Groppo e Martins (2008, p. 232) que, para Giddens, a Terceira Via associa educação ao desenvolvimento ativo do capital humano, convertendo-a em dogma político: “outro dogma da política da Terceira Via – onde quer que seja possível, invista em capital humano” (Giddens, 2001b, p. 167, apud Groppo; Martins, 2008, p.

232). No entanto, se compreendida de modo mais amplo, a educação nessa perspectiva representa uma proposta voltada à formação de sujeitos reflexivos, participativos e empreendedores em uma era marcada pelo risco e pela globalização.

Ponderando sobre o exercício do direito à educação —compreendido de forma interdisciplinar —, está relacionando com a ideia de que ela se orienta para a formação da cidadania como fator de geração de oportunidades. A educação, portanto, deveria ocupar um papel central no combate à pobreza política, entendida não apenas como a falta de distribuição de renda e poder, mas também como a ausência de aprimoramento democrático, de qualidade educacional e da capacidade reflexiva destacada por Giddens (Demo, 2004, p. 118)

A educação, Demo, mesmo não tendo uma relação linear com o desenvolvimento, teria tarefas essenciais a cumprir:

- Através do saber pensar, introduzir alternativas às condições de desigualdade prevalecente e de destruição do Planeta, preparar as novas gerações para a vida, garantir que consigam tomar o destino em suas mãos e manter o mercado como instrumento a serviço do bem comum,
- Equilibrar, sabiamente, preparação para a vida profissional, no contexto de sociedades mais igualitárias, nas quais as oportunidades de uns não venham em detrimento cego das dos outros, ao mesmo tempo, promover a educação permanente, como direito essencial humano, em todas as idades, lugares e ocasiões,
- “educar” o conhecimento para que possa tornar-se instrumento de inclusão de grandes majorias, ao combinar qualidade formal e política, a potencialidade disruptiva do conhecimento precisa tornar-se bem comum, à disposição de todos, algo que pode começar melhor na escola, se esta souber plantar a habilidade e, sobretudo, a ética do saber pensar,
- Formar gente capaz de impor paradigmas igualitários de acesso à renda, à terra, ao poder, ao mercado e ao Estado, de tal sorte que, mesmo sendo toda sociedade desigual, pode-se viver em democracia,
- Em suma, o papel da educação é forjar o controle democrático efetivo, à medida que pode agir no processo complexo de gestações de sujeitos capazes de história própria. (Demo, 2004, p. 120)

Giddens, se utiliza de uma técnica para entender o que está acontecendo na sociedade, um processo não linear. Para isso vai observando e captando como os atores, o objeto de estudo, orientam suas ações, as compreendem, as reinterpretam e vão construindo a sua realidade. É necessário uma interpretação que ocorre entre a ciência e ao mundo social, que ele chama de “dupla hermenêutica”. O sociólogo segue estudando os fenômenos, apresentando seus significados relacionados aos contextos da vida e vai descrevendo usando estilo sociológico. “Mas tais descrições são categorias interpretativas que pedem

também um esforço de tradução dentro e fora das redes de significado envolvidas em teorias sociológicas”. (Giddens, 2009, p. 334 - 335)

Burgos (2020, p. 55) a partir da noção de “dupla hermenêutica” proposta por Giddens defende uma espécie de reconstrução da relação entre sociologia e educação. O autor sugere que aplicada à educação essa técnica de interpretação, permite entender como as práticas escolares e institucionais refletem estruturas sociais, e as reinterpretam e as transformam. Assim, o papel das instituições de ensino primordialmente de ensinar e de educar, é visto como parte integrante do processo de construção social, considerando as várias possibilidades envolvidas na educação escolar. (Burgos, 2020, p. 55-56).

O dia a dia da educação é cheio de desafios e compromissos práticos da escola com princípios técnicos e burocráticos, daí quando se pensa em uma sociologia há múltiplas dimensões que estudariam por exemplo as relações entre as gerações presentes dentro do ambiente escolar como estudantes e professores. Poderia se estudar a educação, relacionando-se com uma grande variação de temas como com a sociologia urbana a relação da escola com a vizinhança, o bairro a cidade. Poderia se pensar sobre as famílias, suas condições profissionais, econômicas, moralidades, praticas religiosas.(Burgos, 2020, p. 56-58).⁹

Burgos (2020, p.58), afirma que são inúmeras dimensões que atravessam e conversam entre si quando se realizam investigações sobre educar as novas gerações, sobre a compreensão da sociedade relacionada aos desafios da escola e da educação para a transformação da sociedade. A sociologia da educação com base na dupla hermenêutica de Giddens relacionaria uma sociologia que reuniria três principais vertentes a saber:

[...]a da natureza das relações entre adultos e as novas gerações; a do tipo de conhecimento e experiência que os adultos, enquanto educadores, pretendem ensinar; e a forma pela qual a escola está organizada para estruturar essas relações. Nesse sentido, se a nossa proposição faz sentido, ganha renovada importância a reflexão sobre como essas diferentes sociologias que a sociologia da educação sintetiza se influenciam mutuamente, e de como elas constituem circuitos de articulação entre teorias e práticas que interagem, de modo vivaz, com o senso comum escolar. (Burgos, 2020, p.58)

⁹ O ator, objeto de estudo é o estudante da EJA/EaD brinado com perfil próprio, cheio de diversidade, reflexivo e que em geral depois de um tempo sem estudar, retorna à escola.

A dupla hermenêutica, conforme formulada por Anthony Giddens, em relação ao direito à educação poderia ser compreendido como resultado de um processo reflexivo no qual conceitos jurídicos, políticas públicas e práticas sociais se influenciam mutuamente. As normas que consagram o direito à educação não apenas descrevem uma realidade social, mas também produzem expectativas, orientam condutas institucionais e moldam práticas pedagógicas, ao mesmo tempo em que são continuamente reinterpretadas por gestores, docentes e estudantes (GIDDENS, 2009, p. 46–47).

No âmbito da EJA/EaD, esse movimento é particularmente evidente, uma vez que as categorias jurídicas associadas à universalização do ensino entram em tensão com trajetórias escolares interrompidas, desigualdades socioeconômicas e transformações tecnológicas.

Para Burgos, o compromisso da sociologia com a importância da educação e da escola estaria na forma de que para as novas gerações, a educação é instrumento fundamental para a construção da democracia. Uma sociologia da educação articularia e rearticulária a relação dos fatores internos à escola e os fatores tradicionalmente tratados como externos a ela.

A fim de demonstrarmos o possível rendimento analítico dessa proposta teórica, elegemos três eixos que consideramos fundamentais para a reflexão sobre a relação da sociedade brasileira contemporânea com a escola, a saber:

1. a afirmação da educação escolar como um valor;
2. a relação entre o direito da criança e a escola;
3. o impacto da chegada dos pobres à escola e a produção de novas formas de desigualdade. (Burgos, 2020, p. 59)

Burgos reconhece lidar com técnica da dupla hermenêutica de Giddens na sociologia da educação é um desafio, especialmente em contextos como o brasileiro, onde o acesso à educação se expandiu significativamente, mas persistem lacunas entre a escola e seu entorno social. O autor relata sobre os sentimentos como impotência, medo, angústia e solidão permeiam o cotidiano dos profissionais da educação, revelando a tensão entre o ideal pedagógico e as condições reais de atuação. Diante desse cenário, Burgos propõe um esforço de “redução sociológica”, para, a construção de uma agenda de pesquisa que conecte as questões teóricas centrais da sociologia a problemas concretos e práticos relevantes do campo escolar, tornando o conhecimento sociológico mais aplicável para que seja um transformador da realidade educacional. (Burgos, 2020, p.60)

A modernidade se abre constantemente para o futuro, propondo atenção para que a seja realizadora e satisfatória para todos. Ética, igualdade e justiça devem estar presentes, na política de vida e na política emancipatória. Mesmo que tenham perigos em potencial neste mundo de riscos, nas dimensões institucionais da modernidade se deve:

reconhecer que a política emancipatória tem que star vinculada a política de vida, ou uma política de autorrealização. Por política emancipatória me refiro a engajamentos radicais voltados para liberação das desigualdades ou servidão. (Giddens, 1991, p. 170)

Resgatando Freire, nesse encontro de perspectivas, a educação requer reflexão sobre o próprio homem. O homem é um ser inacabado e inconcluso que sempre está em busca de um ser a mais. Essa busca de descobrir-se mais profundamente está a raiz da educação conjuntamente com reflexividade de Giddens. A busca para Freire é solitária mais ao mesmo tempo em comunhão com outras consciências. (2024, p. 33-35). Aí entra a comunicação e o desencaixe tempo-espço, no caráter permanente da educação.

Desse modo tudo está interligado, a sociologia, a sociologia jurídica, a sociologia da educação, e educação, o direito, que toda essa interligação trouxe acima formada de teóricos, comprometidos com as diversas transformações, conflitos, oportunidades sociais relacionados com valor da educação, da escolar de qualidade e do direito à educação que cumpre os objetivos legais por ser um direito casado com a cidadania e a democracia.

CAPÍTULO 2 – EJA/EaD no Distrito Federal: Conciliação de Vida, Trabalho e Estudo no contexto da Modernidade

O presente capítulo tem como objetivo investigar o contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação a Distância (EaD) no Distrito Federal, partindo do perfil de seus estudantes.. Busca-se, compreender como as categorias teóricas de Giddens expostas no capítulo 01 relativas principalmente à modernidade, reflexividade e globalização se manifestam na prática educacional desses sujeitos, considerando as suas trajetórias e contextos sociais.

Além disso, este capítulo identifica alguns dos principais desafios enfrentados pelos estudantes da EJA/EaD, especialmente no que se refere à conciliação entre o tempo dedicado aos estudos, às atividades laborais e à vida pessoal. E as estratégias adotadas por esses estudantes conseguem superar tais obstáculos, refletindo sobre como a educação pode ser articulada com as demandas contemporâneas da vida moderna.

Dessa forma, o capítulo 2 utilizando-se das categorias teóricas de Giddens manifestadas a partir dos estudantes da EJA/EaD numa instituição de ensino pública do Distrito Federal, destacando a maneira como eles lidam com as exigências impostas pela modernidade e exercem sua capacidade de reflexividade diante das condições sociais em que estão inseridos.

Para tanto, o texto aborda inicialmente alguns aspectos jurídicos que trazem uma breve trajetória histórica da EJA/EaD da mesma forma da EJA/EaD no Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília - CEJAEP no Distrito Federal. Terceiro é exposto um panorama do perfil dos estudantes. envolvendo questões relativas ao tempo social e à organização da vida — considerando as dimensões de matrículas, idade, trabalho, responsabilidades familiares. Encerrando a reflexão sobre a experiência educacional desses sujeitos e os desafios enfrentados na adaptação às demandas da vida moderna como gestão do tempo.

Dessa forma, pretende-se oferecer um panorama da realidade educacional da EJA/EaD no Distrito Federal, com base principalmente nos dados do Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília, CEJAEP, constantes do seu Projeto Político-Pedagógico vigente, e estabelecendo, cotejos quando necessário com estudos e dados oficiais regionais e nacionais.

Essa perspectiva histórica e reflexiva encontra eco na construção internacional da Educação de Adultos, que ganhou maior visibilidade a partir da criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Especialmente, após a Segunda Guerra Mundial, a demanda social crescente por educação levou à formulação de um conceito formal de Educação de Adultos, aceito internacionalmente emitido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, UNESCO, na Conferência de Nairóbi, em 1976, afirmando que a aprendizagem ocorre ao longo da vida.

A UNESCO definiu a Educação de Adultos como:

A expressão educação de adultos designa o conjunto de processos organizados de educação, qualquer que seja o seu conteúdo, o nível e o método, quer sejam formais ou não formais, quer prolonguem ou substituam a educação inicial dispensada nos estabelecimentos escolares e universitários e sob forma de aprendizagem profissional, graças aos quais pessoas consideradas adultas pela sociedade de que fazem parte desenvolvem as suas aptidões, enriquecem os seus conhecimentos, melhoram as suas qualificações técnicas ou profissionais ou lhes dão uma nova orientação, e fazem evoluir as suas atitudes ou o seu comportamento na dupla perspectiva de um desenvolvimento integral do homem e de uma participação no desenvolvimento socio-econômico e cultural equilibrado e independente (UNESCO, 1976 p.4).

O conceito de Educação de Adultos, inicialmente definido pela UNESCO em 1976, passou por um aprimoramento em 1988, ampliando seu escopo para englobar estruturas formais, não formais e informais voltadas à educação de jovens e adultos. Esse entendimento foi consolidado e reforçado pela Declaração de Hamburgo, aprovada na V Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos, sendo atualmente o conceito mais aceito, o qual destaca que:

Por educação de adultos entende-se o conjunto de processos de aprendizagem, formal ou não, graças ao qual as pessoas consideradas adultas pela sociedade a que pertencem desenvolvem as suas capacidades, enriquecem os seus conhecimentos, e melhoram as suas qualificações técnicas ou profissionais ou as reorientam de modo a satisfazerem as suas próprias necessidades e as da sociedade. A educação de adultos compreende a educação formal e a educação permanente, a educação não formal e toda a gama de oportunidades de educação informal e ocasional existentes numa sociedade educativa multicultural, em que são reconhecidas as abordagens teóricas e baseadas na prática (UNESCO, 1998, p.16).

Nesse sentido, a educação de adultos deve buscar envolver o máximo de recursos e de meios de aprendizagem, formais ou não, de modo a promover, ao longo da vida, meios de enriquecimento pessoal e oportunidades profissionais, reforçando a autonomia, a reflexividade e a cidadania crítica. Esses elementos centrais servem para compreender a experiência dos estudantes da EJA/EaD no Distrito Federal, a qual será detalhada a seguir.

Os conceitos desenvolvidos pela UNESCO convergem, quando se fala da durabilidade no decorrer da vida, com a categoria sociológica de tempo proposta por Giddens, pois, a educação vai além do tempo escolar tradicional, incorporando a educação ao longo da vida, mesmo que o tempo esteja “passando rapidamente” fruto da modernidade reflexiva.

Quando a definição da UNESCO (1976) afirma que a aprendizagem se prolonga ao longo da vida, não se restringe à infância, evidencia-se um alargamento temporal da educação e da aprendizagem em si. Isso significa a ideia de que a educação não está mais limitada a uma fase específica da vida, mas pode ocorrer, em diferentes momentos e contextos a todo tempo.

Em termos de Giddens, isso pode ser relacionado com a ideia do desencaixe do tempo-espaço da modernidade tardia: os eventos sociais, inclusive a educação, não estão mais rigidamente atrelados a um lugar ou a uma idade específica.

Nesse diálogo com o conceito de desencaixe do tempo e do espaço na modernidade tardia, proposto por Giddens (1991) rompe com a ideia tradicional da formação escolar confinada a uma fase ou idade específica da vida. A educação passa a ser ressignificada temporalmente, independentemente do tempo cronológico, refletindo a flexibilidade contínua na construção das trajetórias educativas.

A proposta conceitual da Declaração de Hamburgo (UNESCO, 1998) reconhece que educação de adultos compreende múltiplos tempos de aprendizagem – formais, não formais e informais isso tem consonância com a ideia de reflexividade moderna de Giddens (1991).

Essa proposta reconhece que os indivíduos reavaliam continuamente suas trajetórias de vida, adaptando-se a novas exigências sociais, profissionais e culturais. Assim, o tempo da aprendizagem deixa de ser basicamente linear e cumulativo, tornando-se aberto, dinâmico e sendo permanentemente reconfigurado conforme as necessidades individuais e coletivas.

No mesmo sentido caminha a Constituição Federal de 1988, conhecida como cidadã, com característica a acolher os movimentos sociais que lutam pela ampliação dos direitos. A da EJA então é incorporada não diretamente na letra Constitucional, mas em diversas legislações, decretos e políticas públicas educacionais ao longo da história brasileira.

Progressivamente, várias conferências internacionais foram sendo realizadas, especialmente a década de 90 foi muito favorável para EJA. Neste período iniciativas em favor da Educação de Jovens e Adultos ocorreram junto a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), como a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia que declarou o ano de 1990 como o “Ano Internacional da Alfabetização”, responsável por suscitar, naquele momento, uma discussão a respeito do verdadeiro significado da alfabetização. (UNESCO, 2005, p.89).

2.1. Aspectos jurídicos e a trajetória histórica do EJA e do EaD no Distrito Federal

Em linhas gerais, essa seção apresente alguns os aspectos jurídico Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação a Distância (EaD). Sem pormenores destaca os principais marcos legais nacionais e distritais que configuraram a modalidade atualmente. Evidenciando como legislações, diretrizes e programas moldaram sua institucionalização, seus objetivos e desafios ao longo do tempo.

Sem retroceder demasiadamente nos marcos legais a Constituição Federal de 1988 (art. 204 e seguintes) é considerado como ponto de partida temporal. Com a previsão da EJA na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), que constitui a base infralegal inicial para a EJA/EaD que foi posteriormente complementada e regulamentada por decretos e portarias específicas voltadas à Educação a Distância.

A Constituição Brasileira reconheceu a educação como direito de todos independentemente da idade. Com a LDB/1996 a nomenclatura atual EJA educação de jovens e adultos ficou mais abrangente podendo ser compreendida como a formação englobando os diversos processos. (Rummert E Ventura, 2007, p.31)

Como destacam Rummert e Ventura (2007, p. 33), a EJA - Educação de Jovens e Adultos - tem sido historicamente conduzida por ações centradas, em grande medida, em iniciativas de alfabetização, desenvolvidas em caráter de parcerias institucionais. Isso fruto da década de 1990, em que a modalidade passa a se estruturar de maneira mais dispersa, vinculada a diferentes órgãos governamentais e realizada por meio de uma multiplicidade de programas e projetos.

No teor da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) apenas dois artigos (37 e 38) são dedicados a EJA, destacando sua condição de modalidade de Ensino, que em princípio

seria um modo de reafirmar o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico adequado às suas condições para o estudo, e dever do poder público em oferecê-la gratuitamente.¹⁰

A EJA na LDB, no artigo 37 refere-se que as oportunidades educacionais adequadas aqueles que não tiveram acesso ou não continuaram a educação básica na idade adequada são garantidas.

E no artigo 38 trata da idade para a realização dos exames supletivos. Sem uma preocupação clara em relação a oferta de uma educação de qualidade:

No Ensino Fundamental, a idade mínima para a prestação dos exames passou de 18 para 15 anos e, no Ensino Médio, de 21 anos para 18 (Idem, Art. 38). Tal dispositivo legal, que expulsou da escola regular diurna, do Ensino Fundamental, os jovens a partir dos 14 anos de idade, evidencia a ênfase atribuída a certificação, em detrimento da vivência plena dos processos pedagógicos necessários ao efetivo domínio das bases do conhecimento científico e tecnológico. (Rummert,2007, p.38)

A EJA é direito público subjetivo a educação, dessa forma atende um estudante dotado de perfil próprio que em sua maioria são trabalhadores, transferindo o Estado a iniciativas tomadas por esferas não estatais, filantrópicas acaba por destacar um caráter compensatório. (Rummert,2007, p.39)

Em relação a EaD, prevista no art. 80, LDB, que incentiva o desenvolvimento público de programas de ensino a distância em todas as fases da educação. Por outro lado, retomando ao art. 32, § 4º, encontram-se restrições ao uso da EAD no ensino fundamental obrigatório, limitando-a a complementos de aprendizagem ou situações emergenciais. (Brasil, 1996)

Ainda sobre a EaD, na LDB (Brasil, 1996) no Título IX das Disposições Transitórias no art. 87 ao instituir a Década da Educação, abrangeu o período de 1997 a 2007, em seu item o § 3º, II afirma diz que cada Município, Estado e Distrito Federal, e supletivamente a União cabe prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados.

¹⁰ O ensino supletivo, era previsto na lei anterior a LDB, Lei nº 5.692/71, em capítulo próprio com cinco artigos. Um deles dizia que este ensino se destinava a “suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos, que não a tinham seguido ou concluído na idade própria”. Este ensino podia, então, abranger o processo de alfabetização, a aprendizagem, a qualificação, algumas disciplinas e também atualização. Os cursos poderiam acontecer via ensino a distância, por correspondência ou por outros meios adequados. Os cursos e os exames seriam organizados dentro dos sistemas estaduais de acordo com seus respectivos Conselhos de Educação. (Brasil, 2000, p.21)

A primeira regulamentação do art. 80 da Lei nº 9.394/96, ocorreu por meio do Decreto nº 2.494/1998.¹¹ Esse decreto estabelecia que a União detinha competência exclusiva para autorizar e regular o funcionamento de cursos à distância. Previa, ainda, que os cursos de EAD, inclusive na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), poderiam ser ofertados por instituições públicas ou privadas devidamente credenciadas mediante ato específico do Ministro da Educação ou dos Sistemas de Ensino Estaduais/Distrital, conforme o âmbito de atuação.

Somado a isso, o Decreto nº 2.494/1998 determinava que tais cursos deveriam observar as Diretrizes Curriculares Nacionais, contemplando conteúdos, habilidades e competências definidas em âmbito nacional pelo Ministério da Educação.

Posteriormente ocorreu uma série de revogações, o Decreto nº 2.494, de 1998, foi revogado pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Posteriormente, o Decreto nº 5.622/2005 foi revogado pelo Decreto nº 9.057, de 2017, que também regulamentavam o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394/1996. Este último, por sua vez, foi revogado pelo Decreto nº 12.456, de 2025.

Antes de abordar o decreto atualmente vigente, em respeito a ordem cronológica da legislação referente à EJA/EaD, o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Esse parecer, ao enfatizar a necessidade de flexibilidade curricular, abriu espaço para a adoção de metodologias de ensino a distância na Educação de Jovens e Adultos.

Nele a EaD passou a ser reconhecida como instrumento pedagógico relevante para ampliar o acesso educacional, possibilitando que jovens e adultos conciliem os estudos com outras responsabilidades, como atividades laborais e cuidados familiares.

Ainda em suas considerações iniciais, o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, destacou uma seção para tratar sobre ensino a distância, veja que na ocasião da publicação desse parecer estava em vigor Decreto nº 2.494 de 10 de fevereiro de 1998. Nessa seção a EaD é tratada

¹¹ Por relevância histórica, foi trazido ao texto, o Decreto nº 2.494/1998, que classificava os cursos EaD para jovens e adultos e delegava credenciamento aos respectivos órgãos federativos. Sua relevância está em ter sido um dos primeiros marcos regulatórios específicos para a Educação a Distância (EaD) no Brasil após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996). Regulamentou o Artigo 80 da recém-promulgada LDB/1996, que estabelecia a EaD como uma modalidade educacional a ser incentivada. Trouxe uma definição clara de EaD, art. 1º, como uma "uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação".(Brasil, 1998)

como uma modalidade altamente eficaz para superar obstáculos geográficos e a ausência de contato presencial entre professor e aluno. Ela favorece uma forma de proximidade indireta ou virtual, que transcende fronteiras e limitações físicas (Brasil, 2000, p.43-47)¹²

O parecer ainda alertava para os riscos associados à EAD que pelo seu caráter inovador e flexível poderia ser explorado de forma indevida, resultando em práticas de ensino de baixa qualidade e risco dos diplomas serem mercantilizados.¹³ Por isso, destaca-se a importância de um processo contínuo e rigoroso para controle tanto de autorizações como de certificação para garantir a qualidade e segurança em relação as ofertas a distância, tanto a nível da educação básico como a nível superior.

Seguindo, em 2018, é sancionada a lei nº 13.632/2018 que inclui conceito de educação e aprendizagem ao longo da vida na LDB modificando os artigos Art. 3º, XIII, Art. 37 e Art. 58, § 3º. a expressão aprendizagem ao longo da vida passa a ser compreendida como um dos princípios norteadores do ensino brasileiro. (Brasil, 2018). E em 2020 com a EC 108 foi inserido no art. 2025 da CF o inciso “IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida

Em 2024, o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos ¹⁴, juntamente com o Decreto nº 12.048/2024 visam integrar esforços federais, estaduais e municipais através de uma estrutura cooperativa para superar o analfabetismo e aprimorar a EJA utilizando-se dos instrumentos como o Cadastro Nacional da Educação de Jovens e Adultos - CAD-EJA, Programa de Educação de Jovens e Adultos -PEJA, Programa Dinheiro Direto na Escola- o PDDE-, o Fundo de

¹² No Parecer CNE/CEB nº 11/2000, reconheceu a EJA como uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio. (MEC, 2000, p.01)

¹³ Giddens já falava sobre isso quando analisava sobre o aumento da iniciativa privada em ofertar e educação. Trazendo o exemplo dos Estados Unidos, em que muitos investidores enxergam o setor educacional para fins lucrativos como um mercado em plena expansão. Já existe um número expressivo de empresas que oferecem produtos e serviços ligados à educação, como programas de capacitação, cursos preparatórios e softwares educativos. Giddens afirmou que empresas e consultores tratam a educação como uma verdadeira “indústria” de investimento. E também adicionou que grandes corporações, como Microsoft, Sun Microsystems e Intel, têm investido em companhias do setor educacional, buscando aproveitar as oportunidades de mercado em expansão. (Giddens, 2008, p.513)

¹⁴ “O Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos busca superar o analfabetismo, elevar a escolaridade, ampliar a oferta de matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos sistemas públicos de ensino, inclusive entre os estudantes privados de liberdade e aumentar a oferta da EJA integrada à Educação Profissional e Tecnológica.”

Segundo o Boletim EJA do Distrito Federal de setembro de 2025, foi lançada no dia 11 de março de 2025, a Política Distrital para Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, uma iniciativa do Governo do Distrito Federal para implementar as ações do Pacto, bem como os programas e projetos específicos do DF, sendo que uma das metas é tornar o Distrito Federal livre do analfabetismo. (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 1)

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE-, entre outros, para fortalecer a política pública de alfabetização e EJA.

Ainda dispõe, Decreto nº 12.048/2024 sobre o Programa Brasil Alfabetizado temos como objetivos principais desse Decreto:

Art. 3º São objetivos do Pacto:

- I - superar o analfabetismo das pessoas com quinze anos de idade ou mais;
- II - ampliar a aprendizagem ao longo da vida, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho;
- III - elevar a escolaridade das pessoas com quinze anos de idade ou mais que não tenham acessado ou não tenham concluído o ensino fundamental e o ensino médio;
- IV - ampliar as matrículas da EJA nos sistemas públicos de ensino; e
- V - qualificar o atendimento na EJA, por meio da melhoria das condições de oferta da modalidade em todas as etapas. (Brasil, 2024)

Por fim, o recente e atual Decreto nº 12.456, de 2025, regulamentado pela Portaria nº 506/2025, dispõe sobre a oferta à distância para educação superior a distância:

Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. (Brasil, 2025)

Atualmente através do Parecer nº 3/2025 do Conselho Nacional de Educação (CNE), surgiu a Resolução CNE/CEB nº 3/2025 que estão definidas as diretrizes operacionais para a EJA, homologado em março de 2025, revogando a Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021.

Com finalidade de desenvolver, junto à sociedade civil, diretrizes para a expansão territorial da EJA, busca ampliar oportunidades e reduzir desigualdades, a Resolução CNE/CEB nº 3/2025 tem por objetivo viabilizar e estimular a implementação de ações, programas e estratégias previstos no Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024. (Brasil, 2025)

A Resolução CNE/CEB nº 3/2025, define a EJA como modalidade da Educação Básica que deve ampliar a escolarização dessa população, devendo ser inclusiva, ou seja, que possibilite acesso amplo à diversidade de estudantes respeitando também as realidades culturais, sociais e territoriais de povos e comunidades tradicionais (como quilombolas, indígenas, ribeirinhas). (Brasil, 2025)

O Conselho Nacional de Educação fica responsável por emitir orientações de atendimento aos estudantes, considerando as especificidades e a diversidade da educação de jovens e adultos, como a garantia do direito à educação na juventude e na vida adulta, incluindo as pessoas idosas. Segundo o MEC essa resolução foi elaborada por processo amplo e democrático com participação de grupos da sociedade civil, Fóruns de EJA, audiências públicas online e principalmente com os estudantes da EJA apresentadas através de documentos apresentados pela Conferência Nacional de Educação (Conae/2024), para refletir as necessidades do público da EJA. (Brasil, 2025)

Destaque ao art. 3¹⁵, que com o objetivo de assegurar o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos de pessoas que não iniciaram ou interromperam sua trajetória escolar, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) poderá ser ofertada de diferentes formas. No que se refere à oferta virtual, destaque ao inciso III deste artigo, a modalidade Educação a Distância (EaD) é permitida exclusivamente para o Ensino Médio, desde que seja garantido, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária em atividades presenciais. (Brasil, 2025)

Esse dispositivo normativo estabelece uma diretriz importante para a organização da EJA, ao determinar que a oferta a distância só é autorizada para o Ensino Médio e deve ser complementada por atividades presenciais. A regra busca assegurar equilíbrio entre flexibilidade pedagógica e garantia de acompanhamento educacional efetivo, considerando a questão de ser presencialmente.

Assim, ao impor um percentual mínimo presencial, o legislador alega que a intenção é evitar que a modalidade seja utilizada de forma precária ou meramente formal, objetivando garantir condições adequadas de aprendizagem, apoio pedagógico e inclusão educacional.

¹⁵Resolução CNE/CEB nº 3/2025 Art. 3º Com o objetivo de possibilitar o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos de todas as pessoas que não iniciaram ou interromperam o seu processo educativo escolar, a oferta da modalidade da EJA poderá ser realizada:

I - presencialmente, como a forma principal desta modalidade, sendo facultado aos sistemas de ensino, desde que regulamentada e de forma adicional, a utilização de práticas pedagógicas não presenciais;

II - articulada com a Educação Profissional, em cursos de qualificação profissional ou de Formação Técnica de Nível Médio;

III - virtualmente, por meio da modalidade Educação a Distância - EaD, exclusivamente na etapa do Ensino Médio, garantindo a oferta de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da carga horária na modalidade presencial; e

IV - via exames supletivos no nível de conclusão do Ensino Fundamental, para os maiores de quinze anos, e Ensino Médio para os maiores de dezoito anos. **Grifei.** (Brasil, 2025)

Em seus artigos 8º e 9º¹⁶ da Resolução CNE/CEB nº 3/2025, estabelece diretrizes específicas para a oferta da EJA na modalidade Educação a Distância, assegurando a garantia da qualidade pedagógica e a promoção da equidade no acesso à educação para jovens e adultos. (Brasil, 2025)

No art. 8º, a Resolução CNE/CEB nº 3/2025 define as características necessárias para a oferta da EJA na modalidade EaD como a duração mínima deve corresponder a mesma prevista para a EJA presencial. O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) deve ser disponibilizado por meio de plataformas que assegurem o acesso dos estudantes, complementado por mídias e materiais didáticos impressos se necessário. A garantia da interatividade pedagógica, assegurando a atuação do corpo docente e uma relação adequada entre quantidade de professores e número de estudantes. Além disso, a instituição deve oferecer infraestrutura tecnológica adequada, como polo de apoio pedagógico, com biblioteca, incluindo rádio, televisão e internet, considerando as possibilidades da chamada convergência digital. (Brasil, 2025)

Também se estabelece o reconhecimento e a aceitação de transferências entre os cursos presenciais de EJA e os ofertados em EaD. Por fim, a carga horária da modalidade

¹⁶ Resolução CNE/CEB nº 3/2025 Art. 8º Os cursos da EJA desenvolvidos por meio da modalidade EaD serão ofertados exclusivamente para o Ensino Médio, com as seguintes características:

I - a duração mínima será a mesma estabelecida para a EJA presencial;

II - a disponibilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e de plataformas garantidoras de acesso além de mídias ou materiais didáticos impressos;

III - o desenvolvimento de interatividade pedagógica dos docentes, garantindo relação adequada de professores por número de estudantes;

IV - a disponibilização de infraestrutura tecnológica como polo de apoio pedagógico às atividades dos estudantes, garantindo o acesso a biblioteca, rádio, televisão e internet aberta às possibilidades da chamada convergência digital; e

V - o reconhecimento e aceitação de transferências entre os cursos da EJA presencial e os desenvolvidos em EaD.

Parágrafo único. Para a oferta de cursos de EJA do Ensino Médio, por meio da modalidade EaD, a carga horária fica limitada a, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária total, tanto na formação geral básica, quanto nos Percursos de Aprofundamento do currículo.

Art. 9º Caberá à União, em regime de cooperação com os sistemas de ensino, o estabelecimento de normas e procedimentos para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimentos dos cursos na modalidade EaD e de credenciamento das instituições.

§ 1º Os atos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos da EJA na modalidade EaD, no âmbito da unidade federada, deve ficar ao encargo dos sistemas de ensino.

§ 2º Para a oferta de cursos da EJA na modalidade EaD, fora da Unidade da Federação em que estiver sediada, a instituição deverá obter credenciamento nos Conselhos de Educação das Unidades da Federação onde irá atuar.

§ 3º Tais atos deverão merecer ampla publicidade e transparência de maneira a garantir a divulgação dos programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, e essa divulgação deve se dar por diferentes canais, observando-se os hábitos e a cultura de acesso à informação de cada comunidade, a fim de garantir a efetividade no processo de publicização. (Brasil, 2025)

a distância fica limitada a, no máximo, 50% da carga horária total, tanto na formação geral básica quanto nos percursos de aprofundamento do currículo. (Brasil, 2025)

No art. 9º para o credenciamento da EJA/EaD, a Resolução CNE/CEB nº 3/2025 estabelece que: cabe à União, em regime de cooperação com os sistemas de ensino, o estabelecimento de normas e procedimentos para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimentos dos cursos na modalidade EaD e de credenciamento das instituições. (Brasil, 2025)

Em relação a avaliação, no Art.10, Resolução CNE/CEB nº 3/2025 estabelece que os sistemas de ensino devem estabelecer processos de avaliação da EJA/EaD, da aprendizagem dos estudantes de forma contínua, processual e abrangente; autoavaliação e avaliação em grupos, sempre presenciais.¹⁷

Também está prevista avaliação periódica das instituições escolares como exercício da gestão democrática; garantia de controle social de desempenho; e avaliação rigorosa para a liberação de oferta de cursos, descredenciando práticas mercantilistas e instituições que não zelem pela qualidade de ensino.

A Resolução CNE/CEB nº 3/2025, poucos meses depois, já sofreu alterações pela Resolução CNE/CEB Nº 6, de 17 de julho de 2025, destacando que acresceu o art. 18- A para que se possa fazer um período de transição entre as atuais modalidades de oferta e sua organização da EJA , com prazo até em 31 de dezembro de 2025.

Esse art. 18-A, da Resolução CNE/CEB Nº 6/ 2025 tem quatro parágrafos que no § 1º determina que a oferta da EJA em formato diverso daquele previsto deve ser encerrada com a conclusão do respectivo segmento, e não apenas do curso. Além disso, novas matrículas realizadas após a publicação da Resolução deverão obedecer integralmente aos critérios nela estabelecidos. No § 2º estabelece que a oferta do Ensino Fundamental na modalidade Educação a Distância deve respeitar o limite de 50% (cinquenta por cento) da carga horária total do curso, conforme previsto no inciso III do artigo correspondente.

Continua descrevendo as regras de transição no Art. 18-A, § 3º dispõe que, no caso do Ensino Médio ofertado na modalidade EaD, deverá haver ampliação da carga horária presencial, admitindo-se o uso de práticas pedagógicas não presenciais, até o limite

¹⁷ Desde início, mesmo antes da criação do CEJAEP as avaliações sempre foram aplicadas de modo presencial aos estudantes.

máximo de 50% (cinquenta por cento) da carga horária total. E por fim, no §4º esclarece que as regras de transição previstas nesta Resolução se aplicam às diversas formas de organização escolar previstas na Lei nº 9.394/1996, incluindo oferta por séries anuais, períodos semestrais, ciclos, módulos, alternância regular de períodos de estudo, grupos não seriados ou outros modelos legalmente instituídos.

O regime de transição previsto na Resolução CNE/CEB nº 3/2025, através da inclusão do art. 18-A da Resolução CNE/CEB nº 6/2025 tem papel fundamental para assegurar a continuidade e estabilidade, especialmente em contextos de mudança normativa, evitando lacunas ou conflitos entre normas antigas e novas. No contexto da EJA/EaD, tais disposições são essenciais para garantir que as matrículas, a progressão e a conclusão de cursos iniciados sob normas anteriores não sejam comprometidos, preservando a validade dos estudos já realizados.¹⁸

Percebe-se que a EJA e a EJA/EaD estão marcadas por uma trajetória histórica de lutas, por meio de ações concretas através das normatizações, visando consolidar sua relevância no campo educacional, cuja plena efetivação ainda não se concretizou, pois há latente uma demanda de um perfil de estudante bem diversificado, mas específico que anseia por concluir seus estudos na educação básica.

Contudo as iniciativas voltadas a essas modalidades refletem a consciência sobre seus limites e possibilidades, tendo como objetivo assegurar o acesso à educação como direito de todos aqueles que não puderam concluir sua escolarização na idade considerada adequada, reafirmando, assim, o princípio de que a aprendizagem ocorre ao longo de toda a vida.

Pois bem, a EJA/EaD insere-se em reconfigurações e em reorganizações demandas pela modernidade, Giddens (1991) que evidencia como as transformações sociais e institucionais são processadas de forma contínua e reflexiva ao longo do tempo.

A educação de jovens e adultos, ao conciliar práticas presenciais e a distância, expressa a necessidade de adaptação às novas exigências sociais, tecnológicas e

¹⁸ Em relação aos cursos de graduação ofertados na modalidade à distância, a Portaria MEC nº 795, de 25 de novembro de 2025, divulgada no Diário Oficial da União, alterou as regras, atualizando o cronograma regulatório e exigindo que instituições de ensino comprovem condições para diferentes formatos (presencial, EaD, semipresencial) ao pedir credenciamento, assegurando padrões mínimos de qualidade e definindo prazos para processos regulatórios no Sistema e-MEC

temporais, mostrando que o ensino não é apenas um ato de transmissão de conhecimento, mas um espaço de negociação de confiança, autonomia e responsabilidade, elementos de integração social e de exercício da cidadania no mundo contemporâneo.¹⁹

2.2. CEJAEP – Percursos Históricos e Normativos da EJA/EaD no Distrito Federal

A instituição Educacional objeto parte deste estudo trata-se de uma escola pública do Distrito Federal intitulada CEJAEP - Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília, situada no Distrito Federal.

É uma escola da modalidade EJA/EaD, vinculada oficialmente à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, ofertando educação básica desde o Ensino Fundamental – iniciando na 5ª etapa do 2º segmento - ao Médio, 3ª etapa do 3º segmento da Educação Básica e há oferta do Curso Técnico em Secretaria Escolar.

Essa escola é pioneira na modalidade de educação a distância - EaD, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, que teve a sua origem como projeto no ano de 2005 (Governo do Distrito Federal, 2025, p.06)²⁰

O Plano Nacional de Educação – PNE, instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, estabeleceu diretrizes para a ampliação da Educação a Distância articulada à EJA, criando um contexto propício para a incorporação da EaD à EJA na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Em 2004, essa integração começou a se concretizar, sendo formalizada, posteriormente, por meio da Portaria nº 142, de 18 de maio de 2005 (DODF, 19 maio 2005, p. 24-25), que autorizou o credenciamento do Centro de Educação de Jovens e Adultos Asa Sul – CESAS para ofertar, pioneiramente no Distrito Federal e no Brasil, a EJA 3º Segmento/EaD, pela SEEDF, com base em parecer do Conselho de Educação do Distrito Federal – CEDF. (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 6)

¹⁹ De acordo com Giddens (2009), nessa dinâmica de produção de leis, decretos e resoluções em relação a modalidade EJA/EaD assim como na dinâmica educacional, a presença da reconfiguração social aspecto da modernidade reflexiva caracterizada pelo processamento contínuo e reflexivo das mudanças sociais e institucionais, em que indivíduos e instituições estão constantemente avaliando, adaptando e reorganizando práticas e estruturas diante das exigências sociais, tecnológicas e culturais do tempo presente.

²⁰ No Distrito Federal temos a principal Portaria Normativa para EJA a Distância (EaD) é a Portaria nº 93, de 27 de janeiro de 2025, publicada pelo SINJ-DF, que estabelece orientações para a coordenação pedagógica da modalidade. Esta portaria altera a Portaria nº 1.608, de 2024, que trata de questões como carga horária do professor e composição de turmas na EJA.

A expansão da modalidade EaD para o 2º Segmento da EJA ocorreu em 2006, mediante a Portaria nº 294, de 11 de setembro de 2006 (DODF, 13 setembro 2006, p. 080), consolidando, assim, a implementação da EJA/EaD na rede pública do Distrito Federal. (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 6)

Em 2016, foi instituído um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de realizar estudos voltados à concretização do projeto de EJA/EaD em uma escola, por meio da Portaria nº 357/SEEDF, de 1º de novembro de 2016. A criação do GT pela Secretaria de Educação do Distrito Federal ultrapassou o caráter de mero ato administrativo, configurando um espaço de participativo democrático.²¹ (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 7)

Trazendo, assim, uma dimensão democrática do processo, na medida em que decisões estruturantes, como a criação e credenciamento do Centro de Educação Profissional Escola Técnica Asa Sul (nome inicial do CEJAEP) — oriundo do desmembramento do CESAS —, não foram impostas verticalmente, mas construídas em um movimento coletivo de diálogo e deliberação²². (Governo do Distrito Federal, 2025, p.07-08)

O registro das reuniões em atas evidencia a formalização desse processo, cuja duração aproximada de um ano ilustrou uma complexidade das decisões quanto o esforço para conferir legitimidade às escolhas institucionais, contribuindo para a consolidação de uma nova escola voltada às especificidades da EJA/EaD. (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 7-8)

Nesse contexto, a análise pode ser relacionada a experiência do GT com a noção de tempo na modernidade reflexiva proposta por Giddens. A criação do CEJAEP ocorreu em um processo marcado pela necessidade de conciliar diferentes temporalidades: o

²¹ Nesse espaço democrático do Grupo de trabalho, participaram diferentes atores educacionais: professores da EaD, equipe gestora, coordenação geral, representantes de setores estratégicos da Secretaria de Educação — como SUBEB, SUGEP, SUPLAV e UNIEB —, bem como os próprios estudantes, cuja participação se deu por meio de consultas eletrônicas, a exemplo de questionários aplicados via Google Forms. (DISTRITO FEDERAL, 2025, p. 7).

Essa abordagem permite maior legitimidade das decisões, maior transparência e alinhamento entre a gestão educacional e as necessidades do público atendido, refletindo os princípios da participação social e da gestão democrática da educação previstos no Artigo 206, inciso VI, CF/88 e LDB, art. 2º, VIII (BRASIL, 1988 e 1996)

²² Embora existisse como projeto desde 2005, o CEJAEP tornou-se efetivamente uma escola só em 2018. Em 2020 passou a oferecer curso técnico da Secretaria Escolar, também a distância. “Estamos em um processo de transformação da oferta da EJA na cidade. Aprovamos novas diretrizes, estamos integrando a oferta com a educação profissional e atuando para tornar a modalidade mais atrativa ao público-alvo”, explicou o subsecretário de Educação Básica, Helber Vieira. (Governo do Distrito Federal; Moraes, 2019)

tempo burocrático da administração pública, o tempo de existência de um projeto que foi amadurecendo desde 2005, o tempo pedagógico das práticas escolares e o tempo social vivido pelos estudantes da EJA/EaD, que precisam equilibrar estudo, trabalho e vida pessoal.

A CEJAEP funcionou desde antes de sua institucionalização, nas dependências físicas do CESAS. Após a pandemia, e em conformidade com a Portaria nº 752, de 3 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial nº 146, em 4 de agosto de 2022, o CEJAEP EaD passou, a partir de dezembro de 2022, a funcionar em sua sede própria, localizada na SQS 315 Área Especial – CEP 70384-000, Brasília/DF. A mudança de endereço representou um passo fundamental para o desenvolvimento e a execução das propostas educacionais da instituição escolar. (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 94)

A instalação do CEJAEP em sede própria representou um marco para a consolidação institucional da modalidade EJA/EaD no Distrito Federal, proporcionando infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, a organização administrativa e o atendimento aos estudantes. A sede própria garante a permanência das práticas educativas, facilita a implementação das propostas curriculares e fortalece a identidade institucional, elementos essenciais para a efetivação da EJA/EaD e para a qualidade do processo de aprendizagem.²³

Com esse breve relato histórico da CEJAEP, percebe-se que políticas educacionais voltadas para a EJA e para a EaD assumem papel relevante no atendimento institucional de estudantes que buscam reorganizar trajetórias interrompidas por diferentes motivos, permanecendo um período afastados da escola.

²³ A escola, enquanto instituição educacional, tem historicamente sua identidade associada a uma sede física, espaço material que garante a localidade e a copresença física — condições fundamentais para a socialização e para a constituição de comunidades de prática entre estudantes, professores, gestores e comunidade escolar em geral. Essa materialidade representa, portanto, uma forma de “ancoragem espacial” da vida social. Contudo, à luz da modernidade reflexiva, Anthony Giddens (1991) demonstra que as relações sociais se diluem das coordenadas de tempo e espaço, processo que ele denomina de “desencaixe” (*disembedding*), pelo qual práticas e instituições se deslocam de contextos locais e passam a operar em redes distantes e interconectadas. Então uma Educação a Distância (EaD) constitui exemplo paradigmático dessa diluição: a interação educativa permanece real mas que se realiza em um espaço relacional desterritorializado, sustentado por sistemas técnicos de comunicação e confiança mediada. Assim, enquanto a escola física materializa a localidade da presença, a EaD expressa a modernização reflexiva da educação, na qual o espaço físico cede lugar ao espaço simbólico e comunicacional das redes digitais. (Giddens, 2008)

Entretanto, a simples existência de marcos legais e normativos não assegura, por si só, a efetividade do direito à educação, uma vez que a experiência concreta do estudante demanda uma postura ativa de toda a comunidade escolar.

Para Giddens (1991), a modernidade promove uma reorganização radical do tempo e do espaço, impondo a constante reflexividade como condição necessária para adaptação às transformações sociais. Tal entendimento dialoga diretamente com o arranjo institucional descrito, no qual as decisões não se restringiram a uma linearidade normativa, mas incorporaram múltiplas vozes e ritmos, configurando um exercício de democracia dialógica.

Assim, o tempo reflexivo da modernidade, demonstra que a consolidação da EJA/EaD no Distrito Federal constitui-se como um fenômeno jurídico-educacional intimamente relacionado às demandas da contemporaneidade, inserindo a EJA em um contexto de contínuas reconfigurações e reorganizações sociais, processadas de modo reflexivo ao longo do tempo.

2.3. Panorama e Perfil dos Estudantes da EJA/EaD no Distrito Federal

A escolha pela modalidade a distância, é reflexo não apenas da existência de políticas públicas, mas também a reflexividade dos indivíduos diante das exigências da modernidade tardia, que os obriga a conciliar múltiplos papéis sociais — trabalho, família e estudo — em um tempo social fragmentado e acelerado, que serão apresentados a seguir.

O CEJAEP como caso representativo da EJA/EaD, analisando inicialmente dados estatísticos mais atuais — ou seja, dados institucionais — relativos a: número de matrículas (taxa de procura), faixa etária, gênero, inserção socioeconômica, ocupação dos estudantes e trajetórias escolares interrompidas do perfil dos estudantes da EJA/EaD no Distrito Federal (DF).

Para melhor estudo será comparada (quando possível) os dados do CEJAEP²⁴ com os indicadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, uma instituição do Ministério da Educação do Brasil responsável por avaliar e fornecer

²⁴ Dados originários do PPP/CEJAEP ano 2025, frutos de pesquisa institucional, integralidade do texto está no Anexo A

dados sobre o sistema educacional, INEP, e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, SEEDF, para mostrar convergências ou especificidades locais. Para tanto, "INEP/SEE/DF" indica dados do INEP em relação ao sistema de ensino do Distrito Federal, que é administrado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal-SEEDF.

Antes é necessário trazer o Art. 225²⁵ da Lei Orgânica do Distrito Federal, 1993, estabelece que a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve observar critérios de modo a compatibilizar os estudos a residência ou ao local de trabalho do estudante, de modo a atender à demanda declarada e oferta da modalidade nos turnos diurno e noturno.

Essa diretriz busca assegurar condições de acesso, permanência e êxito dos jovens e adultos nas Unidades de Ensino. Entretanto, a introdução da Educação a Distância (EaD) nesse cenário provoca uma ruptura significativa, pois flexibiliza a exigência de deslocamento para uma escola próxima, ampliando o alcance da política educacional ao permitir que o estudante participe independentemente de sua localização geográfica. (Governo do Distrito Federal, 2021, p.12)

No Projeto Político e Pedagógico da CEJAEP, mesmo sendo EaD, há previsão de momentos presenciais²⁶ que são informados aos alunos no momento da realização de matrícula. São eles:

- Aula inaugural: ocorre após as novas matrículas, no início de período letivo na qual os estudantes são orientados sobre o módulo da Ambientação, sobre a metodologia da modalidade EaD, sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. Orientações sobre a responsabilidade do estudante em organizar seus tempos e espaços de estudo, mesmo sendo este sujeito cujo trabalho é a prioridade para a organização dos demais tempos da vida (Governo do Distrito Federal, 2025, p.73)

²⁵ LODF -Art. 225. O Poder Público deve prover atendimento a jovens e a adultos, principalmente trabalhadores, por meio de programas específicos, de modo a compatibilizar educação e trabalho. (Artigo alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 79 de 31/07/2014)

Parágrafo único. Cabe ao Poder Público implantar programa permanente de alfabetização de adultos articulado com os demais programas dirigidos a este segmento, observada a obrigatoriedade de ação das unidades escolares em sua área de influência, em cooperação com os movimentos sociais organizados. (Parágrafo alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 79 de 31/07/2014)

²⁶ Esses momentos presenciais são previstos desde quando ainda era um projeto, desde 2005, ou seja, bem antes da Resolução CNE/CEB nº 3/2025

- São previstos atendimentos presenciais, se o estudante sentir a necessidade de se encontrar presencialmente com o professor, realizados nas Salas de Mediação e se necessário presencialmente, atendimento na Sala Multimídia para dúvidas de navegação e de conteúdo, (Governo do Distrito Federal, 2025, p.81)
- presença na escola nos momentos da realização da matrícula, e por ocasião da realização das provas que são presenciais. (Governo do Distrito Federal, 2025, p.82)

Desse modo, atualmente a maior parte do tempo escolar a interação com a comunidade acontece através da plataforma de aprendizagem, por meio de mensagens, vídeos, enquetes realizadas por meio de formulário eletrônico, fóruns virtuais. (Governo do Distrito Federal, 2025, p.75)

No CEJAEP EaD as competências necessárias para a Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional são trabalhadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA a distância baseada em software livre (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment/Ambiente Modular de Aprendizagem Dinâmica Orientada a Objetos), em atendimentos presenciais no Laboratório de Informática, participação de fóruns de apresentação e avaliativos, Plantões virtuais de atendimento pelo google meet ou programa similar e também indicações de leituras de livros e textos disponibilizados no AVA. (Governo do Distrito Federal, 2025, p.80)

De acordo com levantamento constante no Projeto Político Pedagógico CEJAEP/2025, os estudantes mantem o perfil clássico da EJA. Marcados por trajetórias de vida e de exclusão social, sendo, em sua maioria, da classe trabalhadora. Trata-se de um público profundamente heterogêneo, que inclui jovens, adultos e idosos; pessoas em cumprimento de medidas socioeducativas ou com restrição de liberdade no sistema prisional; população em situação de rua, em condição de vulnerabilidade social; sujeitos com necessidades educacionais especiais, diagnosticadas ou não; integrantes de movimentos sociais e populares; além de trabalhadores do campo e da cidade. Dessa forma, o espaço escolar atende uma comunidade diversificada, plural e complexa assim como é a da sociedade brasileira. (Governo do Distrito Federal, 2021, p.12)

Isso implica reconhecer quem são esses sujeitos para desenvolver processos político-pedagógicos que deem conta de suas necessidades, desejos, resistências e até sonhos. Nesse ponto, a teoria da modernidade de Giddens (1991) contribui para compreender que a educação, especialmente na EJA, não pode ser pensada de forma estática, numa “dupla hermenêutica”, mas como prática social situada num contexto de constantes transformações. (Governo do Distrito Federal, 2021, p.12)

Os estudantes da EJA, ao reconstruírem suas trajetórias educativas, tornam-se agentes reflexivos que reelaboram suas escolhas diante das oportunidades disponíveis. A educação, portanto, precisa dialogar com essa reflexividade própria da modernidade tardia, reconhecendo que as identidades são continuamente formadas e reformuladas em meio às mudanças estruturais, políticas e culturais.

Isto posto, os processos político-pedagógicos da EJA devem estar atentos não apenas às condições materiais de acesso, permanência e êxito, mas também ao papel ativo dos sujeitos na construção de seus projetos de vida, reforçando o caráter emancipatório da educação. (Governo do Distrito Federal, 2021, p.12)

2.3.1) Matrículas

A demanda pela modalidade EJA/EaD poderia se dizer ser fruto de uma demanda por flexibilidade, permitindo que os alunos estudem em diferentes horários e conciliem os estudos com o trabalho e a vida familiar.

Quadro 1 – Distribuição das matrículas da EJA por modalidade e região

Região	Total Geral	Presencial	EaD
Brasil	2.391.319	1.987.549	180.056
Centro-Oeste	127.412	85.260	38.548
Distrito Federal	26.769	22.878	3.891

Fonte: Adaptado de dados oficiais INEP, 2024

Observe que deste total de 3.891 matriculados na modalidade EJA/EaD na rede pública de ensino do D.F, temos que 1.311 estão matriculados na escola pública. Assim a EJA/EaD, no Distrito Federal publica, representa em relação nível nacional a porcentagem de aproximadamente 0,049%. (INEP, 2024)

Em termos estatísticos, 2024 o CEJAEP está inserido dentro desses 0,049%, comparando as matrículas nas escolas na modalidade EJA, presencial e a distância a nível nacional.

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem sofrendo uma queda expressiva de matrículas desde 2018, especialmente no segmento final do ensino

fundamental (6.º ao 9.º ano), o Censo Escolar, 2024 aponta cerca de 2,4 milhões de estudantes na modalidade — sendo aproximadamente 2,2 milhões na rede pública e 200 mil na rede privada. (INEP, 2024)

No Distrito Federal e entorno, há 105 escolas que ofertam EJA, abrangendo as regiões administrativas da capital, o CEJAEP, a única unidade de EJA no DF que dispõe de ensino remoto.²⁷ (Maldaner, 2025)

Um estudo nº 1.030/2023 da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF)²⁸ revela que, entre 2019 e 2023, as matrículas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Distrito Federal caíram de 45.259 para 32.958 alunos. Essa queda é atribuída principalmente aos efeitos da pandemia de Covid-19, sendo o período mais crítico entre 2020 e 2022 (Sinpro-DF, 2023). Significando uma queda de 27, 2%.

Sinpro-DF relatou nessa notícia que um dos argumentos centrais do estudo é que mais de 1 milhão de trabalhadores do Distrito Federal estariam impedidos de acessar a educação pública básica devido à falta de investimento e ação governamental adequada. O texto destaca que o problema não se restringe apenas à EJA, mas também se relaciona a desigualdades sociais diversificadas, como transporte público inadequado, jornadas de trabalho extensas ou múltiplas ocupações e mudanças frequentes de moradia, condições que dificultam a permanência no sistema de ensino (Sinpro-DF, 2023).

No Brasil a queda de matrículas na modalidade EJA, foi de 34,5% essa é uma meta que vem sendo alcançada. Pois a ideia é que a escolaridade ocorra naturalmente na idade série, em cumprimento de metas constantes do Plano nacional de Educação, PNE. Mas ainda continua no Brasil estudantes ficando para trás. Esse estudo mostra que: O acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA) caiu 34,5% na última década: foram 2,4 milhões de matrículas, em 2024, sendo 140 mil delas integradas à Educação

²⁷ Essa reportagem vinculada em jornal de grande circulação no Distrito Federal a diretora do CEJAEP, Índira Vanessa Pereira Rehem foi entrevistada relatou que embora o ensino remoto ofereça maior flexibilidade de horário — os alunos podem assistir às aulas em qualquer horário e marcar avaliações em matutino, vespertino ou noturno — ainda assim essa unidade sofreu queda de alunos logo como as unidades presenciais da EJA.

Também foi entrevistada a diretora de EJA da Secretaria de Estado de Educação do DF, Lilian Cristina Sena, observa que tanto o presencial quanto o EaD enfrentam a mesma tendência de queda de matrículas, e que um dos principais motivos é a necessidade de jovens e adultos entrarem mais cedo no mercado de trabalho, intensificada após a pandemia da Covid-19.

Na reportagem é relatado que reverter ou ao menos enfrentar essa queda, as escolas de EJA no DF lançaram campanhas de captação de novos alunos, uma delas chamada “EJA a Qualquer Tempo”, com distribuição de folders em todas as regiões administrativas, divulgação em redes sociais e marketing de boca em boca. E que foi instituída, em março de 2025, a “Política Distrital para Superação do Analfabetismo e Qualificação da EJA” pela SEEDF, com o objetivo de iniciar uma nova fase de investimento, estratégias de permanência para jovens, adultos e idosos no sistema educacional. (Maldaner, 2025)

²⁸ Não foi possível no site da Câmara Legislativa do Distrito Federal encontrar o teor deste estudo.

Profissional. Já a escolaridade média da população de 18 a 29 anos subiu e alcançou 11,9 anos, com um avanço de um ano de estudo no período. (F. S.; 2025, cap. 05)

A cada 100 crianças brasileiras 5 não ingressam na escola, apesar da obrigatoriedade legal. Destes, a cada 100, 94, concluem os anos iniciais do Ensino Fundamental aos 12 anos. E a cada 110, 86 concluem os anos finais do Ensino Fundamental aos 16 anos. E novamente a cada 100, apenas 71, concluem o Ensino Médio aos 19 anos. Então mesmo assim, há uma demanda Brasileira pela EJA. (F.S.; 2025)

No Distrito Federal, segundo dados compilados pela Fundação Santillana (2025), observa-se um desempenho escolar superior à média nacional. A cada 100 crianças, 95 ingressam na pré-escola em todas as redes de ensino. Entre essas, 90 concluem os Anos Iniciais do Ensino Fundamental aos 12 anos. No caso dos anos finais do Ensino Fundamental, 91 de cada 100 estudantes completam essa etapa aos 16 anos, e, por fim, 80 de cada 100 concluem o Ensino Médio aos 19 anos. Esses índices indicam uma trajetória escolar mais contínua e eficaz em comparação à média observada no país

Esses dados justificam a positiva queda nas novas matrículas na EJA, fruto do aumento da escolaridade no geral. No Distrito Federal em 2010 foram matriculados na modalidade 48.557 novos estudantes em relação ao ano de 2024 ocorreu uma queda de 44,9%, sendo que o total de novas matrículas deu de 26.796 estudantes, seguindo a tendência nacional. (F.S.; 2025)

Embora esses indicadores revelem trajetórias escolares relativamente contínuas na educação básica, regular, no Distrito Federal, tem-se que considerar que nem todos os jovens e adultos alcançam essa continuidade. Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos e a modalidade a distância, EJA/EaD, assumem papel estratégico, oferecendo oportunidade para que aquele que ficaram à margem do sistema regular possam retomar seus estudos, concluir etapas escolares e adquirir competências digitais e socioeducativas, promovendo maior inclusão social e educacional.

Mesmo assim, com avanços observados na escolarização, os dados de 2024 revelam que 29% dos brasileiros entre 15 e 64 anos ainda se encontram em condição de analfabetismo funcional²⁹, ou seja, apresentam dificuldades em compreender e utilizar

²⁹ De acordo com o INAF, alfabetismo é a habilidade de uma pessoa entender e usar a linguagem escrita em diferentes situações do dia a dia. Envolve desde reconhecer letras e números até interpretar e relacionar informações de textos com seus próprios conhecimentos e experiências. (INAF, 2025)

informações básicas de leitura e escrita nas situações cotidianas³⁰. Essa limitação compromete não apenas o acesso ao conhecimento formal, mas também a capacidade de uso crítico das ferramentas digitais, restringindo a plena participação desses indivíduos na vida social e econômica. (F.S.; 2025)

Diante desse cenário, o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) por meio de políticas públicas eficazes configura-se como um elemento estratégico para atender essa demanda que ainda existe, como resultado a redução das desigualdades educacionais e a promoção da inclusão digital e cidadã.³¹ (F.S.; 2025)

2.3.2) Perfil Etário dos Estudantes

Os estudantes da EJA são pessoas adultas e jovens que não concluíram os estudos na idade regular. São pessoas com experiências de vida diversas, que chegam à escola depois de adultos:

Entretanto, houve uma alteração no perfil dos estudantes atualmente matriculados, um aumento de 8% das matrículas na faixa etária de 18 a 20 anos, perfazendo um total de 20,2%. No ano de 2024, tivemos 12,8% dos respondentes nesta faixa etária. Os resultados mostram uma diversidade etária dos estudantes matriculados na EJA, desde a faixa etária de 15 anos à faixa etária adulta (entre 26 e 65 anos). Desta forma, pode-se afirmar que o CEJAEP EaD atende de forma majoritária pessoas com mais de 25 anos, (aproximadamente 62%) cumprindo assim o propósito da EJA (Figura 3) (Governo do Distrito Federal, 2025, p.15-16)

³⁰ Giddens,(2008) ao tratar sobre a literacia a nível mundial, que embora historicamente associada aos países menos desenvolvidos, pesquisas demonstram que a iliteracia funcional — caracterizada pela falta de habilidades básicas de leitura, escrita e cálculo necessárias para lidar com as demandas do cotidiano — também representa um desafio significativo em muitas sociedades ocidentais, evidenciando que o acesso à educação formal não garante, por si só, a plena competência para a participação social e econômica. Apresentando um quadro comparativo, ele conclui que em vários países desenvolvidos, a iliteracia funcional ainda é expressiva: ao menos um quarto dos adultos não atingiu o nível 3 de literacia(nível mínimo para enfrentar com êxito a vida moderna e o trabalho), com a Suécia registrando a menor taxa (27,6%) e o Reino Unido superando 50%. Conforme destacou o relatório da OCDE (PNUD, 1996), essa realidade é preocupante diante da transição para a economia do conhecimento, na qual indivíduos com baixas competências de leitura e escrita correm o risco de exclusão social e profissional. Nos países em desenvolvimento, o problema é ainda mais grave — cerca de 30% da população permanece analfabeta, sendo a Índia responsável por mais de 250 milhões de iletrados. Além disso, a iliteracia apresenta uma forte dimensão de gênero: em diversas regiões pobres, a taxa entre mulheres é mais que o dobro da observada entre homens. Entre as 150 milhões de crianças fora da escola, 90 milhões são meninas — um reflexo de fatores culturais, econômicos e tradicionais que priorizam a educação masculina. Essa exclusão educacional feminina está diretamente associada à perpetuação da pobreza, à mortalidade infantil elevada, à alta fertilidade e ao baixo desenvolvimento socioeconômico.(Giddens, 2008, p. 503)

³¹ O acesso a escolarização dos mais jovens reflete na taxa de analfabetismo funcional, já que, “entre os jovens de 15 a 29 anos, a taxa de analfabetismo funcional é de 16%, enquanto, entre a população de 50 a 64 anos, esse percentual chega a 51%.” (F.S., 2025).

Quadro 2 – Distribuição dos estudantes da EJA/EaD por faixa etária no CEJAEP

Faixa Etária	Percentual de Estudantes
15 a 17 anos	2,1%
18 a 20 anos	12,8%
21 a 25 anos	14,9%
26 a 30 anos	11,9%
31 a 35 anos	14%
36 a 40 anos	13,9%
41 a 45 anos	13%
46 a 50 anos	10,7%
51 a 55 anos	4,8%

Fonte: Adaptado CEJAEP, 2025.

Quadro 3 – Faixa etária dos estudantes EAD no Brasil, Centro-Oeste e Distrito Federal

Faixa Etária	Brasil	Centro-Oeste	Distrito Federal
Até 14 anos	7.026	289	13
15 a 17 anos	271.336	17.458	4.244
18 a 20 anos	321.960	22.619	6.720
21 a 25 anos	331.487	19.464	4.898
26 a 30 anos	216.291	13.509	2.133
31 a 35 anos	189.054	11.525	1.490
36 a 40 anos	190.539	10.768	1.466

Faixa Etária	Brasil	Centro-Oeste	Distrito Federal
40 anos ou mais	863.626	31.780	5.805
Total Geral	2.391.319	127.412	26.769
Percentual (%)	100%	5,33%	1,12%

Fonte: Adaptado do INEP (2024), Censo da Educação.

Pelo IBGE, 2024, – Pesquisa Anual por amostra de domicílios continua 2º semestre de 2024 foi utilizada a "variável em MIL pessoas" significando diferentes valores entre indivíduos que compõem um grupo de mil pessoas.

Quadro 4 – Faixa etária dos estudantes na rede pública de ensino (Brasil e Distrito Federal)

Faixa Etária	Brasil	Distrito Federal	% DF em relação ao Brasil
15 a 17 anos	7.244	76	1,05%
18 a 24 anos	3.292	65	1,97%
25 anos ou mais	2.179	38	1,74%
Total geral acima de 15 anos	12.715	179	1,41%
Total geral (incluindo todas as idades)	41.717	549	1,32%

Fonte: Adaptado dos dados oficiais, IBGE, 2024

No quadro 04, acima vemos que em valores percentuais as pessoas matriculadas em escolas públicas com mais de 15 anos de idade, no Brasil com variação de “MIL pessoas” temos que o Distrito Federal corresponde 1,41% da média brasileira. (IBGE, 2024)

Infer-se que no Brasil pessoas que são atendidas pela EJA com mais de 26 anos corresponde ao total de 1.243.219 que representa aproximadamente a 51,98%, pelo quadro 03. Já no Centro Oeste corresponde ao total de 67.582 que representa

aproximadamente a 53,04% a e no Distrito Federal corresponde ao total de 10.894 que representa aproximadamente a 40,69%. Ou seja, o Distrito Federal tem uma média menor, fruto de uma maior escolaridade na idade série adequada.³². Diante disso, o envelhecimento populacional de escolarizados do Distrito Federal pode também ter influência significativa na demanda pela EJA, quadro 1.

E por fim na CEJAEP, quadro 02, temos que pessoas na faixa etária com mais de 26 anos de idade corresponde a aproximadamente 62%. Então temos uma procura na CEJAEP por pessoas maiores de 26 anos maior do que a média nacional e a média dos Centro Oeste e Distrital.

Essa tendência de envelhecimento populacional no Distrito Federal contribui, de certo modo, para explicar o fato de a maioria dos estudantes matriculados no CEJAEP ter idade superior a 26 anos adicionado ao aumento da escolaridade, nessa baixa demanda por matrículas na modalidade.

As projeções sobre o futuro esperado para o Distrito Federal, realizadas pelo, Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF -, é de tendência de envelhecimento da população após o seu crescimento máximo que se ocorrerá até em torno do ano de 2042, após esse ano a população apresentará taxas de crescimento negativas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE. Assim “em 2070, 40,4% da população total do Distrito Federal será composta por idosos.” (Governo do Distrito Federal, 2024, p. 1)

Com um índice de envelhecimento estimado em 368 pessoas idosas (com 60 anos ou mais) para cada 100 jovens (menores de 15 anos), o Distrito Federal caminha para se tornar a unidade federativa mais envelhecida do país. Tal indicador revela um cenário significativo, pois, apesar de o DF ainda apresentar, em 2024, uma estrutura etária mais jovem do que a média nacional, o ritmo de envelhecimento populacional no território é mais acelerado do que o registrado no Brasil como um todo. (Governo do Distrito Federal, 2024, p. 1)

³² “No Dia Mundial da Alfabetização, o Distrito Federal tem motivos para comemorar. A unidade da federação tem a menor taxa de analfabetismo, com apenas 1,9% da população, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Percentual bem abaixo se comparado com outros entes federativos, que têm de 5,6% a 15% de pessoas com 15 anos ou mais sem saber ler e escrever.”(Governo do Distrito Federal, 2023)

Essa tendência pode estar relacionada à melhoria gradual dos índices de adequação idade-série nas etapas regulares de ensino, que tem diminuído o número de jovens em defasagem escolar. Assim, a ampliação do acesso à escolarização na idade apropriada, associada às transformações demográficas e às mudanças nas políticas educacionais, contribui para explicar a estabilização — ou até retração — da procura pela EJA, mesmo em um contexto de envelhecimento populacional.

Não se pode deixar de lado que mesmo assim deve-se promover melhorias para essa população, que existe, tanto no presente quanto no futuro, através de implementação de políticas públicas abrangentes, capazes de intervir de forma integrada em todas as etapas do curso da vida até que sejam atingidas as metas educacionais nacionais. Isso também envolve o direito à educação ser ofertado para atender as mais diferentes idades, ao longo da vida como forma de inclusão social e exercício de cidadania (BRASIL, 1988, art. 205).³³

No referencial teórico, Giddens (1991), fala que o tempo não está restrito ao conceito de tempo cronológico, mas um tempo vivido reflexivamente, no qual os indivíduos reconstróem suas trajetórias.

Refletindo, desse modo, no contexto da EJA, o estudante adulto com idade mais avançada ao retomar ou dar continuidade à escolarização, ressignifica sua relação com o conhecimento e ampliam suas possibilidades de participação social. Assim, políticas educacionais que contemplem a diversidade geracional tornam-se fundamentais serem continuadas, mesmo que em queda de demandas para assegurar qualidade de vida, fortalecendo a justiça social e a dignidade dos habitantes do Distrito Federal e do Brasil nas próximas décadas. (Governo do Distrito Federal, 2024, p. 1-2)

2.3.3) Situação no mercado de trabalho dos Estudantes

Nacionalmente, temos que segundo dados do IBGE, painel da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua- PNADC- no 2º trimestre de 2025, em idade laboral no Brasil estava na casa de 174 milhões de pessoas sendo que destas 58,8% são pessoas

³³ A preparação para tais mudanças, constitui elemento essencial para assegurar a qualidade de vida da população do Distrito Federal e do Brasil nas próximas décadas. (Governo do Distrito Federal, 2024, p. 1-2)

ocupadas, pessoas subutilizadas na força de trabalho são 14,4%, pessoas desocupadas, 5,8%. (IBGE/, 2025)

E na CEJAEP não é diferente, pois atende pessoas jovens, adultas, idosas e trabalhadoras que estão ativas no mundo do trabalho.

Seguem os resultados da pesquisas em relação a esse tema constante no PPP/CEJAEP/2025 quando perguntados sobre o vínculo empregatício e/ou fonte de renda. A pesquisa relatou a seguinte situação empregatícia dos estudantes (Governo do Distrito Federal, 2025, p.21)

Quadro 5 – Mercado de trabalho dos estudantes EJA/EaD

Situação	Percentual
Carteira Assinada	29,7%
Não Trabalha	11,54%
Estudante	21,8%
Informal sem carteira assinada	29,7%
INSS/Bolsa Família/Bolsa Pé de Meia	7,7%
Autônomo	8,2%
Servidor Público	7,3%
Microempresário(a) empresa com CNPJ ou Simples	0,8%
Militar	1,1%
Do lar	11,7%
Estagiário	4,5%
Aposentado	0,5%

Fonte: Adaptado CEJAEP, 2025, p.20

Os tipos de trabalho desempenhados pelos estudantes, conforme mencionado anteriormente, permitem concluir que a maioria cumpre jornada diária presencial em seus locais de trabalho. Essa realidade impacta diretamente o desempenho nas atividades pedagógicas propostas, dada a necessidade de conciliação entre as demandas laborais e o processo formativo.³⁴ (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 22)

Ao comparar a média nacional é de 58,8% das pessoas ocupadas³⁵, com a média maior do CEJAEP que atinge 66,66%, constata-se que a maioria dos estudantes do CEJAEP tem que conciliar seu tempo laboral com os estudos. Ou seja, que esses sujeitos precisam conciliar o tempo destinado ao trabalho com o tempo dedicado à escolarização, não dispondo, portanto, de exclusividade temporal para a vida escolar.

Assim, maioria dos alunos da EJA são trabalhadores, muitos dos quais tiveram que abandonar a escola devido à necessidade de trabalhar para sua subsistência ou para a família, esse é um dado importante pois o aluno trabalhador não tem o tempo integralmente dedicado aos estudos, e isso exige uma administração eficaz de tempo.

Essa realidade reforça a discussão sobre a questão temporal na modernidade. Para Giddens (1991), as transformações estruturais da vida social fruto da modernidade redefiniram o espaço e o tempo, criando novas formas de organização da vida cotidiana. No caso dos estudantes da EJA, em especial no CEJAEP, o tempo de estudo não pode ser isolado das múltiplas demandas de trabalho, família e sobrevivência, o que exige reorganizações constantes..

Essa administração de tempo, exige reflexividade, presente no estudante trabalhador, em que os indivíduos tem que estar em constante conciliação entre seus projetos pessoais, no caso o desejo de concluir a etapa da educação básica, e as pressões externas. Assim, a dificuldade em dispor de tempo exclusivo para a escola evidencia não apenas um

³⁴ Tal realidade reforça a necessidade de políticas educacionais que assegurem condições de acesso, permanência e êxito escolar para jovens e adultos trabalhadores, em consonância com o direito fundamental à educação ao longo da vida.

³⁵ Notícias canal oficial do governo: “Dados da PNAD Contínua também mostram maior taxa de participação na força de trabalho, maior nível de ocupação e de trabalhadores com carteira assinada” e: “Os dados são da PNAD Contínua Mensal e foram divulgados nesta quinta-feira, 31 de julho, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a pesquisa, outros dados também bateram recordes no período:

- A participação da população na força de trabalho chegou a 62,4%;
- O nível de ocupação ficou em 58,8%, igualando o recorde de setembro a novembro de 2024;
- O número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado chegou a 39 milhões de pessoas, o maior já registrado.” (Brasil, 2025)

obstáculo objetivo, mas também a necessidade de políticas educacionais que reconheçam a complexidade temporal desses sujeitos, assegurando-lhes condições reais de acesso, permanência e êxito.

Na perspectiva, a EaD rompe com a territorialidade³⁶ prevista no art. 225 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que de certo modo vincula a oferta da EJA à residência ou ao local de trabalho dos estudantes, assegurando o acesso nos turnos diurno e noturno é flexibilizada em prol do estudante. Pois o deslocamento físico até a CEJAEP ocorre em momentos específicos previstos no calendário escolar. Essa disposição permite ao jovem e ao adulto estudante conciliar estudo e trabalho, ao evitar o dispêndio de tempo no deslocamento entre o ambiente laboral e a escola, possibilitando maior autonomia na organização de sua vida cotidiana.

Para esclarecer há previsão na própria estratégia de matrícula da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal sobre as preferências da territorialidade para realização das matrículas, existem critérios estabelecidos pela normativa vigente. Evidenciando o critério territorial como elemento orientador do processo de matrícula e remanejamento escolar no DF, permitindo exceções justificadas em situações específicas relacionadas à residência, trabalho ou preferência fundamentada. (Governo do Distrito Federal, 2024)

Vejam que a própria documentação exigida no ato da matrícula varia conforme o critério de escolha da localidade da unidade de ensino. Quando a solicitação estiver fundamentada na proximidade da residência, deve-se apresentar comprovante de endereço, como conta de serviços essenciais, contrato de aluguel ou declaração conforme previsão da Lei Distrital nº 4.225/2008 (DODF, 29 out. 2008). Caso a opção esteja associada à proximidade do local de trabalho, é necessária a comprovação de vínculo laboral, por meio de carteira de trabalho, contracheque ou declaração atualizada do empregador. Alternativamente, quando a escolha se basear em preferência por determinada unidade escolar, exige-se justificativa formal indicando os motivos da solicitação. (Governo do Distrito Federal, 2024)

³⁶A territorialidade educacional corresponde à vinculação do estudante a uma unidade escolar delimitada por critérios geográficos e administrativos, tradicionalmente utilizados pelo poder público para organizar a oferta de ensino e distribuir vagas de forma planejada. Tal modelo foi fundamental na constituição dos sistemas educacionais brasileiros, especialmente quando a escola presencial era a única via possível de acesso ao ensino, conforme reforça a estrutura organizativa prevista na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1988; Brasil, 1996).

No cenário contemporâneo, marcado por transformações profundas nas dinâmicas sociais e laborais — como ritmo acelerado das cidades, flexibilização do trabalho e mobilidade constante — a aplicação rígida da territorialidade (matrícula em estabelecimento de ensino próximo a residência ou local de trabalho) pode gerar barreiras ao direito educacional, sobretudo aos jovens e adultos trabalhadores.

Ao impor limites geográficos estritos para matrícula, corre-se o risco de desconsiderar desigualdades sociais e de tempo, afetando diretamente o acesso e a permanência escolar. Esse desafio é ainda mais evidente na EJA, em que grande parte dos estudantes concilia responsabilidades familiares e atividades profissionais diárias, com jornadas que nem sempre permitem o deslocamento físico até unidades definidas pelo território de residência.

Assim, a flexibilização da territorialidade, permitida pela EJA/EaD, configura uma medida alinhada ao princípio da equidade educacional — entendida como tratamento desigual aos desiguais para garantir igualdade de oportunidades — e ao paradigma da aprendizagem ao longo da vida, defendido em escala internacional pela UNESCO (2021).

Ao permitir que o estudante escolha a instituição que melhor atende às suas condições de tempo e deslocamento, promove-se inclusão, autonomia e efetivação do direito constitucional à educação (Brasil, 1988), ajustando a política pública à realidade concreta dos sujeitos da EJA na modernidade reflexiva.

2.3.4) Responsabilidades sociais e familiares dos Estudantes

Os estudantes da EJA/EaD são sujeitos que carregam responsabilidades sociais e familiares, agregados aos valores morais e éticos, saberes adquiridos no dia a dia, que vão moldando suas trajetórias de vida e experiências pessoais.

Entre essas responsabilidades, destaca-se o número de filhos, que pode influenciar o desempenho acadêmico — não necessariamente de forma negativa, mas como dimensão que exige mais uma gestão de tempo, organização cotidiana e conciliação entre estudo, trabalho e cuidado familiar.

Nesse quadro, a análise das condições familiares, incluindo estado civil e presença de dependentes, é fundamental para compreender as dinâmicas que atravessam o percurso formativo desses estudantes e os modos pelos quais constroem suas estratégias de permanência e êxito escolar.

Quadro 6 – Distribuição dos estudantes da EJA/EaD segundo posse de filhos no CEJAEP

Categoria	Quantidade de Estudantes	Percentual
Não possuem filhos	276	42,6%
Possuem filhos (total)	371	57,4%
Total de respondentes	647	100%

Fonte: Adaptado de CEJAEP (2025, p. 20).

Quadro 7 – Distribuição dos estudantes da EJA/EaD segundo número de filhos no CEJAEP

Número de filhos	Quantidade de Estudantes	Percentual
1 filho	130	35%
2 filhos	132	35,6%
3 filhos	73	19,7%
4 filhos	20	5,4%
5 filhos ou mais	16	4,3%
Total de estudantes com filhos	371	100%

Fonte: Adaptado de CEJAEP (2025, p. 20).

No CEJAEP “em relação ao estado civil dos estudantes 55,5% responderam que são solteiros. Com base na resposta acima podemos inferir que muitos estudantes são solteiros com filhos.” (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 20)

A EJA/EaD, mais uma vez por suas características não apenas garante condições mais equitativas de acesso, permanência e êxito, mas também materializa o direito à educação ao longo da vida em consonância com as demandas familiares dos estudantes.

Esse panorama dos alunos da EJA diversificado, com diferentes origens, experiências de vida e históricos escolares com filhos e outras responsabilidades familiares e sociais, que retornam à escola na modalidade EaD, atende à necessidade de flexibilidade para

conciliar os estudos com essas responsabilidades, claro que exigindo do aluno autonomia, pela flexibilidade e capacidade de adaptação aos estudos online.(Governo do Distrito Federal, 2021, p.12)

2.4. Gestão do tempo, organização da vida e a conciliação entre múltiplas demandas da vida adulta e o processo de escolarização

A gestão do tempo social constitui um desafio central para os adultos que buscam retomar ou dar continuidade à escolarização, especialmente na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Como já dito, os estudantes precisam conciliar múltiplas demandas, que lhe exigem administrar e particionar seu tempo diário. Esse processo evidencia que a escolarização não ocorre de forma isolada, mas em constante negociação com as exigências da vida diária.

A questão do tempo é marcante na vida de todo estudante não diferente para o estudante da EJA/EaD. Tem um histórico cheio de adversidades, devido o retorno aos estudos ocorrer após interrupções motivadas por diferentes razões: “como a necessidade de trabalhar para ajudar a família, problemas pessoais ou familiares, dificuldades financeiras, falta de interesse pela escola, gravidez precoce, entre outros fatores.” A presença dessa interrupção na sequência da vida escolar é evidente na EJA/EaD e na EJA de modo geral. (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 23)

A Declaração de Hamburgo, elaborada na V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) em 1997, estabeleceu a educação de adultos como um direito humano fundamental e como um elemento-chave para o século XXI. Posteriormente, a CONFINTEA VI (UNESCO, 2009) destacou a EJA/EaD como um caminho que valoriza a diversidade dos sujeitos da educação de jovens e adultos, incentivando a interação entre professores e educandos, a troca de diálogos e o aproveitamento do ambiente virtual multimídia, reconhecendo o papel das tecnologias da informação e da comunicação.

A ideia é que “Vai-se do real ao virtual, do analógico ao digital, educam-se novos gostos, escolhas, percepções para a qualidade da imagem, do movimento, da capacidade de alcançar regiões e locais remotos nunca antes imaginados, em tempo real, sem defasagens que lembrem distâncias e longas esperas” (Brasil, 2009, p. 33-34).

A presença do avanço das tecnologias da informação e da comunicação, aliado à educação digital, amplia o alcance da escolarização e transforma a experiência de

aprendizagem. Dessa forma, a EaD não apenas facilita o acesso à educação, mas também possibilita que o estudante adulto gerencie melhor seu tempo social, conciliando estudos, trabalho e vida familiar, tornando a aprendizagem mais flexível e contextualizada.

2.4.1. Tempo de interrupção dos estudos

Analisar o tempo de interrupção dos estudos revela-se fundamental para compreender os desafios enfrentados pelos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente aqueles que retornam à escola após longos períodos afastados do ambiente educacional.

Esse recorte temporal permite identificar fatores sociais, econômicos e pessoais que influenciam a trajetória escolar, bem como avaliar o impacto das lacunas de aprendizagem na progressão acadêmica³⁷ e na reintegração do indivíduo à vida social e profissional.

Quadro 8 – Interrupção escolar dos estudantes do CEJAEP

Situação	Percentual
Já interromperam os estudos	87%
Não interromperam os estudos	13%
Dentre os que interromperam, afastamento ≥ 10 anos	34,7%

Fonte: CEJAEP (2025, p. 23-24).

De acordo com os dados obtidos em pesquisa institucional realizada pelo próprio CEJAEP, observou-se que entre os estudantes que haviam interrompido a escolarização, 34,7% permaneceram afastados das escolas por pelo menos 10 anos ou mais antes de retomarem seus estudos (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 23-24).

Esse dado evidencia a importância da EJA/EaD como instrumento de efetivação do direito à educação ao longo da vida. (Brasil, 1996) Permitindo que jovens e adultos ao

³⁷ Giddens, em estudo sobre o sistema de educação superior na Grã Bretanha reflete que a origem social exerce forte influência sobre as chances de um indivíduo alcançar o ensino superior. Entre jovens provenientes de famílias sem qualificações, teve um aumento na taxa de participação universitária que passou de 6% para 13% entre 1991 e 1998 — pela ele esse é um avanço considerável, mas ainda distante da realidade dos jovens de classes profissionais liberais, cuja taxa é quase cinco vezes maior (HMSO, 2000). Esses dados evidenciam que, apesar dos progressos na ampliação do acesso à educação, as desigualdades socioeconômicas continuam a determinar o percurso educacional e as oportunidades de mobilidade social, mesmo em um país desenvolvido como na Grã Bretanha. (Giddens, 2008, p.506)

retornarem à escola, possam refazerem suas trajetórias pessoais e profissionais, numa perspectiva de “regatar o tempo perdido sem estudar”. Contudo, a ideia é que o aprendizado não se finalize com a conclusão dos estudos.

2.4.2. Motivos interrupção dos estudos

Compreender a duração e as razões das interrupções serve para a formulação de políticas públicas e estratégias pedagógicas mais eficazes, capazes de promover a permanência, a motivação e a autonomia dos estudantes, assegurando uma educação inclusiva e adaptada às diferentes realidades temporais e contextuais dos sujeitos.³⁸

A gravidez precoce entre as estudantes, 14,7%, configura como um dos principais motivos de interrupção escolar. Dentre outros motivos como: (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 24)

Quadro 9 – Principais motivos de interrupção escolar dos estudantes do CEJAEP

Motivo	Percentual
Falta de oferta de vagas	14,7%
Incompatibilidade dos horários das aulas	26%
Desinteresse pelos estudos	14,7%
Distância da escola para casa ou para o trabalho	Não consta
Repetências ou retenções no ano escolar recorrentes	11,6%
Falta de oferta do ensino regular	14,7%

³⁸ Esse tema requereria um estudo e pesquisa novos.

Fonte: Adaptado CEJAEP, 2025, p. 24 ³⁹

Esses fatores do quadro 9, refletem algumas das barreiras estruturais e individuais que dificultam a permanência dos estudantes no sistema regular de ensino, levando-os a interromper a trajetória escolar e, posteriormente, buscar alternativas como a EJA e a modalidade a distância.

Nos dados oficiais do IBGE, a nível do Brasil, os principais motivos que pessoas entre 14 a 29 anos que nunca frequentaram a escola ou que não concluíram o ensino médio é de em torno de 24,5% . Os principais motivos são ausência de escola na localidade, necessidade de trabalhar ⁴⁰, ausência de vaga ou turno desejado, necessidade de realizar afazeres domésticos, ou de cuidar de crianças ou adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência, gravidez, problemas de saúde permanentes, ausência de interesse em estudar. (IBGE, 2024)

Aqui é interessante trazer s taxas nacionais, em comparação com a Região Centro Oeste e o Distrito Federal, para que se possa analisar a influência dos motivos elencados em relação ao índices locais.

39

27 - Marque o principal motivos da interrupção de seus estudos

430 respostas



Fonte: CEJAEP, 2025, p. 24

⁴⁰ Capítulo 2, seção 2.3, letra C

Quadro 10 – Taxa de abandono escolar por etapa e rede de ensino

Localidade	Abandono no Ensino Fundamental (%)	Abandono no Ensino Médio (%)
Brasil (Total)	0,6	3,2
Brasil (Pública)	0,7	3,5
Centro-Oeste (Total)	0,3	2,0
Centro-Oeste (Pública)	0,4	2,2
Distrito Federal (Total)	0,4	2,7
Distrito Federal (Pública)	0,6	3,5

Fonte: Adaptado de INEP/2024

Os dados comparativos entre Brasil e Distrito Federal , constantes no quadro 10, revelam nuances importantes sobre o abandono escolar no Ensino Fundamental e Médio.

No Ensino Fundamental, o Distrito Federal apresenta taxa de abandono em relação à média nacional (0,4% no DF contra 0,6% no Brasil), demonstrando desempenho ligeiramente melhor na permanência escolar nessa etapa. Entretanto, quando se observa apenas a rede pública, o índice do DF é um pouco melhor ao nacional (0,6% no DF e 0,7% no Brasil), o que indica que a vantagem do DF se reduz quando consideradas as escolas públicas, contexto em que a EJA se concentra majoritariamente.

Já no Ensino Médio, o abandono no DF (2,7%) é abaixo do que o índice nacional total (3,2%), mantendo tendência similar quando analisada apenas a rede pública (3,5% tanto no DF quanto no Brasil). Isso evidencia que, apesar de o DF apresentar avanços na etapa fundamental, ainda enfrenta desafios semelhantes ao cenário nacional, justamente numa fase em que muitos jovens (incluindo adolescentes em idade escolar) e adultos

abandonam os estudos e, posteriormente, buscam a EJA como alternativa para concluir a escolaridade.

Retomando dos dados de que entre os estudantes que retomaram os estudos, 34,7% permaneceram afastados do ambiente escolar por período igual ou superior a dez anos CEJAEP (2025, p. 23-24), esse afastamento prolongado dialoga diretamente com os dados apresentados no quadro 10, que evidencia o índice de abandono escolar na rede regular e revela que a ruptura da trajetória educacional constitui fator determinante para a migração desses sujeitos para a modalidade EJA.

Nesse contexto, a EJA, especialmente em sua modalidade EaD, torna-se o espaço institucional capaz de acolher essas trajetórias interrompidas, oferecendo condições de continuidade escolar compatíveis com a vida adulta e suas múltiplas demandas. A escolha pode estar refletindo uma opção por flexibilidade característica da EaD.

Diante desse quadro, de qualquer modo é interessante para se compreender o direito à educação que as interrupções na trajetória escolar não devem ser interpretadas como simples abandono por desinteresse ou irresponsabilidade, mas como expressão de um processo histórico de negação de direitos educacionais a esses sujeitos.

Trata-se de um fenômeno fruto de desigualdades sociais, econômicas e laborais, que frequentemente obrigam esses estudantes a suspender temporariamente seus estudos, na expectativa — muitas vezes frustrada — de retornar quando as condições materiais e familiares permitirem. (Governo do Distrito Federal, 2021, p. 26).

Assim, a interrupção significa uma pausa forçada, do que uma desistência definitiva, sustentada pela esperança de retomada no futuro, conforme destaca a Secretaria de Educação do Distrito Federal ao afirmar que tais afastamentos são permeados por "possibilidade e esperança de retorno" (Governo do Distrito Federal, 2021, p. 26).

É importante, nesse momento, mesmo que sucintamente, conceituar abandono que se distingue da evasão escolar. O abandono ocorre quando o estudante interrompe sua trajetória antes do término do ano letivo, mas mantém a possibilidade de retornar e realizar nova matrícula no período seguinte. Já a evasão caracteriza-se pela saída definitiva do estudante, que, além de não concluir seus estudos no ano em que estava matriculado, também não retorna nos anos posteriores, configurando a ruptura prolongada com o processo educativo. (Ramos; Gonçalves Junior, 2024, p. 02)

O interessante artigo de Ramos e Gonçalves Junior (2024) analisa o abandono e a evasão escolar a partir da perspectiva dos próprios sujeitos envolvidos, buscando compreender as experiências e os fatores que influenciam a continuidade ou interrupção dos estudos. Eles afirmam que esses fenômenos não podem ser compreendidos apenas como falhas individuais, mas como resultados de múltiplas dimensões sociais, econômicas e institucionais que impactam a trajetória educacional.

Os autores destacam que os estudantes frequentemente enfrentam desafios relacionados à vulnerabilidade social, às demandas familiares e às condições institucionais da escola, que contribuem para decisões de afastamento ou abandono. Eles se utilizaram de relatos e entrevistas, e constataram que as interrupções escolares podem ser mais do que simples negligência ou desinteresse, tem muitos fatores de origem. Concluíram que políticas educacionais precisam considerar essas perspectivas, buscando reduzir desigualdades e criar mecanismos que promovam permanência e engajamento dos estudantes no processo educativo. (Ramos; Gonçalves Junior, 2024, p. 16)

Relacionando com os quadros 03 e 04, há de se perceber uma tendência no CEJAEP de estudantes em sua maioria serem maiores de 26 anos, e o tempo de interrupção em média maior do que 10 anos. Esses dados se relacionam com o quadro 08, tempo de interrupção dos estudos, seção 2.4, com o quadro 10.

Ao relacionar os dados obtidos através dos quadros 09 e 10, há evidência que a EJA/EaD desempenha papel estratégico na mitigação desses efeitos, oferecendo oportunidade de reinserção escolar a sujeitos que não conseguiram concluir a escolaridade básica. As informações sugerem que políticas educacionais voltadas à flexibilização de horários, ampliação da oferta de vagas e estratégias “novas” de acompanhamento pedagógico podem reduzir os índices de abandono, especialmente no Ensino Médio, são positivas. Assim a EJA/EaD funciona como instrumento de inclusão educacional e de continuidade da aprendizagem ao longo da vida.

2.4.3. Motivos para a escolha da EJA/EaD pelos estudantes

Os motivos que levaram os estudantes do CEJAEP a retornarem à escola na modalidade EJA/EaD são diversos, alguns deles já explanados acima. Variando desde a realização pessoal até a possibilidade de melhorar a posição no mercado de trabalho. A pesquisa diagnóstica sobre o perfil dos estudantes realizada pelo CEJAEP (2025, p. 24-

25) evidencia essas motivações, indicando as razões mais frequentemente apontadas pelos estudantes para retomar a escolarização.

Quadro 11 – Motivos para a escolha da EJA/EaD pelos estudantes do CEJAEP

Motivo	Percentual
Melhorar o posicionamento no mercado de trabalho	24%
Retornar aos estudos que estavam interrompidos	35,8%
Certificação para ingressar no Ensino Superior	13%
Flexibilidade no horário para fazer as atividades	4,9%
Gratuito	3,8%
Não há escola de EJA perto da minha residência	1,1%
Certificação para fazer concurso público	5,7%
Auxiliar na educação dos filhos	1,9%

Fonte: Adaptado de CEJAEP, 2025, p. 24-25

Retomando as condições que influenciam seu percurso educativo temos que resgatar o estado civil, o número de filhos e as responsabilidades familiares e laborais, quadros 05, 06 e 07. Reforçando que fatores exigem planejamento e organização da vida cotidiana, influenciando diretamente a forma como conciliam estudo, trabalho e cuidado familiar. O número de filhos, do quadro 07, por exemplo impactar o desempenho acadêmico, na gestão de tempo, reforçando a importância da adaptabilidade proporcionada pela EJA/EaD. (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 22).

O quadro 11, por exemplo, mostra os motivos dos estudantes retornarem aos estudos escola após longos períodos de afastamento, indicando que o reingresso é uma decisão que envolve negociação de confiança — tanto na instituição quanto nas tecnologias utilizadas. numa postura reflexiva descrita por Giddens (1991, p. 44).

Essa análise demonstra que a EJA/EaD funciona como mecanismo institucional de acolhimento e continuidade escolar, oferecendo flexibilidade e adaptabilidade às

condições da vida adulta. Ao mesmo tempo, evidencia o papel da política pública em reduzir desigualdades de acesso e garantir o direito à educação ao longo da vida, fortalecendo a inclusão social e a equidade educacional (Giddens, 2009, p. 45-60; Governo do Distrito Federal, 2021, p. 26; Ramos; Gonçalves Junior, 2024, p. 2).

Não se pode deixar para trás que o estudante jovem e adulto são sujeitos que já agregam saberes construídos a partir das experiências vividas, mas que frequentemente se encontram à margem do acesso aos bens culturais, sociais, econômicos disponíveis. Por diferentes razões, o retorno à escola representa uma oportunidade de aquisição de conhecimento formal, com o objetivo de elevar a escolaridade, promover ascensão social e econômica ou possibilitar a retomada de sonhos e projetos pessoais e coletivos interrompidos no passado (Governo do Distrito Federal, 2021, p. 9)

A decisão de retornar à escola representa um desafio significativo para o estudante adulto, exigindo um esforço interior para superar obstáculos, preconceitos e paradigmas. Esses sujeitos possuem tempos e espaços de aprendizagem distintos, a possuem intrínseco patrimônio de variados saberes e valores culturais. Por essa razão, compreender o estudante da EJA requer atenção à sua trajetória pessoal, à sua história de vida e aos projetos futuros que almeja concretizar (Governo do Distrito Federal, 2021, p. 12).

No trecho original do Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação de Jovens e Adultos, GDF/SEEDF (2021, p. 12), observa-se que os estudantes da EJA são descritos como sujeitos com “tempos e espaços diferentes de aprendizagens”, enfatizando a pluralidade e a diversidade das experiências educativas vivenciadas ao longo da vida. Essa expressão ressalta que cada estudante possui ritmos, trajetórias e contextos próprios, decorrentes de suas histórias de vida.

Essa diversidade de tempos e espaços do estudante, “de diferentes aprendizagens”, a EJA/EaD pode ser compreendida como espécie de desencaixe de Giddens (1991, p.37), segundo o qual, na modernidade, as interações sociais frequentemente se deslocam do contexto local imediato, tornando os processos sociais mais abstratos e reflexivos. No contexto da EJA/EaD, o desencaixe se manifesta na maneira como o estudante organiza sua aprendizagem: ele se encontra “desencaixado” do tempo e do espaço da escola regular. Assim, os tempos e espaços diferentes de aprendizagens não representam apenas diversidade individual, mas uma característica estrutural da experiência educacional constante na proposta da CEJAEP.

Giddens (1991, p. 20-25), em *As Consequências da Modernidade*, oferece uma base teórica para compreender essa distinção: ele argumenta que, na modernidade reflexiva, o tempo e o espaço deixam de ser rígidos e homogêneos, tornando-se socialmente construídos e sujeitos a reorganizações contínuas.

Ou seja, a experiência educacional não ocorre em um tempo linear e em curso uniforme, cada estudante precisa ir negociando e administrando continuamente as responsabilidades, as oportunidades e as restrições.

Como esse retorno a trajetória escolar significa que o abandono não foi definitivo, e que no decorrer do tempo sempre esse jovem e adulto foi renegociando suas necessidades sociais com o momento certo de retorno. Esse processo de reelaboração constante, em que os estudantes negociam suas escolhas diante das condições estruturais e das demandas cotidianas de trabalho e sobrevivência pode ser considerado como um exercício empírico da reflexividade nos projetos de vida, em que os indivíduos projetam o futuro a partir das rupturas e retomadas do passado, ressignificando a educação como possibilidade sempre aberta, dissociada de certo modo do tempo e do espaço como Giddens (1991).

Pode-se inferir que a proposta da EJA/EaD se trata de uma proposta contemporânea, da modernidade, por estar dentro de um contexto institucional que não segue com a escolarização tradicional. Esse fenômeno reforça a necessidade de modalidades educativas flexíveis, como a EJA/EaD, como a ofertada pelo CEJAEP, capazes de acolher trajetórias educacionais interrompidas que necessitam uma desarticulação do espaço físico escolar convencional (Giddens, 1991, p. 37-40; Governo do Distrito Federal, 2021, p. 12).

Essa leitura reverbera no marco normativo internacional da UNESCO (2009), segundo o qual a educação deve ser assegurada como direito fundamental em todas as etapas do ciclo vital, reconhecendo as múltiplas temporalidades que configuram o percurso de cada sujeito. Reconhece a educação ao longo da vida como direito fundamental e como condição para a inclusão social e a participação cidadã.

Ao se considerar a realidade dos jovens e adultos trabalhadores, marcados por interrupções cíclicas em seus percursos escolares, a EJA/EaD reafirma seu papel como política educacional que acolhe trajetórias descontínuas e reafirma a esperança de

continuidade. Dessa forma, a modalidade torna-se espaço privilegiado para a efetivação do direito à educação em sua dimensão histórica, social e existencial.

2.5. Experiência Educacional, Reflexividade e Desafios de Adaptação

Neste passo do capítulo, diante da análise anterior, dos dados apresentados acerca do perfil dos estudantes da EJA/EaD e suas trajetórias educacionais, o perfil do CEJAEP . Uma compressão um pouco mais profunda à luz da reflexividade característica da modernidade tardia, na qual os indivíduos reorganizam continuamente suas vidas e biografias diante das demandas sociais e institucionais, é salutar (Giddens, 2009, p. 45-60).

É interessante trazer neste momento um estudo realizado pelo INEP, no ano 2024, pela pesquisadora Clarissa Guimarães Rodrigues em entrevista respondeu que analisando dados do Censo Escolar avaliou a permanência dos estudantes nas escolas. Ela apontou que 52% dos estudantes nascidos entre os anos 2000 e 2005 concluem o ensino fundamental na idade certa, já no ensino médio, verifica-se que 41% finalizam essa etapa educacional na idade esperada. (Brasil, 2024)

O mesmo estudo, INEP afirma que a trajetória irregular é mais frequente nos perfis de estudantes com baixo nível socioeconômico; com deficiência; por serem indígenas; e do sexo masculino e o maior índice de repetência ou abandono está nas regiões norte e nordeste do país. A pesquisadora afirmou que:

“Embora todas as crianças consigam acessar o sistema de ensino em algum momento de suas vidas, muitas, especialmente aquelas em condições de maior vulnerabilidade, interrompem seus estudos de forma precoce e não têm o seu direito à educação concretizado”, concluiu Clarissa Guimarães Rodrigues. (Brasil, 2024)

Portanto, uma escola que propicie a abertura de acesso, desvencilhada em sua do tempo e que não exige a necessidade da presença espacial constante em uma instituição física é também fonte legítima de conhecimento e de possibilidade de construção projeto formativo crítico e solidário. “Não apenas os conteúdos precisam ser repensados, mas também as metodologias e os modos de avaliação para que dialoguem com os tempos e ritmos da vida adulta.” (Santos et al., 2025, p.19.581-19.582)

Esses estudantes, reflexivos, que são a fonte de demanda pela EJA e, ao reingressarem na escola, passam a reconstruir suas trajetórias educativas, reelaborando continuamente

suas escolhas aproveitam as oportunidades disponíveis a EJA/EaD, como a CEJAEP por exemplo.

O Direito à Educação, atualmente, precisa dialogar com essa reflexividade própria da modernidade tardia, reconhecendo que as identidades são continuamente formadas e reformadas em meio às mudanças estruturais, políticas e culturais. A EJA no geral e a EJA/EaD vem continuamente passando por tempos de transformações sociais, culturais e políticas, por isso vemos tantas reformulações e atualizações normativas, para poder acompanhar a atualidade e não se tornar uma educação dissociada do mundo atual, poderia se dizer presa “as tradições”.

Veja que os estudantes EJA/EaD conforme pesquisa contante no Projeto Político Pedagógico da CEJAEP:

[...] também possuem características positivas, como a maturidade, a experiência de vida e a vontade de aprender. É importante que a modalidade EJA esteja preparada para atender às necessidades específicas de seus estudantes, oferecendo um ambiente acolhedor, flexível e adaptado às suas demandas. A opção pela educação a distância ocorre, geralmente, devido a motivos pessoais dos estudantes em várias áreas da vida, familiar, financeira, etária, etc. (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 24-25)

Freire há tempos já considerava que os saberes do educando têm que ser respeitados e não devem ser desprezados. É a experiência, o saber como ponto de partida para produção do novo, aí entra a reflexividade de Giddens (1991) nada melhor que o próprio sujeito EJA/EaD com sua liberdade e autonomia optar o modo e modalidade que conduzir sua vida escolar dentro de suas necessidades pessoais e sociais. (Freire, 2014, p. 25).⁴¹

Na própria Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025, o art. 15 ressalta que a exigência de frequência diária pode constituir um obstáculo à permanência de jovens, adultos e idosos na escola, considerando a importância da inclusão social garantida pelo direito à educação (Brasil, 2025).

Assim, os processos político-pedagógicos da EJA devem estar atentos não apenas às condições materiais de acesso, permanência e êxito, mas também ao papel ativo dos

⁴¹ Freire (2014, p. 25) afirma que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, principalmente na faixa etária dos jovens e adultos. Pois seria um ensinar autoritário e incoerente se despreza-se o saber de experiência que cada aluno traz consigo para a escola. Esse saber do educando, socialmente construído e dotado de valor formativo, constitui o ponto de partida para a criação de novos conhecimentos. Quando a escola ignora ou desvaloriza essas experiências, nega o princípio da educação como prática da liberdade, reduzindo o processo educativo a uma imposição unilateral. Assim, reconhecer, dialogar e construir a partir dos saberes dos educandos é condição fundamental para que o aprendizado seja realmente significativo e emancipador.

sujeitos na construção de seus projetos de vida, reforçando o caráter emancipatório da educação. (Governo do Distrito Federal, 2021, p.12).

Tanto as políticas educacionais como as práticas pedagógicas devem considerar essas interdependências, oferecendo flexibilidade e alternativas, como a da Educação à Distância, para que os sujeitos possam organizar seu tempo de forma reflexiva e efetiva, garantindo acesso, permanência e êxito no processo educativo.

Então, não é apenas sobre acesso, mas também a permanência e a conclusão do percurso educativo previstos na LDB, art. 3º, seus incisos, somados a igualdade de condições para o acesso e a permanência em todos os níveis da educação básica (Brasil, 1996)

A EJA/EaD deve ser um facilitador, permitindo aos estudantes a conciliação dos seus tempos sociais, como os estudos com o trabalho, responsabilidades e outras demandas pessoais. Ao mesmo tempo que deve fortalecer a formação, acesso à cultura, ampliando suas possibilidades de inserção e mobilidade social.

Mais do que suprir lacunas educacionais, a EJA/EaD oferece a muitos a oportunidade de vislumbrar novos horizontes: como de cursar o ensino superior, conquistar uma nova profissão, reescrever a própria história de vida e até mesmo realizar um sonho. Dessa forma, a modalidade EaD torna-se um espaço de ressignificação do futuro para jovens, adultos e idosos que buscam na educação novas oportunidades.

Mas de qualquer forma quando se trata de EJA/EaD alguns desafios intensificam: como o êxito do estudante que depende de sua autonomia de sua organização e gestão de tempo, lhe exigindo disciplina, organização e constância. Também de sua capacidade de adaptação a diferentes metodologias de ensino. Nesse ponto, observa-se uma tensão que Giddens (2008) ressalta no contexto da modernidade reflexiva: da necessidade de reorganizar continuamente a vida diante de múltiplas pressões existentes.

No contexto do Distrito Federal, a EJA/EaD cumpre um papel central ao garantir o direito à educação como política de inclusão social, alcançando dimensões ligadas à qualificação profissional e à cidadania. (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 38)

Dialogando com a concepção de tempo em Giddens (2008), na medida em que o retorno escolar simboliza a capacidade reflexiva dos sujeitos de ressignificar o passado e projetar futuros alternativos. A EJA/EaD torna-se não apenas um espaço de

aprendizagem, mas também de reconstrução identitária em meio às transformações da modernidade tardia.

O direito à educação, na contemporaneidade, precisa dialogar com a reflexividade da modernidade tardia, descrita por Giddens (1991). Em que o espaço não se apresenta como categoria fixa, mas são continuamente reestruturados. Tal perspectiva exige que as políticas educacionais reconheçam os sujeitos como agentes ativos na construção de suas trajetórias, em constante processo de reelaboração diante das mudanças sociais.

Assim, o direito à educação, que não se deve limitar a dimensão normativa, a formalidades técnicas, mas sim ir se firmando como prática viva, capaz de responder às dinâmicas e demandas da modernidade com o objetivo de assegurar condições para que cada indivíduo exerça plenamente sua cidadania.

CAPÍTULO 3 – Modernidade, Tecnologia e Educação: a Experiência do Estudante da EJA/EaD

Foi desenvolvido no capítulo anterior que experiência dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos na modalidade a distância (EJA/EaD) revela um conjunto de desafios e estratégias singulares diante das exigências impostas pela vida moderna, No contexto da modernidade reflexiva, descrita por Giddens (1991).

Nesse sentido, compreender como os estudantes do CEJAEP organizam suas rotinas e enfrentam as limitações impostas pelo tempo, diante das inovações da tecnologia, do acesso digital, no uso das tecnologias relacionados condições socioeconômicas constitui análise deste capítulo.

Assim as implicações no Direito à Educação, trazendo à efetivação do princípio constitucional da igualdade de oportunidades e à necessidade de políticas que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência e o êxito dos educandos na EJA/EaD diante das tecnologias.

Dessa forma, o estudo busca articular a dimensão individual da trajetória dos estudantes à dimensão estrutural das políticas e do ordenamento jurídico, evidenciando como o direito à educação se concretiza — ou se limita — no contexto da modernidade tecnológica e das desigualdades persistentes.

Com a mesma instituição pública referência, que articula práticas pedagógicas inovadoras no campo da Educação de Jovens e Adultos a Distância (EJA/EaD), o CEJAEP - Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília para apresentar dados sobre o uso da tecnologia na EaD da utilização de mediações tecnológicas na Educação a Distância, refletindo as dinâmicas contemporâneas da modernidade reflexiva descrita por Giddens (1991)

3.1. A Tecnologia na Modernidade Tardia: mediação, risco e conectividade

Neste tópico, a tecnologia é apresentada como mediadora central para a veicular a proposta educacional na EJA/EaD, refletindo na lógica da modernidade tardia de Giddens, em que tempo e espaço são desencaixados e a reflexividade é constante (Giddens, 1991; 1999).

Nessa seção continua sendo destacados diversos trechos e dados extraídos do Projeto Político Pedagógico do CEJAEP, 2025, que fornecem subsídios para compreender o perfil dos estudantes da EJA/EaD, suas trajetórias educacionais, motivações e desafios.

As informações presentes nesse documento refletem não apenas os dados institucionais sobre matrícula, abandono e retomada dos estudos, como o perfil dos estudantes trazidos pelo capítulo 2, mas também a concepção pedagógica da instituição, que busca articular inclusão, flexibilidade e oportunidades de mobilidade social para jovens, adultos e idosos

O CEJAEP⁴² organiza sua mediação tecnológica por meio da plataforma digital ensino aprendizagem chamada *Moodle*, é uma plataforma digital onde cada estudante acessa com login e senha individuais. Essa ferramenta principal viabiliza o acompanhamento de cada estudantes nos estudos dos conteúdos disponibilizados, em que estão matriculados para realização de atividades e permite a comunicação direta entre estudantes e professores, configurando um ambiente de aprendizagem que combina autonomia, flexibilidade e interação. (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 01)

Existe uma combinação de aprendizagem⁴³ de modo híbrido pois, concomitantemente às atividades virtuais são ofertados momentos presenciais com os estudantes para oferecer flexibilidade e personalizar a experiência do aluno, e também o atender dentro de suas especificidades. (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 123)

Esses momentos presenciais são por meio de plantões presenciais, nos quais o estudante voluntariamente vai até a escola fisicamente e tem um momento presencial com cada um de seus professores para dirimir suas dúvidas. Já no plantão online

⁴² No CEJAEP as competências, previstas no currículo oficial, são trabalhadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, através do Moodle Modular *Object-Oriented Dynamic Learning Environment*/Ambiente Modular de Aprendizagem Dinâmica Orientada a Objetos - que é um software de uso livre. (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 80)

⁴³ Relatando sobre a aprendizagem em Universidades que chama de eletrônica, Giddens, relata que a Universidade Aberta da Grã-Bretanha e a Universidade de Phoenix demonstram, com notável êxito, o potencial da aprendizagem baseada no uso da Internet, elevando o ensino a distância a um novo patamar de interatividade. Argumenta que embora essa modalidade não seja recente nessas duas universidades, em sua forma tradicional ela dependia fortemente da autonomia e da automotivação dos estudantes, que trabalhavam sozinhos e enviavam suas tarefas aos tutores para avaliação, o que frequentemente gerava frustração e abandono diante da falta de apoio imediato. Mas com o advento das tecnologias digitais, esse cenário se transformou: na aprendizagem online, os estudantes passam a interagir em pequenos grupos, trocando ideias e experiências continuamente, enquanto os tutores oferecem acompanhamento individual e respostas rápidas por meio do correio eletrônico. Assim, o ensino a distância mediado pela Internet consegue reproduzir, em ambiente virtual, os principais elementos da aprendizagem presencial, promovendo uma experiência mais colaborativa, dinâmica e inclusiva. (Giddens, 2008, p. 507)

disponibilizado pelo corpo docente, é realizado pelo *google meeting* afim do estudante EJA/EaD ter um atendimento também individualizado ou com sua turma com seus professores. Dessa forma os estudantes tem um atendimento praticamente particular, um contato bem próximo, com cada um dos professores relacionados as disciplinas que estão cursando. (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 123).

Infelizmente, o CEJAEP não dispõe de uma Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem – EEAA, por falta de servidores. Para esclarecer, mas sem alongar neste problema, o CEJAEP não foi contemplado com essa Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem conforme o define Art. 123⁴⁴ do Regimento Interno da SEEDF. (Governo do Distrito Federal, 2021, p. 80)

Assim, os plantões presenciais e online ocorrem sincronicamente e ao mesmo tempo. Os atendimentos presenciais são feitos nas dependências físicas da escola no Laboratório de Informática, na biblioteca, nas salas de aula localizadas na sede da escola. E online por meio de participação em fóruns de apresentação, fóruns avaliativos, fóruns tira-dúvidas, assim como plantões virtuais de atendimento pelo *google meet* ou programa similar e também indicações de leituras de livros e textos disponibilizados no AVA. (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 80).

O acesso ao *Moodle* é por meio de login e senha pessoais, que são gerenciados pela própria secretaria do CEJAEP se alinhando assim às disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD) havendo cumprimento aos cuidados legais com a proteção, a privacidade e o uso responsável das informações, reforçando a segurança e a ética no gerenciamento de dados. (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 01)

Os estudantes acessam os conteúdos várias maneiras, é permitido pelo aplicativo do software do *Moodle*: o acesso através de dispositivos móveis pessoais, como celulares e tablets, computadores, enquanto outros recorrem aos laboratórios de informática, para acompanhar as atividades, assistir às videoaulas e interagir com os tutores.

Essa heterogeneidade no acesso evidencia uma dimensão social relevante pois há aqui uma persistência das desigualdades digitais entre os educandos, que se expressam na

⁴⁴ Art. 123 do Regimento Interno da SEEDF: A Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, intitulada EEAA, é multidisciplinar, composta de profissionais com formação em Pedagogia e em Psicologia, que tem como objetivo principal contribuir para a superação das dificuldades presentes no processo de ensino e escolarização, por meio de uma atuação institucional. (Governo do Distrito Federal, 2021, p. 80)

qualidade da conexão à internet, na disponibilidade de equipamentos e na familiaridade com o uso das ferramentas tecnológicas.

Assim, embora o CEJAEP promova a democratização do ensino ao integrar tecnologia e educação, o próprio modo de organização tecnológica revela os limites concretos na questão da inclusão digital no contexto da EJA/EaD, refletindo as assimetrias estruturais da sociedade contemporânea.

Há um descompasso entre o discurso normativo, que poderia ser considerado como ideal, e a prática educacional reflete o que Giddens (1991) denomina de “desencaixe institucional”, quando as estruturas sociais se distanciam das experiências concretas dos sujeitos, gerando tensões entre a promessa de modernização e as condições reais de acesso.

Lamentavelmente, a persistência da desigualdade social no Brasil impõe barreiras à concretização da inclusão digital. O acesso à internet e a equipamentos tecnológicos, bem como o domínio das competências digitais, ainda é desigual entre as classes sociais, o que reproduz formas de exclusão. Assim, a desigualdade social é presente, ainda mais em uma instituição de ensino pública, um fator que reflete no sucesso ou fracasso das políticas de EJA/EaD.

Como observa Demo (2004), a inclusão somente se concretiza quando acompanhada de qualidade e participação crítica. Portanto, a efetivação do direito à educação, nesse contexto, demanda não apenas o acesso formal aos meios tecnológicos, mas também a superação das desigualdades estruturais que limitam a emancipação cidadã.

Dessa forma, o CEJAEP revela tanto os avanços quanto os limites da modernidade reflexiva no campo educacional. As tecnologias, ao mesmo tempo que ampliam as possibilidades de acesso, também expõem a insuficiência das políticas públicas diante das demandas sociais e culturais da população atendida. A democratização do ensino, portanto, só será plena quando o Estado articular suas ações à justiça social e tecnológica, assegurando que o direito à educação, previsto constitucionalmente, se concretize em experiências reais de inclusão, aprendizagem e cidadania (Saviani, 2017).

3.1.1. Estudantes da EJA/EaD do CEJAEP e o uso da tecnologia

O perfil do estudante EJA/EaD projeto político pedagógico do CEJAEP (2025, p. 28) afirma que o acesso a plataforma de estudos, Moodle, ocorre de diferentes formas. O

perfil do estudante evidencia a diversidade de trajetórias e condições socioeconômicas que caracterizam esse público. O documento destaca que o acesso à plataforma de estudos Moodle ocorre de diferentes formas — seja por meio de computadores pessoais, dispositivos móveis, acesso em *lan houses*, ou utilizando os laboratórios de informática da própria instituição. Essa variedade de meios de acesso revela tanto o esforço dos estudantes em manter a continuidade dos estudos quanto as desigualdades estruturais que perpassam a experiência educacional na modalidade a distância. Senão vejamos:

Quadro 12 – Modalidades de acesso à EJA/EaD pelos estudantes no CEJAEP

Modalidade de acesso	Percentual
Em casa com o próprio computador e Internet	51,6%
Utiliza a Internet do celular (pacote de dados)	36,3%
Acesso pelo computador com a Internet do trabalho	8,2%
Utiliza computador com Internet da casa de amigos/familiares	4,2%
Utiliza tablets	1,8%

Fonte: Adaptado do PPP CEJAEP, 2025, p.28

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico do CEJAEP (2025, p. 28), a comunidade escolar possui, em sua maioria, conhecimentos básicos de informática, o que contribui para a realização das atividades na plataforma Moodle. Entre os participantes da pesquisa institucional, 46,1% afirmaram considerar importante possuir noções básicas de informática, reconhecendo que esse conhecimento atua como um facilitador do

desempenho estudantil nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).⁴⁵

Entretanto, o PPP/2025, ressalta que a ausência de domínio intermediário ou avançado em informática não constitui fator impeditivo para o acesso e uso da plataforma. A plataforma *Moodle*, do CEJEP, foi desenvolvida de forma acessível e intuitiva, permitindo que estudantes com diferentes níveis de familiaridade tecnológica possam participar das atividades. Isso indica que o conhecimento técnico favorece o engajamento e a autonomia, a inclusão digital promovida pelo CEJAEP em busca garantir que o uso das tecnologias não se torne uma barreira, mas sim uma ponte para a democratização do ensino.

Quadro 13 – Experiência prévia em cursos na modalidade EaD pelos estudantes da CEJAEP

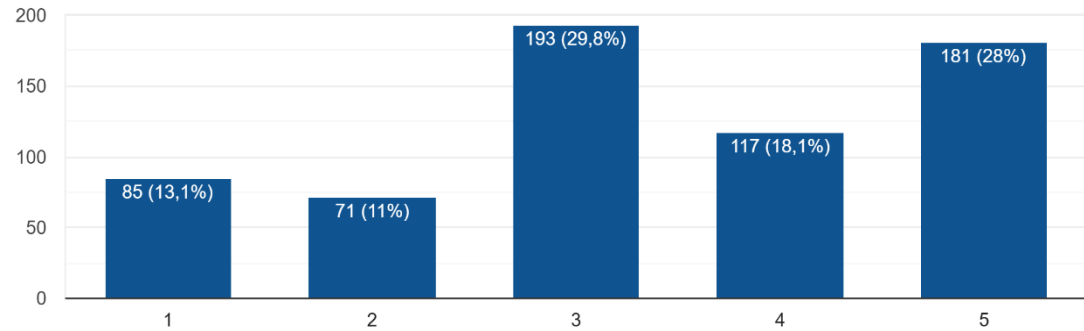
Experiência	Percentual
Primeira vez estudando na modalidade EaD	67,9%
Já havia estudado em algum curso na modalidade EaD	32,1%

Fonte: Adaptado do PPP CEJAEP, 2025, p.29

⁴⁵ Vide, Figura 23 – Perfil dos Estudantes – Noções de Informática. Fonte: CEJAEP EaD. (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 80). (Somando:29,8+18,1+28=46,1%).

40 Tem noções básicas de Informática: atenção: 0 indica nenhuma importância e 5 maior importância.)

647 respostas



A análise das modalidades de acesso à EJA/EaD pelos estudantes do CEJAEP (quadro 12) combinada à experiência prévia dos estudantes na modalidade (quadro 13) evidencia aspectos centrais da integração da tecnologia ao processo educativo. Observa-se que 51,6% dos estudantes acessam os conteúdos em casa pelo próprio computador e internet, enquanto 36,3% utilizam a internet do celular, revelando que a maior parte dos alunos depende de recursos pessoais para acompanhar as atividades. Essa realidade se soma ao dado de que 67,9% dos estudantes estão vivenciando a modalidade EaD pela primeira vez, enquanto apenas 32,1% já possuíam experiência prévia.

Essa correlação indica que grande parte dos estudantes da EJA/EaD precisa se adaptar simultaneamente: à gestão de tempo demandada pelos estudos, à tecnologia e à nova forma de estudar, o que reforça a importância de ferramentas tecnológicas educacionais que garantam acesso confiável à internet e orientações pedagógicas adequadas.

Portanto, o que inicialmente poderia ser considerado como uma dificuldade em realizar os estudos, muitas das vezes é na verdade uma falta de experiência em estudar na modalidade a distância. E como forma de reduzir essa dificuldade inicial, todos os estudantes recém matriculados no CEJAEP EaD participam do curso de Ambientação e recebem o Guia do Estudante. Esse material permite que conheçam o universo da modalidade a distância, especialmente a organização dos prazos, a execução das atividades propostas e a navegação na plataforma (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 29).

A diversidade de modalidades de acesso, quadro 12, também demonstra que a EJA/EaD precisa ser flexível e inclusiva, permitindo que estudantes com diferentes condições tecnológicas possam participar efetivamente, conciliando o aprendizado com as demandas da vida adulta.

Em relação a realidade brasileira, usando como referência ter acesso à Internet, o IBGE noticiou que na maioria das casas dos brasileiros, de 2023 para 2024, houve um aumento de 1,1 p.p. em relação aos domicílios com Internet representando 93,6%, traduzidos em 74,9 milhões de domicílios. Destes 74,9 milhões de domicílios que utilizam a Internet, 13,5 milhões (18,1%) possuíam algum tipo de dispositivo inteligente, um aumento de 1,9 milhão de domicílios (ou 2,1 p.p.) entre 2023 e 2024. O funcionamento de rede móvel celular pelo Brasil tem índice de 92,0% de domicílios que funciona acesso Internet, em 2024. (IBGE, 2025)

Quadro 14 – Acesso à Internet nos domicílios brasileiros (2023-2024)

Indicador	Percentual / Quantidade
Domicílios com Internet (2024)	93,6% (74,9 milhões)
Domicílios com dispositivos inteligentes	18,1% (13,5 milhões)
Crescimento de domicílios com dispositivos inteligentes (2023-2024)	2,1 p.p. (1,9 milhão)
Domicílios com funcionamento de rede móvel celular	92,0%

Fonte: Adaptado do censo oficial do IBGE ano 2025

Os dados do Censo Escolar de 2020, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 29 de janeiro de 2021, apresentam um retrato da situação das escolas da educação básica brasileira quanto à disponibilidade de equipamentos e infraestrutura tecnológica. O levantamento do Inep já indicava desigualdades significativas entre redes e etapas de ensino. (INEP, 2021)

Quadro 15 – Infraestrutura tecnológica nas escolas de Ensino Fundamental no Brasil (2021)

Recurso tecnológico	Percentual de escolas
Internet banda larga	52%
Internet disponibilizada para uso dos estudantes	23,8%
Computadores de mesa	38,3%
Computadores portáteis	23,8%
Projeter multimídia	54,4%
Lousa digital	9,9%

Fonte: Adaptado dos dados oficiais INEP ano 2021.

Ao analisar conjuntamente os dados dos quadros 14 e 15, observa-se uma disparidade significativa entre a infraestrutura tecnológica presente nos domicílios brasileiros e nas escolas de Ensino Fundamental. O quadro 14 indica que, em 2024, 93,6% dos domicílios possuíam acesso à Internet, sendo que 18,1% contavam com dispositivos inteligentes, como smartphones, tablets e computadores conectados.

Esses números demonstram que a maioria das famílias brasileiras já dispõe de condições básicas para o acesso digital, refletindo a expansão da conectividade e a crescente digitalização da sociedade.

Conforme IBGE, dados da PNAD contínua TIC 2024, divulgados pelo IBGE, evidenciam a ampla disseminação do uso de telefones celulares no Brasil, alcançando 167,5 milhões de pessoas com 10 anos ou mais — o que representa 88,9% da população. Esses números refletem não apenas o avanço da conectividade no país, mas também desigualdades regionais de acesso às tecnologias de informação e comunicação, fundamentais para a inclusão digital e educacional. (IBGE, 2025)

Em contrapartida, o quadro 15 evidencia que, no ambiente escolar, a infraestrutura tecnológica ainda apresenta limitações importantes. Apenas 52% das escolas de Ensino Fundamental possuíam Internet banda larga, 23,8% disponibilizavam Internet para uso dos estudantes, 38,3% possuíam computadores de mesa, 23,8% computadores portáteis, 54,4% projetor multimídia e apenas 9,9% lousas digitais. Esses dados indicam que, embora as famílias estejam cada vez mais conectadas, as escolas não acompanham totalmente essa tendência, o que pode gerar uma lacuna digital entre a realidade domiciliar e a escolar.

Essa disparidade tem implicações diretas para a implementação da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente na modalidade a distância. Enquanto a maioria dos estudantes poderia, teoricamente, acessar conteúdos digitais em casa, a limitação de infraestrutura nas escolas restringe atividades de suporte pedagógico, treinamento em plataformas digitais e experiências de aprendizagem mediadas por tecnologia.

Portanto, a análise conjunta evidencia que políticas públicas voltadas à ampliação da conectividade escolar e à modernização dos recursos tecnológicos são essenciais para reduzir desigualdades educacionais e viabilizar a inclusão plena da EJA e EaD na contemporaneidade.

Observou-se, ainda, que quanto mais avançada a etapa de ensino, maior a disponibilidade de equipamentos tecnológicos. No ensino médio, especialmente na rede estadual — principal responsável por essa oferta —, 80,4% das escolas dispunham de internet banda larga e 79,3% possuíam computadores de mesa destinados aos alunos, evidenciando uma infraestrutura mais consolidada em relação às etapas anteriores. (INEP, 2021).

Vejamos nas:

Quadro 16 – Disponibilidade de recursos tecnológicos no ensino médio da rede estadual

Recurso tecnológico	Percentual de escolas (%)
Internet banda larga	80,4
Computadores de mesa para alunos	79,3

Fonte: Adaptado dos dados oficiais INEP ano 2021.

Quadro 17 – Disponibilidade de internet banda larga e acesso direto pelos alunos nas escolas de ensino fundamental por região (%)

Região	Internet banda larga (%)	Acesso direto pelos alunos (%)
Centro-Oeste	83,4	48,3
Sudeste	81,2	51,8
Sul	78,7	65,4
Nordeste	54,7	—
Norte	31,4	—

Fonte: Adaptado dos dados oficiais INEP ano 2021.

As diferenças regionais se revelaram, nas escolas do Centro-Oeste apresentaram melhor conectividade, com 83,4% das unidades de ensino fundamental dispoindo de internet banda larga, seguidas pelas regiões Sudeste (81,2%) e Sul (78,7%). Em contrapartida, Norte (31,4%) e Nordeste (54,7%) apresentaram os menores índices de

acesso. Considerando o uso da internet pelos alunos, o Sul destacou-se, com 65,4% das escolas de ensino fundamental oferecendo acesso direto aos estudantes, seguido de Sudeste (51,8%) e Centro-Oeste (48,3%).

O quadro 16 mostra que, no ensino médio, a maioria das escolas estaduais possui boa infraestrutura tecnológica: 80,4% com internet banda larga e 79,3% com computadores de mesa para os alunos. Já o quadro 17, que considera o ensino fundamental, apresenta maior variação regional: as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul possuem índices relativamente altos (78,7% a 83,4%), mas Norte e Nordeste apresentam infraestrutura muito inferior (31,4% e 54,7%).

O ensino médio da rede estadual, que concentra políticas e recursos tecnológicos, apresenta um panorama mais homogêneo e elevado do que o ensino fundamental, especialmente em regiões historicamente menos favorecidas. No ensino médio, os dados são nacionais e não discriminam regiões, mas o percentual elevado sugere que a maior parte da oferta tecnológica se concentra na rede estadual, possivelmente em regiões mais desenvolvidas, como Sudeste, Sul e Centro-Oeste. (Brasil, 2021)

Ou seja, mesmo que a infraestrutura exista (como no Centro-Oeste, com 83,4% de escolas com banda larga), quadro 17, nem sempre os alunos têm acesso direto. Isso pode ser por limitações de equipamentos, políticas escolares ou gestão de laboratórios de informática, ou poderia ser também a falta de professores capacitados. Pode-se inferir uma tendência geral: a desigualdade se concentra mais no ensino fundamental e em regiões menos favorecidas, enquanto o ensino médio apresenta uma infraestrutura mais consolidada. (Brasil, 2021)

A análise conjunta dos três quadros, 15, 16 e 17, evidencia dois pontos centrais: primeiro, a infraestrutura tecnológica é mais robusta e homogênea no ensino médio da rede estadual, o que reforça a ideia de concentração de investimentos em etapas consideradas estratégicas; segundo, o ensino fundamental ainda apresenta desigualdades marcantes, tanto na disponibilidade da internet quanto no acesso dos alunos. Ainda há necessidade de políticas públicas mais direcionadas para a redução das disparidades regionais pelo Brasil para o fortalecimento do uso efetivo da tecnologia na aprendizagem.

Essas questões têm implicações diretas para a EJA/EaD, considerando os dados do quadro 12 – Modalidades de acesso à EJA/EaD pelos estudantes. Observa-se que mais da metade dos estudantes (51,6%) acessa os conteúdos em casa pelo próprio computador e

internet, enquanto 36,3% utilizam a internet do celular e apenas 8,2% acessam pelo computador do trabalho, refletindo a diversidade de condições tecnológicas e socioeconômicas da população atendida.

A disponibilidade de internet nas escolas (quadros 15, 16 e 17) aliada às múltiplas modalidades de acesso permite à EJA/EaD conciliar o aprendizado com as demandas da vida adulta, evidenciando como a tecnologia se configura como um recurso central na modernidade educacional, ampliando possibilidades de formação e inclusão social.⁴⁶

A integração dessas informações, quadros 12, 13, 15, 16 e 17, mostra que, embora a infraestrutura tecnológica esteja relativamente consolidada no ensino médio da rede estadual⁴⁷, as desigualdades regionais e o perfil heterogêneo dos estudantes de EJA/EaD na CEJAEP representam desafios significativos para a efetividade do ensino. A diversidade de modalidades de acesso, combinada à falta de experiência prévia de muitos estudantes, reforça a importância de estratégias educacionais que conciliem o aprendizado com as múltiplas demandas da vida adulta.

Nesse cenário, a EJA/EaD no CEJAEP pode ser que em certa medida cumpre uma função de alfabetização digital e formação básica em relação aos usos de tecnologias, é o alcance de modo transversal.⁴⁸

A modalidade EaD além de possibilitar a inclusão social e de adaptação à modernidade, permitindo que os estudantes ampliem suas chances de inserção social e profissional de forma compatível com as exigências do conhecimento tecnológico demandadas pela atualidade.

Agora seguimos sobre a questão da posse e uso de celulares pelo Brasil:

⁴⁶ Não foram encontrados dados sobre a disponibilidade de Internet especificamente nas escolas de modalidade EJA

⁴⁷ Observe que o Sistema de Ensino no Distrito Federal não é dividida em rede estadual ou rede municipal, sendo todas as escolas do ensino público pertencentes a uma mesma rede distrital.

⁴⁸ Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Ensino Do Distrito Federal :“Além disso, o Currículo apresenta os eixos integradores: cultura, mundo do trabalho e tecnologias como possibilidade para o diálogo do conhecimento científico com os saberes trazidos pelos sujeitos e fortalece a organização dos componentes curriculares em áreas do conhecimento em cada segmento, conforme apresentado nas respectivas matrizes curriculares.” (Governo do Distrito Federal, 2021, p.21)

Quadro 18 – Evolução da posse de telefone celular para uso pessoal no Brasil (2016–2024)

Ano	Total da população de 10 anos ou mais (%)	Área urbana (%)	Área rural (%)
2016	77,4	—	54,6
2023	87,6	—	—
2024	88,9	90,5	77,2

Fonte: IBGE. *PNAD Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação*, 2024.

Quadro 19 – Posse de telefone celular por grupo etário – Brasil, 2024

Faixa etária (anos)	Percentual de pessoas com celular (%)
10 a 13	56,5
14 a 19	87,6
25 a 29	96,4
30 a 39	96,5
50 a 59	92,4
60 ou mais	78,1

Fonte: IBGE. *PNAD Contínua – TIC*, 2024.

Quadro 20 – Posse de telefone celular por rede e nível de ensino – 2024

Nível de ensino	Rede pública (%)	Rede privada (%)	Diferença (p.p.)
Ensino fundamental	60,1	78,0	17,9
Ensino médio	90,7	97,0	6,3

Nível de ensino	Rede pública (%)	Rede privada (%)	Diferença (p.p.)
Ensino superior	99,2	99,6	0,4

Fonte: IBGE. PNAD Contínua – TIC, 2024.

A evolução da posse de telefone celular no Brasil, apresentada no quadro 18, revela um crescimento contínuo entre 2016 e 2024, passando de 77,4% para 88,9% da população de 10 anos ou mais. Esse aumento, embora progressivo, evidencia que ainda existe uma parcela da população sem acesso ao aparelho. Então ainda se tem demanda para a chamada inclusão digital na sociedade contemporânea. Também vemos que o crescimento mais acentuado ocorre em anos recentes, refletindo uma difusão tecnológica com a maior inserção de celulares na vida cotidiana das pessoas.

A análise por faixa etária, quadro 19, mostra que o acesso aos celulares é desigual entre diferentes grupos: enquanto jovens de 25 a 39 anos apresentam quase universalidade no uso do aparelho, por outro lado os idosos (60 anos ou mais) registram menor posse, embora tenham apresentado o maior crescimento no período de 2019 a 2024 (11,5 pontos percentuais). Esses dados indicam que, embora a tecnologia esteja se tornando mais presente na vida da população, a EJA/EaD enfrenta o desafio de atender estudantes com diferentes níveis de familiaridade tecnológica, devido de certo modo as diferenças de idades, exigindo estratégias pedagógicas que considerem a diversidade etária e a adaptação no uso das tecnologias que ocasionam diferentes ritmos de aprendizagem.

O quadro 20, que apresenta a posse de celular por rede e nível de ensino, reforça desigualdades de acesso associadas à escolarização. Entre os estudantes da rede pública, apenas 73,7% possuem celular, comparados a 94,2% na rede privada, com diferenças mais expressivas no ensino fundamental (17,9 pontos percentuais). A partir do ensino médio, essas diferenças se reduzem, chegando quase à universalidade no ensino superior. Para a EJA/EaD, em que grande parte dos alunos provém da rede pública e apresenta trajetórias escolares interrompidas, essas disparidades evidenciam que a posse de tecnologia não é homogênea, sendo fundamental garantir não apenas a disponibilidade de dispositivos, mas também o suporte para o uso efetivo na aprendizagem.

No contexto da modernidade, conforme discutido por Giddens (2008), a tecnologia atua como um mediador das interações sociais e educacionais. Nesse sentido, o

crescimento da posse de celulares, aliado ao acesso à internet e flexibilidade proporcionada pela EaD, constitui um instrumento central para ampliar as possibilidades de educação promovendo inclusão e desenvolvimento de competências digitais indispensáveis na contemporaneidade.

Retomando o perfil do CEJAEP, constante no Projeto Político Pedagógico de 2025, há uma desigualdade em relação aos dispositivos que se interliga com contexto laboral pois está relacionada a sua renda econômica mensal do estudante. Uma renda mais elevada possibilita a aquisição de dispositivos eletrônicos mais adequados para o acesso à plataforma de estudos, e facilita a contratação de pacotes de dados que garantem uma conexão segura e estável. Além disso, a renda mensal dos estudantes influencia suas expectativas acadêmicas, uma vez que a conclusão dos cursos é frequentemente percebida como um meio de ampliar seus rendimentos. (CEJAEP, 2025, p. 22)

O acesso aos ambientes digitais e às práticas a eles associadas não é uniforme, isso ocasiona uma exclusão digital. Essa desigualdade depende de uma combinação complexa de fatores, incluindo políticas públicas de infraestrutura, investimentos em educação, informação e cultura, além do consumo de dispositivos de diferentes preços, condicionado pelo poder aquisitivo das pessoas. Assim, a exclusão digital se apresenta como um desafio nas oportunidades educacionais. (Ribeiro; Coscarelli, s.d.).

Essa dinâmica evidencia a tensão entre a promessa de inclusão educacional via EaD e os riscos associados à exclusão tecnológica ou à possível precarização das interações pedagógicas. Na prática, isso exemplifica o movimento reflexivo descrito por Giddens (1991, p. 44), à medida que os estudantes escolhem participar, persistir e ressignificar suas trajetórias formativas mesmo em contextos de incerteza.

3.2. A Tecnologia na EaD: tempo comprimido, espaço dissolvido

Aqui se reforça como a EJA e a EaD reorganizam a temporalidade e a espacialidade da aprendizagem, conectando teoria giddensiana à prática do estudante adulto. Quando falamos de tempo. “A modalidade EaD oferece maior flexibilidade em relação ao tempo e ao espaço de estudo, além de permitir o uso de tecnologias assistivas e recursos adaptados.” (Governo do Distrito Federal, 2025, p.26)

Quando se trata do tempo, Freire, o relativiza, ponderando que no tempo se faz o homem-história quando ele se identifica com a ação que realizou. As relações do homem

são temporais e transcendente no sentido de que essas relações não podem ser uma domesticação, submissos ou resignação diante do que viveu ou do que vive. (FREIRE, 2024, p.39)

Para Freire:

O animal está sob o tempo. Para ele não há ontem nem amanhã. Está sob uma eternidade esmagadora. Está encharcado pelo tempo e por isso não tem tempo. Para Deus também não existe tempo: porque está sobre ele. O homem, ao contrário, está no tempo e abre uma janela no tempo: dimensiona-se, tem consciência de um ontem e de um amanhã. (FREIRE, 2024, p.39)

Já Giddens explica que toda interação é situada historicamente num determinado espaço e com uma duração registrada de tempo⁴⁹. Assim em geral as atividades cotidianas costumam ser organizadas de forma delimitada no tempo e no espaço. (Giddens, 2008, p. 99-100)

As pessoas se envolvem nas atividades dentro de uma agenda cheia de marcos temporais acompanhadas de deslocamentos espaciais, como o trajeto diário entre a casa e o local de trabalho, que pode envolver a travessia de diferentes áreas urbanas e que tem demanda tempo. Dessa forma, a análise dos contextos de interação social deve considerar a relação entre os movimentos das pessoas e a convergência entre espaço e tempo que caracteriza suas práticas diárias. (Giddens, 2008, p. 99-100)

As sociedades modernas, a organização das atividades cotidianas depende fortemente do uso dos relógios e da padronização do tempo. Praticamente todas as atividades diárias estão sob medição precisa das horas e a coordenação temporal das ações no espaço. Giddens fala em como a padronização mundial do tempo tornou possível o funcionamento de complexos sistemas de transporte e de comunicação globais, essenciais à vida contemporânea. (Giddens, 2008, p. 99)

Esse sistema foi formalmente instituído em 1884, durante uma conferência internacional realizada em Washington, quando o planeta foi dividido em vinte e quatro fusos horários, separados por intervalos de uma hora, tendo como referência o meridiano de Greenwich. Mais tarde, em 1986, a antiga “hora de Greenwich” (GMT) foi substituída

⁴⁹ “Toda a interacção social se situa no tempo e no espaço. Podemos analisar o modo como as nossas rotinas diárias são «delimitadas» pela combinação do tempo e do espaço, se observarmos a forma como as actividades ocorrem durante determinados períodos e, simultaneamente, implicam movimentos no espaço.” (Giddens, 2008, p. 99-100)

pelo Tempo Universal Coordenado (UTC), consolidando a uniformização global da medição do tempo. (Giddens, 2008, p. 99-100)

Pois bem, ao analisar o quadro 5 – Mercado de Trabalho dos estudantes da EJA/EaD do CEJAEP, observa-se que 66,66% dos alunos precisam conciliar trabalho e estudos. Considerando que o brasileiro trabalha, em média, 8 horas diárias⁵⁰, (Moura, 2025) e que o dia possui 24 horas, restariam apenas 16 horas para todas as demais atividades, incluindo transporte, alimentação, descanso e outras demandas pessoais.

Caso esses estudantes fossem obrigados a frequentar a escola presencialmente, precisariam dispor de aproximadamente mais 4 horas diárias apenas para as atividades escolares, sem contar o tempo de deslocamento para escola e retorno para casa ou trabalho. Nesse contexto, a modalidade EaD se apresenta como um importante facilitador de gestão do tempo, permitindo que o estudante organize seus estudos de forma mais flexível, conciliando-os com as responsabilidades laborais e pessoais.

Embora a EJA/EaD seja reconhecida como uma modalidade capaz de flexibilizar a gestão do tempo e permitir que estudantes adultos conciliem estudo, trabalho e vida pessoal, a nova exigência prevista na Resolução CNE/CEB nº 3/2025 de que pelo menos 50% da carga horária seja cumprida presencialmente pode gerar um efeito prejudicial nessa gestão de tempo que o estudante precisa administrar.(Brasil, 2025)

Para estudantes que já enfrentam jornadas de trabalho extensas e diversas responsabilidades familiares, como já exposto, essa obrigatoriedade presencial representa um acréscimo significativo de disponibilidade de tempo, sobrecarregando a rotina e reduzindo a autonomia conquistada com a EaD. Nesse sentido, embora a norma vise assegurar acompanhamento pedagógico mais próximo e possibilitar interação presencial escolar, ela impõe um desafio concreto à conciliação de atividades diárias que o estudante EJA possui. Esses 50% presenciais limitam o potencial da modalidade EaD como instrumento de inclusão e continuidade escolar.

⁵⁰ Trabalhadores por conta própria gastam mais tempo na atividade profissional do que empregados e patrões. Enquanto a média de horas trabalhadas semanalmente no país é de 39,1, quem atua por conta própria passa 45,3 horas no ofício.

Os dados são referentes ao quarto trimestre de 2024 e fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada nesta sexta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).Moura, 2025)

A tensão entre flexibilidade e obrigatoriedade dos momentos presenciais e online evidencia a necessidade de políticas e estratégias para que o direito à educação nessas características se conjugue com as condições reais de vida dos estudantes adultos e trabalhadores, sem comprometer sua capacidade de organização e permanência na escola.

Agora em relação a Internet, ela exemplifica de forma clara como as transformações tecnológicas modificaram profundamente a relação entre espaço e tempo na vida social. Hoje em dia a interação entre pessoas ocorre a nível global, é comum quem nunca se encontrou presencialmente pode estar dialogando com qualquer parte do mundo. (Giddens, 2008, p. 99-101)

Nas sociedades modernas estamos constantemente interagindo com outras pessoas que nunca vimos ou conhecemos, substituindo, ou retirando a necessidade de as interações serem cara a cara. Ao permitir que alguém, de sua própria mesa, se comunique instantaneamente com outros indivíduos distantes, a Internet reorganiza o espaço e redefine a percepção do tempo, tornando a comunicação praticamente imediata. (Giddens, 2008, p. 99-101)

Esse imediatismo na comunicação, poderia ser considerado como um “tempo comprimido” e “espaço dissolvido”. Nesse rompimento de barreiras da comunicação Giddens exemplifica, sobre o envio de cartas que até recentemente era um meio comum de comunicação. Uma carta para chegar do exterior exigia dias ou semanas de espera e, as tecnologias digitais eliminaram grande parte dessa distância temporal, criando uma nova dinâmica de interação social marcada pela simultaneidade e pela conectividade global. (Giddens, 2008, p. 101)⁵¹

Quando se pensa na EJA/EaD como um direito em que se pode ter uma remissão do tempo, e legislação, LDB, fala em aprender ao longo da vida, isso é considerar e respeitar que cada um tem o seu ritmo e disponibilidade para de aprender. (Governo do Distrito Federal, 2021, p. 14)

A flexibilização do processo escolar possibilitado pela EaD é necessária pois compreende as condições de aprendizagem, participação, frequência e avaliação deste trabalhador-estudante. Essa flexibilidade não deve ser mal apreciada como um aligeiramento da formação, mas como uma adequação necessária às exigências

⁵¹É de conhecimento que início histórico da EaD ocorreu através do envio de materiais de estudo por correspondência.

socioeducativas que caracterizam os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. (Governo do Distrito Federal, 2021, p. 14)

Já foi dito ao longo do texto que tempos e os espaços educativos na EJA se relacionam de modo diferente das demais etapas e modalidades da Educação Básica, não se podendo deixar de lado o reconhecimento das diferenças geracionais, da diversidade cultural, social e econômica do público atendido, bem como de suas trajetórias pessoais, projetos e histórias de vida. (Governo do Distrito Federal, 2021, p. 21)

A natureza da Educação de Jovens e Adultos não está atrelada apenas a clássica aquisição de conhecimentos, conteudismo, ou Educação Bancária (Freire, 1996) deve ter a sua essência comprometida com a diversidade dos estudantes, seus conhecimentos adquiridos ao longo de sua existência, seus tempos diferenciados e o trabalho como prioridade para a organização dos demais tempos da vida.

Sob a perspectiva da modernidade reflexiva proposta por Giddens (1991), a flexibilidade da EJA/EaD representa uma forma de resposta institucional às transformações sociais contemporâneas, em que os sujeitos são constantemente chamados a reavaliar suas trajetórias, identidades e escolhas de vida.

A educação, nesse contexto, assume papel central na reconstrução reflexiva (Giddens, 1991) do eu e na ampliação das possibilidades de inserção social e profissional. Assim, as políticas públicas voltadas à EJA/EaD, ao reconhecerem a diversidade de tempos, flexibilizando a presença no território, reconhecendo as histórias de seus estudantes, concretizam o direito à educação como direito também à autonomia e à inclusão, assegurando condições para que cada indivíduo possa redefinir sua própria biografia diante das exigências da sociedade moderna. (Giddens, 1991)

3.3. Aprendizagem, Autonomia, Letramento Digital e Reflexividade no Contexto Digital

Foi explanado que contexto contemporâneo, marcado pela expansão das tecnologias digitais, a aprendizagem extrapola os limites da sala de aula tradicional e passa a incorporar práticas mediadas por dispositivos e plataformas virtuais.

Nesse cenário, a autonomia do estudante reflexivo assume papel central, pois a capacidade de gerir seu próprio processo formativo depende de habilidades reflexivas e do desenvolvimento do letramento digital essencial para a EJA/EaD.

Assim, imprescindível para a aprendizagem de se ter autonomia, letramento digital no sentido de que os sujeitos podem se apropriar das tecnologias também como instrumentos de autodesenvolvimento e de participação ativa na sociedade, alinhando-se às perspectivas da modernidade reflexiva de Giddens. Conforme destacado por Giddens (1991), numa modernidade reflexiva cheia de incertezas e demandas de vida.

Demo (2004) reforça que essa flexibilidade na organização do tempo constitui um elemento central para que a educação seja efetivamente inclusiva, permitindo aos sujeitos maximizar oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento pessoal.

No contexto contemporâneo, marcado pela mudanças rápidas das tecnologias digitais e pela fluidez das relações sociais, a aprendizagem adquire um caráter cada vez mais dinâmico, necessitando autonomia, no sentido de que os sujeitos seja capazes de se organizar, sendo protagonistas em sua aprendizagem em meio a tecnologia. Isso implica em destacar sobre a capacidade do estudante de gerir seu percurso educacional é cada vez mais salutar, refletindo sobre identidade, escolhas e estratégias de permanência (Freire, 1996; Giddens, 2008).

Nesse cenário, as reflexões de Anísio Teixeira (2009), sobre a forma democrática de vida e a dependência da educação tem relevância de serem resgatadas nessa seção. Mesmo que essas reflexões tenham sido escritas há algum tempo para o autor, a democracia não é apenas uma forma de governo, mas um modo de viver, que requer indivíduos preparados intelectual e moralmente para participar da vida pública. Isso converge com as ideias antes apresentadas.

A igualdade política — fundamento da vida democrática — só se concretiza quando todos têm acesso efetivo à uma educação de qualidade, que ele considerava, capaz de desenvolver a inteligência, a criticidade e a responsabilidade social. (2009)

A nova fase em que vamos entrar é a da educação como direito individual, mas a ser ministrada numa escola comum, una e diversificada, destinada a dar a todos e a cada um igualdade de oportunidades para o desenvolvimento de suas aptidões e talentos. (Teixeira, 2009, p.58)

Assim, a escola, ou no caso da EJA/EaD, o ambiente virtual de aprendizagem, AVA, deve ser compreendido também como espaço de reconstrução da experiência democrática e de fortalecimento da autonomia cidadã.

O perfil de autonomia para propiciar a aprendizagem na EaD pressupõe que o estudante possua certa destreza com os ambientes do ciberespaço, ficando a cargo do professor o papel de orientador de estudos e, do tutor, o de apoio e suporte no desenvolvimento das tarefas, como uma ponte entre o aluno e o professor, aluno e coordenação, aluno e equipe técnica.⁵²(Oliveira; Santo; Motta, 2024, p. 30).

Principalmente entre os estudantes mais jovens que são mais rápidos e mais dinâmicos, convivem com tecnologia vez que praticamente quando nasceram, já nasceram inseridos na era digital. E o desafio dos educadores nesse processo educativo, EAD é auxiliar os estudantes a desenvolverem autonomia nos estudos e na construção da própria aprendizagem. (Oliveira; Santo; Motta, 2024, p. 161).

Nesse contexto, com a produção de conhecimento em rede, a informação passou a circular com maior velocidade, e o espaço e o tempo deixaram de ser obstáculos, permitindo que o conhecimento alcance uma coletividade de pessoas simultaneamente. Consequentemente, os professores deixaram de ser a única fonte do saber e do encantamento do trabalho com o pensamento humano, já que, no ciberespaço, o conhecimento se apresenta pronto e imediatamente acessível. (Oliveira; Santo; Motta, 2024, p. 161-162).

Nessa questão da autonomia e aprendizagem, acesso as informações através da Internet, não se pode deixar de lado os novos letramentos ou letramentos digitais⁵³ assumem papel central nas discussões sobre educação e transformação social, pois o conhecimento não se encontra apenas em publicações editoriais, centralizados, está espreado em vários espaços digitais, em contraste com modelos tradicionais baseados na difusão vertical de conteúdos e no controle de saberes. (Buzato, 2010, p. 289)

Sob essa perspectiva, o estudante autônomo no meio digital tendo possibilidade de escolher conteúdos além dos oferecidos pelo AVA para aprofundar seus estudos, não ficando restrito apenas a cumprindo tarefas propostas. O estudante exerce sua liberdade de pensamento e ação, apropriando-se criticamente das informações disponíveis e

⁵² Ressalta-se que no CEJAEP o professor acumula os papéis de professor conteudista, que elabora o material didático; professor-pesquisador, que se atualiza e reflete sobre a prática e também assume o papel de tutor (ou mediador).

⁵³ “Ser letrado digital implica saber se comunicar em diferentes situações, com propósitos variados, nesses ambientes, para fins pessoais ou profissionais. Uma situação seria a troca eletrônica de mensagens, via e-mail, sms, WhatsApp. A busca de informações na internet também implica saber encontrar textos e compreendê-los, o que pressupõe selecionar as informações pertinentes e avaliar sua credibilidade.” (Ribeiro; Coscarelli, s.d.).

construindo sentidos próprios, para isso são necessárias certas habilidades como o letramento digital, autonomia e reflexividade.

Essa visão dialoga com Paulo Freire (1996), ao afirmar que a autonomia nasce da prática da liberdade proporcionada pelo diálogo. Com Anthony Giddens (1991), ao propor que o sujeito reflexivo sendo aquele que se compreende no processo contínuo de transformação e aprendizagem. A autonomia, portanto, é um processo relacional, sustentado pelo diálogo, pela interação e pela consciência de pertencimento numa comunidade de aprendizagem.

Os ambientes digitais são marcados pela multimodalidade, ou seja, a apresentação da informação por meio diferentes, que vão além do texto escrito e incluindo animações, vídeos, sons, cores e ícones. A capacidade de ler e produzir conteúdo que integrem essas múltiplas linguagens constitui uma competência essencial dos indivíduos digitalmente letrados, cujas exigências sociais e motivações pessoais surgem cada vez mais precocemente. (Ribeiro; Coscarelli, s.d.).

Estabelece a Resolução nº 1/2018 do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) que um dos principais desafios está relacionado ao perfil do estudante, que, na EaD, deve apresentar letramento básico no uso das mídias digitais, autonomia para o estudo independente e capacidade de gerenciar seu tempo e buscar esclarecimentos de forma proativa (Governo do Distrito Federal, 2021, p. 46).

Poderia ser considerado o letramento digital em níveis diferentes que potencializa a mudança social e educacional que muitas vezes impulsionados pela própria ação dos sujeitos. Assim, a utilização das novas tecnologias dentro da proposta EaD, pode ser capaz de promover valores como liberdade, autonomia, democracia e solidariedade, conforme previsto nos BNCC⁵⁴. Mesmo assim é preciso reconhecer que esses ambientes digitais são moldados por estruturas prévias não se podendo negar que as diferenças de níveis característica dos novos letramentos sejam necessariamente emancipadoras; por outro lado não se pode ignorar seu potencial crítico e transformador. (Buzato, 2010, p. 289)

Assim, é complexo estabelecer um parâmetro de avaliação de letramento digital que se relaciona com a autonomia desses estudantes EJA/EaD, pois envolve um conjunto

⁵⁴ BNCC – Base Nacional Curricular Comum.

amplo de habilidades, que não precisam ser plenamente dominadas, ao menos devem ser familiares aos usuários.⁵⁵ Cada contexto pode demandar usos específicos das tecnologias, tornando necessário que os indivíduos desenvolvam pelo menos as habilidades básicas capazes de sustentar sua aprendizagem e a adaptação contínua às novas ferramentas e práticas digitais. (Ribeiro; Coscarelli, s.d.).

A autonomia relacionada ao letramento digital que é compreendido como a capacidade de selecionar, interpretar e produzir informações de modo significativo. No âmbito da EJA/EaD que favorece a formação de sujeitos reflexivos sobre suas práticas, e suas trajetórias educacionais, em consonância com o ideal emancipatório. (Giddens, A.; Beck, U.; Lash, S., 1997, p. 278)

Já a tempo, retornado Anísio Teixeira, a ideia do que ele denominou como “liberdade de inteligência” fruto dos novos jeitos de se trabalhar, da crescente complexidade social, servindo como fundamento para democracia e compreensão da vida democrática. Segundo Teixeira, a nova etapa da civilização industrial e científica exigia uma liberdade distinta: “a liberdade de inteligência”, isto é, a capacidade de investigar, compreender e orientar racionalmente a vida social e política. (Teixeira, 2009, p. 32)

Em sua análise relacionado a aprendizagem, autonomia e democracia, já dizia, Teixeira homem precisa educar-se, “formar a inteligência”, para poder usar eficazmente as novas liberdades conquistadas. A inteligência, adverte, “não é algo nativo, mas algo cultivado, de novos hábitos que se aprendem”. (Teixeira, 2009, p.33).

Podia-se então, falar em uma espécie de reflexividade digital emergente dentro desse contexto; o estudante aprende a pensar, a “formar a inteligência” sobre suas próprias práticas, usando tecnologias. No Anísio Teixeira, concebia como educação como um “método para ensinar novos termos criados pela ciência; e, além disso sem o desenvolvimento, paralelo da ciência física, do conhecimento do homem no campo social.”(Teixeira, 2009, p. 36)

Desse modo, a aprendizagem, a autonomia e a reflexividade, quando presentes no ambiente digital, EaD, constituem uma prática espécie de democracia educativa. O direito à educação, em sua plenitude, compreende não apenas o acesso às plataformas e recursos tecnológicos, mas também o direito de aprender, criticamente, de construir saberes e de

⁵⁵ Vide quadro 13

participar ativamente das transformações sociais. A educação democrática defendida por Anísio Teixeira (2009) encontra, na EJA/EaD contemporânea, novas possibilidades de concretização — desde que a tecnologia seja orientada por princípios éticos, inclusivos e dialógicos.

A liberdade tem uma natureza dialética mas é contraditória quando relacionada as influências globalizadoras. Ou seja, em uma diversidade de contextos a liberdade pode ser também uma intensificação de estratificação. Vários grupos podem viver juntamente, ricos e pobres e as provações de um pode ser a fonte da riqueza de outros. (Giddens, A.; Beck, U.; Lash, S., 1997, p. 278)

Giddens fala em confiança ativa que está ligada tanto aos laços íntimos quanto ao nível dos sistemas globais de interação, exemplo das mudanças ocorridas pelo acesso à internet, e entender como a tecnologia molda a sociedade. (Giddens, A.; Beck, U.; Lash, S., 1997, p. 276). É como podemos pensar que isso ocorre dentro uma instituição de ensino a distância.

As inovações tecnológicas, como a internet, intensificam a reflexividade, pois as pessoas se deparam com a necessidade de refletir sobre as consequências de sua própria ação em um mundo conectado, numa estrutura institucional mais aberta. “A ‘autonomia’ envolvida aqui pode ser compreendida em termos de responsabilidade e de tomada de decisão de baixo para cima”. (Giddens, A.; Beck, U.; Lash, S., 1997, p. 277)

Poderia se pensar em que no momento que esse estudante escolhe estudar numa instituição EJA/EaD dentre os inúmeros motivos expostos tem agregada a confiança ativa no sistema especialista em que se matriculou. (Giddens, A.; Beck, U.; Lash, S., 1997, p. 277-278)

Pais (2007) fala em uma reflexividade transformadora orientada para o futuro que está relacionada a uma reflexividade orientada pelo passado, sendo definida como a capacidade dos sujeitos de intervir na realidade a partir de seus próprios cotidianos, modificando as representações que a refletem. E no cotidiano, em que o indivíduo se reconhece e é reconhecido pelos outros. (Pais, 2007, p. 25).

Como afirma Pais (2007, p. 43), a verdadeira emancipação ocorre quando a vida cotidiana deixa de ser mero reflexo de estruturas impositivas e se torna um espaço de protagonismo e inovação.

Ao analisar “dilemas banais” como o uso da gravata, Pais, evidencia que a autonomia individual é sempre mediada por convenções sociais. (Pais, 2007, p. 28) De modo análogo, o estudante da EJA/EaD vive a tensão entre autonomia e dependência: no momento que a aprendizagem é mediada por tecnologias, por regras institucionais e dividida no tempos múltiplos de vida. A reflexividade mostra a ele que ato educativo está além da simples adaptação e acaba por consequência convertendo-se em processo emancipatório, como propõe o princípio constitucional do direito à educação, art. 205, I, II, IX, da CF/88.

Teixeira, já há tempo, afirmava que, na sociedade moderna, a escola pública é o principal instrumento de integração e coesão da “grande sociedade”, transformando-a gradualmente em uma “grande comunidade”. Para ele, a escola pública constitui a base da sociedade democrática, expressando o interesse coletivo e garantindo a continuidade de seus ideais. (Teixeira, 2009, p. 52-53).

Dentro da reflexividade, na EJA/EaD, o exercício desse direito manifesta-se quando o estudante torna o saber escolar uma ferramenta de ação sobre sua realidade social e profissional. (Pais, 2007, p. 40).

Giddens (1997, p. 285- 286) define a autonomia como sendo promovida pela capacidade de se representar os próprios interesses e pela “possibilidade de se resolver conflitos de interesse por meios do dialogo público.” E segue trazendo a “democracia emocional” em que se torna possível as relações de iguais, organizada pela comunicação emocional e auto entendimento. Sob a ótica da modernidade reflexiva, conforme proposta por Giddens (1991), o analfabetismo funcional e digital evidencia os desafios estruturais da sociedade contemporânea, marcada pela interdependência entre conhecimento, tecnologia e cidadania.

Nesse sentido, o fortalecimento da EJA deve ser entendido não apenas como uma política educativa isolada, pois investir na EJA, portanto, vai além de corrigir déficits educacionais: trata-se de reafirmar o direito à aprendizagem contínua, à participação crítica e à construção de capacidades que sustentam uma democracia dialógica e inclusiva na sociedade.

3.4. A Experiência Educacional do Estudante da EJA/EaD como expressão da modernidade

Giddens, na obra *Sociologia*, Capítulo 16 quando trata do tema Educação, afirma que tradicionalmente ela é ministrada face a face. Diante disso questiona, naquela época, sobre a possibilidade de uma educação ser ofertada de modo que o face-a-face fosse retirada e como que isso aconteceria. Mas lembra que é possível estudar há muito tempo fora das salas de aula, através dos cursos por correspondência, contudo esses cursos não são por natureza interativos. (Giddens, 2008, p. 494)

Giddens exemplifica isso trazendo como exemplo a Universidade Aberta da Grã-Bretanha, fundada em 1971, marcou a história do ensino a distância ao utilizar a televisão, com programas transmitidos pela BBC em horários alternativos para atender estudantes que conciliavam trabalho e estudos. Isso era combinado com materiais escritos enviados por correspondência, encontros presenciais com orientadores e cursos de verão, a instituição ofereceu uma formação universitária acessível e de qualidade a partir de casa, ampliando as oportunidades de educação para milhares de pessoas. E com o tempo incorporou a Internet em seus recursos sem abrir mão da interação humana. Se tornando uma das maiores Universidades do Reino Unido (Giddens, 2008, p. 494)

Outro exemplo, Giddens, é da Universidade de Phoenix Estados Unidos, fundada mais recentemente em 1989, diferente das universidades tradicionais por não possuir campus físico, biblioteca (eletrônica para poderem completar as suas tarefas de pesquisa e leitura) ou atividades esportivas, concentrando suas interações no ambiente virtual. Oferece diversos cursos de graduação totalmente online, acessíveis de qualquer localidade. As salas de aula são substituídas por plataformas eletrônicas, onde os alunos publicam seus trabalhos, participam de discussões e recebem orientações de tutores. Entretanto, a singularidade da Universidade de Phoenix não está apenas no meio de aprendizagem, mas também no perfil de seu público-alvo admitindo apenas estudantes trabalhadores com mais de vinte e três anos, direcionando sua estrutura e seus cursos a profissionais adultos que buscam aprimorar competências e obter novas qualificações sem comprometer suas rotinas pessoais e profissionais. Por isso, em lugar do tradicional calendário acadêmico, seus cursos são organizados de forma flexível, permitindo que a educação contínua se integre harmoniosamente às demandas da vida cotidiana. (Giddens, 2008, p. 494-495)

Outro elemento que diferencia a Universidade de Phoenix é seu caráter empresarial: tratando-se de uma universidade com fins lucrativos e que, já registrava lucros anuais

médios de 12,8 milhões de dólares. Giddens já na ocasião afirmou que essa seria uma tendência crescente nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e em outros países, onde organizações privadas, especializadas em gestão ou em tecnologia educacional, passariam a atuar diretamente no sistema de ensino, seja como administradoras, consultoras ou fornecedoras de serviços educacionais. (Giddens, 2008, p.495)

Hoje em dia, segundo Giddens, acesso à educação é algo que acontece naturalmente nos países industrializados, mas isso é resultado de longo processo histórico. Antigamente não era desse modo, a educação formal, era privilégio de poucos que dispunham de tempo e recursos. Ele lembra que antes da invenção da imprensa, em 1454, os livros eram raros e caros, copiados manualmente. Em tempos antigos, a leitura não era necessária, e o aprendizado ocorria pela observação e repetição dos ofícios, tradições e costumes familiares, transmitidos oralmente de geração em geração. (Giddens, 2008, p.495)

Contudo, com avanço da modernidade, a escolarização se expandiu e transformou-se em um elemento central da vida social. Atualmente, a maioria das pessoas é alfabetizada e participa de um sistema educacional estruturado, em que a palavra impressa, a comunicação eletrônica e o ensino formal em escolas e universidades se tornaram pilares essenciais da cultura, do trabalho e da identidade coletiva. (Giddens, 2008, p.495)

Na era moderna, a educação passou a ser um dos principais alicerces das oportunidades de emprego e de ascensão social. Escolas e universidades assumiram o papel de ampliar horizontes intelectuais e, ao mesmo tempo, preparar as novas gerações para atuar na economia e na vida pública. O desafio contemporâneo está em equilibrar uma formação humanista ampla com o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais específicas. Nesse contexto, a educação tem programas de formação prática — como estágios e experiências de trabalho — que complementam o ensino geral, promovendo a integração entre o saber teórico e as exigências do mercado, e facilitando a transição dos jovens da escola para o mundo do trabalho. (Giddens, 2008, p.496)

Giddens, escreve sobre a educação relacionada as novas tecnologias da comunicação e como a expansão dessas tecnologias tem transformado profundamente a educação, influenciando tanto os métodos de ensino quanto as exigências do mercado de trabalho. Existe uma economia do conhecimento, cuja a demanda é crescente por profissionais com competências digitais e domínio das ferramentas informáticas. (Giddens, 2008, p.509)

Para ele, embora o número de lares com computadores tenha aumentado significativamente nos últimos anos⁵⁶, muitas crianças ainda não dispõem desse recurso em casa. Nesse contexto, as escolas assumem um papel decisivo ao proporcionar o primeiro contato estruturado com as tecnologias digitais, permitindo que os jovens aprendam a utilizá-las de forma crítica e produtiva, preparando-se para os desafios da sociedade conectada. (Giddens, 2008, p.509)

Ele (Giddens, 2008) constata que o número de computadores disponíveis por escola aumentou exponencialmente, no sistema educacional britânico ampliando o acesso dos estudantes aos recursos digitais. Em 1998, cerca de 96% das crianças entre cinco e quinze anos já tinham contato com computadores no ambiente escolar. Nesse período, cada escola secundária no Reino Unido contava, em média, com 101 computadores, enquanto as escolas primárias dispunham de aproximadamente 16, refletindo o compromisso governamental em integrar a tecnologia à prática pedagógica e preparar os alunos para uma sociedade cada vez mais digitalizada.⁵⁷

Sobre a tecnologia na sala de aula, (Giddens, 2008, p. 509-510) são mais comum os livros e os manuais impressos, mas com a tecnologia e computadores usados na educação, Giddens já previa as mudanças que estamos vivendo hoje. “Os jovens de hoje já estão a crescer numa sociedade de informação e mediática e estão muito mais familiarizados com estas tecnologias do que muitos adultos - incluindo os seus professores.”⁵⁸

Ainda hoje, não há consenso sobre se as novas tecnologias realmente produzirão transformações na educação. Críticos destacam que, embora seu impacto seja significativo, elas também podem intensificar as desigualdades educacionais. A chamada “pobreza de informação” tende a se somar às privações materiais já existentes, ampliando as disparidades no acesso ao ensino. (Giddens, 2008, p. 510). Por isso dá importância sobre o tema da autonomia e letramento digital dos estudantes EJA/EaD

⁵⁶ Isso vem ocorrendo atualmente no Brasil vide como exemplo quadros 14, 15, 19, 20 e 21

⁵⁷ Nas quadros 15, 16 e 17 trazemos à baila sobre a Infraestrutura tecnológica nas escolas de Ensino Fundamental no Brasil sobre a disponibilidade de recursos tecnológicos no ensino médio da rede estadual e a disponibilidade de internet banda larga e acesso direto pelos alunos nas escolas de ensino fundamental por região (%) , observe que os dados são de 2021. Em 1998, eles já estavam preocupados em ligar até 2002 as , todas as escolas, institutos, universidades e bibliotecas do país através de uma rede chamada *National Grid for Learning* (NGL) - Rede Nacional para a Aprendizagem lançada em 1998, foi concebida para ligar, em 2002. Ou seja, os dados levantados por Giddens são mais de 20 anos atras em relação a realidade brasileira ainda tem muito a avançar.(Giddens, 2008, p. 509)

⁵⁸ Quadros: 15, 16, 20

As novas tecnologias o ritmo acelerado de suas inovações, o avanço da economia do conhecimento vêm transformando profundamente as concepções tradicionais de trabalho e educação. Devido a isso, Giddens já afirmava que a formação e a qualificação profissional deixaram de ser processos pontuais, passando a ocorrer ao longo de toda a vida, muitas vezes através da Internet. (2008, p. 527). Isso desde a 1ª edição do livro em 1989, já se passaram mais de 30 anos.

A concepção tradicional de educação, ofertada dentro do espaço de instituições formais, vem sendo substituída, essa mudança de foco, da “educação” para a “aprendizagem”, não representa uma ruptura, mas sua ampliação. O sujeito não aprende apenas dentro das escolas. A valorização da aprendizagem reconhece que qualificações e saberes podem ser adquiridos em diferentes experiências e interações, como conversas com amigos e vizinhos, participação em seminários, visitas a museus, trocas informais em espaços públicos ou virtuais e, especialmente, por meio da Internet. (Giddens, 2008, p. 527)

No contexto da EJA/EaD, os estudantes jovens e adultos, frequentemente afastados por longos períodos⁵⁹ não deixaram de aprendizagem, pois estar fora da escola não significa que o processo formativo ficou estagnado. O conhecimento não se limita à estrutura institucional, mas se amplia nas interações cotidianas, no uso da tecnologia e nas trocas sociais, vivenciadas pela modernidade.

Para Giddens a questão da valorização da aprendizagem ao longo da vida, vai além das fronteiras entre escola, numa sociedade se tornam cada vez mais fluidas, impulsionadas tanto pelas tecnologias digitais quanto pelas experiências concretas no mundo real. (Giddens, 2008, p. 527)

Giddens (2008, p. 527) afirma que a aprendizagem ao longo da vida deve desempenhar um papel central na transição para uma sociedade do conhecimento. Essa aprendizagem é essencial para formar uma força de trabalho qualificada, para promover valores humanos mais amplos, para desenvolvimento de uma educação pessoal mais completa e autônoma, voltada ao autodesenvolvimento e à autocompreensão. Ele exemplificou com a "universidade da terceira idade", que fornece às pessoas mais velhas a oportunidade de se formarem por si próprias de acordo com as suas escolhas,

⁵⁹ Capítulo 2, seção 2.4, destaque nas subseções 2.4.1 e 2.4.2

desenvolvendo quaisquer tipos de interesses que pretendam seguir.(Giddens, 2008, p. 527)

3.4.1. Relatos e Resultados

Dados de pesquisa do Sinpro-DF foram baseadas em um estudo nº 1.030/2023 realizado juntamente com a Terceira da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) afirmou que mesmo após a fase crítica da pandemia, em 2023, a EJA continua apresentando números de matrícula muito baixos. (Sinpro-DF, 2023).

Em relação ao abandono:

No estudo, a CLDF chama de “abandono” as vagas dos(as) trabalhadores(as) jovens e adultos que não conseguiram permanecer na EJA por diversas razões e mostra que, no primeiro semestre de 2019, o índice desse “abandono” correspondia a 37,24% das matrículas; em 2020, a 3,97%; e, em 2021, a 7%. O índice de reprovação, por sua vez, no mesmo período, foi de 22,60%, em 2019; 48,97%, em 2020; e, em 2021, 55,73%. O estudo informa ainda que na plataforma de dados educacionais mantida pela SEE-DF não se encontram disponibilizados os índices de abandono e reprovação de 2022 e 2023. (Sinpro-DF, 2023).

Por outro lado, positivamente, todos os anos alunos concluem seus estudos no CEJAEP. Há um registro público da formatura⁶⁰ do ano de 2019 na CEJAEP, como noticiado, que contou com a presença de 98 alunos. Neste ano de 2019, a escola atendia 767 alunos no 2º segmento, correspondente aos anos finais do ensino fundamental, e 1.245 alunos no 3º segmento, referente ao ensino médio, evidenciando a importância da instituição como oferta de oportunidade educacional para jovens e adultos que não puderam concluir seus estudos anteriormente.⁶¹ (Governo do Distrito Federal; 2019)

⁶⁰ “O Distrito Federal apresentou redução no índice de pessoas sem escolaridade, saindo de 4,2% (PDAD 2021) para 1,5% (PDAD 2024) e, de acordo com o Censo Demográfico (IBGE 2022), ocupa a 2ª posição no Brasil, em menor índice de analfabetismo” segundo o Boletim EJA do Distrito Federal de setembro de 2025. (Governo do Distrito Federal, 2025, p. 1)

⁶¹ Representando diferentes faixas etárias, desde jovens até adultos, como no caso de Maria Divina, de 63 anos. Muitos estudantes retomaram os estudos após longos períodos de interrupção escolar, em média de cerca de 10 anos ou mais, demonstrando superação e resiliência.

A reportagem trás dois depoimentos de formandos. Maria Divina, 63 anos. Maria Divina retomou os estudos após décadas afastada da escola devido a trabalho, casamento e cuidados com a família. Aos 63 anos, ela conseguiu concluir o ensino médio na modalidade EAD oferecida pelo CEJAEP, demonstrando determinação e persistência. Sua trajetória evidencia como a educação para jovens e adultos possibilita superar barreiras históricas de acesso à escolarização e transforma vidas, permitindo que sonhos antigos de conclusão escolar se tornem realidade, independentemente da idade. Formando Alef, 24 anos que abandonou os estudos ainda jovem e passou por um período de envolvimento com o crime. Após uma mudança significativa em sua vida, marcada pelo engajamento religioso e a decisão de retomar a educação, ele ingressou no CEJAEP e concluiu o ensino médio. Seu depoimento ilustra como a educação para jovens e adultos pode atuar como instrumento de reintegração social, oferecendo novas perspectivas e abrindo caminho para a continuidade dos estudos, incluindo a intenção de ingressar na faculdade. (Governo do Distrito Federal, 2019)

Esse dado reforça, positivamente que a função da CEJAEP como espaço de inclusão educacional, vem sendo cumprida, mesmo com as dificuldades levantadas. Mostrando que a escolarização de jovens e adultos não se restringe à oferta de aulas, mas envolve a promoção de trajetórias completas, culminando em conquistas como a formatura.

Do ponto de vista da sociologia jurídica, os registros de resultados positivos é reflexo do compromisso do Estado em manter uma escola pública oficial da rede de ensino com as características acima explanadas.

Isso concretização de direitos fundamentais, traduzindo princípios constitucionais em práticas educativas inclusivas de modo vivo. A EJA/EaD, ao conciliar flexibilidade e ao mesmo tempo compromisso pedagógico, permite que a educação se configure como instrumento de justiça social, promovendo igualdade de oportunidades e reforçando a noção de que o direito à educação não se limita apenas acesso ou estar matriculado em uma escola, mas envolve a capacidade dos sujeitos reflexivos participarem plenamente da vida social, cultural e profissional, ressignificando seu papel na sociedade contemporânea. (Giddens, 1991; Demo, 2004)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a ótica da modernidade reflexiva, investir na EJA/EaD significa não apenas corrigir déficits educacionais, mas garantir o direito à aprendizagem contínua, à participação crítica e à mobilidade social, reafirmando o princípio de que a educação é um direito de todos e uma condição essencial para a inclusão plena na sociedade contemporânea (Giddens, 1991; Demo, 2004).

Dessa forma, a modalidade EJA/EaD emerge como uma ferramenta estratégica, capaz de conciliar estudo, trabalho e vida pessoal, permitindo que jovens, adultos e idosos ressignifiquem suas trajetórias de vida e ampliem suas possibilidades de inserção social e profissional. (Freire, 2019; Demo, 2006)

A Educação de Jovens e Adultos na modalidade a distância, EJA/EaD, constitui um espaço democrático de expressão da modernidade reflexiva, conforme proposto por Giddens (1991; 2002) ao articular acesso ao conhecimento, possibilidade de aprendizagem, autonomia e reconstrução de trajetórias de vidas.

Essa modalidade âmbito do direito à educação, reafirma a educação como instrumento de emancipação e cidadania, conforme a Constituição Federal de 1988, garantindo práticas pedagógicas que valorizem a estudantes com histórico tão diversificado.

Os quadros apresentadas ao longo da dissertação desempenham papel fundamental ao fornecer evidências empíricas sobre as trajetórias, experiências e estratégias de aprendizagem dos estudantes da EJA/EaD, permitindo uma análise das interações entre contexto social, responsabilidade individual e uso de tecnologias educacionais.

A leitura comparada dos quadros 15, 16 e 17 permite identificar dois aspectos fundamentais. O primeiro refere-se ao fato de que a infraestrutura tecnológica se mostra mais consolidada e uniforme no ensino médio da rede estadual, do que a no fundamental, evidenciando uma tendência de concentração de investimentos nas etapas educacionais consideradas prioritárias. O segundo aspecto indica que o ensino fundamental ainda enfrenta significativas desigualdades regionais, tanto no que diz respeito à oferta de internet quanto ao acesso pelos estudantes. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas mais equitativas e focalizadas, capazes de reduzir as disparidades regionais e promover o uso qualificado das tecnologias como instrumento de apoio à aprendizagem.

A análise integrada dos quadros 12, 13, 17, 18, 19 o perfil heterogêneo dos estudantes da EJA/EaD no CEJAEP, associada às diferentes formas de acesso às plataformas digitais e à falta de familiaridade prévia de parte dos alunos com o uso de tecnologias, evidencia a necessidade de estratégias pedagógicas mais inclusivas e flexíveis, capazes de conciliar o processo de aprendizagem com as múltiplas responsabilidades e condições da vida adulta.

A análise da posse de telefone celular no Brasil evidencia avanços significativos, mas também desigualdades persistentes que impactam a educação de jovens e adultos. Além disso, diferenças significativas persistem entre redes de ensino, quadro 20, com apenas 73,7% dos estudantes da rede pública possuindo celular, contra 94,2% da rede privada, especialmente no ensino fundamental, em que a discrepância chega a 17,9 pontos percentuais. Isso reflete em relação a idade das pessoas, pois os mais velhos tem menos acesso, e também a questão da fluidez no uso das tecnologias, letramento digital

Esses dados reforçam que, para a EJA/EaD, o simples acesso à tecnologia não garante uma inclusão plena; é necessário assegurar suporte pedagógico e infraestrutura adequada, considerando a diversidade etária, socioeconômica e de experiência prévia com EaD. Nesse contexto, a tecnologia, simbolizada pela difusão do celular e do acesso à internet, torna-se um instrumento central da modernidade, permitindo que estudantes conciliem aprendizagem, trabalho e responsabilidades da vida adulta.

Assim, a expansão da posse de celulares e a redução gradual das desigualdades de acesso constituem elementos fundamentais para promover a educação ao longo da vida, fortalecer a inclusão social e ampliar as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional no Brasil contemporâneo.

O estudante da EJA/EaD tem que administrar o seu “tempo comprimido” e “espaço dissolvido” exercendo a todo momento a reflexibilidade, adquirindo autonomia, e novas aprendizagens com olhar para realização de projetos e metas para vida, assim como de sonhos.

Ao sistematizar informações sobre abandono escolar, retorno à educação, conciliação de estudo com trabalho e vida familiar, essas análises possibilitam compreender como o direito à educação é efetivamente exercido, é vivo e como as políticas públicas se materializam na prática.

Sob a ótica da sociologia, os dados reforçam a interpretação das dinâmicas sociais, dos processos de inclusão e das desigualdades estruturais, enquanto, para o direito educacional, evidenciam a necessidade de normativas que considerem a diversidade de trajetórias e garantam a universalidade do direito à educação, fortalecendo a reflexão crítica sobre a relação entre legislação, prática pedagógica e transformação social.

A EJA/EaD, ao flexibilizar ritmos e espaços de aprendizagem e ao incorporar tecnologias digitais, oferece aos estudantes a oportunidade de reconstruir suas trajetórias educacionais com protagonismo, enfrentando desafios relacionados a interrupções escolares e desigualdades socioeconômicas. Acaba por promover autonomia, organização reflexiva e participação ativa, fortalecendo a confiança nos sistemas educativos. Pode ampliar a capacidade crítica e a inserção social dos alunos, e consolida-se como um instrumento estratégico de aprendizagem contínua, exercício de democracia e formação cidadã, alinhada às demandas da modernidade tardia e às exigências de uma sociedade globalizada. (Giddens, 2008; Demo, 2004).

A EJA/EaD surge como uma alternativa capaz de flexibilizar o princípio da territorialidade que o estudante tem que se matricular numa escola próxima de sua residência, promovendo uma forma de acesso mais compatível com as dificuldades contemporâneas de mobilidade, de sobra de tempo e trabalho. Ao permitir que o estudante aprenda de diferentes lugares e organize seus próprios horários, a modalidade rompe com os limites geográficos tradicionais.. Essa flexibilização não enfraquece o princípio da territorialidade, mas o ressignifica, adequando-o às demandas de uma sociedade dinâmica e interconectada, na qual o direito à educação precisa ser garantido de forma equitativa, reflexiva e adaptada às condições reais de vida dos diversificados sujeitos da EJA.

Embora a EJA/EaD ofereça flexibilidade essencial para que estudantes adultos conciliem estudo, trabalho e vida pessoal, a nova exigência de cumprir 50% da carga horária presencial (Resolução CNE/CEB nº 3/2025) pode comprometer essa gestão autônoma do tempo. Para trabalhadores com múltiplas responsabilidades, a presença obrigatória adiciona deslocamentos, gastos financeiros, sobrecarga de rotina, limitando a autonomia proporcionada pela EaD e evidenciando a necessidade de políticas que equilibrem flexibilidade e acompanhamento pedagógico, sem prejudicar a permanência e o sucesso escolar.

Seguindo à luz do conceito de tempo comprimido e espaço dissolvido de Giddens (1991) na EJA/EaD, o estudante experimenta uma flexibilização do tempo e do espaço escolar, podendo organizar seus estudos de acordo com suas necessidades e responsabilidades cotidianas.

A experiência da CEJAEP ilustra concretamente os princípios discutidos nesta dissertação sobre a EJA/EaD. A instituição tem proporcionado aos estudantes jovens e adultos a oportunidade de retomar seus estudos em condições flexíveis, conciliando atividades escolares com trabalho e responsabilidades familiares. A EaD adotada pela CEJAEP permite autonomia, gestão do próprio ritmo de aprendizagem e acesso a tecnologias que ampliam o alcance do ensino, respeitando a legislação vigente quanto à obrigatoriedade de atividades presenciais complementares.

O desencaixe presente na EJA/EaD reflete não apenas uma adaptação individual, mas uma resposta institucional às transformações da modernidade. Essa prática da CEJAEP, EJA/EaD, evidencia como a educação pode ser adaptada às trajetórias heterogêneas dos sujeitos, promovendo protagonismo na construção do próprio conhecimento, alinhando-se aos conceitos de reflexividade e modernidade propostos por Giddens.

Em síntese, a EJA/EaD configura-se como uma expressão concreta da modernidade reflexiva descrita por Giddens (1991), na medida em que desafia o estudante a repensar e reorganizar continuamente sua trajetória de vida diante das exigências do tempo moderno. Embora apresente obstáculos — como a necessidade de autonomia, disciplina e adaptação —, essa modalidade também se revela um espaço de emancipação, possibilitando a reconstrução de identidades e a ampliação de perspectivas de futuro. Assim, a EJA/EaD permite que cada indivíduo reescreva sua própria biografia em diálogo constante com as dinâmicas da vida contemporânea.

Observa-se que direito à educação, que não se deve limitar a dimensão normativa, que é bem estática, por isso passa constantemente por mudanças dinâmicas legislativas ao longo do tempo, e vai se firmando como prática viva, devendo ser capaz de responder às dinâmicas da modernidade e de assegurar condições para que cada indivíduo exerça plenamente sua cidadania.

A aplicação das teorias de Giddens sobre modernidade nesta dissertação permitiu compreender a EJA/EaD numa perspectiva tempo-espacial. Ao abordar conceitos como reflexividade, desencaixe e reorganização das estruturas sociais, Giddens fornece

ferramentas conceituais propícias para analisar como os estudantes lidam com múltiplas demandas, gerenciam o tempo comprimido e interagem com sistemas digitais de aprendizagem. Assim, sua perspectiva sobre a modernidade reflexiva serviu de base para explicar como a EJA/EaD possibilita a reconstrução das trajetórias educacionais em um contexto de complexidade social e globalização.

Dessa forma, a teoria giddensiana revela-se um eixo interpretativo estratégico para compreensão do exercício vido do direito à educação, ao evidenciar que a educação transcende a mera transmissão de conteúdos, configurando-se como prática que media ação social, autonomia e transformação pessoal ocorrendo desprendida do espaço e comprimida nos atuais tempos acelerados.

REFERENCIAS

ARRUDA, Eucídio Pimenta; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 321-338, set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/L8pKJVB44tLnp5rTzNB3SvC/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf> Acesso em: 28 fev. 2024.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

BRASIL. Agência Gov. Estudo baseado no Censo Escolar analisa permanência na escola. **Agência Gov.**, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/estudo-baseado-no-censo-escolar-analisa-permanencia-na-escola> Acesso em: 05 ago. 2025

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 05 ago. 2025

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 11, de 10 de maio de 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: **MEC, 2000**. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf Acesso em: 11 ago. 2025

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 abr. 2025. Seção 1, p. 16. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/abril/rceb003_25.pdf Acesso em: 11 ago. 2025

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. Decreto n.º 12.048, de 5 de junho de 2024. Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, institui a Medalha Paulo Freire e altera o Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 jun. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2024-2028/2024/Decreto/D12048.htm Acesso em: 11 ago. de 2025

BRASIL. Decreto n.º 12.456, de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e outros fins. **Diário Oficial da União**, Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/Decreto/D12456.htm#art44

BRASIL. Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da**

União, Brasília, 11 fev. 1998. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2494.htm Acesso em: 11 ago. 2025

BRASIL. Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 2005. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm Acesso em: 11 ago. 2025

BRASIL. Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 maio 2017. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24 Acesso em: 11 ago. de 2025

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dispõe sobre a oferta de educação a distância. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 99, p. 3, 26 maio 2017. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. Distrito Federal. Lei Orgânica do Distrito Federal, Lei Orgânica nº 1/1993, de 8 de junho de 1993. Estabelece a organização político-administrativa do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília. Disponível em:
https://www.sinj.df.gov.br/sinj/norma/66634/lei_org_nica__08_06_1993.html Acesso em 10 de agosto de 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/17270-pnad-continua.html> Acesso em 01 set. 2025

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela SIDRA 7144: Estudantes, por grupo de idade e rede de ensino**. Disponível em:
<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7144> acesso 23 de agosto de 2025

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2024: Notas Estatísticas. Brasília, DF: **Inep/MEC, 2025**. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2024.pdf Acesso em: 05 ago. 2025

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria de Estatísticas Educacionais. **Apresentação coletiva — Censo Escolar da Educação Básica 2024: Divulgação dos resultados**. Brasília, DF, 09 abr. 2025. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2024/apresentacao_coletiva.pdf Acesso em: 05 ago. 2025

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Portal de Dados Abertos**. Disponível em: <https://anonymousdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Portal> Acesso em 23 set. 2025

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar**. [S.l.], 22 nov. 2010. Atualizado em: 30 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/informe-estatistico-do-mec-revela-melhoria-do-rendimento-escolar>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Estudo baseado no Censo Escolar analisa permanência na escola**. Brasília: Inep, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/institucional/estudo-baseado-no-censo-escolar-analisa-permanencia-na-escola> Acesso em 01 set. 2025

BRASIL. Lei n.º 13.632, de 6 de março de 2018. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 mar. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113632.htm Acesso em: 11 ago. 2025

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm Acesso em: 09 ago. 2025

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 11 ago. 2025

BRASIL. MEC. **Parecer CNE/CEB Nº06**, de 10 de dezembro de 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=168151-pceb006-20&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 02 de set. de 2022.

BRASIL. MEC. **Parecer CNE/CEB Nº11**, de 09 de junho de 2000. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf Acesso em: 12 de nov. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Conceituação técnica de abandono e evasão escolar**. [S.l.], [1998?]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo> Acesso em 01 set. 2025

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Nota técnica – Evasão escolar: motivos**. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/nota-tecnica-evacao-escolar-motivos/717147997> Acesso em: 03 set. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. **CNE institui novas diretrizes operacionais para a EJA**. Brasília: MEC, 9 abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt->

br/assuntos/noticias/2025/abril/cne-institui-novas-diretrizes-operacionais-para-a-eja
Acesso em: 11 ago. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 6, de 21 julho. 2025. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jul. 2025, Seção 1, p. 39. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/julho-2025/rceb006_25.pdf Acesso em: 11 ago. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 25 de maio de 2021. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância (EJA EaD). **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 maio 2021. Seção 1, p. 171. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso_informacao/pdf-arq/DiretrizesEJA.pdf Acesso em: 09 ago. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2021. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 128, p. 42-43, 8 jul. 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf> Acesso em 10 de abril de 2025 Acesso em: 11 ago. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2024/265111-texto-referencia-diretrizes-operacionais-eja/file> Acesso em: 09 ago. 2025

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Documento Base CONFINTEA Brasil. Brasília: **MEC**, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docbase.pdf. Acesso em: 3 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Nacional Preparatório à VI CONFINTEA: Brasil – Educação e aprendizagens de jovens e adultos ao longo da vida. Brasília: **MEC**, 2008. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docfinal.pdf Acesso em: 15 ago. 2025

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de abril de 2025, Seção 1, p. 16 Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/abril/rceb003_25.pdf Acesso em: 11 ago. 2025

BRASIL. **Ministério da Educação**. Portaria MEC nº 506, de 10 de julho de 2025. Regulamenta o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que trata da oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação, no que se refere à formação acadêmica, atribuições do corpo docente, mediadores pedagógicos, tutores e responsáveis pelos Polos EaD, atividades presenciais e

avaliações, materiais didáticos e plataformas digitais, bem como à criação, funcionamento, alteração de endereço e extinção dos Polos EaD. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jul. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-506-de-10-de-julho-de-2025-641610361> Acesso em: 09 ago. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos**. Volume um. Brasília, 2002.

BRASIL. Senado Federal. **Sancionada lei que inclui conceito de educação e aprendizagem ao longo da vida na LDB**. Agência Senado, Brasília, 7 mar. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/07/sancionada-lei-que-inclui-conceito-de-educacao-e-aprendizagem-ao-longo-da-vida-na-ldb> Acesso em: 11 ago. 2025

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Secretaria de Comunicação Social. Desemprego cai a 5,8% no segundo trimestre, menor nível da série histórica. *Agência Brasil*, Brasília, 31 jul. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/07/desemprego-cai-a-5-8-no-segundo-trimestre-menor-nivel-da-serie-historica> Acesso em: 21 out. 2025

BURGOS, Marcelo Baumann. A dupla hermenêutica da sociologia da educação: a educação das novas gerações e a organização escolar. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 110, p. 137–172, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/jmvz8VkmKXDxfB8r84rtX7s/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-049076/110>. Acesso em: 19 ago. 2025

BUZATO, Marcelo El Khouri. Cultura digital e apropriação ascendente: apontamentos para uma educação 2.0. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 283-303, dez. 2010. DOI: 10.1590/S0102-46982010000300014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/Dc84sCHc3YhrBVhCXWNCXzt/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 19 ago. 2025

CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de. Cidadania e Direitos. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 37, n. 01, p. 73–93, 2013. DOI: 10.5216/rfd.v37i01.10009. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/10009>. Acesso em: 17 jun. 2025.

CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de. O processo histórico de ampliação da cidadania. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v.2, n.2, 2º quadrimestre de 2007. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791 Acesso em: 14 jun. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

COSTA, Denise Souza. **Direito fundamental à educação, democracia e desenvolvimento sustentável**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. Disponível em: <
file:///C:/Users/Priscila/Downloads/Livro_CRESWELL_John_W_PROJETO_DE_PESQUI.pdf Acesso em: 22 out. 2025.

DE SÁ E SILVA, F. Vetores, desafios e apostas possíveis na pesquisa empírica em direito no Brasil. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, Instituto Rede de Estudos Empíricos em Direito (REED) [S. l.], v. 3, n. 1, 2016. DOI: 10.19092/reed.v3i1.95. Disponível em: <https://reedrevista.org/reed/article/view/95>. Acesso em: 9 mar. 2025.

DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 1998. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf Acesso em: 23 set. 2024

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2004.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

DEMO, Pedro. **Aprender como autor**. São Paulo: Atlas, 2015.

DEMO, Pedro. **Sociologia da Educação: sociedade e suas oportunidades**. Brasília: Plano Editora, 2004

DOS SANTOS, Antônio Nacílio Sousa et al. A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil – desafios e perspectivas no currículo e metodologias à luz da LDB. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 4, p. 19559–19588, 22 abr. 2025. DOI: 10.56238/arev7n4-227. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795x.2008v26n1p175>. Acesso em: 14 fev. 2025.

DUMONT, Lígia Maria Moreira; GATTONI, Roberto Luís Capuruço. As relações informacionais na sociedade reflexiva de Giddens. **Ciência da Informação (Ci. Inf.)**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 46-53, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/sbpLrXn3ZDXVsFcX5MgDQWp/>. doi:10.1590/S0100-19652003000300006. Acesso em: 10 jun. 2025.

FRANCO, Henrique de Mello (org.). **Manual de direito sobre instituições de educação**. 2. ed. São Paulo: A & B Produções Jurídicas; Editora Kiron, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 51 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 21 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 54 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

F. S. Fundação Santillana. Todos Pela Educação. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025. São Paulo, Editora Moderna, 2025. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025/o-anuario.html> Acesso em: 10 jun. 2025.

F. S. Fundação Santillana. Todos Pela Educação. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025. Indicadores educacionais no Distrito Federal. São Paulo, Editora Moderna,

2025. Brasília, 2025. Disponível em:
<https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025/estados-df.html> Acesso em: 10 jun. 2025.

F. S. Fundação Santillana. **Todos Pela Educação**. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025. Capítulo 5 – Educação de Jovens e Adultos. São Paulo, Editora Moderna, 2025. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025/capitulo-5-educacao-de-jovens-e-adultos.html> Acesso em: 10 jun. 2025.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Tradução de Álvaro Cabral. 3ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Para além da Esquerda e da Direita- O Futuro da política radical**. Tradução Álvaro Hattner. São Paulo: UNESP, 1996.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Tradução de Alexandra Figueiredo; Ana Patrícia Duarte Baltazar; Catarina Lorga da Silva; Patrícia Matos; Vasco Gil. Coordenação e revisão científica de José Manuel Sobral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Educação e Bolsas, 2008. ISBN 978-972-31-1075-3
Disponível em:
https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2020/02/Anthony_Giddens_Sociologia-1.pdf acesso em 03 de nov. 2025

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo : Unesp, 1997. _____;
PIERSON, Christopher. Conversas com Anthony Giddens. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf> Acesso em 12 de set. de 2024

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Boletim EJA Distrito Federal – Setembro 2025. Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2025. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2025/09/eja-boletim-pacto-set25.pdf> Acesso em: 05 nov. 2025

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. IPEDF - Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. **Informe Demográfico: Envelhecimento no DF – Projeções para 2070**. Brasília, out. 2024. 2 p. Disponível em:
https://www.ipe.df.gov.br/documents/d/ipedf/informativo-demografico_envelhecimento_no_df-projecoes-para-2070-pdf-1 Acesso em: 24 de ago. de 2025

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Distrito Federal tem a menor taxa de analfabetismo do país. **Agência Brasília**, Brasília, 8 set. 2023. Atualizada em 11 set. 2023. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/distrito-federal-tem-a-menor-taxa-de-analfabetismo-do-pais/> Acesso em 05 nov. 2025

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. Portaria nº 294, de 11 de setembro de 2006. Autoriza a oferta da EJA/EaD para o 2º Segmento na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 13 setembro 2006.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. Portaria nº 142, de 18 de maio de 2005. Credencia o Centro de Educação de Jovens e Adultos Asa Sul – CESAS para ofertar a EJA 3º Segmento/EaD. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 19 maio 2005.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. Portaria nº 357/SEEDF, de 1º de novembro de 2016. Institui Grupo de Trabalho para estudos sobre a implementação da EJA/EaD em escola da Rede Pública do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 2016. p. 07.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. Regimento Interno. Brasília: **Secretaria de Educação do DF**, 2017. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/08/Regimento_Interno.pdf Acesso em 15 de set. de 2025

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, jul. 2021. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/07/Curriculo_em_movimento_da_educacao_basica___Educacao_de_jovens_e_adultos.pdf Acesso em: 24 de ago. de 2025

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Estratégia de Matrículas SEE-DF 2024**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/07/estrategia-de-matriculas-seedf-2024-17jan24.pdf> Acesso em: 24 de ago. de 2025

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília. **Projeto Político-Pedagógico: Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília**. Brasília – DF, 2019. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/07/pp_cejaep_ead_plano_piloto.pdf Acesso em: 25 jul. 2025

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes operacionais da Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. 2. ed. Brasília, DF: SEEDF, mar. 2021. Elaboração: Subsecretaria de Educação Básica – SUBEB, Diretoria de Ensino Fundamental e Médio – DEFEM, Coordenação de Educação de Jovens e Adultos – COEJA. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/10/Diretrizes-EJA-2a-edicao-marco-2021.pdf>

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Currículo em Movimento da Educação Básica. Pressupostos Teóricos. Caderno 7. Brasília: **SEEDF**, 2014. p.21. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/1_pressupostos_teoricos.pdf Acesso em: 03 março 2024.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Projeto Político Pedagógico: Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília- **CEJAEP**. Disponível em https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/07/ppp_cejaep_plano_piloto.pdf Acesso em: 20 novembro 2024

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **CEJAEP, escola que oferece futuro a quem não teve oportunidades no passado, forma mais 98**. 2024. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/cejaep-escola-que-oferece-futuro-a-quem-nao-teve-oportunidades-no-passado-forma-mais-98/>. Acesso em: 3 abr. 2025.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional à Distância De Brasília – CEJAEP. Página institucional antiga. **Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal**. Disponível em: <https://cejaepeadbsb.wixsite.com/website>. Acesso em: 03 abr. 2025.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Conselho de Educação do Distrito Federal. Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional à Distância De Brasília – CEJAEP. Página institucional atual. **Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal**. Disponível em: <https://cejaep.se.df.gov.br/>. Acesso em: 03 abr. 2025.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Projeto Político Pedagógico: Professor Carlos Mota**. Disponível em: https://www.deg.unb.br/images/Diretorias/DAPLI/cil/legislacoes_cil/Projeto_Politico_Pedagogico_-_Professor_Carlos_Mota_DF.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Secretaria de Estado de Educação**. CEJAEP oferece futuro a quem não teve oportunidade no passado: alunos da escola de EJA a distância têm em comum a superação das dificuldades por meio da retomada dos estudos. Aldenora Moares . Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/cejaep-escola-que-oferece-futuro-a-quem-nao-teve-oportunidades-no-passado-forma-mais-98/> Acesso em: 25 jul. 2025

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto. **Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília. Projeto Político-Pedagógico 2023**. Brasília, DF: SEEDF, 2023. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/07/ppp_cejaep_plano_piloto.pdf acesso em: 25 jul. 2025

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto. **Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília. Projeto Político-Pedagógico: Anexo ao PPP de Credenciamento**. Brasília, DF: SEEDF, 2025. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2025/08/ppp_cejaep_ead_plano_piloto.pdf acesso em: 25 jul. 2025

GROPPO, L. A.; MARTINS, M. F. Terceira Via e políticas educacionais: um novo mantra para a educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 24, n. 2, 2011. DOI: 10.21573/vol24n22008.19251. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19251>. Acesso em: 10 jun. 2025.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel para uso pessoal 2023**. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas, 16 ago. 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/f070dbf1d5a8e94ff1d37b7b516e0eb5.pdf Acesso em 15 set. 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. No Brasil, 88,9% da população de 10 anos ou mais tinha celular em 2024. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 24 jul. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44032-no-brasil-88-9-da-populacao-de-10-anos-ou-mais-tinha-celular-em-2024>. Acesso em 05 nov. 2025

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. Internet chega a 74,9 milhões de domicílios do país em 2024. **Agência de Notícias**, 24 jul. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44031-internet-chega-a-74-9-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2024> acesso em 15 set. 2025

INAF. Indicador de Analfabetismo Funcional. Ação Educativa; Conhecimento Social. INAF 2024 – **Legado e futuro do alfabetismo funcional**. São Paulo: Ação Educativa / Conhecimento Social, 2025. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/dados-inaf-2024.pdf>

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Pesquisa revela dados sobre tecnologias nas escolas. Brasília, DF: **Assessoria de Comunicação Social do Inep**, 10 fev. 2021. Atualizado em: 30 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/pesquisa-revela-dados-sobre-tecnologias-nas-escolas> acesso em 15 de setembro de 2025

LIBERATI, Wilson Donizeti. (Organizador). **Direito à Educação: Uma Questão de Justiça**. 1a ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MALDANER, Artur. **Em meio à queda de matrículas, escolas da EJA fazem campanhas para atrair novos alunos**. Correio Braziliense – Eu Estudante, Brasília-DF, 14 abr. 2025. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2025/04/7110501-em-meio-a-queda-de-matriculas-escolas-da-eja-fazem-campanhas-para-atrair-novos-alunos.html> acesso em 15 de abr. 2025

MENDES, André Tosta; LINO, Élide Maria Loureiro; REHEM, Indira Vanessa Pereira; ARAÚJO, Priscila Fernandes Sabino de. Oferta da EJA na modalidade a distância pelo CESAS: enfrentamentos e perspectivas. Trabalho de conclusão do II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA, **Universidade de Brasília, Faculdade de Educação**, Brasília, abr. 2014. Disponível em:

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/8898/1/2014_AndreMendes_ElidaLino_IndiraRehem_PriscilaAraujo.pdf Acesso em: 09 junho. 2025

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. Disponível em: <https://piapeprograd.paginas.ufsc.br/files/2020/07/Istv%C3%A1n-M%C3%A9sz%C3%A1ros-A-educa%C3%A7%C3%A3o-para-al%C3%A9m-do-capital.pdf>. Acesso em: 17 abril de 2025.

MORENO SAMPAIO, C. E.; ABRÃO HIZIM, L. A educação de jovens e adultos e sua imbricação com o ensino regular. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 103, n. 264, p. 441–462, 19 ago. 2022. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/5135> Acesso em: 17 de abril de 2025

MOURA, Bruno de Freitas. Trabalho por conta própria exige mais horas de serviço, diz IBGE. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 15 fev. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-02/trabalhar-por-counta-propria-exige-mais-horas-de-servico-diz-ibge> Acesso em: 07 nov. 2025.

NIZET, Jean. **A sociologia de Anthony Giddens**. Coleção Sociologia: Pontos de Referência. Tradução de Francisco Moras. (Coleção Sociologia: Pontos de Referência). Petrópolis, RJ: Vozes. 2016.

OLIVEIRA, Adriano Dantas de; SANTO, Eniel do Espírito; MOTTA, Tiago Oliveira (orgs.). **Tecnologias digitais em sala de aula**. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2024. 289 p.; il. ISBN 978-65-87743-90-5. Disponível em: https://www2.ufrb.edu.br/ead/images/Nucleo_Midias/Titulos_publicados/tecnologias_digitais_em_sala_de_aula_v3.pdf Acesso em: 10 de set. de 2025

ONU- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em: 26 ago. 2022.

PAES, Paulo Cesar Duarte; GUEDES, Olegna de Souza. **Emancipação humana e o debate dos direitos humanos**. Ser Social, [S. l.], v. 17, n. 37, p. 310–325, 2016. DOI: https://doi.org/10.26512/ser_social.v17i37.13434. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13434. Acesso em: 21 nov. 2025.

PAIS, José Machado. Cotidiano e reflexividade. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 98, p. 23-46, abr. 2007. **Dossiê: “Cotidiano escolar”**. DOI: 10.1590/S0101-73302007000100003 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/THhNxqcBpnjzjxQmsb4RBbb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 21 jul. 2025.

PAIVA, Jane. Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 519–566, set./dez. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/JnTxtCJz53HN7zKPK7JMyDR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2025.

RAMOS, Ana Carolina; GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo. Abandono e evasão escolar sob a ótica dos sujeitos envolvidos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 50, e268037, 2024. DOI: 10.1590/S1678-4634202450268037. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/KtBRcFWvWKBt63LSQCVzdwh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2025.

RAMOS, Daniela Karine; BEZERRA, Ana Lúcia da Silva. Educação de Jovens e Adultos na Modalidade a Distância: Acesso, Permanência e Aprendizagem na Percepção dos Alunos. **EaD em Foco**, v. 10, n. 2, e1014, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v10i2.1014> Acesso em: 27 ago. 2025

RÊSES, Erlando da Silva. **Cultura do trabalho na relação com a educação de jovens e adultos trabalhadores**. Disponível em https://juntosnaejadf.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/05/1-_texto_cultura_do_trabalho_erlando-da-silva.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2024.

RIBEIRO, Ana Elisa; COSCARELLI, Carla Viana. Letramento digital. In: **Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE)**, UFMG / CEFET-MG. Disponível em: <https://ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/letramento-digital>

RIBEIRO, Jaciara Batista. **As Estratégias de Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos**. <http://www.univas.edu.br/me/docs/dissertacoes2/8.pdf> acesso 21 de novembro de 2022

RUMMERT, Sonia Maria. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI: o "novo" que reitera antiga destituição de direitos. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, n. 2, p. 35-50, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://spa.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/296/2017/12/a-educacao-de-jovens-adultos-brasileiros-sec-xxi.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.

RUMMERT, Sonia Maria. Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação. **Perspectiva, Florianópolis** [S. l.], v. 26, n. 1, p. 175–208, 2009. DOI: 10.5007/2175-795x.2008v26n1p175. Acesso em: 14 fev. 2025

RUMMERT, Sonia Maria; VENTURA, Jaqueline Pereira. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educar, UFPR**, Curitiba, n. 29, p. 29-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/SgSTznjML3Hzt9cTgqSBbKK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SÁ E SILVA, Fábio de. Ciência, política e pesquisa empírica em direito: reflexões de uma primeira década. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 17, p. 11-18, dez. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/1c45c037-3aa8-450a-a9ac-d0d1e9166f6a/content> Acesso em: 9 mar. 2024.

SÁ E SILVA, Fabio de. Direito e pesquisa empírica no Brasil: reflexões sobre a trajetória recente. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, São Paulo, v. 3, n. 1, p.

12–38, 2016. Disponível em:
<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/1c45c037-3aa8-450a-a9ac-d0d1e9166f6a/content> Acesso em: 09 mar. 2025.

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno; HIZIM, Luciano Abrão. A educação de jovens e adultos e sua imbricação com o ensino regular. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 103, n. 264, p. 271–298, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/tbvstx9cT7TdMVBQZyJsBTQ/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

SANTOS, Daiana Bastos da Silva; BAHIA, Sabrine Borges de Mello Hetti. Qualidade da educação e a celebração de “boas práticas inovadoras”. In: **ANPED – 39ª Reunião Nacional, 2019**, Niterói-RJ. Anais... [e-book]. Niterói: ANPEd, 2019. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_24_6. Acesso em: 10 jun. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 653–662, set./dez. 2017. DOI: 10.1590/2175-3539/2017/0213000 Acesso em: 01 jun. 2025.

SCHWARTZ, Germano. Uma Sociologia do Direito é (ainda) necessária no Brasil? **REDES – Revista Eletrônica Direito e Sociedade**, Canoas, v. 7, n. 3, p. 51-77, out. 2019. DOI: 10.18316/REDES.v7i3.6091. Acesso em: 27 nov. 2023.

SINPRO-DF. Sindicato dos Professores no Distrito Federal. GDF barra a entrada de mais de 1 milhão de trabalhadores na EJA. Jornalista Maria Carla, 25 out. 2023. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/eja2/> Acesso em: 03 mar. 2024

SPIGOLON, Nima Imaculada. **A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e sua prática em processos educativos**. disponível em:
http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/nima_imaculada_spigolon.pdf Acesso em: 20 nov. 2024

TEXEIRA, Anísio Spindola. **Educação é um direito**. Anísio Teixeira; apresentação de Clarice Nunes; posfácio de Marlos B. Mendes da Rocha. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. (Col. Anísio Teixeira; v. 7)

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos V CONFINTEA (1997)**. Disponível em: <http://forumeja.org.br/pi/sites/forumeja.org.br.pi/files/V%20Confintea%20Hamburgo%201997.pdf>. Acesso em 10 julho 2025.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos**. Brasília: UNESCO, 2010. 156 p. ISBN 978-85-7652-120-4. Título original: Global report on adult learning and education. Hamburgo: UIL, 2009. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000188644> . Acesso em: 16 ago. 2025.

UNESCO. . Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; RAAAB. Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. **Brasília: UNESCO; MEC**, 2005. (Coleção Educação para Todos, v. 3). ISBN

85-7652-049-4. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/vol3const.pdf> Acesso em: 16 ago. 2025.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Conferência de Jomtien – 1990. Brasília: **UNICEF Brasil**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 17 março 2025

UNIVERSIDADE LA SALLE. Manual para apresentação de projetos de pesquisa da Universidade La Salle [recurso eletrônico] / elaboração Cristiane Pozzebom, Samarone Guedes Silveira, Melissa Rodrigues Martins, Lucas de Oliveira Santos. 4. ed. **Dados eletrônicos. 2023**. Disponível em: <https://www.unilasalle.edu.br/uploads/files/a11662fc08ef9b7257286668dce52606.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2024.

XAVIER, José Roberto Franco. Algumas notas teóricas sobre a pesquisa empírica em direito. São Paulo: São Paulo Law School of Fundação Getulio Vargas (**FGV Direito SP**), 2015. (Research Paper Series – Legal Studies, Paper n. 122).

ANEXO A

Projeto Político Pedagógico

Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a
Distância de Brasília

Anexo ao PPP de Credenciamento

Nome da Instituição Educacional: Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília – CEJAEP EaD

Endereço: SQS 315 – Área Especial. Asa Sul - CEP: 70.384-000 - Brasília - Distrito Federal

Equipe Gestora: **Indira Vanessa Pereira Rehem** – Diretora
Alan David dos Santos Tórma – Vice-diretor
Ana Lúcia Figueiró – Supervisora Pedagógica
Célia Carlos de Oliveira- Supervisora Administrativa
Maria Cristina Siqueira de Mello – Chefe de Secretaria

Membros da Comissão responsável pela elaboração do anexo do PPP:

Indira Vanessa Pereira Rehem – Diretora
Alan David dos Santos Tórma – Vice-diretor
Ana Lúcia Figueiró – Supervisora Pedagógica
André Tosta Mendes – Coordenador Pedagógico
Valéria de Almeida Félix - Coordenadora Pedagógica
Célia Carlos – Supervisora Administrativa
Maria Cristina Siqueira de Mello – Chefe de Secretaria

Sumário

Apresentação	1
Introdução	3
1 Histórico da Instituição educacional	5
2 Diagnóstico da Instituição Educacional	12
2.1 Perfil dos Estudantes do CEJAEP EaD	14
2.2 Quem é o Sujeito do CEJAEP?	30
2.3 CEJAEP em Números Hoje:	32
3 Função Social da Instituição Educacional	34
4 Missão da Instituição Educacional	35
5 Princípios e Valores Norteadores da Prática Educativa	36
5.1 Fundamentos Éticos – Pedagógicos	36
6 Fundamentos Teórico-metodológicos Norteadores da Prática Educativa	45
6.1 Princípios Orientadores das Práticas Pedagógicas – Princípios Epistemológicos	45
6.2 Fundamentos Didático-Pedagógicos	54
7 Metas da Instituição Educacional	57
8 Objetivos da Instituição Educacional	58
8.1 Objetivo Geral	58
8.2 Objetivos Específicos	58
9 Organização do Trabalho Pedagógico	60
9.1 Organização Curricular da Educação de Jovens e Adultos	62
9.2 Temas Transversais	64
9.3 Organização Curricular da Educação Profissional	68
9.4 Organização Escolar	70
9.5 Organização dos Tempos e Espaços	72

9.6	Relação Escola Comunidade	74
9.7	Metodologias de Ensino Adotadas na Modalidade EaD	78
9.8	Material didático.	85
9.9	Equipe de Professores	91
9.10	Organização do Trabalho Administrativo da Instituição Educacional	93
9.11	Administrativo	94
9.12	Matrícula e ingresso do estudante na Instituição Educacional	95
9.13	Instalações Físicas	98
9.14	Infraestrutura de Atendimento (infraestrutura tecnológica, biblioteca escolar/sala de estudo, sala multimídia/auditório)	101
9.15	Estágios	103
10	Políticas, Programas e Projetos	105
11	Desenvolvimento do Processo Avaliativo na Instituição Educacional	111
11.2	Aproveitamento de Estudos:	118
11.3	Conselho de Classe:	118
11.4	Processo de Avaliação da Instituição Educacional	119
12	Coordenação Pedagógica	120
12.1	Valorização e formação continuada dos profissionais da educação	121
13	Instâncias e Serviços de Apoio ao Processo Educacional	125
13.1	Orientação Educacional – OE	126
13.2	AEE / Sala de Recursos	129
14	Profissionais Readaptados e Profissionais de Apoio Escolar	133
14.1	Atuação dos profissionais da educação	133
14.2	Permanência e êxito escolar dos estudantes	135
14.3	Papel dos Profissionais da Educação	137

14.4	Recomposição das Aprendizagens	140
14.5	Conselho de classe e as reuniões com as famílias	141 15
	Processo de Implementação do PPP	142
15.1	Gestão Pedagógica	142
15.2	Gestão de Resultados Educacionais	143
15.3	Gestão Participativa	143
15.4	Gestão de Pessoas	143
15.5	Gestão Financeira	144
15.6	Gestão Administrativa	144
15.7	Acompanhamento e Avaliação do PPP	145
15.8	Plano de Ação Específicos	146
15.9	Projetos Específicos da Instituição Educacional	154
15.10	Projeto Computador Solidário	155
	Referências	158

SIGLAS

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas
 ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância
 AVA: Ambiente Virtual de Aprendizagem
 CEB: Câmara de Educação Básica
 CEDF: Conselho de Educação do Distrito Federal
 CEJAEP: Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a
 Distância de Brasília
 CESAS: Centro de Educação de Jovens e Adultos Asa Sul
 CODEPLAN: Companhia de Planejamento do Distrito Federal
 CNE: Conselho Nacional de Educação
 DIEJA: Diretoria de Educação de Jovens e Adultos
 DF: Distrito Federal
 DODF: Diário Oficial do Distrito Federal
 EaD: Educação a Distância
 EPT: Educação Profissional e Tecnológica
 EJA: Educação de Jovens e Adultos
 FLACSO: Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais
 GEJA: Gerência de Educação de Jovens e Adultos

GDF: Governo do Distrito Federal

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação

OED: Objeto Educacional Digital

PDAD: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

PDAF: Programa de Descentralização Financeira

PDI: Plano de Desenvolvimento Instrucional

PNE: Plano Nacional de Educação

PDE: Plano Distrital de Educação

PPP: Projeto Político Pedagógico

RA: Região Administrativa

SQS: Superquadra Sul

SEEDF: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SEPLAN: Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal

SUBEB: Subsecretaria de Educação Básica

SIA: Setor de Indústria e Abastecimento

SUMTEC: Subsecretaria de Modernização e Tecnologia

TD: Tecnologias Digitais

TDIC: Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação

TIC: Tecnologias da Informação e da Comunicação

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

APRESENTAÇÃO

O PPP de Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional

a Distância de Brasília – CEJAEP EaD, a primeira e única Instituição Educacional da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, criada em 16 de janeiro de 2018, por meio Portaria nº 8/SEEDF, para ofertar a Educação de Jovens e Adultos na modalidade a distância para o 2º e 3º Segmentos. A partir do ano de 2020, o CEJAEP EaD passou a ofertar o Curso Médio de Nível Técnico em Secretaria Escolar na modalidade a distância, com a adesão ao Banco de Planos de Cursos da SEEDF.

A Instituição Educacional utiliza a plataforma de ensino aprendizagem *Moodle*, uma plataforma digital onde cada estudante acessa com login e senha. Desta forma, há o alinhamento às disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), que regulamenta o tratamento de dados pessoais no Brasil. Há o compromisso da instituição educacional com a proteção, a privacidade e o uso responsável das informações, reforçando a segurança e a ética no gerenciamento de dados.

O PPP foi construído coletivamente nas coordenações pedagógicas do ano de 2023. Nas reuniões ao longo do ano de 2023, foram criados grupos de discussões e construções do texto, participaram: Equipe gestora, professores, supervisão e coordenação pedagógica e houve o chamamento a comunidade escolar. Por ser uma Instituição Educacional na modalidade a distância, o PPP é aprovado por delegação de competências pelo Conselho de Educação do Distrito Federal- CEDF, conforme Resolução nº 3/2023. O PPP foi elaborado no ano de 2023 para fins de credenciamento junto ao CEDF, visto que a Instituição possuía o primeiro credenciamento vigente no período de 2018 a 2023. Neste anexo são apresentados os perfis atuais dos estudantes regularmente matriculados tanto da EJA como do curso técnico em Secretaria Escolar, as ações pedagógicas e administrativas que serão conduzidas ao longo do ano letivo com o gerenciamento e apoio da Equipe Gestora e os conselhos existentes na Instituição Educacional.

INTRODUÇÃO

Vivemos um destes raros momentos em que, a partir de uma nova configuração técnica, quer dizer, de uma nova relação com o cosmos, um novo estilo de humanidade é inventado (LÉVY, 1993, p.17).

As palavras de Lévy (1993) traduzem o que a sociedade passou a vivenciar a partir da década de 70: um processo de amplas mudanças na forma de organizar-se, produzir e comercializar bens e serviços, ter lazer, ensinar e aprender. Essas transformações foram, em grande parte, impulsionadas pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDIC.

A internet – conjunto mundial de redes de computadores – pode ser considerada como o elo entre as tecnologias digitais, por sua incomparável capacidade de distinguir, processar e difundir informação de modo instantâneo, articular imagem e som, além da capacidade de armazenar, processar e intercambiar informações em alta velocidade e confiabilidade.

A possibilidade de comunicação e difusão de informações em grande escala, de forma síncrona ou assíncrona, colaborou com o fenômeno da globalização e com o crescimento da demanda por educação formal. Esse fato criou desafios para os sistemas educacionais, tanto no que diz respeito ao atendimento quanto ao rompimento dos paradigmas do século XX, que não atendiam às novas exigências da sociedade do conhecimento.

A sociedade mundial foi afetada por essas circunstâncias, pela valorização do acesso ao conjunto de direitos de cidadania e pela necessidade de inserção no mercado de trabalho frente a um contexto produtivo em acelerada transformação, com escassas oportunidades e crescente competitividade.

É nesse cenário que a Educação a Distância – EaD ganhou destaque, a partir das últimas décadas do século anterior, conquistando adeptos motivados pela possibilidade de ampliar o acesso à educação, pela possibilidade de atender a grandes demandas sociais excluídas dos sistemas educacionais formais, principalmente nos países em que a maioria populacional é carente de assimilação e apropriação dos códigos básicos da cultura elaborada (FARIA; LIMA, 2015, p. 212).

Com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a educação brasileira passou a ter maior liberdade e autonomia para elaborar projetos pedagógicos. A Lei representou um avanço, pois possibilitou, por meio do art. 80, que a EaD fosse adotada em diversos níveis e modalidades de ensino, e ainda, para a educação continuada.

O Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta artigo 80 da LDB nº 9.394/96, em seu art. 1º, define a EaD como a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos.

Com base nas novas exigências criadas pelo cenário da vida social, o sistema educacional tem se organizado para acolher essas demandas sociais, de modo que todo cidadão, por meio de modelos democráticos de acesso, seja atendido em suas necessidades.

As palavras de Longo (2009, p.215) apontam, por um lado, a EaD como oportunidade possível para aqueles que de outra maneira não conseguiriam ter acesso à educação formal e profissional, e por outro, a de que essa modalidade é uma opção viável de acesso à educação: “É, nesse contexto, que, para o viajante cansado, a linha do horizonte parece tecer um novo significado: o de que existe, enfim, uma possibilidade plausível na distância – antiga inimiga transmutada em nova aliada – na emergência de novo paradigma educacional: a EaD”.

Assim, este Projeto Político Pedagógico – PPP apresenta um modelo de educação que contempla o Art. 22 da – LDB nº 9.394/96, qual seja, “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Nesta perspectiva, a prática educativa que se apresenta busca contemplar novos paradigmas e eixos tecnológicos nacionais, no mundo contemporâneo, rompendo a dualidade entre o ensino geral, propedêutico, e o ensino técnico, além de deslocar o foco dos objetivos da educação utilitária para o desenvolvimento humano.

1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

Para constituir um novo modelo institucional para a oferta da EaD que atenda à Educação de Jovens e Adultos – EJA e à Educação Profissional e Tecnológica – EPT na modalidade EaD, faz-se necessário conhecer a legislação pertinente à EJA, à EPT e à EaD no Brasil.

Os primeiros registros relacionados à educação de jovens e adultos no Brasil datam do século passado, na década de 30, quando se consolidava o sistema público de educação elementar no país. Naquele período, a sociedade brasileira passava por transformações associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos. As oportunidades de escolarização permitidas aos jovens e adultos que não haviam concluído seus estudos no ensino regular foram ofertadas, de 1931 a 1971, apenas pelos exames preparatórios daquela época.

Com a reforma da Educação Nacional e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 9.394/96 estabeleceu, no cap. II, da Educação Básica, Seção V – Da Educação de Jovens e Adultos, art. 37:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (BRASIL, 1996).

Aliado a isto, entende-se que “a EJA é uma categoria organizacional constante da estrutura da Educação Nacional, com finalidades e funções específicas” (CNE, 2000, p. 18). Neste sentido, propõe-se a oferta de EJA veiculada por tecnologia da informação e comunicação aplicáveis à EaD, por suas especificidades quanto ao atendimento e às possibilidades de aprendizagem.

No que se refere à aplicabilidade institucional da educação a distância, assim, determina o teor do cap. V, título VII da LDB:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. § 1º.

A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas (BRASIL, 1996, s.p.).

Ainda de acordo com a LDB nº 9.394/96, os cursos a distância foram especificamente assegurados, em todas as unidades federativas, conforme disposto no cap. V, tit. IX:

Art. 87 - É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 3º O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem:

II - prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados (BRASIL, 1996).

É fundamental ainda descrever o percurso da escola pioneira na modalidade de educação a distância - EaD, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, que teve a sua origem como projeto no ano de 2005, conforme lemos a seguir.

O Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que dispunha sobre a ampliação da EaD articulada a EJA, o Governo Federal passou a incentivar a criação de programas, projetos e ações que incorporassem as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDIC às práticas educativas em escolas públicas nacionais, por intermédio da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação – MEC. Em 2004,

um conjunto de ações de gestores e docentes encontrou o momento propício para a incorporação da EaD à EJA na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Naquele momento, a EaD foi uma alternativa aos estudos presenciais, representando um avanço nos paradigmas pedagógicos. O termo Educação a Distância é mundialmente utilizado para abranger variadas formas de estudo, em todos os níveis, nas quais os estudantes se utilizam de recursos didáticos e/ou tecnológicos na mediação. Em outras palavras, é o processo mediatizado de ensinar e aprender por vias comunicativas, comportamentais e atitudinais.

Como modalidade de oferta, a EaD pode servir de diversos meios de informação e comunicação, do material impresso ao eletrônico, veiculado via correios e/ou internet.

O Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília, que é a resposta da SEEDF à necessidade de uma oferta de EaD para a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional e Tecnológica, deve ser compreendido, entretanto, a partir de uma experiência iniciada em 2005 com o credenciamento do Centro de Educação de Jovens e Adultos Asa Sul - CESAS para ofertar, pioneiramente no Distrito Federal – DF e no Brasil, EJA 3º Segmento/EaD, pela SEEDF com base em parecer do Conselho de Educação do Distrito Federal – CEDF.

O funcionamento da EJA/EaD para o 2º Segmento foi autorizado em 2006, e passou também a ser ofertada a jovens, adultos e idosos mediante a utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação - TDICs.

A modalidade EaD ofertada pela SEEDF estava, inicialmente, vinculada pedagogicamente à Subsecretaria de Educação Básica - SUBEB, pela Gerência de Educação de Jovens e Adultos - GEJA, atualmente Diretoria de Educação de Jovens e Adultos - DIEJA e sob a responsabilidade administrativa da UE.

Pela Portaria nº 156/SEEDF, de 30 de abril de 2009, determinou a continuidade da oferta da educação de jovens e adultos, via curso supletivo, na modalidade de educação a distância; determinou que os professores em regência de classe na modalidade de educação a distância fossem lotados na UE; Esta Portaria revogou a Portaria nº 44, de 19 de março de 2008 que vinculava a EJA/EaD à Subsecretaria de Educação Básica – SUBEB/GEJA e a vinculou ao CESAS a oferta da EJA/EaD para o Ensino Médio - 3º Segmento e Ensino Fundamental – 2º Segmento, de forma a garantir a percepção dos direitos de regência de classe aos professores/tutores atuantes na modalidade a distância. A Educação de Jovens e Adultos na modalidade EaD continuou a ser ofertada na UE, vinculada à Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto.

Em 2016, de forma a concretizar o projeto de EJA EaD foi publicada a Portaria nº

357/SEEDF, em 1 de novembro de 2016, que instituiu um Grupo de Trabalho - GT, no qual participaram os professores que atuavam à época da Educação a Distância, coordenação geral da EaD, equipe gestora da UE à época, e a participação dos estudantes aconteceu por meio de pesquisa realizadas por meio de questionário eletrônico como o *Google Forms*, sobretudo quanto a oferta dos cursos de educação profissional. Desta forma, na subdivisão dos grupos de trabalhos instituídos houve a participação de representantes de setores competentes da Secretaria de educação do Distrito Federal como a SUBEB, SUGEP, SUPLAV e representantes da UNIEB da Coordenação Regional do Plano Piloto, que juntamente ao grupo de professores das unidades envolvidas participaram das reuniões e acompanharam a criação e o credenciamento do Centro de Educação Profissional Escola Técnica Asa Sul, Instituição educacional oriunda do

desmembramento do CESAS. O grupo de trabalho reuniu-se aproximadamente por 1 (um) ano, para discutir, propor e definir a estrutura da nova escola. Todas as reuniões foram lavradas em Atas e assinadas pelos participantes de cada reunião. Desta forma as decisões foram construídas de forma coletiva para a consolidação da nova escola que estava se desenhando.



Foto 1 – GT para a criação do CEJAEP EaD – Acervo: CEJAEP, 2016. Foto pública redes sociais

Por meio de reuniões e debates, o Projeto Político Pedagógico foi construído com a participação de toda comunidade escolar. E, possibilitou à comunidade escolar o desenvolvimento das aprendizagens definidas pela UNESCO, como eixos da educação contemporânea:

- aprender a aprender;
- aprender a fazer;
- aprender a viver junto;
- aprender a ser.

A SEEDF sempre buscou criar os meios de garantir a essa proposta pioneira de EaD no Distrito Federal os meios pedagógicos e administrativos que melhor conviessem para o desenvolvimento e amadurecimento desta modalidade, conforme pode ser depreendido dos atos legais que respaldam a institucionalização da EJA EaD.

A consolidação dessa prática educativa no DF resultou na criação do Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília, vinculado à Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto, pela Portaria nº 8/SEEDF, de 16 de janeiro de 2018.

O Projeto Político Pedagógico - PPP deve assegurar a autonomia da escola e possibilitar o desenvolvimento de projetos que contemplem princípios que priorizem o fortalecimento das instituições, a qualidade e a equidade, ou seja, uma educação aberta a novas experiências, a novas ideias, a interdisciplinaridade e a contextualização, para conviver com as diferenças.

O PPP do Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília - CEJAEP devido a tipologia da modalidade de educação a

distância foi encaminhado ao Conselho de Educação do Distrito Federal para aprovação por delegação de competência como preconiza a legislação vigente.

Destacam-se, abaixo, os atos legais de credenciamento e autorização de oferta da EJA/EAD no âmbito do Distrito Federal:

Portaria nº 48/SEEDF, de 11 de março de 2014, publicada no DODF nº 51, p. 4 de 12 de março de 2014 que:

1. **Credenciou**, por delegação de competência, para a oferta da EaD, a contar da data de publicação da portaria até 31 de dezembro de 2018, Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul – CESAS, Instituição educacional da SEEDF;
2. **Autorizou** a oferta da educação de jovens e adultos, 2º Segmento, equivalente ao ensino fundamental, anos finais, e 3º Segmento, equivalente ao ensino médio, a distância;
3. **Aprovou** a Proposta Pedagógica da IE, incluindo as matrizes curriculares;
4. **Validou** os atos escolares praticados pela instituição educacional.

Portaria nº 125/SEEDF, de 31 de agosto de 2011, publicada no DODF nº 173, de 5 de setembro de 2011, que:

1. **Credenciou**, por delegação de competência, para oferta da EaD, no período de 2 de agosto de 2011 a 31 de dezembro de 2015, o CESAS, Instituição educacional da SEEDF;
2. **Autorizou** o funcionamento da EJA - 2º segmento, correspondente ao ensino fundamental – anos finais, e 3º segmento, correspondente ao ensino médio, a distância;
3. **Aprovou** a Proposta Pedagógica do CESAS – EJA EaD, incluindo as matrizes curriculares;
4. Validou os atos escolares praticados pela instituição educacional.

Portaria nº 156/SEEDF de 30 de abril de 2009, publicada no DODF nº 85, de 5 de maio de 2009, que: **determinou** a continuidade da oferta da EJA a Distância pelo CESAS para o 2º e 3º segmentos e **revogou a Portaria nº 44**, de 19 de março de 2008, publicada no DODF nº 55, de 24 de março de 2008.

Portaria nº 44/SEEDF, de 19 de março de 2008, publicada no DODF nº 55 de 24 de março de 2008, que: **vinculou** à GEJA, da SUBEB, para fins de supervisão pedagógica e administrativa, a EJA via curso supletivo a distância, até então vinculada ao CESAS.

Portaria nº 294/SEEDF, de 11 de setembro de 2006, publicada no DODF nº 176, de 13 de setembro de 2006, tendo em vista o disposto no **Parecer nº 142/2006 – CEDF** e, ainda, o que consta no Processo nº 030.002.364/2006 que:

1. **Autorizou** o funcionamento para a EJA, via curso supletivo, 2º segmento, correspondente ao ensino fundamental – 5ª a 8ª série a ser oferecida a distância pelo CESAS;
2. **Aprovou** a Proposta Pedagógica e o Projeto Pedagógico para a EJA/EaD, incluindo as matrizes curriculares da EJA – 2º segmento equivalente ao ensino fundamental – 5ª a 8ª série e a nova matriz curricular para a EJA – 3º segmento, correspondente ao ensino médio.

Portaria nº 143/SEEDF, de 28 de abril de 2006, publicada no DODF nº 83, de 3 de maio de 2006, **determinou** que o CESAS procedesse uma ampla divulgação da educação presencial e a

distância para que o estudante pudesse optar, de maneira consciente, pela metodologia que melhor atendesse a seus interesses.

Portaria nº 142/SEEDF, de 18 de maio de 2005, publicada no DODF nº 93, de 19 de maio de 2005, p. 23, tendo em vista o disposto no Parecer nº 74/2005 CEDF referente ao Processo nº 080.021908/2004, que:

1. **Credenciou** por cinco anos o CESAS para a oferta da EJA (3º Segmento – equivalente ao ensino médio), via curso supletivo a distância;
2. **Autorizou** o funcionamento da EJA (3º Segmento – equivalente ao ensino médio) via curso supletivo a distância, a partir da homologação do citado parecer;
3. Aprovou o Projeto Pedagógico da EaD, a Proposta Pedagógica da EJA, via curso supletivo a distância e a respectiva Matriz Curricular.

Portaria nº 8/SEEDF, de 16 de janeiro de 2018, publicada no DODF nº 12, p. 4, de 17 de janeiro de 2018, que **aprovou** a criação do Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 aos dias de hoje, a educação de jovens e adultos a distância vem ampliando cada vez mais seu espaço no cenário educacional. Cada avanço corresponde a um desafio vencido nessa forma contemporânea de organizar o trabalho pedagógico voltado a jovens, adultos e idosos, tão necessária quanto peculiar em relação à educação presencial. Nesse sentido, incluir a Educação Profissional nesse projeto agregou valor ao trabalho até então realizado, e ampliou as possibilidades educativas, sociais e econômicas dessa parcela da sociedade.

A Educação Profissional passou por diversas mudanças desde a publicação da LDB nº 9.394/96, conquistando um espaço na própria lei, passando a configurar-se como uma modalidade da educação.

Em 2007, o Governo Federal lançou programas visando à oferta de Educação Profissional e Tecnológica – EPT a Distância com o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de cooperação entre a União, os Estados e o Distrito Federal. De acordo com o artigo 30 da Resolução CNE/CEB nº 4 de 2010:

A Educação Profissional e Tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, e, articula-se com o ensino regular e com outras modalidades educacionais: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação a Distância e Ensino Médio (BRASIL, 2010).

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 13.005, de 25/06/2014 e o Plano Distrital de Educação – PDE, Lei nº 5.499, de 14/07/2015, têm como meta triplicar as matrículas na EPT de Nível Médio, fomentando a expansão da oferta, na modalidade de Educação a Distância nas redes públicas de ensino estaduais e do Distrito Federal.

2 DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD/2016-20212), realizada pela Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal (CODEPLAN), fornece informações detalhadas sobre as características socioeconômicas da população do Distrito Federal. Dados que são corroborados pela pesquisa socioeconômica realizada no CEJAEP. Sobre os dados obtidos pela PDAD, destacamos os resultados abaixo:

- A população do DF apresentou um aumento na escolaridade média, com destaque para o aumento da escolaridade média das mulheres;
- A taxa de analfabetismo no DF apresentou queda, tanto para homens quanto para mulheres;
- Houve um aumento na proporção de jovens e adultos buscando a Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente em níveis de ensino mais avançados;
- O acesso à internet e a posse de dispositivos móveis apresentou aumento expressivo no período analisado;
- A proporção de trabalhadores ocupados com escolaridade a partir do Ensino Médio completo ou superior apresentou aumento, o que indica uma maior exigência do mundo de trabalho por qualificação educacional;
- A taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos no DF apresentou aumento, chegando a 99,7% em 2021. Ainda assim, há uma parcela significativa de jovens entre 15 e 17 anos que não frequentam a escola, o que representa um desafio para as políticas educacionais no DF;
- A pesquisa também evidenciou a importância da oferta da modalidade EaD para a Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Profissional

no DF, com base nos dados de escolaridade, variável trabalho e percentual de acesso às tecnologias. Há uma grande demanda por cursos técnicos de nível médio e de qualificação profissional, evidenciou a importância da Educação Profissional no DF.

Diante do exposto, afirmamos a importância da ampliação da oferta da modalidade EaD para a EJA e para a EPT, pois, conforme resultados da PDAD acima apresentados, há uma parcela da população jovem que não está nos bancos formais de escolarização, seja no atendimento escolar presencial seja na modalidade a distância. A oferta de cursos na modalidade EaD é considerada uma forma democrática de acesso à educação, pois tem por objetivo atender às demandas da população que busca a conclusão da educação básica, uma formação profissional técnica ou de nível superior, sobretudo para aqueles que têm dificuldade de acesso aos cursos presenciais ou para aqueles que buscam a autonomia e flexibilidade para estudar.

Ainda de acordo com a PDAD, a população do DF apresentou um aumento na renda média mensal, mas há uma grande desigualdade de renda entre os diferentes estratos sociais e regiões administrativas;

Os resultados da PDAD são importantes para o planejamento e implementação de políticas públicas voltadas para a educação e o desenvolvimento social no DF e para a compreensão das características socioeconômicas da população.

As demais categorias do nível de escolaridade dos residentes no Distrito Federal encontram-se também apresentadas neste gráfico.

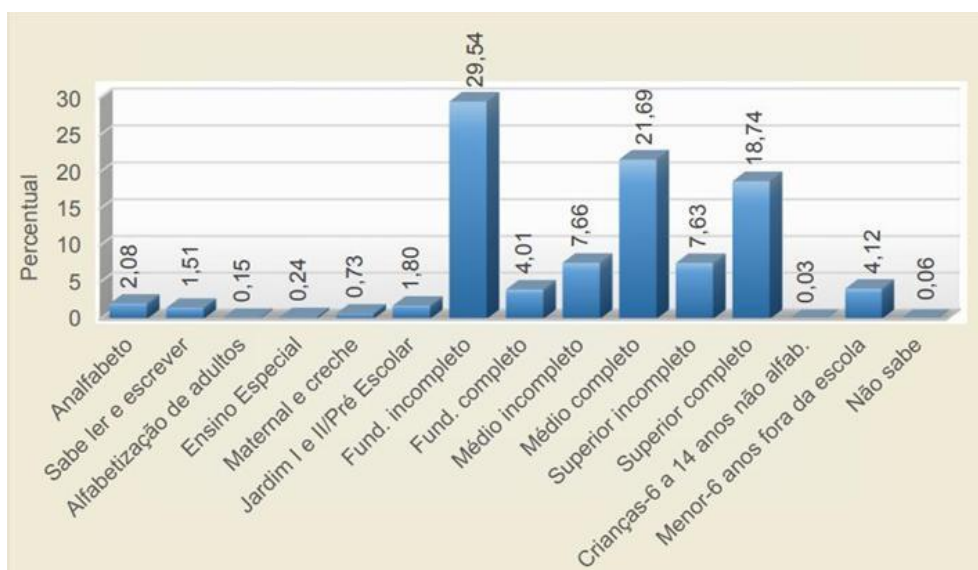


Figura 1 - População segundo o nível de escolaridade no Distrito Federal – 2015-2016. Fonte: PDAD/DF2015/2016

A renda familiar constitui um indicador amplamente utilizado para análise da situação socioeconômica de uma população. De acordo com a PDAD, a renda familiar média no Distrito Federal apresentou um aumento de 18,2% entre 2016 e 2022, passando de R\$ 5.079,00 para R\$ 6.011,00.

No entanto, a pesquisa também aponta para a existência de desigualdades significativas na distribuição de renda no DF. Em 2022, cerca de 10% das famílias tinham renda média mensal de até R\$ 1.107,00, enquanto cerca de 10% das famílias tinham renda média mensal acima de R\$ 18.726,00. Além disso, a pesquisa mostra que a desigualdade de renda entre as diferentes regiões administrativas do DF é significativa, com algumas áreas apresentando renda média familiar muito mais elevada do que outras.

Por meio das pesquisas podemos inferir que há uma alta correlação entre a renda e a educação. A forma eficiente de combater as desigualdades observadas no Distrito Federal, a médio e longo prazo, consiste em investimentos em Educação. Políticas públicas voltadas para Educação, como o Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília, para atender jovens, adultos e idosos com oferta de Educação Profissional é um avanço no sentido de permitir que parte da população historicamente excluída do processo do desenvolvimento social tenha acesso a continuidade de etapas da Educação Básica, bem como a uma qualificação profissional.

O questionário socioeconômico realizado entre os estudantes do CEJAEP EaD no ato da matrícula, assim como o formulário eletrônico com as perguntas que embasaram a pesquisa para este PPP, ratificam em uma escala menor os resultados da PDAD que indicam a correlação entre a renda e a escolaridade. Majoritariamente os estudantes do CEJAEP EaD são oriundos das regiões que apresentam a menor renda domiciliar. Estes estudantes vislumbram na educação de jovens e adultos a distância uma forma de transformação social, uma melhor colocação no mundo do trabalho e o acesso ao ensino superior.

2.1 PERFIL DOS ESTUDANTES DO CEJAEP EAD

O atendimento educacional na modalidade a distância para Jovens e Adultos, no 2º e 3º Segmentos da educação básica, como prevê a LDB nº 9.394/96, visa promover a escolarização de pessoas jovens, adultas e idosas do Distrito Federal e da Região metropolitana que acalentam o sonho que concluir a educação básica.

O aumento da escolaridade, bem como a demanda pela educação profissional é considerado como um dos fatores essenciais para a inclusão social e determinante para garantir uma melhor distribuição da renda nacional. A modalidade EaD vem se mostrando eficaz, garantindo o atendimento a um maior número de estudantes sem a perda da qualidade.

Em pesquisa realizada no período compreendido entre os dias 10 a 15 de abril de 2025, com a totalidade dos estudantes regularmente matriculados no CEJAEP EaD das modalidades EJA e EPT, obteve-se 647 respostas para todas as perguntas disponibilizadas. Tem como base os números do 2º semestre de 2024, o CEJAEP conta com 1.831 (mil oitocentos e trinta e um) estudantes. Os dados obtidos por esta amostra podem ser corroborados pelos dados do Censo Escolar;

Em relação ao gênero, verificou-se que o número de mulheres matriculadas é superior ao número de matrículas de homens, como pode ser verificado na Figura 2.

5 -Sexo
647 respostas

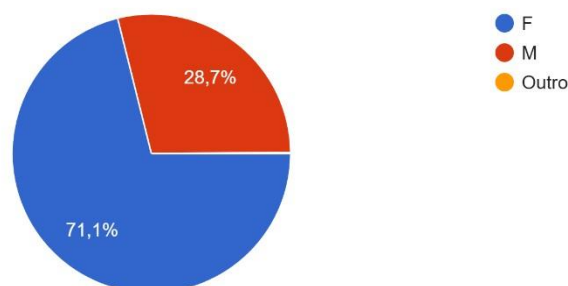
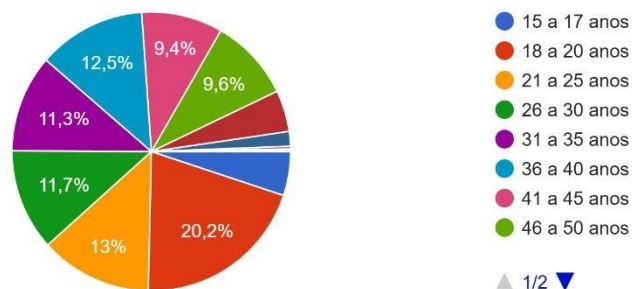


Figura 2 – Perfil dos estudantes – Sexo. Fonte: CEJAEP EaD

A EJA é uma modalidade destinada a pessoas que não concluíram a educação básica na idade regular, ou seja, jovens e adultos e idosos que retornam à escola para completar seus estudos. Entretanto, houve uma alteração no perfil dos estudantes atualmente matriculados, um aumento de **8%** das matrículas na faixa etária de 18 a 20 anos, perfazendo um total de 20,2%. No ano de 2024, tivemos 12,8% dos respondentes nesta faixa etária. Os resultados mostram uma diversidade etária dos estudantes matriculados na EJA, desde a faixa etária de 15 anos à faixa etária adulta (entre 26 e 65 anos). Desta forma, pode-se afirmar que o CEJAEP EaD atende de forma majoritária pessoas com mais de 25 anos, (aproximadamente 62%) cumprindo assim o propósito da EJA (Figura 3)

6 -Faixa etária do candidato a estudante

647 respostas



Contagem de 6 -Faixa etária do candidato a estudante

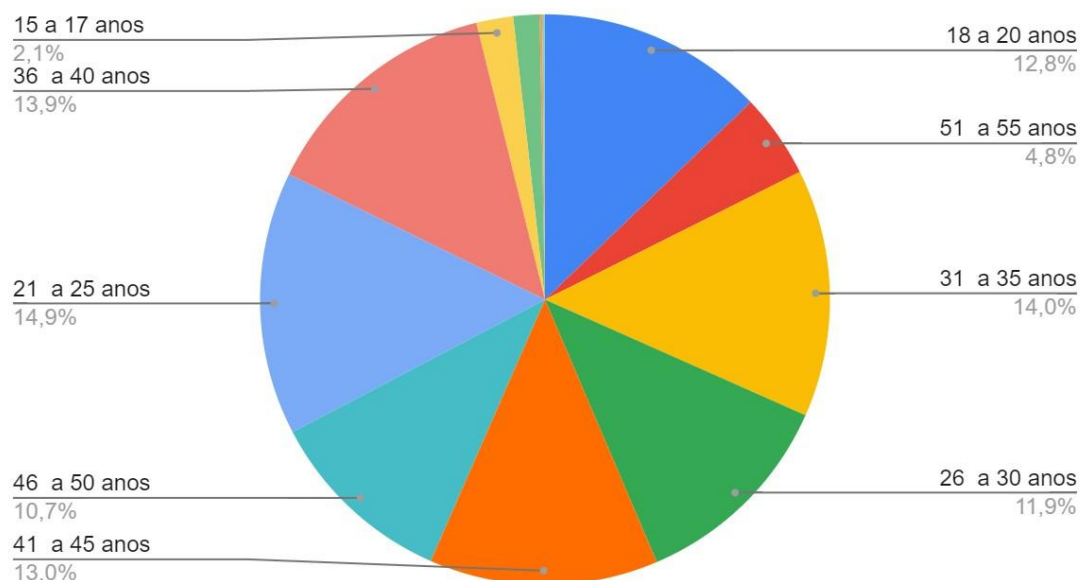


Figura 3 – Perfil dos estudantes – Faixa Etária. Fonte: CEJAEP EaD.

Em relação a pergunta cor ou raça, com base na autodeclaração, os estudantes se autodeclararam pardos. Declarar cor ou raça é algo que traz situações complexas para o indivíduo, desde a valorização social de uma, e a desvalorização social de outra, até mesmo da forma como a pessoa se percebe como indivíduo inserido no coletivo. Do total dos respondentes 54,7% se autodeclararam pardos, 14,2% se autodeclararam pretos, 1,2% se autodeclararam indígenas, 1,1% se autodeclararam amarelos e 28,7 se autodeclararam brancos. O Gráfico 03 abaixo, apresenta as diferenças percentuais parecidas com a população geral.

7 - Sua cor, raça ou etnia (de acordo com o IBGE)

647 respostas

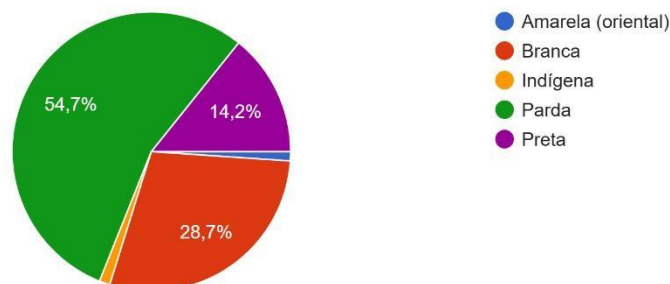


Figura 4 – Perfil dos Estudantes – Cor, raça ou etnia. Fonte: CEJAEP EaD

O CEJAEP EaD atende estudantes oriundos de todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal assim como na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

Contagem de 10 - SEU LOCAL DE MORADIA NO DF ou Fora do DF (marque a cidade)

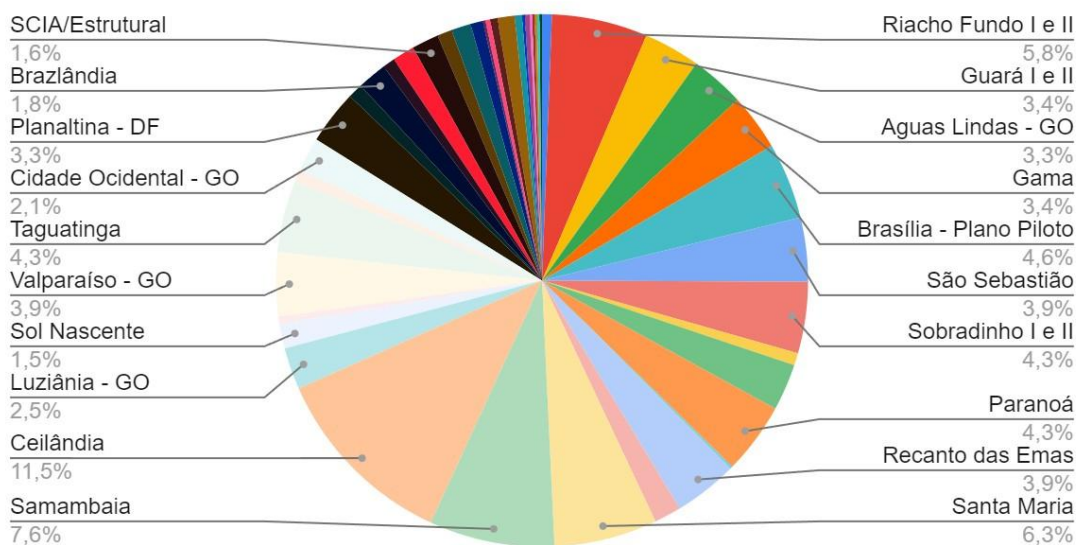


Figura 5 – Perfil dos Estudantes – Local de Moradia. Fonte: CEJAEP EaD.

Em relação à pergunta sobre o tipo de moradia que os estudantes residem, a maioria dos respondentes indica que mora em casa. O que comprova que o CEJAEP EaD atende estudantes oriundos de regiões administrativas onde predomina a casa como tipo de residência. Conforme Figura 6:

19 -Moradia

647 respostas

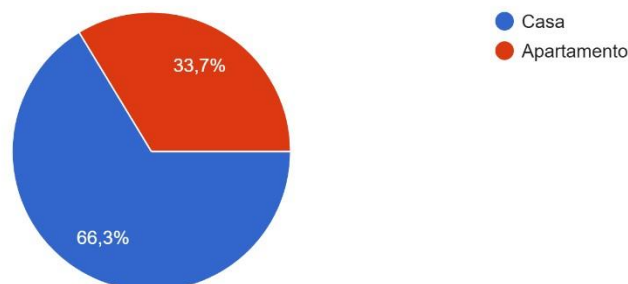


Figura 6 – Perfil dos Estudantes – Tipo de moradia. Fonte: CEJAEP EaD.

A situação do imóvel, representada na Figura 7 onde o estudante reside pode influenciar no seu desempenho durante o curso e nas avaliações, pois a possibilidade de ficar sem renda econômica e ter um aluguel atrasado afeta a vida de qualquer pessoa.

20 -A casa/apartamento que você mora é?

647 respostas

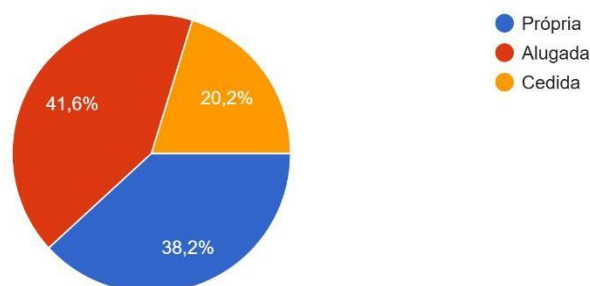


Figura 7 – Perfil dos Estudantes – Tipo de Moradia. Fonte: CEJAEP EaD

Ainda de acordo com a pesquisa realizada 84.8%,8 dos respondentes afirmaram residir em zona urbana. 10,9%, zona rural e 3,8% em área não legalizada. Veja a Figura 8 abaixo:

21- Sua casa/apartamento está localizado em?

647 respostas

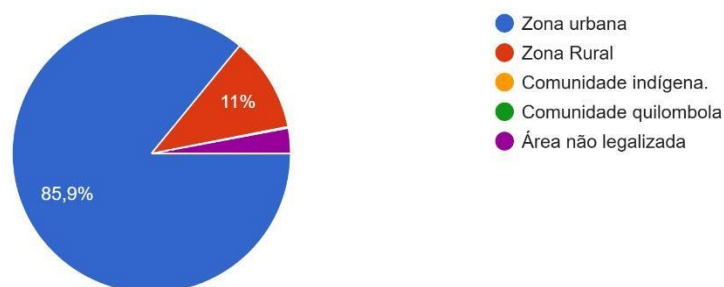


Figura 8 – Perfil dos Estudantes –Local de Moradia. Fonte: CEJAEP EaD.

O núcleo familiar é uma rede de apoio importante para o desempenho do estudante nas atividades pedagógicas propostas no CEJAEP EaD, entretanto não podemos inferir se o menor ou maior número de pessoas na unidade habitacional é ou não um impedimento para o bom desempenho escolar. Foi relatado que 6,1% moram só 35,5% moram com quatro a sete pessoas e a grande maioria, 57,6%, reside com uma a três pessoas.

22- Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes)

647 respostas

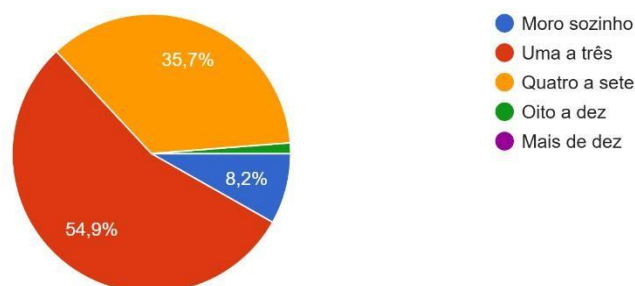


Figura 9 – Perfil dos Estudantes – Quantidade de moradores por residência. Fonte: CEJAEP EaD.

Quanto ao Estado de nascimento dos nossos estudantes: 60,1% responderam ter nascido no Distrito Federal, 4,5% nascidos no Piauí, 5,9% Maranhão, 5,4% em Goiás e 4,3% em Minas Gerais, coincidindo assim com o fluxo migratório para o DF.

9 ESTADO onde nasceu

647 respostas

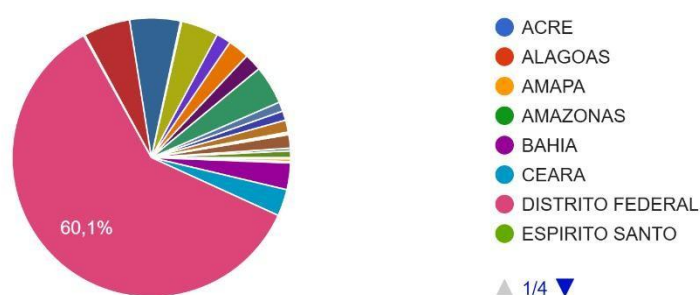


Figura 10 – Perfil dos Estudantes – Estado de origem. Fonte: CEJAEP EaD.

O número de filhos é um fator que interfere no desempenho estudantil, não necessariamente de modo negativo, mesmo na modalidade EaD, **dos 647 questionários respondidos**, 276 (duzentos e setenta e seis) informaram não ter filhos e 371 (trezentos e setenta e um) estudantes responderam que tem filhos, assim informados: 130 (35,%) têm pelo menos um filho, 35,6% tem dois filhos; 19,7% tem três filhos; 5,4% tem quatro filhos; 4,3% tem mais de cinco filhos, como mostra a Figura 11.

18 Quantos filhos

371 respostas

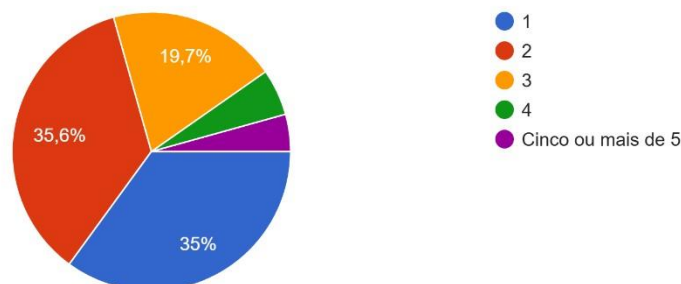


Figura 11–Perfil dos Estudantes – Quantidade de filhos. Fonte: CEJAEP EaD.

Em relação ao estado civil dos estudantes 55,5% responderam que são solteiros. Com base na resposta acima podemos inferir que muitos estudantes são solteiros com filhos (Figura 12).

15- ESTADO CIVIL

647 respostas

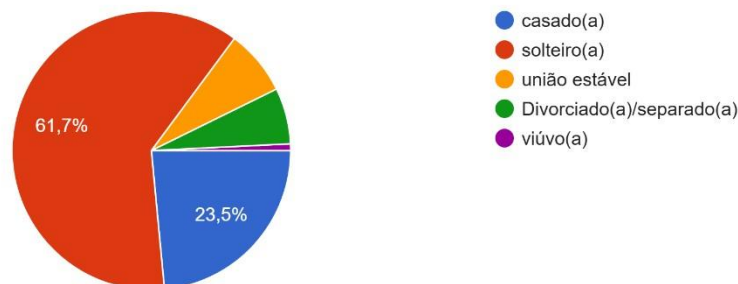


Figura 12 – Perfil dos Estudantes – Estado Civil. Fonte: CEJAEP EaD.

O CEJAEP EaD atende pessoas jovens, adultas, idosas e trabalhadoras que estão ativas no mundo do trabalho e saber qual o vínculo empregatício e/ou fonte de renda é um dado importante para que se conheça mais sobre o público atendido pela escola. Se se trata de trabalho formal, informal, concursado, pensionista, militar, se não trabalha etc. A pesquisa relatou a situação empregatícia dos estudantes (Ver Tabela 1):

11 - SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

647 respostas



Figura 13 – Perfil dos Estudantes – Situação no Mercado de Trabalho. Fonte: CEJAEP EaD

Tabela 1 – Situação no Mercado de Trabalho. Fonte: CEJAEP EaD

Situação	Porcentagem	Situação	Porcentagem
Carteira Assinada	29,7%	Autônomo	8,2%
Não Trabalha	11,54%	Servidor Público	7,3%
Estudante	21,8%	Microempresário(a) empresa com CNPJ ou Simples	0,8%
Informal sem carteira assinada	29,7%	Estagiário	4,5%
INSS/Bolsa Família/Bolsa Pé de Meia	7,7%	Aposentado	0,5%
Militar	1,1%	do lar	11,7%

Além do tipo de trabalho realizado pelo estudante, a jornada diária no local de trabalho influencia seu desempenho nas atividades pedagógicas propostas, e a pesquisa mostrou que os discentes têm uma jornada de trabalho diária descrita na Figura 14 abaixo.

11 - SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

647 respostas

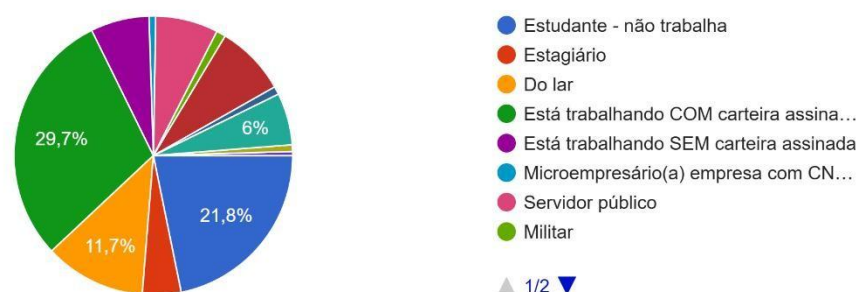


Figura 14 – Perfil dos Estudantes – Jornada de Trabalho. Fonte: CEJAEP EaD.

Outra situação relacionada ao trabalho que influencia o desempenho dos estudantes é a renda econômica mensal, pois com uma renda melhor é possível que se obtenha melhores dispositivos

eletrônicos para acessar a plataforma de estudos, realizar as atividades pedagógicas disponibilizadas no AVA, assim o pacote de dados para o acesso e conexão segura e estável à plataforma. Outro ponto que está relacionado com a renda mensal do corpo discente é que, em sua maioria, os estudantes procuram terminar os cursos e assim ter uma melhora em sua renda mensal, que no momento está relatada no Gráfico 08 logo abaixo:

14 - RENDA MENSAL DO ESTUDANTE

647 respostas

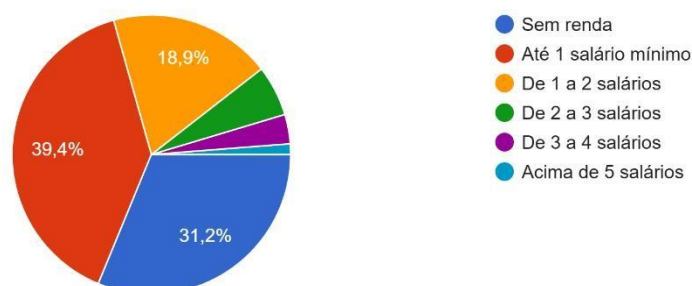


Figura 15 – Perfil dos Estudantes – Renda Mensal. Fonte: CEJAEP EaD.

O CEJAEP oferta a Educação de Jovens e Adultos - EJA e a Educação Profissional e Tecnológica - EPT, como opções para a comunidade. Ressaltamos que a oferta da EPT se iniciou no ano de 2020, com a oferta do Curso Técnico em Secretaria Escolar.

De acordo com a Figura 16, o número de respondentes por modalidade foi equilibrado, entretanto o número de estudantes matriculados na EJA é superior ao número de estudantes da EPT.

23 Qual o seu o Segmento

647 respostas

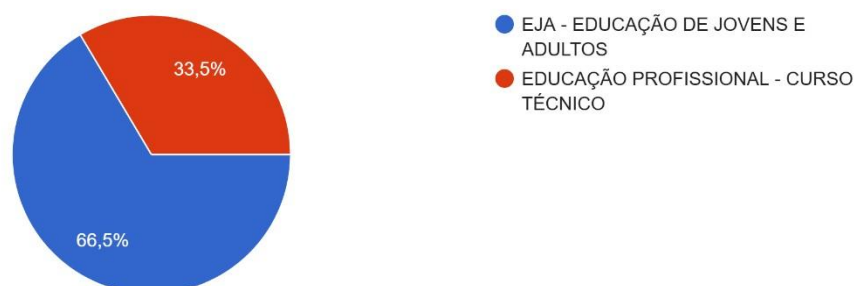


Figura 16 – Perfil dos Estudantes – Segmento. Fonte: CEJAEP EaD.

Uma característica marcante do estudante da EJA é a interrupção, pelo menos uma vez, dos estudos durante a vida estudantil. Esta interrupção pode ser motivada por diferentes razões, como a necessidade de trabalhar para ajudar a família, problemas pessoais ou familiares, dificuldades financeiras, falta de interesse pela escola, gravidez precoce, entre outros fatores. Em resposta aos questionamentos 34,7% dos nossos estudantes ficaram afastados das escolas por no mínimo 10 anos ou mais, até retornar aos estudos. A presença dessa interrupção fica evidente na Figura 17:

26 - Você já interrompeu seus estudos?

430 respostas

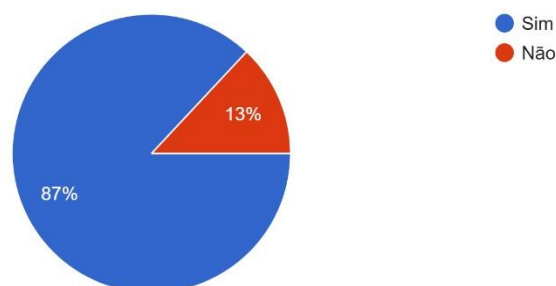


Figura 17 – Perfil dos Estudantes – Interrupção dos Estudos. Fonte: CEJAEP EaD.

Quando perguntado ao estudante da EJA EaD quais os motivos que o levaram a interromper seus estudos, tivemos como principais respostas:

27 - Marque o principal motivos da interrupção de seus estudos

430 respostas



A gravidez precoce entre as nossas estudantes 14.7% ainda configura como um dos principais motivos de interrupção. Pesquisas realizadas pelo Ministério da Educação, pela Organização dos Estados Ibero-americanos e pela Faculdade Latino Americana de Ciências (Flacso) revela que 18% das jovens brasileiras grávidas abandonam a escola. Esses dados apontam para a necessidade de políticas públicas educacionais voltadas a conter a evasão escolar de adolescentes e jovens relacionada à gravidez indesejada.

Quando perguntado ao estudante da EJA EaD quais os motivos que o levaram a ingressar na escola, obtivemos várias respostas, desde a realização pessoal até conseguir melhorar a posição no mercado de trabalho. Esses estudantes também possuem características positivas, como a maturidade, a experiência de vida e a vontade de aprender. É importante que a modalidade EJA esteja preparada para atender às necessidades específicas de seus estudantes, oferecendo um ambiente acolhedor, flexível e adaptado às suas demandas. A opção pela educação a distância ocorre, geralmente, devido a motivos pessoais dos estudantes em várias áreas da vida, familiar, financeira, etária, etc.

Na Tabela 2, abaixo, estão os motivos mais citados pelos estudantes do CEJAEP EaD:

29 Qual o principal motivo que você decidiu frequentar a Educação de Jovens e Adultos a distância EJA/EAD

430 respostas

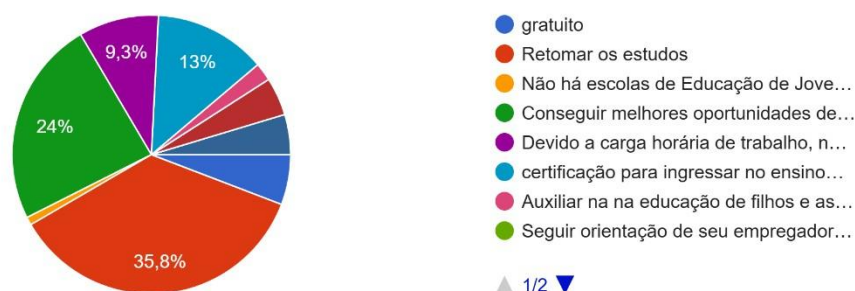


Figura 18 – Perfil dos Estudantes – Motivo para frequentar a EJA EaD.. Fonte: CEJAEP EaD.

Tabela 2 – Motivo para ingressar na EJA EaD. Fonte: CEJAEP EaD.

Melhorar o Posicionamento no Mercado de Trabalho	24%
Retornar os Estudos que Estavam Interrompidos	35,8%
Certificação Para Ingressar no Ensino Superior	13%
Flexibilidade no Horário Para Fazer as Atividades	4,90%
Gratuito	3,80%
Não há escola de EJA perto da minha residência	1.10%
Certificação Para fazer concurso público	5,70
Auxiliar na educação dos filhos	1,90%

Sobre a situação escolar do estudante matriculado na EPT CEJAEP, 50%, dos respondentes informaram que estão cursando concomitantemente o ensino médio e 19,6% responderam que após a conclusão do ensino médio pararam os estudos e retornaram na EPT visando uma inserção no mundo do trabalho. Na coleta obtivemos a informação de que 30,4% dos respondentes são oriundos do ensino superior.

30 Sua situação escolar

647 respostas



Figura 19 – Perfil dos Estudantes – Situação Escolar. Fonte: CEJAEP EaD.

Entretanto, quando perguntado aos estudantes que cursam o Curso Técnico em Secretaria Escolar o motivo pelo qual ingressaram, as respostas predominantes foram: adquirir conhecimentos e habilidades técnicas que lhes permitam exercer funções administrativas na secretaria escolar de uma instituição educacional, contribuindo para a organização e gestão eficiente do ambiente escolar. Sendo que 38,9% dos respondentes afirmaram que o objetivo é ampliar suas expectativas profissionais.

33 Qual o seu objetivo em cursar o Curso Técnico em Secretaria Escolar

647 respostas



Figura 20 – Perfil dos Estudantes – Objetivos. Fonte: CEJAEP EaD.

O CEJAEP EaD por ser uma escola inclusiva atende estudantes com deficiência e com necessidades educacionais específicas assegurando o direito para que possam ter acesso à educação e realizar seu potencial de aprendizagem. A modalidade EaD oferece maior flexibilidade em relação ao tempo e ao espaço de estudo, além de permitir o uso de tecnologias assistivas e recursos adaptados.

Este cenário está representado na Figura 21 abaixo.

34- Você possui alguma deficiência?

670 respostas

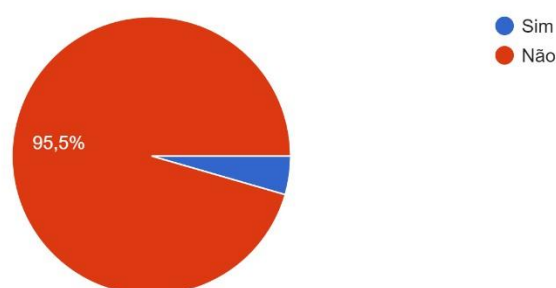
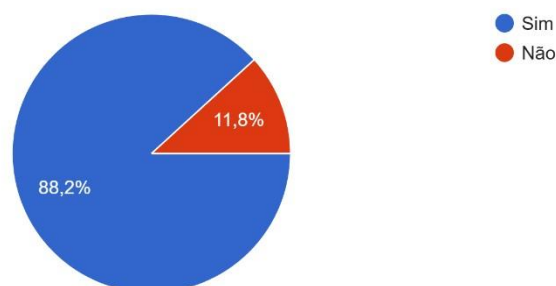


Figura 21 – Perfil dos Estudantes – Deficiência Física. Fonte: CEJAEP EaD.

Do número total de estudantes com deficiência ou que necessitam de atendimento educacional especializado, 80% responderam possuir laudo médico.

36 Você possui Laudo Médico

34 respostas



O modo de acesso dos estudantes ao AVA é importante, pois é um dispositivo móvel como celulares, tablets, palmtops e notebooks, por exemplo: ou é um dispositivo fixo, em casa, no trabalho ou em algum outro local, ou não. Assim, a experiência do discente com o AVA pode ser melhorado ou piorado dependendo do modo do acesso que está descrito na Tabela 3 a seguir.

37 - Como você acessa a plataforma de estudos do CEJAEP EaD?

647 respostas

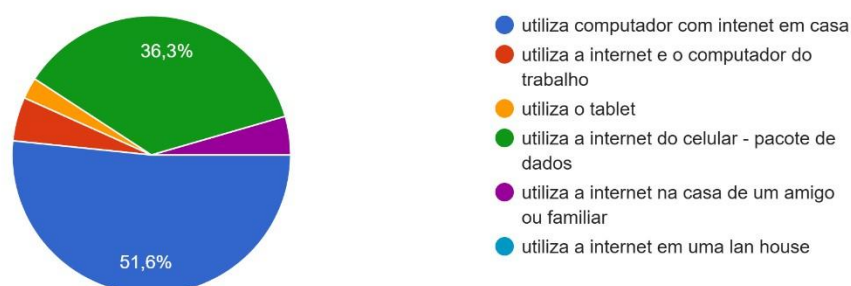


Figura 22 – Perfil dos Estudantes – Acesso à Plataforma de Estudos. Fonte: CEJAEP EaD. Tabela 3 – Acesso à Plataforma de Estudos

Como você acessa a Plataforma de Estudos do CEJAEP EaD?	%
Utiliza o Computador com a Internet em Casa	51,6%
Utiliza a Internet do Celular (Pacote de Dados)	36,3%
Utiliza o Computador com a Internet do Trabalho	8,2%
Utiliza o Computador com a Internet da Casa de Amigos/Familiares	4,2%
Utiliza Tablets	1,8

Um ponto importante para o bom desenvolvimento do discente é o conhecimento de informática, pois pode se tornar um facilitador ou um complicador no desempenho do estudante nas atividades, lembrando que o domínio de conceitos da informática não é limitador ou impeditivo, e, as respostas dos estudantes, que estão na Figura 23 mostram que no geral a comunidade do CEJAEP EaD tem conhecimento da informática.

40 Tem noções básicas de Informática: atenção: 0 indica nenhuma importância e 5 maior importância.)

647 respostas

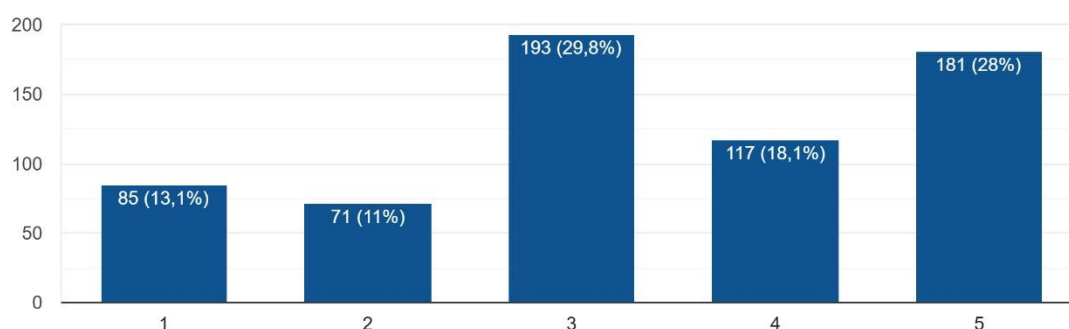


Figura 23 – Perfil dos Estudantes – Noções de Informática. Fonte: CEJAEP EaD.

Será que o estudante da EJA que procura o CEJAEP EaD domina as tecnologias da informação e da comunicação? Ou será que esse estudante procura a Educação a Distância como uma forma de retornar aos bancos formais da escolarização e assim realizar seu grande sonho de concluir o ensino fundamental anos finais – 2º Segmento da EJA ou a conclusão do Ensino Médio – 3º Segmento e dar continuidade aos seus estudos? “Para muitos a EJA na modalidade a distância é o último lampejo de esperança para a conclusão dos estudos, pois esse estudante já foi excluído de todo o sistema tradicional. Dominar o mouse não é algo fácil. É a primeira barreira a ser superada” (REHEM, 2019).

Há um senso comum de que a falta de experiência em informática básica do estudante na educação a distância é um empecilho ao desenvolvimento adequado das atividades discentes. Muitos estudantes, sobretudo da EJA 2º Segmento, chegam com o conhecimento básico de informática, porém nunca tiveram experiência em estudar a distância. Como maneira de reduzir essa distância, todos os estudantes do CEJAEP EaD são acolhidos e enturmados no curso de Ambientação e recebem o Guia do Estudante para que conheça o universo da modalidade a distância, sobretudo a organização quanto aos prazos, desempenho com as atividades propostas e a navegação na plataforma.

Podemos afirmar que, para muitos a modalidade EaD é a única opção para conclusão da educação básica. A Tabela 4 mostra que a maioria dos estudantes do CEJAEP EaD não tinha experiências anteriores com EaD, o que nos leva a pensar que não existe relação de causa e efeito com reprovação ou aprovação.

Tabela 4 – Experiência prévia na modalidade EaD. Fonte: CEJAEP EaD

Primeira vez que faz um Curso na Modalidade EaD	67,9%
Já fez algum curso na Modalidade EaD	32,1%

Por fim, em relação ao tempo de estudo diário, a educação a distância permite que o estudante flexibilize sua rotina. O CEJAEP EaD fornece, em sua plataforma, material didático online que pode ser “baixado” e/ou impresso, possibilitando assim ao estudante o acesso a qualquer momento e em qualquer lugar, mesmo que não haja conexão com a internet. Em nossa pesquisa, 78,8% dos estudantes afirmaram dedicar de 1 a 3 horas diárias para o estudo,

enquanto 18.5% estudam de 4 a 5 horas por dia. Outro dado de relevância é que 85.5% dos respondentes não participam dos plantões presenciais na escola para esclarecimento de dúvidas com os professores. O passe estudantil foi indicado por 83,2% dos respondentes como um facilitador do acesso aos eventos presenciais na escola, entre eles, provas e plantões de atendimento.

39 - Quanto tempo de estudo você reservará por dia?

647 respostas

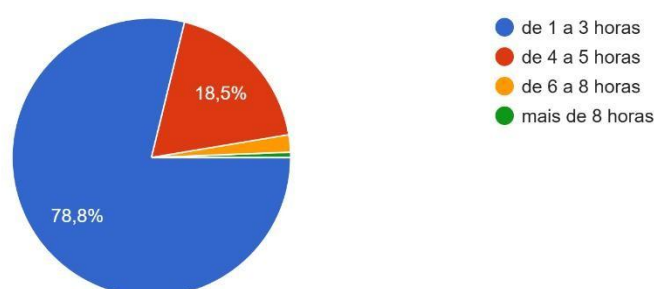


Figura 24 – Perfil dos Estudantes – Tempo reservado para estudo. Fonte: CEJAEP EaD.

2.2 QUEM É O SUJEITO DO CEJAEP?

O Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília – CEJAEP EaD, situado na região central do Plano Piloto atende a modalidade EJA 2º e 3º Segmentos e a Educação Profissional com a oferta do Curso Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar na modalidade a distância.

Onde reside o estudante do CEJAEP?

Muitos estudantes que ingressam na EJA do CEJAEP residem em regiões administrativas distantes do Plano Piloto, assim como na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) que abrange uma grande quantidade de municípios do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais. A maior parte dos nossos estudantes reside em Ceilândia, seguidos de Samambaia, Santa Maria e Riacho Fundo I e II.

Convém ressaltar que o estudante que ingressa na EJA EaD, muitas vezes vislumbra a flexibilidade organizacional que a modalidade propõe para concluir seus estudos. O estudante terá acesso à plataforma de ensino aprendizagem a qualquer momento ao longo do dia, sem se ater a um determinado horário ou turno. O estudante fará o seu próprio ritmo quando da liberação do acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem no qual são disponibilizados os componentes curriculares e onde acontece a mediação docentes e estudantes.

Em suma, as pesquisas realizadas sobre o perfil dos estudantes do CEJAEP EaD, sobretudo em relação aos estudantes EJA, ratificam que esses sujeitos foram marcados por trajetórias escolares não iniciadas ou que foram interrompidas em algum ou em diferentes momentos. Muitas vezes a própria atividade laboral que fez com que os estudos fossem interrompidos é a mesma força motriz que os faz retornar à escola. Assim, muitos optam pela modalidade EaD,

sobretudo devido a possibilidade de flexibilidade do tempo. Convém ressaltar que muitos estudantes que procuram a modalidade EaD a barreira digital é a primeira a ser superada, pois anseiam na modalidade a oportunidade de conclusão da educação básica.

O CEJAEP EaD atende estudantes da EJA e da Educação Profissional e Tecnológica - EPT. No 1º semestre de 2020 iniciamos nosso curso de Educação Profissional de Secretaria Escolar na modalidade EaD com 139 (cento e trinta e nove) matrículas. O curso é ofertado em 3 (três) semestres, com saídas intermediárias após a aprovação em todas as matérias do módulo. Assim apresentadas: Após a conclusão de todas as matérias do módulo 1, o estudante tem a qualificação de Recepcionista. Após a conclusão do segundo módulo, o estudante tem a qualificação de Auxiliar de Secretaria Escolar. E o estudante que conclui os três módulos recebe a certificação de conclusão de curso técnico de nível médio em Secretaria Escolar. Assim, ao final do 1º semestre de 2021 tivemos nossa primeira formatura do curso técnico. Atualmente o CEJAEP possui 788 (setecentos e oitenta e oito) estudantes no curso Técnico de Secretaria Escolar na modalidade EaD.



Foto 2– Formatura dos estudantes do Curso Técnico em Secretaria Escolar. Fonte: Acervo CEJAEP 2021.

2.3 CEJAEP EM NÚMEROS HOJE:

O CEJAEP EaD no primeiro semestre do ano de 2025, de acordo com o censo escolar, contava com 1.905 (mil novecentos e cinco) estudantes regularmente matriculados, e efetivamente participando das atividades pedagógicas, assim distribuídos: 328 (trezentos e vinte e oito) estudantes no 2º segundo, 792 (setecentos e noventa e dois) no 3º segmento da EJA, e 788 (setecentos e oitenta e oito) na Educação Profissional e Tecnológica - EPT. Entretanto, este número pode ser aumentado, visto que na EJA há quatro entradas de matrículas acrescidas de matrículas a qualquer tempo. A EPT possui processo seletivo no segundo semestre.

Tabela 5 – Quantitativo de Estudantes. Fonte: CEJAEP EaD.

Oferta EJA/ EPT	Quantitativo de estudantes
EJA 2º Segmento	328
EJA 3º Segmento	789
EPT- Curso Técnico em Secretaria Escolar	788
Total	1.905

O CEJAEP EJA EaD no 1º módulo letivo de 2025 contava com 40 (quarenta) estudantes menores de idade na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos. Em relação aos alunos menores de idade, a Equipe Gestora promove reuniões com o objetivo de aproximar família e escola para

um melhor acompanhamento da vida escolar do educando, assim como buscar a integração, envolvimento da família com a escola e o despertar do sentimento de pertencimento à comunidade escolar. Ainda no 1º módulo letivo de 2025, a UE contava na EJA com 41 (quarenta e um) estudantes com deficiência ou transtorno, sendo 10 (dez) estudantes no 2º Segmento e 31 (trinta e um) estudantes no 3º segmento. E 10 (dez) estudantes na EPT.

Convém ressaltar que a UE não dispõe, ainda, de Sala de Recursos ou Atendimento especializado. Não temos sistema i-educar parametrizado para cadastrá-los. A adequação curricular é feita mediante o laudo apresentado pelo aluno (quando possui), e os profissionais e a equipe gestora do CEJAEP EaD contam com o auxílio dos coordenadores que atuam na Coordenação Regional de Ensino/UNIEB para que ocorra a adequação. Ressaltamos que a falta de um profissional para atender aos alunos com deficiência ainda constitui uma barreira. Barreira esta que a Equipe gestora e os professores tentam transpor, fazendo um acompanhamento mais próximo ao aluno.

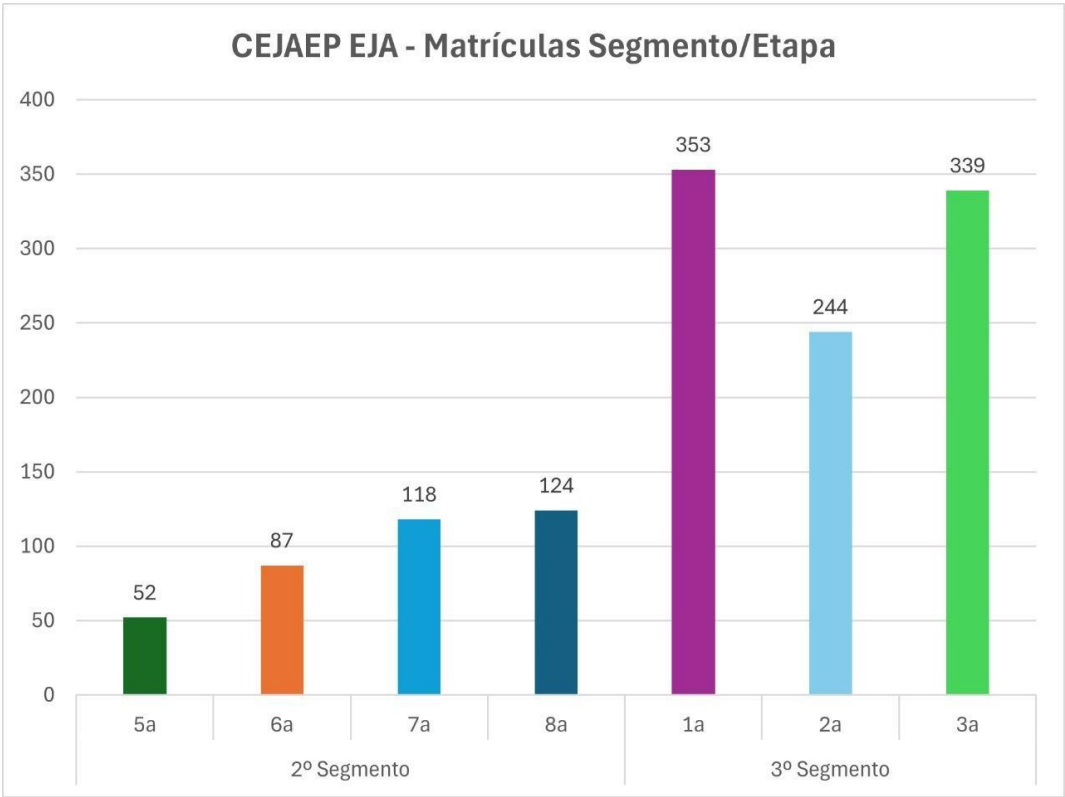


Figura 25 – Matrículas por Segmento/Etapa – 1º Semestre de 2025. Fonte: CEJAEP EaD Censo Escolar

Tabela 6 – Quantitativo de Matrículas por Sexo e Segmento (2025-1). Fonte: CEJAEP EaD

MATRÍCULA POR SEXO E SEGMENTO		
	2º Segmento	3º Segmento
Masculino	150	329
Feminino	178	460
TOTAL (*)	328	789
Educação Profissional - EPT		

Masculino	105
Feminino	683
TOTAL (*)	788

No início de cada período letivo acontecem as aulas inaugurais presenciais, momento de acolher os novos estudantes, apresentar o corpo docente pedagógico e a parte administrativa. Na aula inaugural apresentamos aos estudantes as formas de atendimentos pedagógicos, como o plantão presencial no próprio espaço físico da instituição educacional - sala de tutoria e mediação Além do plantão presencial com os estudantes, a UE oferta também aos estudantes o plantão virtual, momento de interação online na própria plataforma virtual de aprendizagem por meio da web conferência *google meet*.



Foto 3 - Auditório EAPE – Aula Inaugural (fevereiro de 2020) Crédito: Acervo CEJAEP

O CEJAEP é uma contante busca ativa na plataforma por meio da mensageria na plataforma *Moodle*, pois foi constatado por meio dos programas oficiais como a coleta de dados para o Censo Escolar e o *EducaCenso*, uma significativa diminuição do número de estudantes matriculados na EJA na modalidade a distância. Um dos motivos para a diminuição do número de matrículas está diretamente relacionado ao mundo do trabalho. Muitos estudantes trabalhadores da EJA e da EPT não conseguem conciliar o trabalho e os estudos. Ainda sentimos os efeitos da Pandemia da Covid – 19, onde muitos estudantes perderam seus empregos e retornaram às cidades de origem. Com a perda do poder aquisitivo, muitos estudantes tiveram que optar pela sobrevivência no mercado informal e dessa forma a escolarização formal mais uma vez foi abandonada. O atual momento é de divulgação modalidade EJA EaD da IE para outras regiões além do Plano Piloto, para que cada vez a comunidade possa vislumbrar a terminalidade da educação básica.

3 FUNÇÃO SOCIAL DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

A função social do CEJAEP EaD é proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade para jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio na idade regular.

Por meio de uma metodologia específica, o CEJAEP EaD busca oferecer aos estudantes a oportunidade de desenvolver as competências e habilidades necessárias para sua inserção no mundo do trabalho e na vida social, aprimorando sua formação e promovendo sua cidadania.

Além disso, o CEJAEP EaD tem como função social a promoção da igualdade de acesso à educação, uma vez que muitos dos estudantes que frequentam a instituição têm dificuldades de acesso à escolarização regular por diversos motivos, como trabalho, falta de recursos financeiros ou dificuldades de locomoção.

Assim, o CEJAEP EAD desempenha um papel importante na garantia do direito à educação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os valores do CEJAEP EaD são:

Profissionalismo, responsabilidade, comprometimento, competência, participação, cooperação, dedicação, cumprimento dos deveres, respeito às diferenças e inclusão, ética, honestidade, cordialidade, justiça, diálogo intercultural, tolerância, humanismo, organização e disciplina.

4 MISSÃO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

A missão do Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília é ofertar Educação de Jovens e Adultos 2º e 3º Segmentos, e Educação Profissional, ambas na modalidade EaD, ser uma escola humanista, democrática, igualitária, inovadora e de excelência com elevados padrões de responsabilidade, visando à promoção de condições de acesso ao mundo do trabalho e ao prosseguimento dos estudos aos estudantes egressos, por meio de práticas educativas de qualidade que contribuam com a formação de cidadãos éticos, críticos e conscientes dos seus deveres e direitos, capazes de atuar como agentes de mudança de modo participativo, aberto e integrador.

Para cumprir essa missão, o CEJAEP EaD busca proporcionar aos seus estudantes um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor, com uma metodologia específica para atender as necessidades deste público.

Além disso, a missão do CEJAEP EaD é contribuir para a formação de cidadãos críticos, conscientes e participativos, que possam atuar de forma transformadora na sociedade em que vivem.

Assim, a missão do CEJAEP EaD está alinhada ao objetivo de garantir o direito à educação e à promoção da cidadania, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. De acordo com os normativos educacionais e os pressupostos teóricos da Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal, o estudante deve construir aprendizagens significativas, tendo o professor como orientador e mediador do processo educativo.

5 PRINCÍPIOS E VALORES NORTEADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA

A gente principia as coisas, no não saber por quê, e desde aí perde o poder de continuação porque a vida é mutirão de todos, por todos remexida e temperada. O mais importante e bonito do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. Viver é muito perigoso; e não é não. Nem sei explicar estas coisas. Um sentir é o do sentente, mas outro é do sentidor (ROSA, 1980, p. 24).

5.1 FUNDAMENTOS ÉTICOS – PEDAGÓGICOS

A criação do Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília - CEJAEP EaD com publicação no DODF nº 11 de 16/01/2018 foi uma resposta da SEEDF à necessidade de uma oferta institucionalizada da modalidade Educação a Distância (EaD) para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Técnica Profissional de Nível Médio (EPT). Por ser uma escola inclusiva, o CEJAEP EaD recebe estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (LDB nº 9394/96 Art. 58).

O Projeto Político Pedagógico do CEJAEP EaD busca a qualidade do ensino por meio da inserção e acompanhamento ao estudante. Utilizando estratégias de acordo com o contexto dos sujeitos que fazem parte do processo de ensino e de aprendizagem, pois acredita que o indivíduo se constitui a partir da sua integralidade afetiva, física, cognitiva e social.

O CEJAEP EaD é uma escola plural onde as modalidades: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica, Educação a Distância e Ensino Especial estão presentes. Para tanto, faz-se necessário uma breve contextualização da legislação vigente e que envolve essas modalidades.

Para alcançar a sua missão o CEJAEP EaD, segue o que preconiza a legislação vigente. Para isso, faz-se necessária uma contextualização do cenário nacional a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação brasileira qual deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Conforme preconiza o Artigo 1º. - Da Educação:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Além do mais a LDB, 9.394/96, assegura, ainda, que o acesso à educação básica é direito público e que o ensino deve ser ministrado com base em princípios, expressos no Artigo 3º “Dos Princípios e Fins da Educação Nacional”

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV. respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII. valorização do profissional da educação escolar;

5.1.1 Da Educação Especial

O Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília é uma UE inclusiva e assegura o direito de matrícula das pessoas com deficiência, transtornos globais e altas habilidades. O CEJAEP EaD atende também estudantes sem laudos médicos e que necessitam de um acompanhamento pedagógico diferenciado.

De acordo com a LDB nº 9394/96, em seu Art. 58, entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Considerando a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. O CEJAEP EaD busca, ainda, garantir condições de acessibilidade, nos termos da legislação vigente, sendo que o estudante, ou seu responsável deverá apresentar no ato da matrícula, laudo médico, para fins de atendimento adequado. Convém ressaltar que a UE não dispõe de Sala de Recursos e as adequações curriculares são realizadas de acordo com as necessidades educacionais de forma que o estudante possa acompanhar o processo de aprendizagem, assim como manusear a plataforma virtual de aprendizagem. A plataforma possui programa adaptativo para a promoção da inclusão como o *VLibras* que traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) em português para Libras.

A UE deve assegurar sobretudo a importância da Educação inclusiva e que todos tenham acesso à educação garantindo os princípios da Educação Inclusiva. A escola deve ser o espaço de fortalecimento da participação individual e coletiva, que reconheça e valorize todos os grupos.

Seguindo nesta contextualização da legislação é importante destacar a Educação Profissional e a sua definição na LDB nº9.394/96, e as atualizações advindas das Diretrizes Operacionais para a Educação Profissional e Tecnológica Resolução CNE/CP Nº 1, de 05janeiro de 2021. A Educação Profissional e Tecnológica perpassa todas as modalidades da educação básica e que também é ofertada pelo CEJAEP EaD;

5.1.2 Da Educação Profissional e Tecnológica

De acordo com o Art. 39 da LDB nº 9.394/96 - A Educação Profissional e Tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Diretrizes Operacionais para a Educação Profissional e Tecnológica Resolução CNE/CP Nº 1, de 05janeiro de 2021, no Artigo 3º, define os princípios da EPT. Destacamos o parágrafo: “III - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2021).

Desta forma, o cenário da educação brasileira consolidado a partir da promulgação da LDB 9394/96 foi modificado com as atualizações provenientes das Leis, dentre elas a saber: 1) Lei nº 13.415, de 2017, com a inclusão da Base Nacional Comum Curricular; 2) Lei nº 13.632, de 2018, que preconiza sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. Estas duas leis impactaram sobremaneira a educação nacional.

Destacamos a Lei nº 13.415, de 2017, com a inclusão da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, um documento que define as **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das **etapas e modalidades** da Educação Básica.

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o **alinhamento de outras políticas e ações**, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. Nesse sentido, espera-se que a BNCC **ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais**, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. (p. 8)

A BNCC estabelece 10 (dez) competências gerais da Educação Básica. As que se destacam mais para o nosso contexto de EJA EaD são:

- Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
- Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

A BNCC propõe uma resignificação para a EJA e seus sujeitos. “[...] a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem:

Saber fazer (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. (p. 13)

A BNCC e os currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica. é importante levar em conta que as competências e conteúdos preconizados pela BNCC devem se adaptar à realidade local, considerando as diferentes modalidades de ensino, a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos.

Considera-se um marco importante na LBD nº 9.394/96, a regulamentação da oferta da Educação a Distância – EaD, conforme preconiza o Art. **80 O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada.**

Com a promulgação do Decreto 9.057, em 25 de maio de 2017, houve uma atualização e ampliação da legislação sobre a educação a distância como modalidade de ensino, e que destacamos neste PPP os Artigo 1º e 4º;

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Art. 4º As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Além do mais, o Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017, normatiza a EaD na Educação Básica e delega competência aos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância nos seguintes níveis e modalidades:

- I. ensino fundamental, nos termos do § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; presencial;
- II. ensino médio, nos termos do § 11 do art. 36 da Lei nº 9.394, de 1996;
- III. educação profissional técnica de nível médio;
- IV. educação de jovens e adultos; e V. educação especial.

Desta forma, compete aos sistemas estaduais, sob a égide das Secretarias Estaduais de Educação a autorização para implementação e oferta da modalidade EaD. No DF representada pela SEEDF.

Ainda no âmbito da SEEDF, temos o Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal que trata da organização das Unidades Escolares.

O Regimento das Escolas Públicas ratifica os dispostos na LDB nº9.394/96, no que tange a normatização da EJA, EPT, EaD e Educação Especial.

5.1.3 Da Educação de Jovens e Adultos

Considerando o Art. 37º da LDB 9194/96, a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Na esfera federal a Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos”, que define no Artigo 5º parágrafo único os princípios para a EJA: “equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio”

Assegurando:

- I. Quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;
- II. quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;
- III. quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica. Da Educação de Jovens e Adultos na modalidade Educação a Distância

A Educação a Distância (EaD) é a modalidade na qual a mediação do processo de ensino e de aprendizagem ocorre com o emprego de tecnologias de informação e comunicação, sendo as atividades realizadas em lugares diversos, de forma síncrona e assíncrona, conforme aponta a Resolução nº 2/2023-CEDF.

Um dos desafios nesse contexto é o perfil do estudante, o qual, na EaD, deve ser um sujeito com letramento básico no uso de mídias, autonomia para os estudos, com capacidade de organizar seus horários e buscar esclarecimentos.

A Educação de Jovens e Adultos na modalidade Educação a Distância (EJA/EaD) é ofertada apenas para o 2º e 3º segmentos. O estudante contará com o ambiente virtual de aprendizagem (AVA), com mídias e/ou materiais didáticos impressos, consoante a Resolução CNE/CEB nº 3/2010 (BRASIL, 2010). Dessa forma, a internet não será a única ferramenta da EaD, pois será disponibilizado ao estudante a versão em arquivo pdf para que o estudante possa imprimir, caso queira.

As Instituições Educacionais da Rede Pública do DF interessadas em ofertar a EJA/EaD poderão optar pelos seguintes atendimentos:

a. Instituição Educacional Credenciada: reconhecida como matriz, deverá iniciar o processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico, solicitar adesão à CRE/UNIEB, com vistas à SUBEB/DIEJA e providenciar as demais condições exigidas para o seu respectivo credenciamento no Conselho de Educação do

Distrito Federal (CEDF);

b. Polo de Apoio Presencial: unidade operacional destinada ao desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas (acompanhamento, orientação de participação no curso, tutorial presencial, prática laboratorial, atividades de estudo individual ou em grupo e avaliação presencial) e administrativas (secretaria escolar, banco de dados dos estudantes, arquivo de documentação) relativas à EJA/EaD. A abertura do Polo de Apoio Presencial está condicionada a uma Instituição educacional credenciada e será prevista no Projeto Político-Pedagógico da escola solicitante, conforme Art. 118 da Resolução nº 2/2023CEDF.

O Polo de Apoio Presencial deve oferecer a infraestrutura física, tecnológica e pedagógica necessária para os cursos de EJA/EaD: profissionais da educação (em número adequado ao quantitativo de estudantes matriculados), biblioteca, rádio, televisão, internet, livros didáticos e paradidáticos, laboratório de informática. No âmbito da SEEDF as Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Ensino da Secretaria de Educação do Distrito Federal (2021) definem como função social da EJA “assegurar a escolarização dos sujeitos que, historicamente, foram excluídos do direito à educação. Assim, deve-se cuidar para não reproduzir na escola as práticas excludentes da sociedade, pois seu papel é a formação de sujeitos capazes de intervir, de forma reflexiva, crítica, problematizadora, democrática e emancipatória, com voz, vez e decisão, na solução e superação dos problemas e desafios impostos à sua sobrevivência e existência” assim como estabelece a organização curricular e pedagógica da EJA.

Conforme disposto nas Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a SEEDF:

Reconhece a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino da Educação Básica composta por sujeitos de saberes adquiridos em suas experiências vividas e que se encontram à margem do acesso aos bens culturais, sociais, econômicos e de direitos. Sujeitos da classe trabalhadora que creditam à escola pública a garantia de sua escolarização, assim como a de seus filhos e familiares.

E por meio de seus dispositivos legais,

Valida o direito à aprendizagem ao longo da vida, assegurando o acesso à escolarização em qualquer tempo e em qualquer idade. Do mesmo modo, reconhece a importância da modalidade em estabelecer estratégias para atender, de forma diversa, a sujeitos em diferentes condições de aprendizagem, respeitando, assim, a realidade de pessoas em privação de liberdade, com deficiência, em situação de rua, além daquelas que buscam por formação profissional, tanto no campo quanto na cidade (Diretrizes. p.11).

Estas mudanças no sistema de ensino, repercutiram nos estados e no Distrito Federal, fazendo com que o Conselho de Educação do Distrito Federal – CEDF - regulasse o sistema de ensino local por meio das notas técnicas nº 1,2 e 3 de 2019 e atualizasse a Resolução nº 1/2018 – Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF (Distrito Federal, 2019). E revisitasse as Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos, (2ª edição, 2021) com fulcro na legislação federal. As Diretrizes Operacionais da EJA, significam um marco para a EJA nos DF, pois consolida a modalidade e normatiza as diversas possibilidades de oferta, ratificando o compromisso de atender as diversidades dos sujeitos da EJA, respeitando o seu ritmo próprio.

Dessa forma, o CEJAEP EaD como uma Unidade de Ensino inclusiva da SEEDF que atende a EJA e a EPT na modalidade a distância adequar-se-á as alterações advindas e regulamentadas pelo CEDF com o objetivo “de atender às especificidades e necessidades dos sujeitos da EJA que tem o mundo do trabalho como prioridade”. (Diretrizes EJA. P.20).

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda. Paulo Freire.

6 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NORTEADORES DA

PRÁTICA EDUCATIVA

De acordo com a Diretrizes Operacionais da EJA, ao considerar os sujeitos da EJA:

Como aprendizes ao longo de sua existência, são reconhecidas a incompletude do ser humano e as possibilidades de construção do conhecimento de forma contínua e permeada por outros saberes. A compreensão dos tempos dos sujeitos é fator primordial para a organização da modalidade, tanto na dimensão pedagógica quanto na operacional. Dessa maneira, os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos se desafiam na volta à escola, apesar da sua condição social, econômica, de trabalho, saúde, familiar, afetiva e de exclusão. São sujeitos que têm o trabalho como prioridade para a organização dos demais tempos da vida e que, ao retomarem o processo de escolarização, assumem o compromisso do presente para a construção do futuro. Sendo assim, pensar a aprendizagem a partir do tempo é considerar e respeitar que cada pessoa tem um ritmo para aprender. Logo, é necessário flexibilizar os processos escolares a partir da compreensão das condições de aprendizagem, participação, frequência e avaliação deste trabalhador--estudante. Essa flexibilidade não pode ser tomada como aligeiramento da formação, mas como adequação em relação às exigências socioeducativas dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos” (14)

6.1 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS – PRINCÍPIOS

EPISTEMOLÓGICOS

- Intersetorialização;
- Transversalidade;
- Diálogo Escola e Comunidade;
- Territorialidade;
- Trabalho em Rede;
- Diálogo escola Comunidade.

Promover as aprendizagens dos estudantes é o principal objetivo da escola, que precisa organizar-se em torno desse propósito, diversificando seus tempos, potencializando o uso dos espaços disponíveis para atender às necessidades formativas dos estudantes. Na Educação de Jovens e Adultos - EJA e na Educação Profissional Tecnológica - EPT na modalidade a distância – EaD, o estudante apresenta um perfil heterogêneo, com expectativas de continuidade dos estudos na educação superior ou de inserção ou reinserção no mundo do trabalho.

O espaço escolar precisa ser compreendido para além “de um continente planejado a partir de pressupostos exclusivamente formais, no qual se situam os atores que intervêm no processo de ensino-aprendizagem para executar um repertório de ações” (ESCOLANO, 2001, p. 26).

A escola virtual, no caso a plataforma do CEJAEP – cejaep.se.df.gov.br deve garantir e assegurar uma “navegação” simples. A plataforma deve garantir a usabilidade para que o estudante tenha o menor desgaste cognitivo. Ressaltamos a identidade visual do CEJAEP, todas as salas virtuais têm os mesmos recursos e os estudante novatos têm a matrícula assegurada no módulo da Ambientação – Aprendendo a Estudar a Distância.

6.1.1 Unicidade entre a Teoria e a Prática

Na prática pedagógica criadora, crítica, reflexiva, teoria e prática juntas ganham novos significados. Ao reconhecer a unidade indissociável entre teoria e prática, é importante, também, considerar que, quando são tratadas isoladamente, assumem caráter absoluto, tratando-se na verdade de uma fragilidade no seio de uma unidade indissociável. Vázquez (1977) afirma que, ao falar de unidade entre teoria e prática, é preciso considerar a autonomia e a dependência de uma em relação à outra; entretanto, essa posição da prática em relação à teoria não dissolve a teoria na prática nem a prática na teoria, tendo em vista que a teoria, com sua autonomia relativa é indispensável à constituição da práxis e assume como instrumento teórico uma função prática, pois “é a sua capacidade de modelar idealmente um processo futuro que lhe permite ser um instrumento – às vezes decisivo – na práxis produtiva ou social” Vázquez (1977).

Nessa perspectiva de práxis, o conhecimento é integrado, há uma visão articulada de áreas de conhecimento/componentes curriculares, de saberes e de ciências; as metodologias são mais dinâmicas, mutáveis e articuladas aos conhecimentos. A avaliação das aprendizagens adquire sentido emancipatório quando passa a considerar o conhecimento em sua totalidade e em permanente construção. Para garantir a unicidade da teoria-prática no currículo e sua efetividade na sala de aula, devemos privilegiar estratégias de integração que promovam reflexão crítica, análise, síntese e aplicação de conceitos voltados para a construção do

conhecimento, permeados por incentivos constantes ao raciocínio, problematização, questionamento, dúvida.

O ensino que articula teoria e prática requer de professor e estudantes a tomada de consciência, revisão de concepções, definição de objetivos, reflexão sobre as ações desenvolvidas, estudo e análise da realidade para a qual se pensam as atividades. Do professor, especificamente, exige a abertura para o diálogo e a disposição para repensar cotidianamente a organização da aula (SILVA, 2011), com a clareza do Para que ensinar? O que ensinar? Como ensinar? O que e como avaliar? São os elementos articuladores entre as áreas de conhecimentos/ componentes curriculares e atividades educativas que favorecem a aproximação dos estudantes aos objetos de estudo, permitindo-lhes desvelar a realidade e atuar crítica e conscientemente, com vistas à apropriação/ produção de conhecimentos que fundamentam e operacionalizam o currículo, possibilitando encontrar respostas coletivas para problemas existentes no contexto social.

(CURRÍCULO EM MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PRESSUPOSTOS TEÓRICOS)

Nesse contexto, surgiu o seguinte questionamento: como os professores compreendem e desenvolvem a relação teoria e prática em seu trabalho? De acordo com a LDB nº **9.394/96**, no Artigo 61 é assegurado o processo de formação tanto quanto o processo de formação inicial, como também a continuidade e aperfeiçoamento do saber. BRASIL, 1996)

Desta forma, o CEJAEP incentiva a formação continuada dos servidores, seja por meio das formações na Coordenações Pedagógicas, seja como cursista na EAPE, e o CEJAEP atuou como Polo de formação da pós graduação em Docência em Educação Profissional e Tecnológica – uma parceria entre a Secretaria de Educação do Distrito Federal e o Instituto Federal do Espírito Santo – IFES.

Parafraseando Freire (FREIRE, 1987, p. 11), a formação “permanente autêntica” é aquela que “que se funda na experiência de viver a tensão dialética entre teoria e prática”.

Pensar a prática enquanto a melhor maneira de aperfeiçoar a prática. Pensar a prática através de que se vai reconhecendo a teoria nela embutida”.

6.1.2 Interdisciplinaridade e Contextualização

A interdisciplinaridade e a contextualização são nucleares para a efetivação de um currículo integrado. A interdisciplinaridade favorece a abordagem de um mesmo tema em diferentes disciplinas/componentes curriculares e, a partir da compreensão das partes que ligam as diferentes áreas do conhecimento/componentes curriculares, ultrapassa a fragmentação do conhecimento e do pensamento. A contextualização dá sentido social e político a conceitos próprios dos conhecimentos e procedimentos didático pedagógicos, propiciando relação entre dimensões do processo didático (ensinar, aprender, pesquisar e avaliar). O professor que integra e contextualiza os conhecimentos de forma contínua e sistemática contribui para o desenvolvimento de habilidades, atitudes, conceitos, ações importantes para o estudante em contato real com os espaços sociais, profissionais e acadêmicos em que irá intervir.

A organização do processo de ensino-aprendizagem em uma situação próxima daquela na qual o conhecimento será utilizado, facilita a compreensão e favorece as aprendizagens dos estudantes. Destacamos que a determinação de uma temática, interdisciplinar ou integradora, deverá ser resultante de uma discussão de base curricular, visto que são os conhecimentos científicos pautados nesse Currículo que irão indicar uma temática. Essa ação rompe com a lógica de determinação de temas sem uma reflexão sobre os conhecimentos em diferentes

áreas e com as tentativas frustradas de forçar uma integração que não existe, dificultando a implementação de atividades interdisciplinares na escola. A interdisciplinaridade pode acontecer em duas dimensões: no próprio componente curricular (intra) e entre componentes curriculares (inter). No próprio componente curricular, quando são utilizados outros tipos de conhecimentos (artes, literatura, corpo e movimento, relações interpessoais, entre outras) que irão auxiliar ou favorecer a discussão específica do conhecimento do componente curricular. Já entre os componentes curriculares, busca-se a integração existente entre os diferentes conhecimentos.

O princípio da interdisciplinaridade estimula o diálogo entre conhecimentos científicos, pedagógicos e experienciais, criando possibilidades de relações entre diferentes conhecimentos e áreas. Santomé (1998) afirma que “[...] interdisciplinaridade é fundamentalmente um processo e uma filosofia de trabalho que entram em ação na hora de enfrentar os problemas e questões que preocupam em cada sociedade”. Para garantir que a interdisciplinaridade se efetive em sala de aula, necessário se faz que os professores dialoguem, rompendo com a solidão profissional característica das relações sociais e profissionais na modernidade. Nas escolas públicas do DF, o diálogo necessário para que assumamos concepções e práticas interdisciplinares tem local para acontecer: as coordenações pedagógicas, espaços-tempos privilegiados de formação continuada, planejamento, discussão do currículo e organização do trabalho pedagógico que contemplem a interdisciplinaridade como princípio presente em qualquer intervenção interdisciplinar, quais sejam:

- Definição de um problema, tópico, questão;
- Determinação dos conhecimentos necessários, inclusive as áreas/disciplinas a serem consideradas;
- Desenvolvimento de um marco integrador e questões a serem pesquisadas;
- Especificação de estudos ou pesquisas concretas que devem ser desenvolvidos;
- Articulação de todos os conhecimentos existentes e busca de novas informações para complementar;
- Resolução de conflitos entre as diferentes áreas/disciplinas implicadas no processo, procurando trabalhar em equipe;
- Construção de vínculos comunicacionais por meio de estratégias integradoras, como: encontros, grupos de discussão, intercâmbios, etc;
- Discussão sobre as contribuições, identificando sua relevância para o estudo;
- Integração dos dados e informações obtidos individualmente para imprimir coerência e relevância;
- Ratificação ou não da solução ou resposta oferecida ao problema levantado inicialmente;
- Decisão sobre os caminhos a serem tomados na realização das atividades pedagógicas e sobre o trabalho em grupo.

(CURRÍCULO EM MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PRESSUPOSTOS

6.1.3 Flexibilização

Em relação à seleção e organização dos conteúdos, este Currículo define uma base comum, mas garante certa flexibilidade para que as escolas, considerando seus projetos político-pedagógicos e as especificidades locais e regionais, enriqueçam o trabalho com outros conhecimentos igualmente relevantes para a formação intelectual dos estudantes.

A flexibilidade curricular dá abertura para a atualização e a diversificação de formas de produção dos conhecimentos e para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes, para atender às novas demandas de uma sociedade em mudança que requer a formação de cidadãos críticos e criativos. Amplia, portanto, a possibilidade de reduzir a rigidez curricular ao favorecer o diálogo entre os diferentes conhecimentos, de forma aberta, flexível e coletiva, numa tentativa de romper as amarras impostas pela organização das grades curriculares repletas de pré-requisitos. A flexibilidade do currículo é viabilizada pelas práticas pedagógicas dos professores, articuladas ao projeto político pedagógico da escola. Ao considerar os conhecimentos prévios dos estudantes, o professor torna possível a construção de novos saberes, ressignificando os saberes científicos e os do senso comum. Nessa visão, os conhecimentos do senso comum são transformados com base na ciência, com vistas a “[...] um senso comum esclarecido e uma ciência prudente [...], uma configuração do saber” (SANTOS, 1989, p. 41), que conduz à emancipação e à criatividade individual e social.

Ao promover a articulação entre os conhecimentos científicos e os saberes dos estudantes, o professor contribui para que partam de uma visão sincrética, caótica e pouco elaborada do conhecimento, reelaborando-a numa síntese qualitativamente superior (SAVIANI, 2008). Nessa perspectiva, abrimos espaço para experiências, saberes, práticas dos sujeitos comuns que protagonizam e compartilham com professores saberes e experiências construídas em espaços sociais diversos. (CURRÍCULO EM MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PRESSUPOSTOS TEÓRICOS P. 69).

6.1.4 Diálogo Escola Comunidade

As escolas que avançaram na qualidade da educação pública foram as que avançaram no diálogo com a comunidade (BRASIL, 2008).

Assim, o projeto pedagógico implica pensar na escola como um polo de indução de intensas trocas culturais e de afirmação de identidades sociais dos diferentes grupos presentes, com abertura para receber e incorporar saberes próprios da comunidade, resgatando tradições e culturas populares. O CEJAEP EaD procura permanentemente o diálogo com a comunidade, a qual se faz presente nos momentos de festividades como formatura. Mas, ressaltamos que o espaço escolar se traduz na virtualidade, onde de fato as interações acontecem. Agora com o espaço próprio, a UE terá condições de promover interações com a comunidade.

As interações na plataforma do CEJAEP EaD acontecem entre vários sujeitos no processo de ensino aprendizagem:

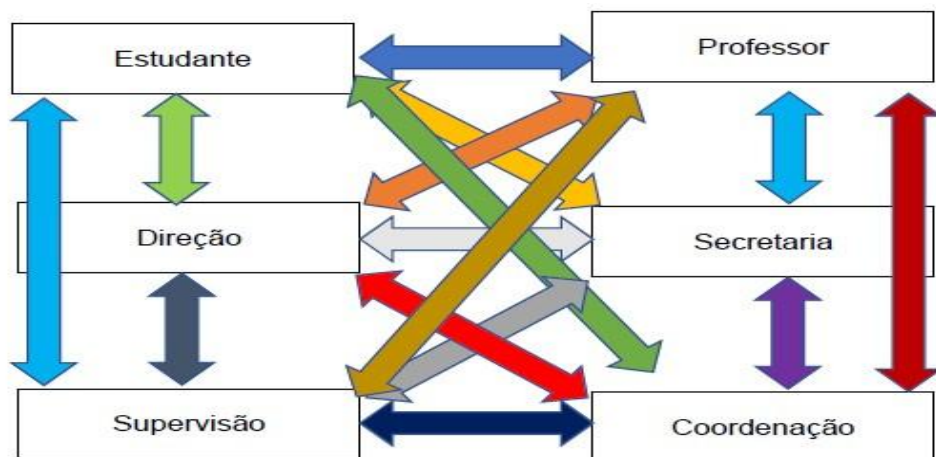


Figura 26—Interações na plataforma – Fonte: CEAJEP EaD

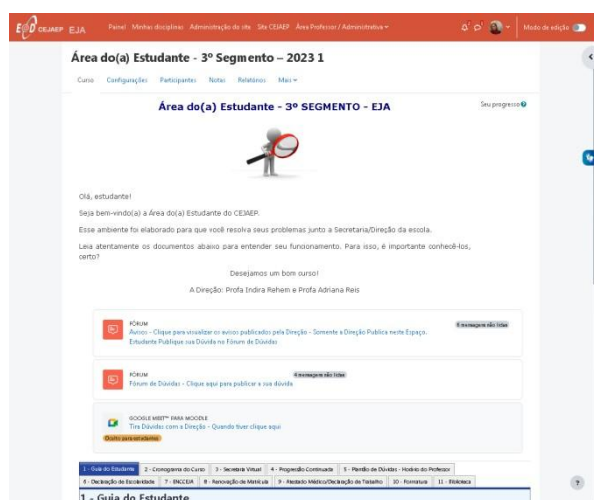


Figura 27–Área do Estudante - Educação Profissional

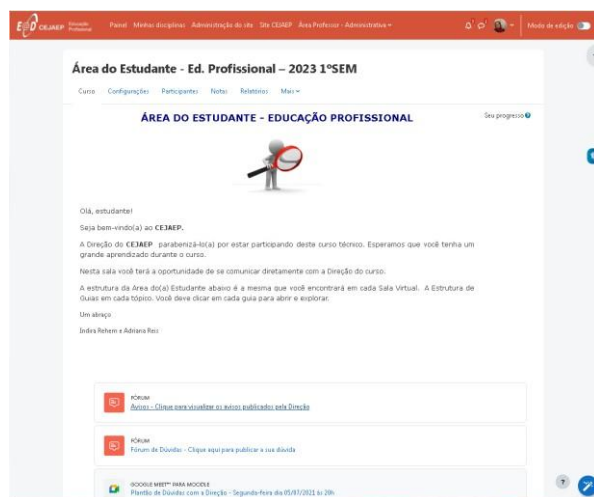


Figura 28- Organização da Educação Profissional

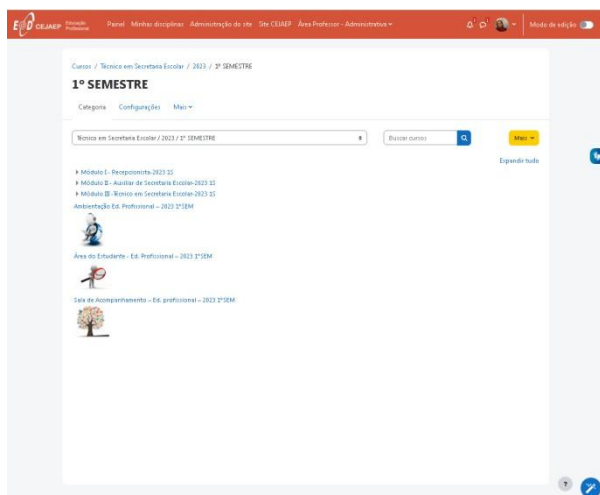


Figura 29 -

No espaço físico contamos com o apoio de todos os colaboradores para manter, organizar, conservar e tornar o ambiente adequado às atividades laborais.

6.1.5 Territorialidade

Significa romper com os muros escolares, entendendo a cidade como um rico laboratório de aprendizagem. Afinal, a educação não se restringe ao ambiente escolar e pode ser realizada em espaços da comunidade como igrejas, salões de festa, centros e quadras.

No rompimento dos muros escolares podemos citar a Unidade Remota de Atendimento do CEJAEP EaD, conveniada com a SEEDF. A Cristolândia – uma instituição terapêutica para recuperação de dependentes químicos. Os reabilitandos estudam regularmente no CEJAEP tanto na EJA quanto no curso técnico de nível ensino médio Secretaria Escolar na modalidade EaD.



Figura 30–Depoimento de Estudante do CEJAEP EaD - Cristolândia. Fonte: Acervo CEJAEP EaD.

Além da Cristolândia atendemos os servidores terceirizados do STJ, para que possam concluir a educação básica e ao CERAPE que também é uma instituição terapêutica para recuperação de dependentes químicos.

6.1.6 Trabalho em Rede

Todos devem trabalhar em conjunto, trocando experiências e informações, com o objetivo de criar oportunidades de aprendizagem para todas as crianças, adolescentes e jovens. O estudante não é só do professor ou da escola, mas da rede, existindo uma corresponsabilidade pela educação e pela formação do educando. Nessa ambiência favorável ao diálogo, o professor não está sozinho, faz parte da equipe da escola e da rede de ensino. Pensar e desenvolver um projeto de educação integral para o Distrito Federal pressupõe reconhecer as fragilidades de um modelo de educação que tem dificultado o acesso ao conhecimento em todas suas formas de manifestação e contribuído para aprofundar o fosso social entre os estudantes da escola pública. Parafraseando Boaventura de Sousa Santos, este é o momento de despedida desse modelo com algumas resistências e medos, de lugares conceituais, teóricos e epistemológicos, porém não mais convincentes e adequados ao tempo presente, “[...] uma despedida em busca de uma vida melhor a caminho de outras paragens onde o otimismo seja mais fundado e a racionalidade mais plural e onde finalmente o conhecimento volte a ser uma aventura encantada” (SANTOS, 2003, p. 58).

6.2 FUNDAMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Na visão de Moran (2000, p. 29), “ensinar e aprender exige hoje muito mais flexibilidade espaço-temporal, pessoal e de grupo, menos conteúdos fixos e processos mais abertos de pesquisa e de comunicação”. O papel do professor é auxiliar o estudante a construir suas aprendizagens, selecionar, interpretar, relacionar e contextualizar dados, imagens e textos acessados por meio das tecnologias digitais disponíveis. Esse PPP segue os fundamentos norteadores da prática educativa humanista estabelecidos pela SEEDF.

A adoção ampla e universal da educação a distância demonstra que já não há dúvidas de que a educação mediada por meio das TDIC tornou-se legítima e consolidada no cenário educacional. Sua efetividade depende, em grande parte, da formação de seu corpo docente, de seus materiais instrucionais, das formas de interação e da aplicação de estratégias metodológicas eficientes.

Esse projeto, norteado pela perspectiva humanista contemporânea, fundamentase em uma visão de ser humano autônomo e capaz de fazer suas escolhas, julgamentos e valorações, determinando suas necessidades em termos de educação e qualificação.

A Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky (1996) percebe o ser humano e sua humanidade como produtos da história criada pelos próprios seres humanos. No processo de desenvolvimento da cultura, o ser humano formou sua esfera motriz – o conjunto dos gestos adequados ao uso dos objetos e dos instrumentos – e, com essa esfera, criou também as funções intelectuais envolvidas nesse processo. Ao produzir a cultura humana – os objetos, os instrumentos, a ciência, os valores, os hábitos e os costumes, a lógica, as linguagens - surgiu a humanidade, ou seja, o conjunto de características e qualidades humanas expressas pelas habilidades, capacidades e aptidões formadas ao longo da história por meio da própria atividade humana.

Dessa forma, baseando-se na Teoria Histórico-Cultural e com apoio em Reis (2011), infere-se que, na pessoa dos estudantes, podem-se identificar sujeitos com as seguintes características:

conhecimentos e experiências (empíricas) do saber feito, com trajetórias constituídas no exercício de suas práticas/relações sociais, com experiências acumuladas que os tornam partícipes de seu próprio aprendizado. Esses saberes já constituídos se tornam currículos importantes na medida em que falam de seus lugares e atravessam

todos os processos construtivos das aprendizagens significativas (REIS, 2011 citado por DISTRITO FEDERAL, 2014a, p.11).

Essas pessoas, sujeitos de saberes constituídos nas experiências vividas, encontram-se à margem do acesso aos bens culturais, sociais, econômicos e de direitos. Pelos mais variados motivos, o retorno à escola constitui uma possibilidade de construção do conhecimento formal com vistas à elevação da escolaridade, possibilidade de ascensão social e econômica ou à retomada de sonhos e projetos pessoais e coletivos interrompidos no passado.

No Distrito Federal tem-se uma política educacional voltada para o direito de aprendizagem de todos os sujeitos e, nesse sentido, o Currículo em Movimento da Educação de Jovens e Adultos (2014a, p.10) da SEEDF estabelece que a EJA deve preocupar-se com a apropriação de novos saberes e trocas de experiências, possibilitando aprendizagens contínuas, portanto:

(...) as aprendizagens na EJA são as estratégias metodológicas que devem atentar-se ao campo/espço de atuação/presença da modalidade, sob pena de tratar de forma igual sujeitos em condições diferentes de aprendizagens. Por isso é necessário observar que a modalidade requer ainda a atenção às adequações curriculares necessárias com vistas a atender as especificidades da EJA, suas realidades, seus sujeitos, seus espaços e seus desafios, ou seja, a EJA nos espaços de privação de liberdade, na inclusão de pessoas com deficiência, na formação profissional, no campo e na educação a distância (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p.10).

Compreende-se que a prática educativa deve estar centrada no estudante, considerando suas experiências de vida e seus conhecimentos prévios. Nessa perspectiva, prioriza-se o trabalho dialógico e orientador, apresentando ao sujeito desafios que o levem à reflexão e à busca, dentro de suas possibilidades de superação, respostas às diferentes situações a serem enfrentadas no seu dia a dia.

As instituições educacionais têm sido profundamente transformadas pelo uso intensivo de TDIC e, portanto, destaca-se a necessidade de redimensionar a educação tradicional oferecida nas escolas, seja ela ofertada de forma presencial ou a distância. Busca-se então um fazer educativo baseado na conscientização do estudante responsável e comprometido com o desenvolvimento da sociedade, agindo de forma ética, respeitosa e autônoma. Além disso, entende-se a importância do fazer coletivo nos processos de ensino e aprendizagem, com interações constantes entre professores e estudantes e entre eles e seus pares.

Para Farias (2004, p.65):

Os cursos sociointeracionistas são assim chamados porque suas atividades de aprendizado envolvem, tanto atividades individuais quanto trabalhos em grupo. Além dos elementos componentes de um curso comportamentalista, há a criação de grupos virtuais de estudo, que realizam trabalhos em conjunto e colaboram para a suplementação do conteúdo abordado, de modo a propiciar a construção do conhecimento, o aprimoramento da inteligência coletiva. Os resultados do trabalho e/ou a experiência de um aluno, os debates entre diferentes alunos ou grupos, a discussão com o tutor sobre o tema, acabam colaborando para o enriquecimento do curso como um todo.

Nessa perspectiva, deve-se incentivar a interação entre estudantes em espaços virtuais de aprendizagem, preconizando o respeito à diversidade em todos os seus aspectos e valorizando a participação coletiva, atitude fundamental para a interação e a construção do conhecimento.

Ampliar a oferta de ensino na modalidade a distância é ação ética e oportuniza ao estudante a inserção na sociedade do conhecimento, pois, em tese, amplia, para além da perspectiva curricular mínima, as competências a serem por ele construídas.

Nesse sentido, a prática educativa desse projeto fundamenta-se em princípios histórico-culturais e sociointeracionistas, em consonância com as diretrizes pedagógicas da instituição e com a Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012 cujo teor refere-se à Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal, com destaque aos seguintes princípios:

- I. participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e na eleição de diretor e vice-diretor da instituição educacional;
- II. respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e aos direitos humanos em todas as instâncias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- III. autonomia das unidades escolares, nos termos da legislação, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão financeira;
- IV. transparência da gestão da Rede Pública de Ensino, em todos os seus níveis, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros;
- V. garantia de qualidade social, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho;
- VI. democratização das relações pedagógicas e de trabalho e criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado e à construção do conhecimento;
- VII. valorização do profissional da educação.

7 METAS DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

As metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) evidenciam o compromisso da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) na implementação de políticas públicas voltadas à ampliação da oferta educacional, ao acesso equitativo e à permanência dos estudantes.

A Instituição Educacional CEJAEP, por ser uma escola na modalidade a distância, enfrenta como principal desafio a permanência dos estudantes. De acordo com os censos da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), a taxa de evasão na EaD atinge cerca de 40% nos cursos superiores e pode chegar a 50% nos cursos técnicos.

Segundo Aretio (2002), há dois modelos de evasão na EaD:

- Abandono sem iniciar – O estudante realiza a matrícula, mas não registra participação em nenhuma disciplina ou atividade.

- Abandono real – O aluno inicia as atividades, mas em algum momento do curso deixa de concluir ou participar das interações propostas.

Muitos estudantes optam pela Educação a Distância em busca de flexibilidade e para superar dificuldades vivenciadas no ensino presencial. No entanto, acabam enfrentando novas barreiras que reforçam experiências negativas de aprendizagem. Conforme Peters (2004), a EaD exige autonomia dos alunos, que se tornam os principais agentes do processo de aprendizado. Entretanto, muitos não estão preparados para essa mudança, o que contribui para um alto índice de evasão. Essa transição exige a quebra de paradigmas, abandonando modelos tradicionais e adotando um novo formato de ensino, onde não há padrões rígidos e o estudante assume um papel central na construção do próprio aprendizado.

Diante desse cenário, o CEJAEP estabelece como meta principal a redução da evasão para 40% nos cursos da EJA e da EPT. Para alcançar esse objetivo, é essencial o comprometimento de todos os envolvidos, incluindo professores mediadores, equipe gestora e servidores administrativos. Além disso, algumas ações estratégicas são fundamentais:

- Qualidade do material didático, garantindo conteúdos acessíveis e bem estruturados.
- Interações eficazes na plataforma, com respostas aos estudantes em até 48 horas.
- Feedback construtivo, incentivando o desenvolvimento da autonomia e destacando pontos a serem aprimorados.

Ao fortalecer esses aspectos, a escola busca criar um ambiente mais acolhedor e dinâmico, promovendo maior engajamento dos alunos e aumentando a taxa de conclusão dos cursos

8 OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

8.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília é promover, por meio da EaD, a escolarização e profissionalização de jovens, adultos e idosos. A operacionalização deste objetivo geral apoia-se nos seguintes objetivos específicos:

8.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Orientar a construção do conhecimento do estudante, respeitando seus conhecimentos prévios, interesses cotidianos, ritmo de estudo e necessidade educacionais especiais.
- Promover a interrelação dos estudantes por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem e em momentos presenciais.
- Possibilitar a inclusão digital da comunidade, por meio do acesso às tecnologias da informação e comunicação.

- Incentivar a utilização dos recursos disponíveis na internet de forma crítica e segura, visando a ampliação do conhecimento e a autonomia do educando.
- Desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
- Possibilitar a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.
- Desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.
- Fortalecer os vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.
- Consolidar no ensino médio o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.
- Buscar a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.
- Desenvolver o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
- Possibilitar a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.
- Consolidar, na Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, a garantia do educando o direito ao permanente desenvolvimento de aptidões
- Proporcionar oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características dos estudantes, seus interesses, condições de vida e de trabalho;
- Fortalecer a EJA EaD e a Educação Profissional EaD na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- Promover a autonomia intelectual dos estudantes;
- Atender aos preceitos de uma educação inclusiva;
- Promover a cultura, a liberdade e a diversidade.

Os valores da escola são: Profissionalismo, responsabilidade, comprometimento, competência, participação, cooperação, dedicação, cumprimento dos deveres, respeito às diferenças e inclusão, ética, honestidade, cordialidade, justiça, diálogo intercultural, tolerância, humanismo, organização e disciplina.

9 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

O Currículo em Movimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA, preconiza que há três eixos que se relacionam entre si e que dialogam com os sujeitos da EJA: cultura, trabalho e tecnologia. Esses eixos permeiam todo o processo de construção do conhecimento proposto para a modalidade. (Currículo em Movimento da EJA. p.24).

A organização curricular é a forma como a escola procura abordar as diferentes perspectivas didáticas a fim de alcançar as metas e objetivos propostos para a realização do trabalho pedagógico de qualidade. No CEJAEP EaD tal organização é expressa por meio da matriz curricular dos cursos oferecidos, na forma de disciplinas distribuídas em módulos (EJA) e semestres (EPT), além de programas, projetos e outras configurações de aprendizagens, que contribuem para ampliação dos conhecimentos.

Considerando a diversidade que constitui os sujeitos da EJA, o currículo para esta modalidade de ensino busca atender às necessidades do estudante, percebendo as especificidades que surgem das trajetórias e vivências expressas na sua trajetória pessoal:

Dessa maneira, o percurso do estudante deve possibilitar a organização pessoal para o processo de aprendizagem e a apropriação dos saberes, de modo que respeite os ritmos pessoais e coletivos, considerando a distribuição do tempo do estudante da classe trabalhadora entre escola, trabalho e família”. (Currículo em Movimento da EJA. p.24).

Cabe, portanto, ressaltar que o currículo da EJA respeita o ritmo de aprendizagem, considerando a trajetória pessoal do estudante, visando a ressignificação dos saberes. Tal processo ocorre na medida em que diferentes mecanismos de produção de conhecimento são utilizados a fim de agregar novos saberes àqueles já consolidados. Para os sujeitos da EJA “não existe o tempo perdido, existe o tempo vivido com outras aprendizagens (que não escolares, no nosso caso). No espaço-tempo da memória, nossas vivências e aprendizagens não estão “perdidas”, elas estão a depender da idade, mais amadurecidas e enriquecidas.” (Currículo em Movimento da EJA. p. 24)

A estrutura curricular adotada está baseada na flexibilidade como princípio para as aprendizagens, o que permite a construção de propostas pedagógicas mais adequadas às realidades dos estudantes tanto da EJA quanto da EPT.

O desafio da organização curricular no CEJAEP EaD é construir o diálogo com o mundo do trabalho, promovendo uma formação conectada à realidade social em relação às demandas profissionais. Entende-se que não se pode reduzir tal propósito “ao preparo do trabalhador para o mercado, seu ofício como mercadoria, mas compreender que o trabalho, como forma de produção da vida, é a ação pela qual o homem transforma a natureza e a si mesmo”.

Para tal objetivo, os planos de cursos da EPT são construídos a partir da realidade profissional do Distrito Federal, tendo como referência ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (Ministério da Educação), além das possibilidades de organização pautadas nos princípios que regem a educação básica no DF. Tal princípio está presente também na proposta metodológica da EJA, na qual os conteúdos ministrados estão relacionados à EPT.

A partir do ano de 2023, um novo desafio se apresenta para a modalidade da EJA EaD no CEJAEP. Trata-se da implementação do currículo para o Novo Ensino Médio no Brasil. Essa nova estrutura do Ensino Médio, prevê a oferta dos itinerários formativos, seja para o aprofundamento acadêmico em uma ou mais áreas do conhecimento, seja para a formação técnica e profissional.

No Novo Ensino Médio a formação técnica e profissional passa a fazer parte do Ensino Médio regular. Isso quer dizer que mesmo estudantes que não escolherem estudar em uma escola técnica no início da etapa podem escolher compor parte ou toda a sua carga horária destinada aos itinerários com cursos técnicos ou Qualificação Profissional, a partir da disponibilidade de oferta em seu território.

O currículo no CEJAEP EaD é pensado a fim de contemplar a oferta atual e que compõe estrutura escolar, a oferta da EJA EaD para o 2º Segmento e 3º Segmento e EPT de Nível Médio na modalidade EaD.

9.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O currículo da EJA EaD é organizado em consonância com o currículo vigente da Educação de Jovens e Adultos das Escolas Públicas do Distrito Federal da SEEDF, cuja estrutura contempla a Base Nacional Comum e parte diversificada/projetos. Conforme preconizam as Diretrizes Operacionais da EJA para o Distrito Federal (2021), a organização Pedagógica e Curricular busca pautar-se nos princípios da transversalidade, a fim de que o conhecimento possa ser produzido numa perspectiva de integração com as várias áreas do conhecimento, em especial com a educação profissional.

A oferta da Educação de Jovens e Adultos para 2º e 3º Segmentos do CEJAEP EaD é organizada em regime modular composto por 10 (dez) semanas letivas. Na organização pedagógica modular do CEJAEP EaD todos os cursos iniciam na mesma data, assim como tem o encerramento em data comum, independentes da carga horária do componente curricular. Há, ainda a definição de períodos comuns para aplicação dos exames presenciais obrigatórios, incluindo a recuperação conforme calendário previamente aprovado segundo legislação vigente.

9.1.1 Educação de Jovens e Adultos - 2º Segmento (Ensino Fundamental),

Educação a Distância

A EJA EaD 2º é regida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos, estabelecidas pela Resolução CNE/CEB Nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que no Artigo 15 propõe a organização dos componentes curriculares obrigatórios dos anos finais em áreas do conhecimento. Os componentes curriculares oferecidos em todas as etapas desse segmento são: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Estrangeira Moderna (Inglês), Matemática, Ciências, Geografia, História e Projetos.

A carga horária total das quatro etapas semestrais que constituem o Segundo Segmento é de 1600 horas. Cada etapa do Segundo Segmento corresponde a um ano/série do Ensino Fundamental, possui 400 horas, organizados da seguinte maneira:

- 5ª etapa da EJA (equivalente ao 6º ano do Ensino Fundamental)
- 6ª etapa da EJA (equivalente ao 7º ano do Ensino Fundamental)
- 7ª etapa da EJA (equivalente ao 8º ano do Ensino Fundamental)
- 8ª etapa da EJA (equivalente ao 9º ano do Ensino Fundamental)

Para matricular-se no Segundo Segmento da EJA, o estudante precisa ter no mínimo 15 anos de idade, ser alfabetizado e ter nível de conhecimento compatível com os requisitos desse segmento. (Currículo em Movimento.p.74)

9.1.2 Educação de Jovens e Adultos - 3º Segmento (Ensino Médio), Educação a Distância

A EJA EaD 3º Segmento está organizada por componente curricular, distribuídos em três etapas, que correspondem à 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio, com carga horária mínima total de 1.200 (mil e duzentas) horas, respeitando o ritmo próprio do estudante, que também poderá optar pela formação na modalidade de educação profissional técnica de nível médio. O 3º Segmento da EJA está organizado em etapas em componentes curriculares divididos entre as quatro áreas de conhecimento básico, mais a parte do itinerário formativo, composto por Projetos/programa/educação profissional, com carga horária de 80h por etapa.

cada etapa do Terceiro Segmento corresponde a um ano/ série do Ensino Médio, organizadas da seguinte maneira:

- 1ª etapa da EJA (equivalente ao 1º ano do Ensino Médio);
- 2ª etapa da EJA (equivalente ao 2º ano do Ensino Médio); e
- 3ª etapa da EJA (equivalente ao 3º ano do Ensino Médio).

9.1.3 Acesso à Educação de Jovens e Adultos

A SEEDF, assegura o direito de todos à educação ao longo da vida ofertando a matrícula na EJA com chamadas públicas ao longo do ano. O CEJAEP EaD que oferta a EJA modular de 50 (cinquenta) dias letivos disponibiliza 4 (quatro) entradas ao longo do período letivo, visto que a modalidade exige uma ambientação à plataforma de ensino aprendizagem. A IE além dos períodos de matrícula para o ingresso a cada período modular, disponibiliza matrícula a qualquer tempo, condicionada a disponibilidade de vagas.

Para o ingresso na EJA EaD a idade mínima será a mesma estabelecida para a EJA presencial: 15 (quinze) anos completos e 18 (dezoito) anos completos para o Ensino Médio, conforme preconiza a Resolução nº 03, do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Básica (CEB), de 15/6/2010

A organização curricular da EJA prevê ainda no desenvolvimento dos diversos componentes curriculares, temas transversais de relevância social, respeitados os interesses do estudante, da família e da comunidade, observada a inclusão dos conteúdos e temas obrigatórios para o ensino fundamental e médio determinados pela legislação vigente, conforme abaixo relacionado:

9.2 TEMAS TRANSVERSAIS

9.2.1 Educação para a Diversidade

O eixo transversal Educação para a Diversidade tem como objetivo a implantação e implementação de ações pedagógicas de prevenção às violências e promoção à saúde ampla, por meio do respeito à diversidade e da promoção de uma cultura de paz com vistas à melhoria da qualidade da vida social e psíquica não só da comunidade escolar como ampliar toda essa discussão e prática para as vivências sociais fora dos muros da escola, Nesse sentido, são criados debates virtuais a partir de filmes, textos e das próprias vivências dos estudantes sobre a temática propostas.

Os Direitos Humanos pertencem a todos os seres humanos, independente de etnia, raça, sexo, nacionalidade, idioma, orientação de gênero e sexual ou qualquer outra. Todos, sem exceção, têm direito à vida e à liberdade de opinião e expressão, direito ao trabalho e à educação, e muitos outros direitos. Nesse sentido, a escola desenvolve o eixo Cidadania e Educação em e para os direitos humanos através de ações que favorecem a debates destes direitos fundamentais de toda a sociedade. Educação para a sustentabilidade.

No 2º Segmento, que corresponde ao ensino fundamental devem ser abordados os temas como os símbolos nacionais, saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, direitos dos idosos, direitos humanos, educação ambiental, educação para o consumo, educação alimentar e nutricional, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, dentre outros.

No 3º Segmento, que corresponde ao ensino médio devem ser abordados os temas como: saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, processo de envelhecimento, direitos humanos, educação ambiental, educação para o consumo, educação alimentar e nutricional, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, dentre outros.

No desenvolvimento dos diversos componentes curriculares é observado, ainda, a inclusão dos seguintes conteúdos: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, em especial nas áreas de arte e de literatura e história brasileira; Música, como conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte; Direito e Cidadania; Direitos da mulher e questões de gênero; Direitos das Crianças e dos Adolescentes no currículo do 2º Segmento (ensino fundamental) e Educação Financeira, como conteúdo obrigatório do componente curricular Matemática nas três etapas do 3º Segmento (ensino médio).

Os projetos dos componentes curriculares de Educação a Distância são elaborados e revisados periodicamente com base nas normas vigentes, buscando atender à complexidade de conteúdos e habilidades propostas, sem perder de vista seus eixos integradores.

Nesse sentido, o desenvolvimento do currículo proposto visa propiciar ao estudante da modalidade a distância condições para a inserção no contexto social, para compreender as relações existentes entre os processos produtivos, o mundo do trabalho, os conflitos derivados da globalização da economia e dos avanços científico-tecnológicos.

Atendendo ao princípio da flexibilidade das Diretrizes Curriculares Nacionais para as diferentes etapas e modalidades da educação básica, zelando-se pela adequação e adaptação aos estudantes com necessidades educacionais específicas, os serviços e recursos educacionais especiais são elaborados em conjunto pelos docentes da IE, a Coordenação Pedagógica Local e a Intermediária com provisão e previsão de práticas coletivas, tendo em vista a educação inclusiva.

Apresentam-se a seguir as Matrizes Curriculares com as cargas horárias correspondentes.

Matriz Curricular do 2º Segmento da Educação de Jovens e Adultos Educação a Distância

ANEXO VI – Matriz Curricular da Educação de Jovens e Adultos
2º Segmento (Educação a Distância)

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL					
Unidade Escolar: xxx					
Nível: Educação Básica					
Etapa: Ensino Fundamental, 6º ao 9º ano – 2º Segmento					
Modalidade: Educação de Jovens e Adultos – Educação a Distância					
Regime: Modular					
PARTES DO CURRÍCULO ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA			
		5ª Etapa	6ª Etapa	7ª Etapa	8ª Etapa
Linguagens	Língua Portuguesa	64	64	64	64
	Arte	32	32	32	32
	Educação Física	16	16	16	16
	Língua Inglesa	16	16	16	16
Matemática	Matemática	64	64	64	64
Ciências da Natureza	Ciências da Natureza	64	64	64	64
Ciências Humanas	História	32	32	32	32
	Geografia	32	32	32	32
Projetos / Programas	Projetos / Programas	80	80	80	80
	Educação Profissional Integrada	X	X	X	X
TOTAL DA ETAPA (horas, sem a Educação Profissional)		400	400	400	400
TOTAL DA ETAPA (horas, com a Educação Profissional)		X	X	X	X
TOTAL DO SEGMENTO TOTAL DA ETAPA (horas, sem a Educação Profissional)		1.600			
TOTAL DA ETAPA (horas, com a Educação Profissional)		X			
OBSERVAÇÕES:					
1.A duração do módulo - aula é de 60 (sessenta) minutos.					
2.Cada etapa corresponde a um módulo, que equivale a 10 (dez) semanas letivas.					
3.No caso da oferta da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional por meio de cursos de qualificação profissional, a carga horária de Projetos/Programas será de, no mínimo, 160 (cento e sessenta) horas, que poderá ser desenvolvida em 1 (um) ou mais módulos.					

Matriz Curricular do 3º Segmento da Educação de Jovens e Adultos Educação a Distância

ANEXO VII – Matriz Curricular da Educação de Jovens e Adultos

3º Segmento (Educação a Distância)

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL				
Unidade Escolar: xxx				
Nível: Educação Básica				
Etapa: Ensino Médio – 3º segmento				
Modalidade: Educação de Jovens e Adultos – Educação a Distância				
Regime: Modular				
ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		
		1ª Etapa	2ª Etapa	3ª Etapa
Linguagens	Língua Portuguesa	64	64	64
	Arte	16	16	16
	Educação Física	16	16	16
	Língua Inglesa	16	16	16
Matemática	Matemática	48	48	48
Ciências da Natureza	Física	32	32	32
	Química	32	32	32
	Biologia	32	32	32
Ciências Humanas	História	16	16	16
	Geografia	16	16	16
	Filosofia	16	16	16
	Sociologia	16	16	16
Itinerário Formativo	Projetos/Programas/Educação Profissional	80	80	80
TOTAL DA ETAPA (horas, sem a Educação Profissional)		400	400	400
TOTAL DA ETAPA (horas, com a Educação Profissional)		X	X	X
TOTAL DO SEGMENTO (horas, sem a Educação Profissional)		1.200		
TOTAL DO SEGMENTO (horas, com a Educação Profissional)		X		
OBSERVAÇÕES:				
1. A duração do módulo-aula é de 60 (sessenta) minutos.				
2. Cada etapa corresponde a um módulo, que equivale a 10 (dez) semanas letivas.				
3. O Itinerário Formativo é composto por Projetos/Programas/Educação Profissional Integrada.				
4. No caso da oferta da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional por meio de cursos de qualificação profissional, a carga horária do curso será de, no mínimo, 160 (cento e sessenta) horas, que poderá ser desenvolvida em 1 (um) ou mais módulos.				

9.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A organização curricular da Educação Profissional técnica de nível médio fundamenta-se nas orientações dispostas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – MEC, bem como nas diretrizes dos órgãos e entidades competentes, sendo observada a coerência dos Planos de Curso com o Projeto Político Pedagógico.

Cabe à UE elaborar planos de cursos técnicos adequados às necessidades do mundo do trabalho, inseridas no contexto do pensamento social contemporâneo, assim como pode optar pela adesão a Planos de Cursos existentes no Banco de Planos de Cursos da SEEDF. Os critérios

quanto à idade mínima para os cursos da EPT são definidos nos planos de cursos aprovados pelo CEDF.

Atualmente, o CEJAEP oferta por meio de adesão ao Banco de Planos de Cursos, o Curso Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar na modalidade EaD. Para obter o título de Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar, o estudante deverá cursar e ter aprovação em todos os semestres previstos na respectiva matriz curricular da habilitação e ter concluído o Ensino Médio.

A Matriz Curricular do curso de Educação Profissional Tecnológica ofertada pelo CEJAEP EaD, pauta-se pela formação integral do estudante, de forma a promover condições de apropriação dos fundamentos sociais, científicos e tecnológicos necessários ao exercício profissional.

A Educação Profissional técnica de nível médio é desenvolvida nas seguintes formas:

I – Articulada com o 3º Segmento da EJA, podendo também o ser com o Ensino Médio Regular, sob duas formas:

- a) Integrada: oferecida simultaneamente, na mesma instituição educacional, com matrícula e certificação únicas;
- b) Concomitante: oferecida simultaneamente, contudo com dupla matrícula e dupla certificação, podendo ser realizado na mesma Instituição Educacional ou em unidades escolares distintas, mediante convênios de intercomplementaridade.

II - Subsequente à EJA ou ao Ensino Médio: oferecida somente a quem já tenha concluído o 3º Segmento da EJA ou o Ensino Médio.

As vagas para a Educação Profissional serão ofertadas conforme edital organizado pelos órgãos próprios da SEEDF.

Atualmente o CEJAEP oferta o Curso Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar na modalidade a distância e está inscrita no SISTEC.

Parágrafo único – A educação profissional técnica de nível médio deve observar:

- I. os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);
- II. as normas complementares do Sistema de Ensino do Distrito Federal;
- III. as exigências desta instituição educacional, definidas em sua Proposta Pedagógica;
- IV. a organização curricular por áreas profissionais, de acordo com os Eixos Tecnológicos e o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Os cursos de Educação Profissional terão organização curricular própria de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio e serão autorizados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, após deliberação do Conselho de Educação do Distrito Federal.

§ 2º - Será cumprida a carga horária presencial mínima de 20 % (vinte por cento) nos termos da legislação vigente.

O Regimento das Escolas Públicas do Distrito Federal, Artigo 69, determina que cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, quando ofertados na forma articulada concomitante ou subsequente, estruturados e organizados em etapas com terminalidade, devem oferecer saídas intermediárias que possibilitem a certificação de qualificação para o trabalho nestas etapas.

Nesse contexto, o Curso Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar Curso terá duas saídas intermediárias sendo que, ao término do semestre I o estudante será certificado como Recepcionista e ao término dos semestres I e II o estudante será certificado como Auxiliar de Secretaria Escolar.

Qualificação intermediária: Recepcionista: O primeiro semestre do curso com carga horária de 450 (quatrocentas) horas foi planejado com componentes curriculares que contemplam a formação profissional de Recepcionista. Para receber a certificação de Recepcionista o estudante deverá concluir com êxito todos os componentes curriculares do primeiro semestre e ser considerado APTO **Qualificação intermediária: Auxiliar de Secretaria Escolar:** Nessa etapa da formação o estudante deverá ter concluído o primeiro e o segundo semestres, com carga horária de 900 (novecentas horas). Para receber a certificação de Auxiliar em Secretaria Escolar deverá concluir com êxito todos os componentes curriculares dos dois semestres e ser considerado APTO.

Habilitação: Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar: Para concluir o Curso Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar o estudante deverá concluir o primeiro, o segundo e o terceiro semestres, com carga horária de 1350 (um mil, trezentas e cinquenta horas). Para receber a habilitação de Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar, deverá concluir com êxito todos os componentes curriculares dos três semestres e ser considerado APTO. Os cursistas da forma articulada concomitante deverão também ter concluído o Ensino Médio.

A matriz curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar está estruturada de forma a permitir que o estudante seja certificado ao término do curso e ao final de cada semestre, no âmbito do itinerário formativo, de acordo com as competências profissionais preconizadas para o curso e obedecerá à seguinte organização constante no Plano de Curso aprovado pelo CEDF.

As vagas para a Educação Profissional serão ofertadas conforme edital organizado pelos órgãos próprios da SEEDF.

9.4 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

As normas e diretrizes para a educação básica nos sistemas de ensino do Distrito Federal emanam da Resolução 02/2020, de 24 de dezembro de 2020, do egrégio Conselho de Educação do Distrito Federal.

O Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília oferece Educação Básica nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos – EJA, 2º e 3º Segmentos, correspondentes ao Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio, respectivamente, e Educação Profissional Tecnológica – EPT – Técnica de Nível Médio para toda a comunidade do Distrito Federal inserida nos critérios para matrícula nesta Instituição educacional (IE).

9.4.1 Organização Escolar: Semestres / Módulos

O CEJAEP é uma UE que oferta a EJA e a EPT na modalidade EaD.

Os cursos da EJA do CEJAEP EaD estão organizados pedagogicamente em **regime modular** com módulos compostos por (dez) semanas letivas. Na organização pedagógica modular do CEJAEP EaD os cursos se iniciam na mesma data, tem o encerramento em data comum, independente da carga horária do componente curricular, assim como a com a definição de períodos comuns para aplicação dos exames presenciais obrigatórios, incluindo a recuperação conforme calendário previamente aprovado segundo legislação vigente.

O 2º Segmento da EJA EaD está dividido em quatro etapas, 5ª a 8ª Etapa, que correspondem aos Anos Finais do Ensino Fundamental, 6º ao 9º Ano, com carga horária mínima semanal de 400 (quatrocentas) horas e total de 1.600 (mil e seiscentas) horas, respeitando o ritmo próprio do estudante.

O 3º Segmento da EJA EaD está dividido em três etapas, 1ª a 3ª Etapa, que correspondem à 1ª, 2ª e 3ª Séries do Ensino Médio, com carga horária mínima semanal de 400 (quatrocentas) horas e total de 1.200 (mil e duzentas) horas, respeitando o ritmo próprio do estudante, que também poderá optar pela formação na modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na modalidade EaD, está organizada em **semestres**, conforme os Planos de Cursos, sendo observado o cumprimento da carga horária mínima definida no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – MEC. Na organização pedagógica semestral do CEJAEP EaD os cursos iniciam-se na mesma data, tem o encerramento em data comum, independente da carga horária do componente curricular, assim como a com a definição de períodos comuns para aplicação dos exames presenciais obrigatórios, incluindo a recuperação conforme calendário previamente aprovado segundo legislação vigente.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio no CEJAEP EaD é desenvolvida nas seguintes formas:

I – Articulada com o 3º Segmento da EJA, podendo também o ser com o Ensino Médio Regular, sob duas formas:

b) Concomitante: oferecida simultaneamente, contudo com dupla matrícula e dupla certificação, podendo ser realizado na mesma Instituição Educacional ou em unidades escolares distintas, mediante convênios de intercomplementaridade.

II - Subsequente à EJA ou ao Ensino Médio: oferecida somente a quem já tenha concluído o 3º Segmento da EJA ou o Ensino Médio.

As vagas para a Educação Profissional serão ofertadas conforme edital organizado pelos órgãos próprios da SEEDF.

Atualmente o CEJAEP oferta o Curso Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar na modalidade a distância e está inscrita no SISTEC.

9.5 ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS E ESPAÇOS Segundo Paulo Freire,

a escola é feita de gente, de eu e de nós. Não se trata apenas de espaço físico, de salas de aula, de quadras, refeitórios ou sequer de seu conteúdo. A escola é um lugar de instrução e socialização, de expectativas e contradições, de chegadas e partidas, de encontros e

desencontros, ou seja, um ambiente onde as diversas dimensões humanas se revelam e são reveladas.
(Currículo em Movimento da Educação Básica – Pressupostos Teóricos, p. 10)

É sob este olhar que se deve, ou pelo menos se deveria, pensar nos tempos e espaços da escola.

Os sujeitos da EJA são jovens, adultos e idosos, em sua imensa maioria trabalhadores, de camadas populares, que não tiveram acesso à educação ou interromperam sua trajetória escolar por fatores que levaram à negação de seus direitos à educação na idade própria, dentre estes, primordialmente, a necessidade de trabalhar para o sustento familiar. Entretanto, são sujeitos que trazem consigo outros saberes constituídos nas experiências vividas e vivências, bem como o desafiador desejo de iniciar ou retomar a sua trajetória escolar.

Se retornar à escola é a possibilidade desses sujeitos ressignificarem sua própria vida e vislumbrar novos caminhos, cabe a ela, escola, procurar organizar seus tempos e espaços para auxiliar este processo.

Ao se pensar a aprendizagem a partir do tempo na EJA, deve-se considerar e respeitar que cada pessoa tem um ritmo para aprender.

As Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública do Distrito Federal acaba por considerar o ritmo de aprender de cada estudante sujeito da EJA, dando nuances a este contorno uma vez que a matrícula é realizada por componente curricular e o estudante tem o direito garantido de solicitar matrícula em quantos componentes curriculares for de seu interesse.

O CEJAEP EaD oferece a EJA na modalidade EaD em regime modular com um período de dez semanas letivas. A EJA assegura a matrícula por componente curricular. A Secretaria Escolar e a Direção orientam os estudantes a avaliar quais os componentes curriculares cada um teria condições de acompanhar em cada período, garantindo, assim, minimamente, autonomia para que o próprio estudante gerencie seus tempos.

Os estudantes da EJA EaD podem solicitar transferência e ter seus estudos aproveitados da EaD para o presencial ou do presencial para a EaD, desde que observadas as disposições legais vigentes

A UE também promove aula inaugural a cada início de período letivo na qual os estudantes são orientados sobre o módulo da Ambientação, sobre a metodologia da modalidade EaD, assim como o período em que o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA estará disponível para o envio das atividades avaliativas, informam sobre os critérios de avaliação bem como o período das provas, o que implica na responsabilidade do estudante em organizar seus tempos e espaços de estudo, mesmo sendo este sujeito cujo trabalho é a prioridade para a organização dos demais tempos da vida. O corpo pedagógico e a Direção são corresponsáveis no sentido de dever conduzir o processo de ensino e aprendizagem do estudante.

No que diz respeito à Educação Profissional e Tecnológica, as DCNEB (2013) rompem com o modelo da mera ação de executar tarefas explicitadas na divisão social do trabalho, buscando nova perspectiva,

a formação integral do cidadão trabalhador comprometido com o pensar, dirigir, planejar, controlar a sua atividade profissional. O documento declara outra dimensão da Educação Profissional que

“requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho. O compromisso reside em uma Educação Profissional mais ampla e politécnica.” (Currículo em Movimento da Educação Básica – Educação Profissional e a Distância, pp. 8-9)

O CEJAEP EaD também oferece EPT na modalidade EaD em regime semestral conforme os Planos de Curso. As vagas para matrícula nos cursos serão ofertadas por edital organizado por órgãos próprios da SEEDF.

Espaços-tempos pedagógicos importantes, como o Conselho de Classe e a Coordenação Pedagógica, que já fazem parte do cotidiano da escola, terão sua organização abordada em tópicos ou subtópicos específicos.

Outros espaços que promovam a formação integral e emancipatória dos estudantes podem e devem ser pensados. Neste quesito, o CEJAEP EaD tem uma vantagem de lidar com espaços virtuais, o que, a princípio, permitiria maior participação do estudante. O docente pode utilizar o formato de fórum no AVA para propor discussões temáticas no qual o estudante inserido no contexto sociocultural e econômico possa refletir de forma crítica o país e o mundo.

9.6 RELAÇÃO ESCOLA COMUNIDADE

O Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília – CEJAEP EaD, situado na região central do Plano Piloto atende a modalidade EJA 2º e 3º Segmentos e a Educação Profissional com a oferta do Curso Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar na modalidade a distância.

Como abordado anteriormente, muitos estudantes que ingressam na EJA do CEJAEP residem em regiões administrativas distantes do Plano Piloto, assim como na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

Para Piletti (2004, p, 95) a escola é uma das instituições sociais que tem um grande poder de transformação. É através dela que tanto o homem quanto a sociedade (comunidade) podem ser modificados por meio da interação entre eles. Mas para que isto aconteça é preciso que haja uma aproximação da escola com a comunidade e “o primeiro passo para a interação positiva entre escola e a comunidade é, sem dúvida, o conhecimento da própria comunidade por parte da escola”.

Muitos estudantes trabalham no Plano Piloto (Região Administrativa 1) e ao final do dia deslocam-se de volta às suas casas, constituindo um movimento pendular no deslocamento casa-trabalho e vice-versa. Não havendo uma apropriação do espaço físico da escola. A escola CEJAEP EaD para eles é um espaço desterritorializado, uma escola sem muros, sem portões, ou seja, é uma escola virtual situada no endereço <https://cejaep.se.df.gov.br/>

A inauguração da sede do CEJAEP EaD representa um marco importante na trajetória e consolidação da escola. Ter uma identidade é muito importante para o público atendido no CEJAEP e sobretudo na EJA, que tem um histórico de exclusões ao longo da vida.



Figura 31- matéria produzida pela SEEDF quando da Inauguração da sede do CEJAEP EaD A inauguração da sede do CEJAEP EaD, significou muito para o estudante, ter um local para seus estudos, para usar o laboratório, a internet. Muitos estudantes ficaram surpresos com o novo espaço ao ponto de exclamar “nem parece uma escola de EJA”.

A escola tem um número reduzido de estudantes menores de idades. E a cada período letivo a escola promove reuniões com os pais/ mães e/ou responsáveis legais para informar-lhe sobre o desenvolvimento de seus filhos/filhas.

Os estudantes devem apropriar-se do espaço escolar e como despertar esse sentimento de pertencimento a uma escola?

Os estudantes têm contato com a escola nos momentos da realização da matrícula, da realização das provas presenciais. Nos momentos de esclarecimento de dúvidas com os professores, com a secretaria e com a equipe gestora. Entretanto, por sermos uma escola na modalidade EaD, o estudante não busca com frequência ou não tem condições econômicas de se dirigir ao espaço escolar. A maior interação com a comunidade escolar acontece pela plataforma de aprendizagem, por meio de mensagens, vídeos, enquetes realizadas por meio de formulário eletrônico.

Mas, o fato da escola ter pleno conhecimento da comunidade através de dados estatísticos não é o suficiente para que haja uma interação entre elas. É preciso operacionalizá-los por meio de ações concretas “e isto só é possível através de atividades práticas que deem feição real a interação escola-comunidade” (PILETTI, 2004, p.97).

Um momento que merece destaque é a Formatura dos estudantes da EJA 2º e 3º Segmentos e da Educação Profissional realizada ao final de cada semestre. A participação na Formatura é por adesão dos estudantes. É um momento de conagração e alegrias passar pelo ritual da Beca e participar da Colação de Grau. A Formatura é um evento destinado aos concluintes da EJA 2º e 3º Segmentos, assim como aos concluintes da EPT.



Figura 32 - Formatura dezembro de 2022. Acervo CEJAEP



Figura 33 - Formatura dezembro de 2022. Acervo CEJAEP

Neste momento festivo os estudantes orgulhosamente comparecem com suas famílias. Entretanto, a participação dos estudantes deve ser ativa e acontecer durante a sua permanência no processo formativo, para que juntos possam enfrentar as adversidades.

Outros espaços pedagógicos inerentes à escola e previstos na Lei da Gestão Democrática (Lei nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012) como a Assembleia Geral Escolar, o Conselho Escolar e Grêmio Estudantil. Com toda a dificuldade que a modalidade EaD traz em seu cerne para a constituição de tais órgãos colegiados, tal desafio deve ser enfrentado e a participação da comunidade deve sempre ser promovida;

9.6.1 Grêmio Estudantil

O Grêmio é a organização que representa os interesses dos estudantes na escola. Ele permite que os estudantes discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade.

9.6.1.1 Objetivos

Um dos principais objetivos do Grêmio é contribuir para aumentar a participação dos estudantes nas atividades de sua escola, organizando campeonatos, palestras, projetos e discussões, fazendo com que eles tenham voz ativa e participem – junto com pais, funcionários, professores, coordenadores e diretores – da programação e da construção das regras dentro da escola.

9.6.2 Conselho Escolar

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa, supervisiona a aplicação dos recursos financeiros e assegura a transparência na gestão, mobilizadora e supervisora das atividades pedagógicas, administrativas e financeiras, constituído por representantes dos diferentes segmentos que integram a comunidade escolar, de acordo com Estatuto próprio regulamentado pela SEEDF.

O Conselho Escolar nesta IE tem papel fundamental na gestão democrática e na construção da cidadania. A consolidação da atuação está no fortalecimento da parceria com a direção, criando um espaço de diálogo, transparência e corresponsabilidade entre os diversos atores envolvidos no processo educativo. Esse órgão contribui para o desenvolvimento de uma cultura democrática na escola, que valoriza a diversidade, o respeito e a cooperação

O Conselho Escolar do CEJAEP foi eleito de forma democrática pelo voto dos servidores segmento magistério, PPGE, comunidade escolar, pais e estudantes do CEJAEP. E atualmente composto por cinco membros, representando os segmentos: Carreira Magistério e Carreira PPGE.

Membros do Conselho Escolar

Nome do Servidor - Efetivos	Função
INDIRA VANESSA PEREIRA REHEM	Membro Nato
CARLOS IVAN MIRANDA TOUSSAINT	Presidente
PRISCILA FERNANDES SABINO DE ARAUJO	Vice- Presidente
ANDRÉ TOSTA MENDES	Membro
MARIA CRISTINA SIQUEIRA MELLO	Membro

As reuniões do Conselho Escolar ocorrem periodicamente, conforme estabelecido pela legislação vigente. Compete aos seus membros a análise e previsão do planejamento pedagógico e financeiro da escola, a deliberação sobre temas relevantes para a organização do trabalho educativo e a promoção de ações voltadas para a melhoria da qualidade da educação, garantido uma gestão eficiente.

9.6.3 Caixa Escolar

A Caixa Escolar do CEJAEP EaD de Brasília é a Unidade Executora (UEx) desta UE, caracterizada como entidade legalmente constituída pela comunidade escolar sob a forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, credenciada com a finalidade de auxiliar na sua administração.

Parágrafo único – Dentre os órgãos colegiados, a Caixa Escolar do CEJAEP EaD de Brasília destina-se a gerir recursos financeiros oriundos do poder público, privado ou da comunidade escolar, conforme o caso.

9.7 METODOLOGIAS DE ENSINO ADOTADAS NA MODALIDADE EAD

O CEJAEP é uma escola que atende na modalidade a distância na qual os sujeitos estão separados no tempo e no espaço. O desenvolvimento da modalidade a distância representa uma democratização do acesso à educação devido ao alcance das tecnologias da informação e comunicação.

De acordo com a Resolução 02/2023 – Conselho de Educação do DF, a educação a distância é a modalidade na qual a mediação do processo de ensino e de aprendizagem ocorre com o emprego de tecnologias de informação e comunicação, sendo as atividades realizadas em lugares diversos, de forma síncrona e assíncrona, ofertadas nas seguintes condições:

- I. a partir do ensino médio e na modalidade de educação de jovens e adultos, para todos os segmentos; II. em situação emergencial; III. para estudantes que:
 - a. estejam impedidos de acompanhar o ensino presencial, por motivo de saúde;
 - b. se encontrem no exterior;
 - c. morem em localidade que não possui rede de ensino para atendimento presencial;
 - d. forem transferidos compulsoriamente para região de difícil acesso à rede de ensino de atendimento presencial;
 - e. estejam privados de liberdade, sob tutela e responsabilidade do Estado.

Na educação a distância, de acordo com a tecnologia de ensino adotada, o planejamento pedagógico e a avaliação específica devem prever momentos presenciais para:

- I. avaliação da aprendizagem do estudante;
- II. estágio supervisionado, quando for o caso;
- III. defesa de trabalho de conclusão de curso, quando for o caso;
- IV. atividade relativa à oficina e/ou ao laboratório de ensino, quando for o caso.

§ 1º Toda atividade presencial deve ser comprovada, por meio de registro físico ou digital, conforme previsto nos documentos organizacionais da instituição educacional.

§ 2º Atividade curricular, cuja especificidade requer aprendizagem presencial, não pode ser oferecida a distância.

§ 3º Toda atividade curricular presencial deverá constar nos documentos organizacionais da instituição educacional.

Na modalidade de educação a distância, as atividades devem ser planejadas de modo a garantir a carga horária igual à definida no respectivo curso, na forma presencial.

É permitida ao estudante a circulação de estudos entre cursos, de forma presencial e na modalidade de educação a distância.

No CEJAEP EaD as competências necessárias para a Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional são trabalhadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA a distância baseada em software livre (*Modular ObjectOriented Dynamic Learning Environment*/Ambiente Modular de Aprendizagem Dinâmica Orientada a Objetos), em atendimentos presenciais no Laboratório de Informática, participação de fóruns de apresentação e avaliativos, Plantões virtuais de atendimento pelo *google meet* ou programa similar e também indicações de leituras de livros e textos disponibilizados no AVA.

Na educação a distância a aprendizagem é centrada no estudante e o professor mediador é considerado um facilitador neste processo;

A metodologia adotada no CEJAEP, por meio da EaD, visa promover a escolarização e profissionalização de jovens, adultos e idosos. A operacionalização deste objetivo geral apoia-se nos seguintes objetivos específicos:

- Orientar a construção do conhecimento do estudante, respeitando seus conhecimentos prévios, interesses cotidianos, ritmo de estudo e necessidade educacionais especiais.
- Promover a interrelação dos estudantes por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem e em momentos presenciais.
- Possibilitar a inclusão digital da comunidade, por meio do acesso às tecnologias da informação e comunicação.
- Incentivar a utilização dos recursos disponíveis na internet de forma crítica e segura, visando a ampliação do conhecimento e a autonomia do educando.
- Desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
- Possibilitar a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.
- Desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.
- Fortalecer os vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.
- Consolidar no ensino médio o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.
- Buscar a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.
- Desenvolver o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
- Possibilitar a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

- Consolidar, na Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, a garantia do educando o direito ao permanente desenvolvimento de aptidões.

As competências necessárias para a EJA e EPT serão trabalhadas no Ambiente

Virtual de Aprendizagem a distância baseada em software livre (*Modular ObjectOriented Dynamic Learning Environment*/Ambiente Modular de Aprendizagem Dinâmica Orientada a Objetos), em atendimentos presenciais nas Salas de Mediação (plantões presenciais), plantões virtuais por meio de webconferência (os links serão disponibilizados em cada sala virtual); atendimento na Sala Multimídia para dúvidas de navegação e de conteúdo;, participação nos fóruns virtuais, como Fórum de Dúvidas, Fórum de Avisos, mensageria na plataforma e salas de webconferência no AVA e também indicações de leituras de livros e textos disponibilizados no AVA.

Desta forma, a interação estudante X professor/mediador acontece na plataforma de aprendizagem e deve ser garantida. A comunicação deve ser constante e eficaz de modo a promover uma comunicação efetiva.

Compete à IE garantir as formas de interação entre professores/mediadores e estudantes. É assegurado aos estudantes os plantões presenciais e plantões virtuais.

- Plantões presenciais
- Plantões virtuais
- Fóruns de dúvidas
- Fórum de Avisos
- Mensageria na plataforma
- Compete à IE disponibilizar o cronograma no início de cada módulo ou semestre letivo com as datas dos momentos presenciais.
- Disponibilizar os dias e locais das provas presenciais.
- Flexibilizar o atendimento ao estudante, oferecendo horários ampliados para o atendimento de mediação.
- Propiciar a interação entre os estudantes por meio de atividades coletivas presenciais ou no AVA;
- Compete à UE promover formação continuada na própria UE ou incentivar a formação continuada junto à EAPE de modo a garantir a qualidade da aprendizagem mediada por tecnologias.

A interação e a comunicação por parte dos professores mediadores na modalidade EaD é primordial pois reduz a sensação de isolamento, de solidão que é apontada pela literatura como um dos principais fatores de evasão por parte dos discentes. Outros fatores que contribuem para minimizar a evasão escolar na modalidade EaD diz respeito à:

- Usabilidade da plataforma digital - a plataforma digital deve ser de fácil navegação, fácil de encontrar os recursos necessários, com visual objetivo e intuitivo;

- Plataforma responsiva a multimídias- ou seja: que o layout da plataforma seja flexível e que se encaixe automaticamente em outros dispositivos como computador de mesa, *tablets*, celulares;

9.7.1 – Transição Escolar

A IE CEJAEP é uma utiliza a metodologia EaD para a oferta das modalidades EJA E EPT. Para muitos estudantes a metologia EaD é algo novo e diferente, pois muitos tiveram a sua trajetória escolar pautada no modelo presencial. Desta forma, estes estudantes optam pela transição do presencial para a metologia a distância. E a IE é responsável pela acolhida, pelo despertar do pertencimento a IE, assim como imbuir o espírito autônomo e que ele seja o protagonista do seu processo educativo. A autonomia é um dos pilares da modalidade a distância.

Para que o estudante desenvolva sua autonomia, é essencial conhecê-lo. Assim, a instituição educacional realiza a coleta de dados e o mapeamento institucional, em conformidade com a LGPD, para compreender o perfil da comunidade escolar. Esse processo é particularmente importante para os estudantes da EJA, permitindo identificar aspectos como nacionalidade, naturalidade, identidade de gênero, nome social, idade, etapa na qual está matriculado(a), tempo de interrupção dos estudos e os motivos dessa interrupção. Além disso, são levantadas informações sobre conhecimento básico de informática, experiência com ensino a distância, acesso a dispositivos para acompanhamento do curso na plataforma virtual e necessidades educacionais específicas, bem como o tempo diário disponível para estudos.

Após a coleta e o tratamento dos dados, as informações são apresentadas ao corpo docente para que, no contexto educacional, seja possível promover a progressão das aprendizagens e o desenvolvimento dos(as) estudantes, respeitando suas individualidades e necessidades específicas.

O segundo momento do processo de transição é a Aula Inaugural, um encontro coletivo entre o corpo docente, a equipe gestora e os estudantes ingressantes do módulo da EJA ou da EPT. Esse momento promove uma discussão sobre o ingresso e/ou retorno à educação formal, especialmente em uma modalidade até então desconhecida pelo (a) estudante. e em uma modalidade por vez desconhecida.

Ainda no processo de transição destaca-se a Sala Virtual da Ambientação, um espaço acolhedor e explicativo sobre a modalidade a distância. Esse ambiente oferece com vídeos explicativos, textos de linguagem dialógica sobre EaD, atividades de simulação, garantindo que o estudante compreenda a estrutura e as ferramentas disponíveis. No processo de transição, ainda no ambiente virtual de aprendizagem, há sempre questões voltadas para aspectos culturais, de forma a acolher estudantes estrangeiros e indígenas, promovendo sua integração e pertencimento. Esse acolhimento buscar respeitar e valorizar a diversidade, garantindo que todos(as) se sintam parte do ambiente escolar, independente de sua origem ou cultura.

A Ambientação é disponibilizada na plataforma virtual antes da liberação dos componentes curriculares. Além da acolhida ao estudante, ela tem por objetivo de proporcionar usabilidade, permitindo navegação segura na plataforma, apresentação dos recursos de interação e comunicação virtuais e adaptação a educação a distância.

Dentro desse ambiente tem o Fórum de Apresentação, onde os estudantes compartilham suas experiências e desafios ano retorno escolar e na modalidade EaD. As interações nesse espaço ajudam os estudantes a perceber que suas dificuldades são comuns e que, por meio do diálogo e da colaboração, é possível construir uma rede colaborativa de aprendizagem.

Na Educação Profissional, o curso Técnico em Secretaria Escolar, pertencente ao eixo tecnológico de Desenvolvimento Educacional e Social, pode ser ofertado de forma:

Concomitante: destinado a quem ingressa no Ensino Médio. As matrículas são feitas separadamente para cada curso, podendo ser realizadas na mesma instituição ou instituições distintas.

Subsequente: voltada para quem já concluiu o Ensino Médio

Independente da modalidade a IE CEJAEP realiza um planejamento estratégico para acolher os estudantes, promover o pertencimento ao ambiente virtual e minimizar a evasão escolar.

9.7.2 – Integração do Projeto Político Pedagógico (PPP) com os objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030.

A Integração do Projeto Político Pedagógico (PPP) com os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030, ocorre por meio da incorporação de práticas educativas que promovem a sustentabilidade, a inclusão social e a cidadania global. Algumas estratégias incluem:

1- Alinhamento curricular

O PPP pode ser estruturado para contemplar os ODS dentro dos componentes curriculares, garantindo que temas como erradicação da pobreza, igualdade de gênero, consumo responsável e preservação ambiental sejam abordados de forma interdisciplinar.

2 – Projetos e Ações pedagógicas

A Instituição Educacional pode desenvolver projetos socioambientais, como campanhas de reciclagem e ações de combate ao desperdício, promovendo a conscientização dos (das) estudantes sobre os desafios globais.

3 – Formação Docente

Capacitar os professores para trabalharem os ODS de forma prática e envolvente é essencial. Oficinas, cursos e materiais didáticos podem ser utilizados para integrar os princípios da Agenda 2030 ao planejamento pedagógico.

4. Gestão democrática e participação da comunidade

O PPP pode incentivar a participação ativa da comunidade escolar, promovendo debates, fóruns e eventos sobre os ODS. Isso fortalece o engajamento dos estudantes e amplia o impacto das ações educativas. 5 Uso de tecnologia e inovação

A escola pode utilizar a plataforma virtual para disseminar conhecimento sobre os ODS, incentivando pesquisas, atividades interativas e projetos colaborativos que envolvam tecnologia e inovação.

9.8 MATERIAL DIDÁTICO.

O material didático do CEJAEP EaD deve ser concebido dentro dos princípios epistemológicos, metodológicos apontados nos documentos normativos da SEEDF. Para a EJA deve ser calcado nos Cadernos do Currículo em Movimento:

Pressupostos teóricos e Caderno da EJA e Educação Profissional;

Por material didático entende-se textos produzidos pelos professores autores e disponibilizados na plataforma, seleção e produção de vídeos pelos professores mediadores/autores, páginas web, objetos de aprendizagem;

O CEJAEP EaD dispõe do Manual do Professor/Autor, material produzido coletivamente que orienta o professor quanto à produção do material didático a ser disponibilizado, assim como prever a identidade visual gráfica a ser seguida como iconografia, tipo da fonte: verdana; tamanho da fonte utilizada, indicações de Saiba Mais, glossário, como fazer as devidas citações e referência bibliográficas. O material didático produzido pelo(a) docente passará por revisão textual, revisão gráfica por equipe composta pela supervisão pedagógica e direção antes da submissão ao envio final na plataforma e disponibilização ao estudante.

O material didático deve ser disponibilizado no formato Livro (ferramenta do moodle) na plataforma e também no formato de arquivo *pdf*. para que o estudante possa imprimi-lo. Conforme preconizam as Diretrizes Operacionais da EJA, “o estudante contará com o ambiente virtual de aprendizagem (AVA), com mídias e/ou materiais didáticos impressos, consoante a Resolução CNE/CEB nº 3/2010 (BRASIL, 2010). Dessa forma, a internet não será a única ferramenta da

EaD, já que poderá ser disponibilizada versão impressa do material ao estudante” (46).

1 -O material didático a ser elaborado deverá seguir a estrutura proposta no Manual do Autor, elaborado coletivamente com o corpo docente do CEJAEP EaD, apresenta o com seguinte formato:

9.8.1 Apresentação Institucional

O texto referente à apresentação institucional será elaborado pela supervisão e coordenação pedagógica do CEJAEP e disponibilizado na página inicial de AVA. Texto contendo a indicação da Etapa, Segmento, ícone do Componente Curricular.

9.8.2 Apresentação do componente curricular e da etapa

O texto referente à apresentação do componente será escrito por você, professor/autor e disponibilizado na página inicial. Esse texto deverá ser breve, claro e objetivo, com tom de acolhimento ao estudante, contendo as seguintes informações:

- Indicação da Etapa, ícone e a carga horária do Componente Curricular – CC e da área de conhecimento.
- Apresentação do Componente Curricular (poderá ser retirada da introdução do componente no Currículo em Movimento da EJA do DF ou do Plano de Curso da Educação Profissional)
- Objetivos gerais da etapa da EJA ou do módulo da Educação Profissional.
- Tipo e quantidade de atividades da etapa.
- Modo de avaliação do curso. (Apresentar em um quadro conforme modelo)
- Fechamento /despedida.

9.8.3 Identidade gráfica:

Fonte Tipo:

Verdana.

Tamanho: 12.

Cor: preta.

9.8.4 Modelo da Apresentação do componente curricular e da etapa Na página inicial do curso, abaixo da apresentação da Unidade deverá conter os seguintes links: Avisos; Fórum de Apresentação; Fórum de dúvidas e Plantão, Plantão Presencial da disciplina, configurando os cinco “botões” para a navegação



Figura 34- Usabilidade da plataforma –“cinco botões” de navegação

Deve-se sempre ter em mente que durante a preparação da Sala Virtual um dos conceitos a ser utilizado é a “Usabilidade”.

Usabilidade, de acordo com Jacob Nielsen e Hoa Loranger (2007, p. 16), é “um atributo de qualidade relacionado à facilidade de uso de algo” que pode se referir à facilidade de uso da Sala Virtual. O rápido reconhecimento de ícones “botões” e “menu”. No caso do AVA, como sendo a facilidade em “navegar” na Sala Virtual, ou seja, em cada componente curricular). Assim, de acordo com os autores citados “a diretriz de usabilidade mais antiga para qualquer tipo de design navegacional é ajudar os usuários a entender onde eles estavam, onde eles estão e onde eles podem ir – o passado, futuro e o presente on-line” (NIELSEN; LORANGER, 2007, p. 60).

Além dos cinco botões principais, a Sala Virtual no CEJAEP é organizada por tópicos nomeados como “Unidades”.



Figura 35 - Ambientação – Identidade das Salas Virtuais do CEJAEP EaD

9.8.5 Organização por Tópicos/Unidades da Sala Virtual do AVA CEJAEP

EaD.

Na construção das unidades deverá ser considerada a seguinte estrutura:

As unidades devem ser iniciadas com uma breve e acolhedora apresentação do curso (dois ou três parágrafos) que contenha: identificação da etapa do componente curricular; lista com todos os conteúdos (extraídos do Currículo em Movimento ou do Plano de Curso) a serem estudados na unidade.

O material didático-pedagógico disponibilizado para os estudantes da EJA/EaD e para a EPT será elaborado pelo corpo docente do CEJAEP EaD, professores autores /mediadores e disponibilizado em formato digital, pelo AVA, e/ou mídia e/ou material impresso. Os livros didáticos ofertados na Educação de Jovens e Adultos em curso presencial poderão ser igualmente distribuídos para os estudantes da EJA/EaD.

- Na modalidade EaD, a avaliação das aprendizagens dos estudantes desenvolve-se de forma processual, contínua e abrangente, de acordo com os princípios estabelecidos nas Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF, sendo realizada em dois momentos distintos: o primeiro, com atividades no AVA e o segundo, com uma avaliação presencial, em atendimento à disposição legal.
- No AVA, são utilizadas várias estratégias avaliativas, como atividades, fóruns, tarefas, enquetes, diário reflexivo, *webfólio*, autoavaliação do estudante, banco de questões atualizado. O estudante deve estar atento ao cumprimento dos prazos determinados para entrega das atividades, de acordo com o cronograma divulgado no início de cada período letivo. Ele deverá alcançar, no mínimo, 50% de aproveitamento nas atividades avaliativas previstas, de acordo com a carga horária de cada componente curricular.
- Destaca-se que, de acordo com a legislação vigente, o segundo momento avaliativo é obrigatório, presencial e destinado à realização da avaliação final de cada componente curricular, que acontecem com data previamente estabelecida pela instituição educacional. O terceiro momento avaliativo que é a recuperação, será presencial e destinado **exclusivamente** aos estudantes que não tiveram aprovação na prova do componente curricular.
- O instrumento utilizado no segundo momento de avaliação é a prova impressa, contendo questões objetivas e, obrigatoriamente, conforme a legislação, questões discursivas, com produção textual. Outros instrumentos, porém, podem ser adotados, dependendo do planejamento de cada componente curricular, com a participação da Coordenação Pedagógica. Em caso de ausência justificada na avaliação presencial, o estudante terá direito à prova substitutiva. Sugerem-se, para as especificações para o primeiro momento avaliativo, a ser realizado no AVA, as seguintes orientações.
- A carga horária definida para cada componente curricular orienta a quantidade de unidades que o material pedagógico deve apresentar. Para cada 8 horas de curso, uma unidade de conteúdo deve ser elaborada. É importante destacar que o número de atividades avaliativas deverá corresponder ao número de unidades do componente curricular. Entretanto, caso o componente curricular tenha apenas 02 (duas) unidades de estudo, propõem-se a disponibilização de 3 (três) atividades avaliativas.
- para cada atividade avaliativa do 2º segmento, serão permitidas até cinco tentativas de envio. Por sua vez, os estudantes do 3º segmento contarão com até três tentativas, de

acordo com o *feedback* do professor, correspondendo, assim, à **recuperação processual**.

- Para cada atividade avaliativa da Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio, os estudantes contarão com até três tentativas, de acordo com o *feedback* do professor, correspondendo, assim, à **recuperação processual**.
- A realização das atividades avaliativas propostas possibilitará ao estudante ser considerado apto/aprovado no AVA

Para a EJA EaD utiliza-se os critérios da média aritmética simples:

$$\text{NOTA DO AVA} = \frac{N1 + N2 + N3 + NI}{1}$$

N é a nota de uma atividade avaliativa em uma escala de zero a dez, e 1, 2, 3...i é a atividade avaliativa. O estudante que obtiver nota maior ou igual a 5,0 (cinco) terá o direito de fazer a prova presencial obrigatória. Caso o estudante não alcance a nota mínima de 5,0 (cinco) no AVA, receberá o conceito “Não Apto” (NA) e deverá refazer o componente curricular. Na prova presencial, para ser considerado “Apto” (A), o estudante deverá alcançar, no mínimo, 50% de aproveitamento. As notas do AVA e da prova presencial não serão somadas. Terá direito à recuperação apenas o estudante que estiver Apto no AVA e que fizer a prova presencial e não obtiver a nota maior ou igual a 5,0 (cinco). Após a recuperação, é assegurada ao estudante a avaliação de sua situação escolar em Conselho de Classe.

9.8.6 Organização e configuração da Plataforma Virtual

A plataforma do CEJAEP é estruturada por modalidade EJA EaD e EPT, onde os cursos são disponibilizados.

A organização da plataforma está sob a responsabilidade da direção/administração do *moodle* quanto à configuração geral: incluir tópicos, alterar e retirar informações que contrariem o PPP. Cabe à direção garantir a “usabilidade” da plataforma, assim como a identidade nas Salas Virtuais.

9.9 EQUIPE DE PROFESSORES

Composição da IE: O CEJAEP faz jus a composição: Equipe Gestora. A equipe gestora é formada por: 01 (uma) diretora, 01 (um) vice, 01 (uma) supervisora pedagógica, 01 (uma) supervisora administrativa, 01 (uma) chefe de secretaria.

Todos os profissionais da educação (Carreira Magistério e Carreira Assistência à Educação) que atuam no CEJAEP EaD possuem jornada de 40 (quarenta) horas semanais, totalizando duas cargas de 20 (vinte) horas. Todos os profissionais da Carreira Magistério têm Aptidão em Educação a Distância devidamente cadastrada no SIGEP, inclusive os professores readaptados. E ainda para atuar na Educação Profissional há a necessidade da aptidão em EaD para todas as áreas e em Educação Profissional para a Área propedêutica, conforme preconiza a Portaria de aptidão, expedida pela SEEDF.

Temos dois professores atuando na Coordenação Pedagógica Local, sendo 01 (um) coordenador pedagógico para a EJA e mais 01 (um) coordenador para a EPT.

Atualmente, temos 03 (três) profissionais de educação carreira magistério readaptados, e que conforme Portaria de Atuação e Laudo Médico da Subsaúde desempenham a função de regência.

A equipe docente do CEJAEP EaD é composta por 35 (trinta e cinco) servidores públicos da Carreira Magistério Público da SEEDF, todos com atuação de 20h/20h, perfazendo 40 (quarenta) horas na UE. Sendo 24 (vinte e quatro) efetivos e 11 (onze) professores substitutos contratados em regime temporário.

A equipe técnica administrativa é composta por 03 (três) servidores da Carreira Assistência à Educação.

Ainda contamos com os serviços dos profissionais terceirizados. Sendo 04 (quatro) funcionários da Conservação e Limpeza e 04 (quatro) dos serviços de Vigilância.

O CEJAEP EaD totaliza 46 (quarenta e seis) profissionais da educação.

Tabela 7 – Quadro de Servidores do CEJAEP EaD - Efetivos

Nome do Servidor - Efetivos	Cargo
ALAN DAVID DOS SANTOS TORMA	PROFESSOR DE EDUC. – Vice-Diretor
ANA LUCIA FIGUEIRO	PROFESSOR DE EDUC. - Supervisora
ANDRE TOSTA MENDES	PROFESSOR DE EDUC. - Coordenador EJA
CARLOS IVAN MIRANDA TOUSSAINT	PROFESSOR DE EDUC. Readaptado
DANIELA ANDRADE RASLAN	PROFESSOR DE EDUC
ELIZABETE MOREIRA DIAS	PROFESSOR DE EDUC..
GERALDO ANANIAS REIS	PROFESSOR DE EDUC.- Readaptado
DANIELA ANDRADE RASLAN	PROFESSOR DE EDUC
ELIZABETE MOREIRA DIAS	PROFESSOR DE EDUC..
HELEM GOERHING MARQUES	PROFESSOR DE EDUC.
HELIO QUEIROZ CAIXETA	PROFESSOR DE EDUC.
INDIRA VANESSA PEREIRA REHEM	PROFESSOR DE EDUC. Diretora Readaptada
JADYANE PEREIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE EDUC.

LUIZ CARLOS RIBEIRO DE ABREU	PROFESSOR DE EDUC.
LURDIANA COSTA ARAUJO	PROFESSOR DE EDUC.
MARCOS FELIX GOMES DE CARVALHO	PROFESSOR DE EDUC.
PAULO EDUARDO CRUZ PEREIRA	PROFESSOR DE EDUC.
PRISCILA FERNANDES SABINO DE	PROFESSOR DE EDUC.
RACHEL CATHARINA DE PAULA E SILVA	PROFESSOR DE EDUC.
SIMONE RACHEL SOUSA DE MELO	PROFESSOR DE EDUC.
THAIS COSTA DE HOLANDA BARBOSA	PROFESSOR DE EDUC.
TIBERIO CESAR LIMA BEZERRA	PROFESSOR DE EDUC.
VALERIA FELIX DE ALMEIDA	PROFESSOR DE EDUC

Tabela 8 – Quadro de Servidores do CEJAEP EaD – Contrato Temporário

Nome do Servidor – Contrato Temporário	Cargo
DIEGO SILVA ENGRATULES	PROFESSOR TEMPORÁRIO
FERNANDA DE SOUZA TIAGO	PROFESSOR TEMPORÁRIO
GABRIELA OLIVEIRA SABADINI	PROFESSOR TEMPORÁRIO
JOAO VITOR BARRETO ARAUJO DOS	PROFESSOR TEMPORÁRIO
KELLY CRISTINA DOS REIS OBEROSLER	PROFESSOR TEMPORÁRIO
LEDA MARIA RIOJA ARANTES	PROFESSOR TEMPORÁRIO
MAYANE NERES GUIMARÃES	PROFESSOR TEMPORÁRIO
MAYSE ARAUJO DA CRUZ	PROFESSOR TEMPORÁRIO
MAYRLA PEREIRA SENA CORDEIRO	PROFESSOR TEMPORÁRIO
TATYANNE RODRIGUES DOS SANTOS	PROFESSOR TEMPORÁRIO

Tabela 9 – Quadro de Servidores do CEJAEP EaD – Servidores de Secretaria

Servidores Secretaria	Função
MARIA CRISTINA SIQUEIRA MELLO	ANA.POL.PUB.G.E. SEC. Chefe Secretaria
GILVAN MARQUES DA SILVA	ANA.POL.PUB.G.E. AP - Moodle
CELIA CARLOS DE OLIVEIRA	ANA.POL.PUB.G.E. SEC.

Tabela 10 – Quadro de Servidores do

CEJAEP EaD – Servidores terceirizados

Servidores Terceirizados	Função
NAIR ROCHA SOUZA	Conservação e Limpeza / Juiz de Fora
LAIANE DA CRUZ DIAS	Conservação e Limpeza / Juiz de Fora
MARCIA BETANIA DE SOUZA	Conservação e Limpeza / Juiz de Fora
ODINETE RODRIGUES BRAUNA	Conservação e Limpeza / Juiz de Fora
ADILSON BENICIO DA CUNHA	Vigilância/ Global Ltda
FABIO SANTOS DE OLIVEIRA	Vigilância/ Global Ltda
IVANIR JOSE PEREIRA	Vigilância/ Global Ltda
RUIMAR GONÇAVES PEDROSA	Vigilância/ Global Ltda

A atual composição do corpo docente, em exercício no CEJAEP EaD, é suficiente para atender às demandas dos discentes matriculados na IE. Também não há necessidade, a curto prazo, de um aumento do número de professores, pois a atual demanda de alunos não justifica um aumento do corpo de profissionais.

Mas isso não quer dizer que a médio e longo prazo esse corpo docente não possa aumentar, à medida que a escola passar a ser conhecida pela sociedade, e a demanda por essa modalidade educacional tenha um acréscimo significativo. Ou quando da ampliação da oferta da EPT com novos cursos técnicos.

9.10 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ADMINISTRATIVO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

Desde dezembro de 2022 o CEJAEP EaD está instalado em sua sede própria, situado endereço: SQS 315 Área Especial – CEP: 70384-000 Brasília/DF, conforme Portaria Nº 752, de 03 de agosto de 2022, publicada no Diário oficial nº 146 de 04/08/2022. A mudança de endereço foi um passo fundamental para o desenvolvimento e execução das propostas de educação da Instituição Escolar.

As unidades escolares da Rede Pública de Ensino integram a estrutura da Secretaria de Estado de Educação, identificada por SEEDF, unidade integrante do Governo do Distrito Federal, e são vinculadas pedagógica e administrativamente às respectivas Coordenações Regionais de Ensino.

O CEJAEP EaD, como Instituição educacional integrante da SEDF, de acordo com suas características organizacionais, oferta educação a distância nas modalidades EJA e EPT, conforme descrito no regimento interno da secretaria da educação:

- Centro de Educação de Jovens e Adultos – destinado a oferecer, exclusivamente, a Educação de Jovens e Adultos presencial e na modalidade a distância.
- Centro de Educação Profissional - destinado a oferecer a Educação Profissional por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

9.11 ADMINISTRATIVO

No CEJAEP EaD estão em exercício professores capacitados para atuar em Educação a Distância, conforme determinações da SEEDF para a carreira magistério público do Distrito Federal.

Os profissionais que desempenham atividades administrativas e didático- pedagógicas na Educação a Distância são concursados e efetivos do quadro de pessoal da SEEDF, conforme listado a seguir:

Tabela 11–Quadro administrativo

Equipe Multidisciplinar	Quantidade
Coordenador Pedagógico - Educação Profissional	(de acordo com legislação – mínimo 1)
Coordenador Pedagógico - Educação de Jovens e Adultos	(de acordo com legislação – mínimo 1)

Orientador Educacional	(de acordo com legislação – mínimo 1)
Professores para Sala de Recursos ou Sala de Apoio, conforme a necessidade da UE, um da área de Ciências Humanas e o outro da área de Ciências Exatas, para (de acordo com legislação) atendimento aos estudantes com deficiência, altas habilidades e transtorno global.	

Os servidores da carreira de assistência à educação também possuem exercício conforme as determinações da SEEDF.

À equipe técnica cabe oferecer suporte técnico a laboratórios, ambientes virtuais e softwares específicos; desenvolver a identidade gráfica do curso em todos os ambientes virtuais utilizados e ou material impresso; instituir o desenho educacional do curso, criar um padrão para os materiais de cada componente curricular, dentre outras.

Tabela 12 – Pessoal Técnico Administrativo

Pessoal Técnico Administrativo	Quantidade**
Técnico de Gestão Educacional / Apoio Administrativo Suporte Técnico de Laboratório e Ambientes Virtuais e softwares específicos	1
Técnico de Gestão Educacional / Secretário Escolar	2

9.12 MATRÍCULA E INGRESSO DO ESTUDANTE NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

A matrícula escolar é o ato formal que vincula o estudante a uma instituição educacional. A forma de ingresso dos estudantes da EJA EaD no CEJAEP EaD ocorre por meio da matrícula. Por ser uma UE modular, o CEJAEP realiza 4 (quatro) períodos de matrículas para a EJA ao longo do ano letivo, em conformidade com as orientações da SUPLAV e SUBEB/DIEJA.

A matrícula na EJA é realizada por componente curricular, condicionada à disponibilidade de vagas. Na oferta de EJA a Distância, o regime é modular, sendo cada etapa correspondente a um módulo, e o módulo equivalente a dez semanas letivas, considerando as Matrizes Curriculares de cada segmento ofertado.

A matrícula na EJA EaD pode ser feita mediante comprovação de escolarização anterior ou critérios de classificação definidos pela Instituição Educacional em seu Projeto Político Pedagógico - PPP.

O exame de classificação é admitido para efetivação de matrícula, na falta absoluta do comprovante da escolarização anterior, que permite a matrícula em qualquer ano ou série, etapa. Desta forma, para permitir o acesso, os estudantes são submetidos a uma avaliação diagnóstica onde serão avaliados os conhecimentos nos componentes curriculares Língua Portuguesa, Matemática e conhecimentos gerais envolvendo os componentes curriculares de História, e Geografia e manifestações culturais, considerando o ponto de partida dos estudantes: sua história e localização geográfica.



Figura 36 - Realização de Exame de Classificação - Abril de 2023. Acervo CEJAEP



Figura 37 - Realização de Exame de Classificação - Abril de 2023. Acervo CEJAEP

A idade mínima para o ingresso do estudante na EJA EaD, conforme legislação vigente é a mesma estabelecida para a EJA presencial: 15 (quinze) anos completos para o 2º Segmento, correspondente ao Ensino Fundamental – Anos Finais e 18 (dezoito) anos completos para o 3º Segmento, correspondente ao Ensino Médio.

Para cursar o 2º Segmento (Ensino Fundamental – Anos Finais) ou 3º Segmento (Ensino Médio), o candidato deverá matricular-se na Secretaria Escolar da Instituição Educacional– IE, munido da documentação conforme Regimento Escolar das Escolas Públicas do Distrito Federal.

A efetivação da matrícula é precedida pela pré-matrícula online disponibilizada no site: cejaep.se.df.gov.br que consiste em uma avaliação diagnóstica acerca do perfil socioeconômico dos estudantes, a fim contribuir para as ações pedagógicas desenvolvidas no âmbito da Instituição educacional. Tal avaliação é realizada a partir do questionário disponibilizado em formulário eletrônico.

Após o preenchimento do questionário socioeconômico, os estudantes comparecem à sede da UE para a entrega física da documentação assim como o preenchimento da Ficha de Matrícula - SOME - fornecida pela UE. Após a entrega da documentação a matrícula é efetivada e

posteriormente, é efetuado o cadastro de dados do estudante no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, que é a plataforma digital utilizada para as aprendizagens do estudante, mediada pelos professores.



Figura 38 - Guichê de atendimento – CEJAEP EaD. Acervo CEJAEP 2023

A matrícula no Curso Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar do CEJAEP EaD é realizada por meio de processo seletivo, previsto em edital próprio, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal. Para ingressar na educação profissional de nível médio, na modalidade a distância, o candidato seguirá as determinações estabelecidas no Plano de Curso que rege os procedimentos do curso ofertado na UE e nas normas formuladas em edital por órgão próprio da SEEDF.

Em ambas as modalidades ofertadas EJA e EPT são respeitadas as definições previstas na estratégia de matrícula referente ao ano letivo em curso, considerando os limites mínimo e máximo de estudantes matriculados em cada componente curricular, conforme o quadro abaixo.

9.12.1 Parâmetros para estratégia de matrícula e modulação de professores.

Da capacidade de atendimento por número de estudantes

Na modalidade de Educação a Distância, considera-se que o número de estudantes por professor deve ser apenas uma média, que pode ser reduzida ou elevada, em vista das especificidades da modalidade, tais como, a atuação do professor, a necessidade de atendimento individualizado ao estudante e o índice de evasão.

Como não existe sala de aula física, deve ser observada a capacidade de atendimento do professor, conforme a carga horária do componente curricular. Desse modo, o quantitativo de estudantes por professor terá o mínimo e máximo e será determinado pela estratégia de matrícula anual elaborada pela SEEDF.

Entretanto, O número de estudantes a ser atendido pelo professor/autor/mediador deverá estar indicado na Estratégia de Matrícula do ano corrente. Entretanto, o professor que estiver em fase de elaboração de material didático-pedagógico atuará com número reduzido de estudantes, respeitando-se o quantitativo de, no máximo, 40% do previsto na Estratégia de Matrícula, de acordo com o componente curricular. O período para elaboração de material didático-pedagógico será definido por ato próprio da SUBEB.

Os professores de componentes curriculares que tenham carga horária residual poderão atuar em outros componentes curriculares da área afim, desde que tenham habilitação reconhecida por órgão próprio da SEEDF.

É recomendado que o professor atenda, preferencialmente, apenas componentes curriculares de um segmento, de modo que a quantidade máxima de etapas/conteúdos, por ele ministrado seja de, no máximo, 4 (quatro) conteúdos

9.13 INSTALAÇÕES FÍSICAS

Com a inauguração da sede do CEJAEP EaD na SQS 315 Área Especial -CEP: 70384-000 Brasília/DF, conforme Portaria Nº 752, de 03 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial nº 146 de 04/08/2022. A sede tem um espaço amplo, arejado e agradável, que atende plenamente às demandas operacionais para o desenvolvimento do trabalho administrativo e pedagógico.

Tanto na questão do espaço quanto do mobiliário, a SEEDF, por meio de seus órgãos próprios, presta contínuo atendimento para a melhoria da oferta educacional.

A sede está constituída por espaços destinados a Gestão Escolar: pedagógica, administrativa e convivência.

Tabela 13 – Estrutura Física do CEJAEP EaD

Descrição	Quantidade
Sala para a Direção e Vice-Direção, climatizada e com sanitário privativo,	01
Sala para a Supervisão Pedagógica com ar condicionado e mesa para atendimento a pequenos grupos	01
Secretaria Escolar com acessibilidade no guichê de atendimento e ar condicionado. Bancada para computadores, gaveteiros para guarda dos dossiês dos estudantes, assim como armários suspensos.	01
Salas para o desenvolvimento da mediação pedagógica dos Professores/Mediadores - EJA 3º Segmento, com equipamentos necessários para atendimento on-line e presencial aos estudantes, ou seja, bancada individual, cadeiras, computadores e monitores. Ressaltamos que os computadores estão defasados. As salas são climatizadas.	02
Sala para o desenvolvimento da mediação pedagógica dos Professores/Mediadores - EJA 2º Segmento, com equipamento necessário com equipamentos necessários para atendimento on-line e presencial aos estudantes, ou seja, bancada individual, computador e monitor. Ressaltamos que os computadores estão defasados. Sala climatizada.	01

) Sala de Professores/Mediadores para a Educação Profissional e Tecnológica, com equipamento necessário com equipamentos necessários para atendimento on-line e presencial aos estudantes, ou seja, bancada individual, computador e monitor. Ressaltamos que os computadores estão defasados. Sala climatizada.	01
Sala dos Professores, com mesa oval para reuniões, cadeiras revestidas em courvim, armários individuais e nichos/estantes para organização do material pedagógico. Sala climatizada. 1 computador coletivo; 01 impressora	01
Sala Multimídia/Sala de estudos), com 18 (dezoito) computadores; livros impressos. E bancadas individualizadas para estudo	01
Sala Multimídia integrada, com quadro e recursos áudio visuais. Com capacidade para aproximadamente 60 (sessenta) pessoas, que é utilizada para palestras, apresentações de trabalhos, reuniões coletivas, além de ser espaço destinado ao atendimento de estudantes com deficiência ou que necessitam de	01
Sala de Mediação/tutoria - EJA e EPT	02
Sala Arquivo Permanente CEJAEP EAD	01
Sala Arquivo Permanente da EC 315 Sul	01
Copa para profissionais da educação com equipamentos e utensílios para alimentação. Geladeira, forno de microondas e filtro para água	01
Sala para Práticas Pedagógicas EPT	01
Sala para Atendimento (SOE)	01
Mecanografia – com duplicadores e impressoras	01
Sala dos Colaboradores terceirizados, com pia, microondas e equipamentos e utensílios para alimentação, higiene e descanso. Acoplada à Sala dos Colaboradores há um depósito para acondicionar material de limpeza	01
Sanitário Feminino- estudante	04 cabines
Sanitário Masculino - estudante	04 cabines
Sanitário Profissionais da Educação – Masculino	04 cabines
Sanitário Profissionais da Educação - Feminino	04 cabines

Sanitário Profissionais da Educação - Feminino	01 cabine
Sanitário Pessoa com Deficiência Feminino	01
Sanitário Pessoa com Deficiência - Masculino	01
Pátio escolar com capacidade para 300 (trezentas) cadeiras universitárias.	01



Figura 39 - Pátio escolar – 2023. Acervo: CEJAEP



9.14 INFRAESTRUTURA DE ATENDIMENTO (INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA,

BIBLIOTECA ESCOLAR/SALA DE ESTUDO, SALA MULTIMÍDIA/AUDITÓRIO)

O Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília executa suas principais ações por meio do Sistema de Informação disponibilizado pela SEEDF para escrituração escolar, do AVA e do correio eletrônico (e-mail). Para tanto, dispõe de infraestrutura tecnológica possível, com rede lógica e acesso à internet com link dedicado.

A plataforma de aprendizagem a distância é baseada em software livre, *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*/Ambiente Modular de Aprendizagem Dinâmica Orientada a Objetos (MOODLE).

No AVA são disponibilizados endereços virtuais (*links*) para bibliotecas, arquivos públicos e outros repositórios virtuais, bem como a ferramentas abertas de vídeo e outros recursos didáticos para consulta e aprofundamento dos estudos, tendo em vista as possibilidades da chamada convergência digital. A Resolução CNE/CEB nº 1/2016, Art. 10, preconiza que:

As instituições que oferecem cursos e programas de Ensino

Médio de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos (EJA), nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, devem comprovar, em seus ambientes virtuais de aprendizagem ou em sua plataforma tecnológica, plenas condições de atendimento às necessidades de aprendizagem de seus estudantes garantindo atenção especial à logística desta forma de oferta educacional, priorizando o acervo bibliográfico virtual sobre o acervo físico.

A UE disponibiliza nas salas de aula para atendimento virtual, bancada com computador com acesso à internet por meio de banda larga de alta velocidade, para cada professor, para desenvolver as atividades inerentes às funções de professor mediador e professor autor.

Aos estudantes é disponibilizado, ainda, o atendimento presencial dos professores/mediadores, em horário estipulado denominado Plantão de Atendimento oferecido por cada componente curricular, bem como o auxílio à navegação no AVA. O atendimento realiza-se na Sala de Tutoria que dispõe de lousa ou Sala Multimídia/Sala Estudos com a supervisão do professor mediador. A Sala de estudos possui 10 (dez) computadores com acesso à internet nos quais os estudantes podem utilizar para realizar pesquisas e atividades no AVA.

Os encontros presenciais, tais como a aula inaugural e as avaliações presenciais obrigatórias serão realizados no pátio da escola, espaço plenamente adaptado com carteiras escolares, bebedouros, ventiladores e sanitários para atendimento de até 300 estudantes para realização da prova presencial.

9.15 ESTÁGIOS

9.15.1 Estágio

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB – nº 9394/96 exige que haja um período de estágio na formação do estudante acadêmico em áreas da licenciatura. Assim, geralmente,

a partir da segunda metade do curso, o universitário deve frequentar a escola para dar continuidade a sua formação num âmbito prático, exercendo os saberes e conhecimentos adquiridos durante o curso e consolidando sua formação nas vivências do cotidiano escolar. É nas etapas de estágio que o estudante observa, participa e exerce a regência, sob o olhar do seu futuro colega de profissão, que o orienta, o corrige, o estimula e dá continuidade à sua experiência de profissionalização na sala de aula.

É no estágio que o acadêmico de licenciatura sincroniza a sua técnica às suas habilidades laborais, é no estágio que ele se certifica das suas escolhas profissionais. O estágio proporciona um grande crescimento pessoal e profissional para o estudante, garantindo que esse chegue ao mercado de trabalho apto e seguro do seu labor.

A presença do estagiário na sala de aula também enriquece o ambiente, pois ele pode complementar o conteúdo em sala de aula, auxiliar o professor titular nas atividades com os estudantes, trazer novas ideias, projetos e atualidades pedagógicas que estão em voga na academia.

Também no estágio o estudante da licenciatura pode experimentar suas primeiras atividades pedagógicas, verificar sua aplicabilidade, compreender as individualidades e as questões humanas que compõem o imenso universo da comunidade escolar.

O estágio permite que as Instituições de nível superior estejam mais integradas à sociedade, devolvendo a ela por meio das escolas e de seus estagiários, todo recurso nelas aplicado, seja ele por meio das mensalidades nas instituições privadas, seja ele por meio dos impostos e tributos oriundos da própria sociedade, nas instituições públicas.

Sendo assim, o CEJAEP EaD é uma escola que busca acolher e prestigiar a presença dos estagiários, tanto no seu ambiente físico quanto no seu ambiente digital. Dando a ele todo acesso de que precisa para que sua formação seja de excelência e qualidade no que tange a educação de jovens e adultos através da EaD.

Os procedimentos para o estágio foram definidos pela Unidade Regional de Educação Básica do Plano Piloto - UNIEB/PP com o objetivo de organizar, orientar, normatizar e dar transparência ao procedimento para a realização de Estágio Supervisionado na modalidade remota de graduandos das Instituições de Ensino Superior - IES conveniadas com a SEEDF.

Conforme Circular nº 35/2021 - SEE/CRE PP/UNIEB de 15 de março de 2021, na realização do estágio remoto na UE a Equipe Gestora deverá apresentar as regras/normas, horários escolares ao estudante, e encaminhá-lo ao professor supervisor que fará o acompanhamento. A direção deverá também definir em qual(is) Etapa ou Etapas será(ão) realizado(s) o estágio no ambiente virtual de aprendizagem (Plataforma Moodle)

Para um estudante de licenciatura estar apto a estagiar no CEJAEP é preciso seguir as devidas orientações dadas pela SEEDF conforme pode ser visto no fluxograma de atendimento abaixo,

FLUXOGRAMA DO ESTUDANTE-ESTAGIÁRIO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA SEDF

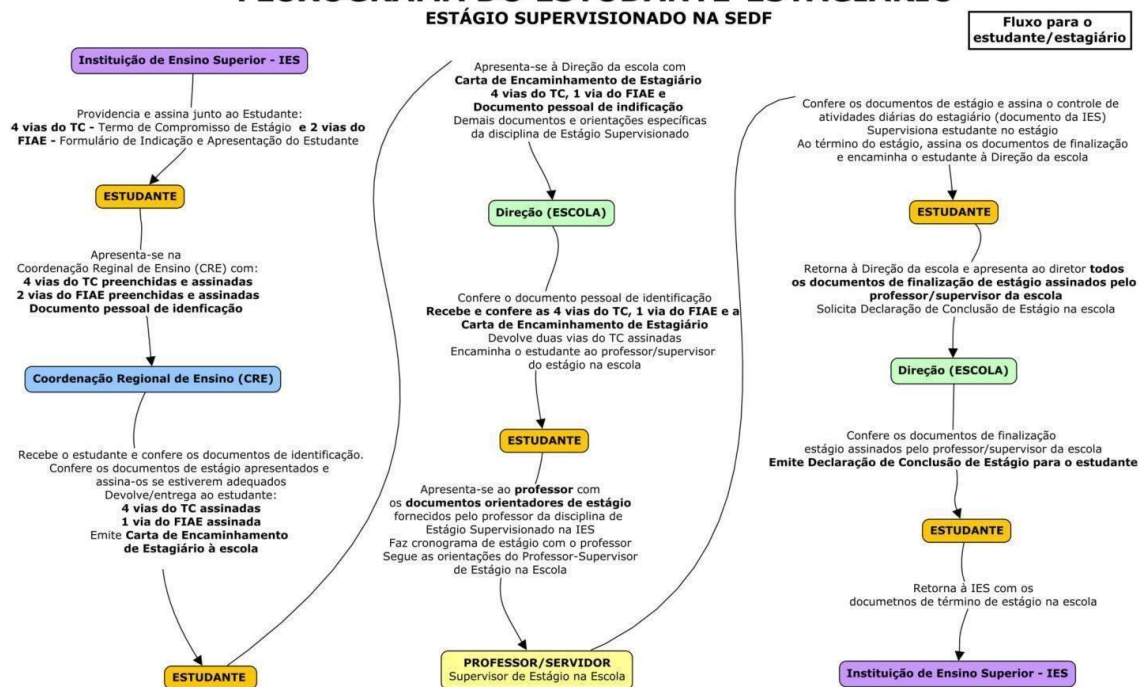


Figura 41 – Fluxograma do Estudante-Estagiário. Fonte:

Os documentos e demais orientações podem ser acessados através do endereço digital: <https://www.eape.se.df.gov.br/estagios-na-seedf/>

10 POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS

10.1.1 Projeto de Vida

Carga horária: 32h

10.1.1.1 Descrição do Projeto de Vida

O Projeto de vida é uma estratégia de reflexão sobre a trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante, englobando a formação integral, expressa por valores e pelo desenvolvimento intencional dos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais, como norteado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Tal perspectiva evidencia o protagonismo estudantil e o destaque no seu projeto de vida. Desse modo, o projeto de vida tem a potencialidade de motivar e despertar o interesse dos estudantes para a construção do que esperam para si no futuro. Visa, portanto, a apoiá-los no desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais capazes de orientá-los, a partir de um senso crítico-reflexivo, em suas escolhas de vida. Além das competências puramente cognitivas, a BNCC propõe que sejam desenvolvidas as habilidades de comunicação, criatividade,

autoconhecimento, autocontrole, curiosidade, empatia e, sobretudo, de relacionamento interpessoal.

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2018a, p. 9).

Convém destacar que o projeto de vida não trata apenas do processo de escolha profissional, tampouco está dissociado do mundo produtivo, porque contribui para o autoconhecimento dos estudantes, sua capacidade de se situar no mundo, reconhecer as possibilidades e desenvolver competências que permitam fazer escolhas assertivas ao longo da sua trajetória. O projeto de vida traz significado e preenche com valores a formação acadêmica dos demais componentes e unidades curriculares. Assim, os processos de ensino e aprendizagem são enriquecidos com o desenvolvimento vocacional e profissional, o que possibilita aos estudantes refletirem sobre a construção do que almejam para si e para o seu futuro em todas as dimensões da sua vida (SILVA, CARVALHO, 2019).

10.1.2 Objetivo do Curso

10.1.2.1 Objetivo Geral

O papel de aprendizagem do projeto de vida é trabalhar com as dimensões pessoais, sociais, profissionais, e com a organização, planejamento e acompanhamento. Os pontos que são trabalhados:

- Compreender o conceito de valores e crenças e identificá-los em seus cotidianos;
- Utilizar estratégias para planejar-se e estabelecer metas pessoais e de aprendizagem, tendo em vista projetos presentes e futuros;
- Compreender o valor do trabalho para as pessoas e a sociedade e conhecer suas aptidões, identificando caminhos para fortalecer as que têm e desenvolver as que gostaria de ter. Investigar sobre o cotidiano de profissões que julga interessantes;
- Desenvolver hábitos saudáveis mentais e físicos e organizar o tempo; ○ Analisar aptidões e aspirações e assumir riscos e responsabilidades para realizar escolhas mais assertivas, entre outros.

10.1.3 Objetivo Específico

O projeto de vida ajuda o aluno a construir o caminho entre o "quem eu sou" e o "quem eu quero ser". Através de um processo bastante estruturado, unindo autoconhecimento, planejamento e prática. O aluno aprende a se conhecer melhor, identificar seus potenciais, interesses e sonhos, definindo metas e estratégias para alcançar seus objetivos.

10.1.4 Ideal Formativo

Assegurar que todos os estudantes, ao final do Ensino Médio, possuam repertório pessoal-biográfico, científico, cultural e político capaz de permitir-lhes estruturar seus projetos de vida de forma sustentável em relação à continuidade dos estudos, o ingresso qualificado no mundo do trabalho, a orientação para uma vida saudável e feliz, tanto do ponto de vista individual,

como do ponto de vista comunitário e social. De forma que ao se reconhecerem como sujeitos históricos, cuja construção indenitária deriva de um processo contínuo de interação e participação, respondam às demandas sociais, econômicas, culturais e políticas, próprias da vida em sociedade, de forma responsável e ética.

10.1.5 Projeto de Curso para Educação Profissional - Itinerário Formativo Carga horária: 48h

10.1.5.1 Descrição do Projeto de Curso da Educação Profissional

Um Itinerário Formativo para Educação Profissional é uma estratégia de organização de conteúdos e atividades educacionais que permite aos estudantes desenvolverem as habilidades e competências necessárias para atuar na área profissional. Atuando na formação integral, expressa por valores e pelo desenvolvimento dos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais, como norteado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O CEJAEP EaD é uma instituição que, amparada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, atua em conformidade com os princípios delineados pelo Art. 206 da Constituição Federal e reafirmados pelo Art. 3º da LDB de 1996, com esse itinerário formativo, os estudantes serão expostos aos fundamentos teóricos quais sejam:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV. respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX. garantia de padrão de qualidade;
- X. valorização da experiência extraescolar;
- XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

10.1.6 Objetivos do Curso

10.1.6.1 Objetivo Geral

Formar profissionais capazes de planejar, organizar, gerenciar e executar as atividades administrativas, de escrituração escolar, arquivo, expediente e de atendimento a toda comunidade nos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Capaz, ainda, de assessorar a direção da escola em serviços técnico administrativos relacionados à vida escolar dos estudantes, inteirando-se e fazendo cumprir a legislação educacional vigente, sendo capacitado para atuar nas redes particulares e públicas de ensino.

- 10.1.6.2 Objetivos Específicos** ○ Oferecer os principais elementos, fundamentos e princípios relativos à profissão. ○ Estabelecer relações e mediações necessárias entre as normas, resoluções, pareceres publicados pelos conselhos de educação e os regimentos escolares, na área de atuação do curso. ○ Subsidiar o estudante para a análise de dados e produção de relatórios referentes à vida acadêmica dos sujeitos de instituições de educação.
- Promover a apropriação de ferramentas tecnológicas de gestão em secretaria escolar.
 - Orientar para a utilização de técnicas diversas de proteção e conservação de documentos.
 - Capacitar para execução de processos de matrículas, trancamentos ou transferências.
 - Promover a apropriação de métodos de organização de registros de turmas e históricos escolares.
 - Oferecer subsídios técnicos para a realização de registros oficiais das atividades desenvolvidas no âmbito escolar.
 - Estimular a apropriação da legislação inerente às atividades de secretaria escolar.
 - Demonstrar a importância da capacidade de coordenar grupos de trabalho.

10.1.7 Oferta do Projeto como Itinerário Formativo

A pessoa que tem um propósito, tem um sentido na vida, um rumo a tomar, uma direção a seguir, e esse propósito ou plano de vida auxilia o desenvolvimento humano. O itinerário formativo vem auxiliar o estudante a trilhar sua jornada, visa trabalhar a dimensão pessoal social e profissional, direcionando-o em suas escolhas. As disciplinas abaixo serão ofertadas de forma obrigatória com a matrícula facultativa.

Módulo I: (48 horas)

- Inclusão e Letramento Digital (informática básica)

Módulo II: **(48 horas)**

- Informática Aplicada ao Trabalho

Módulo III: (48 horas)

- Sociologia: Homem como sujeito de Trabalho

BNCC

O Itinerário Formativo na BNCC, o protagonismo e a autoria estimulados no Ensino Fundamental traduzem-se, no Ensino Médio, como suporte para a construção e viabilização do itinerário formativo dos estudantes, eixo central em torno do qual a escola pode organizar suas práticas. Ao se orientar para a construção do itinerário formativo, a escola que acolhe as juventudes assume o compromisso com a formação integral dos estudantes, uma vez que promove seu desenvolvimento pessoal e social, por meio da consolidação e construção de conhecimentos, representações e valores que incidirão sobre seus processos de tomada de decisão ao longo da vida. Dessa maneira, o itinerário formativo é o que os estudantes almejam, projetam e redefinem para si ao longo de sua trajetória, uma construção que acompanha o desenvolvimento da(s) identidade(s), em contextos atravessados por uma cultura e por demandas sociais que se articulam, ora para promover, ora para constranger seus desejos. Logo, é papel da escola auxiliar os estudantes a aprender a se reconhecer como sujeitos, considerando

suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social na concretização de seu objetivo. É, também, no ambiente escolar que os jovens podem experimentar, de forma mediada e intencional, as interações com o outro, com o mundo, e vislumbrar, na valorização da diversidade, oportunidades de crescimento para seu presente e futuro.

Tabela 14—Componentes Curriculares para o Itinerário Formativo da EPT

Módulos	Ementa	Elementos destaque	em	Competências socioemocionais a serem desenvolvidas intencionalmente a cada módulo
Módulo I Inclusão e Letramento Digital	Descobertas e criações do homem na sua relação com a natureza e o trabalho. O que é tecnologia. Tecnologia da informação. Conceitos básicos de informática. O computador: origem, funcionamento, componentes básicos. Sistemas Operacionais. Manipulação de área de trabalho, gerenciamento de arquivos e pastas. Internet, navegadores e segurança na rede. Sites de busca e e-mail. Aplicação de ferramentas eletrônicas para busca de informação na Internet, navegação na web e envio e e-mails com arquivos em anexo.	O componente do Itinerário Formativo do Módulo I, preparar o educando para manipular o computador em suas funções básicas. Apresentar instruções de operação, segurança e limpeza das máquinas. Capacitar o educando para navegar na internet.		Autoconfiança, Iniciativa de inclusão social e tecnológica, Organização, Responsabilidade, Curiosidade para Aprender.
Módulo II Informática Aplicada ao Trabalho	Os sistemas Windows e o conjunto Microsoft Office: manejo dos programas e determinação de suas utilidades. O sistema Linux e o conjunto de seus aplicativos: manejo dos programas e determinação de suas utilidades. Gerenciamento de pastas e arquivos, painel de controle e impressão, edição de texto, planilha eletrônica, apresentação eletrônica.	O componente do Itinerário Formativo do Módulo II. Disponibilizar aos estudantes conhecimentos acerca do funcionamento de computadores com vistas a capacitá-los para reconhecer falhas e defeitos em computadores. Utilização de programas, construção de planilhas eletrônicas, formatação de textos e de apresentações em programas dos sistemas operacionais Office e Linux.		Capacidade de se apropriar e mobilizar estratégias para viabilizar a concretização de ferramentas tecnológicas para o mundo do trabalho. Capacidade de compreender as tecnologias atuais como um exercício contínuo, que impacta no presente e no futuro.

Módulo III	A sociologia como resposta intelectual às transformações sociais resultantes da Revolução Industrial, do Industrialismo e da Revolução Francesa. Elementos e características do Funcionalismo e do	vão desde redes de sociabilidade a redes profissionais. O componente do Itinerário Formativo do Módulo III.	
	Materialismo Dialético.	Apoia e prepara o estudante amadurecer reflexões Compreender os baseadas em conceitos de	Capacidade de
	As reformas do Estado, o Sociologia: papel da escola e o Homem como	trabalho. contemporâneo, que	conhecimentos sobre o mundo do trabalho
	compromisso social dos sujeito de trabalhadores da Trabalho educação. Processo de construção da cidadania. Aspectos e valores culturais. Linguagem e Comunicação. Profissionais. Identificação e ampliação de redes, que	orientem seus Valorizar o papel do interesses de trajetória indivíduo na sociedade contemporânea acadêmica. evidenciando a importância do trabalho no desenvolvimento humano.	

11 DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO AVALIATIVO NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

O entendimento acerca da avaliação tem passado por contínuas alterações relacionadas ao próprio percurso e histórico da educação. Entendida cada vez mais como um processo contínuo e formativo, distancia-se de um mero procedimento somatório e final de retenção dos conteúdos e se aproxima de um acompanhar o desempenho do aluno ao longo de toda a construção da sua aprendizagem. Ou seja, sob a perspectiva formativa, a escola entende que “Avaliar não é apenas medir, mas, sobretudo, sustentar o desenvolvimento positivo dos alunos” (DEMO, 2000, p.97). Portanto, “Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos” (LUCKESI, 1999, p.43).

Segundo Moran (2000), as atividades pedagógicas devem permitir, tanto ao estudante quanto ao professor-mediador desenvolver autoavaliações constantes, como um instrumento de reflexão e ação rumo às necessárias melhorias.

No tocante especificamente à avaliação na EaD, o que se distinguiria seria apenas a forma, e não a essência do processo de aprendizagem. Inclusive, também a avaliação em EaD deve buscar ser reflexiva, emancipatória, crítica, significativa e com o estudante protagonista do seu processo de ensino e de aprendizagem. Aliás, trata-se de uma modalidade de ensino que permite a redução das distâncias, possíveis isolamentos geográficos e culturais, amenizando,

em alguma medida, disparidades econômicas, uma vez que abre espaço para uma maior democratização do ensino em virtude de usar tecnologias da informação e diminuir barreiras de distância e custos.

Ainda, a avaliação formativa e contínua em EaD tem potencial para ser um instrumento de motivação do estudante, uma vez que esse acompanhará o seu progresso e a superação das próprias dificuldades. Da mesma forma, o professor terá meios progressivos para analisar seus procedimentos durante as avaliações e realizar os ajustes necessários.

Na modalidade EaD, a avaliação da aprendizagem dos estudantes desenvolve-se de forma processual, contínua e abrangente sendo realizada em três momentos distintos: o primeiro por meio de atividades no AVA e o segundo com uma avaliação presencial e o terceiro momento para a avaliação de recuperação final em atendimento à disposição legal, por exemplo, o Regimento Escolar das Instituições de Ensino da Rede Pública do DF, em seus artigos 207 a 213, e as Diretrizes Operacionais da EJA no DF (2021).

No primeiro momento, ou seja, durante o desenvolvimento do curso no AVA, a avaliação da aprendizagem é formativa e contínua. Conforme Haydt (1997), ela tem a função de controle e é realizada ao longo do curso, com o objetivo de analisar se os estudantes estão alcançando os objetivos previstos no planejamento do curso. Essa ideia é confirmada por Ribeiro (1994), quando afirma que a avaliação ao longo do processo visa acompanhar o desenvolvimento do estudante para que sejam identificadas suas dificuldades e medidas possam ser tomadas. Nas palavras de Sant'anna (1995), a localização da deficiência na organização do processo de ensino e aprendizagem possibilita sua reformulação para que os objetivos sejam alcançados.

Conforme as Diretrizes Operacionais da EJA no Distrito Federal (2021, p. 48), no AVA, são utilizadas várias estratégias avaliativas e que já englobam a ideia de recuperação contínua, como atividades, fóruns, tarefas, enquetes, diário reflexivo, *webfólio*, autoavaliação do estudante, banco de questões atualizado, devendo ser observado pelo estudante o cumprimento dos prazos determinados para a entrega das atividades de acordo com o cronograma divulgado no início de cada período letivo.

A avaliação de aprendizagem para estudantes com deficiência, transtornos funcionais específicos e Transtorno do Espectro Autista (TEA) na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao longo da vida deve ser adequada e respeitar as especificidades e necessidades educacionais desses estudantes. O artigo 8 da LDB nº 9.394/1996 ratifica a importância da educação e aprendizagem ao longo da vida.

Deve-se considerar que a avaliação não deve ser utilizada apenas para mensurar o conhecimento do aluno, mas também para identificar as dificuldades e habilidades de cada estudante, de forma a adequar o processo de ensino e aprendizagem às suas necessidades. Dessa forma, é fundamental que a avaliação seja inclusiva e utilizada como uma ferramenta para promover a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas ou intelectuais.

Para isso, é necessário que a escola ofereça recursos de acessibilidade que possibilitem a realização da avaliação pelos estudantes, como materiais didáticos adaptados e tecnologia assistiva.

Outro ponto importante é que a avaliação deve ser contínua e cumulativa, ou seja, deve considerar todo o processo de aprendizagem do estudante ao longo do período letivo, e não

apenas um momento específico. Também é necessário que sejam utilizadas diferentes estratégias de avaliação, que possam contemplar as diversas habilidades e formas de expressão dos estudantes.

Em resumo, a avaliação de aprendizagem para estudantes com deficiência, transtornos funcionais específicos e TEA na modalidade de EJA ao longo da vida deve ser inclusiva, contínua e cumulativa, e respeitar as especificidades e necessidades educacionais desses estudantes.

Como preconizam as Diretrizes de Avaliação Educacional do DF (2014-2016, p. 42;50), a avaliação dos estudantes é realizada através de vários procedimentos e instrumentos, de maneira formal e informal, mesmo que, em geral, a escola enfatize os procedimentos formais. Por outro lado, é mister lembrar que "o processo avaliativo é de responsabilidade da escola", um processo não individual, mas de construção coletiva, que segue especificações em seu sistema de avaliação.

11.1.1 Especificações do Sistema Avaliativo

Sobre as especificações do sistema avaliativo no AVA, sugerem-se para a EJA, de acordo com o disposto nas Diretrizes Operacionais da EJA no Distrito Federal (2021, p. 48-49), e para a Educação Profissional, no que couber, as seguintes orientações:

- a) Para a EJA, a carga horária definida para cada componente curricular orienta a quantidade de unidades que o material pedagógico deve apresentar. Para cada 8 horas de curso, uma unidade de conteúdo deve ser elaborada. É importante destacar que o número de atividades avaliativas deverá corresponder ao número de unidades do componente curricular. Entretanto, caso o componente curricular tenha apenas 02 (duas) unidades, propõem-se a disponibilização de 3 (três) atividades avaliativas
- b) Para a EJA, durante o primeiro momento as atividades são realizadas exclusivamente no AVA. Para cada atividade avaliativa do 2º segmento, serão permitidas até cinco tentativas de envio. Por sua vez, os estudantes do 3º segmento contarão com até três tentativas, de acordo com o *feedback* do professor, correspondendo, assim, à recuperação processual ao longo do AVA. Para a Educação Profissional, também serão permitidas até três tentativas de envio.
- c) O segundo momento, que é obrigatório, presencial, é destinado à realização da avaliação final de cada componente curricular, acontece com data previamente estabelecida pela Instituição Educacional para a EJA e para a EP. O instrumento de avaliação utilizado é a prova impressa, contendo questões objetivas e, obrigatoriamente, conforme a legislação, questões discursivas, com produção textual. Outros instrumentos, porém, podem ser adotados, dependendo do planejamento de cada componente curricular em conjunto com a Coordenação Pedagógica.
- d) Os resultados das avaliações na EJA e na EP são expressos em conceitos como: Apto (A) ou Não Apto (NA) e registrados pelo professor mediador nas Atas Finais, que são entregues à Secretaria da UE para fins de escrituração escolar.

- e) Na EJA, para a aprovação no componente curricular matriculado, o estudante deve atingir, no mínimo, 50% de aproveitamento em cada um dos momentos de avaliação, sendo a aprovação no primeiro momento (AVA) o requisito para a realização do segundo momento que é a prova final, e caso não tenha aprovação na prova final o estudante terá direito ao terceiro momento avaliativo que é a recuperação final.
- f) Na EJA, caso o estudante não atinja o percentual mínimo de aprovação no primeiro momento, receberá o conceito Não Apto (NA) e no período subsequente será novamente matriculado no componente curricular, observada a disponibilidade de vaga. Por outro lado, caso o estudante esteja apto no AVA, no primeiro momento e não consiga atingir o percentual mínimo de aproveitamento no segundo momento, será dada uma nova oportunidade avaliativa através da recuperação final.
- g) Na EPT, de acordo com o Regimento Escolar das Instituições de Ensino da Rede Pública do DF, em seu artigo 206, o respectivo Plano de Curso versará sobre critérios específicos para avaliação e a nota mínima para aprovação.
- h) Na EPT, caso o estudante não atinja o percentual mínimo de aprovação no primeiro momento, receberá o conceito Não Apto (NA) e no período subsequente será novamente matriculado no componente curricular, observada a disponibilidade de vaga e que seja observado há necessidade o cumprimento de pré-requisitos como nos casos dos componentes sequenciais. Observar-se-á que no semestre letivo o estudante cursará até 10 (dez) componentes curriculares, a fim de não comprometer o processo de aprendizagem. Por outro lado, caso o estudante esteja apto no AVA, no primeiro momento e não consiga atingir o percentual mínimo de aproveitamento no segundo momento, será dada uma nova oportunidade avaliativa através da recuperação final.
- i) Em caso de ausência justificada na avaliação presencial seja da EJA ou da EPT, o estudante terá direito à prova substitutiva, aplicada em data reserva, de acordo como cronograma da UE. De acordo com o Regimento das Escolas Públicas, Art 282, o estudante que por motivo justo faltar a qualquer atividade pedagógica deverá apresentar justificativa em até 5 (cinco) dias letivos, após o ocorrido, para a Direção da instituição educacional. O Regimento classifica quais são as justificativas. No caso do CEJAEP EaD, os estudantes enviarão as justificativas na plataforma virtual em campo específico.

Na EJA e na EPT, terão direito à recuperação apenas o estudante que estiver Apto no AVA e que fizer a prova presencial e não obtiver a nota maior ou igual a 5,0 (cinco). Após a recuperação é assegurada ao estudante a avaliação de sua situação escolar em Conselho de Classe.

Na EJA, o estudante é matriculado por componente curricular. E será promovido quando aprovado em todos os componentes curriculares necessários para a conclusão da etapa, no caso da EJA. Na EPT, o estudante é matriculado no semestre, tendo o registro acadêmico de sua avaliação final por cada componente curricular. Quando da aprovação no componente

curricular e não em todas as matérias do semestre o estudante não deverá ser retido no componente curricular.

11.1.2 Progressão Continuada

É o procedimento pedagógico que permite o avanço de estudos a períodos mais adiantados, quando assim indicarem a potencialidade do estudante, seu progresso nos estudos e suas condições pedagógicas de ajustamento às etapas subsequentes. A progressão continuada é admitida no 2º e 3º Segmento da EJA como uma oportunidade para o estudante prosseguir para a etapa subsequente dentro de um mesmo segmento.

Para atendimento das necessidades do CEJAEP EaD no que se refere ao processo de avaliação, entende-se que a progressão do estudante, quando comprovada a competência e habilidade **acima** da exigida na etapa em curso, poderá ser realizada dentro dos critérios de Avanço de Estudos, expressos no Art. 233 do Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, considerando, no entanto, as especificidades e adequações previstas no PPP do CEJAEP EaD. Os critérios para adoção do avanço de estudos estão expressos no Art. 233 do Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

§ 1º A aplicação do avanço de estudos deve ser precedida do consentimento dos pais e/ou responsável legal, no caso de estudante menor de idade.

§ 2º A possibilidade de avanço de estudos é direcionada exclusivamente ao atendimento de estudantes que demonstrem competências e habilidades **acima** das previstas para o ano/série em curso, dentro do que dispõem os documentos organizacionais da instituição Educacional, nos termos da legislação vigente.

§ 3º É vedada a antecipação de conclusão da educação básica para atender estudantes aprovados em processos seletivos para ingresso na educação superior ou mesmo em concursos públicos, visto tratar-se de procedimento ilegítimo de avanço de estudos, sem vínculos, com os objetivos de ensino da etapa cursada e divergente das finalidades da educação básica.

Segundo as Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos desta SEEDF, a progressão continuada é um elemento indissociável nas práticas de avaliação formativa quando se diagnostica para intervir e se intervém para garantir as aprendizagens. A progressão continuada não permite que os estudantes avancem sem terem garantidas as suas aprendizagens. “É um recurso pedagógico que, associado à avaliação, possibilita o avanço contínuo dos estudantes”. (Pressupostos Teóricos, Currículo em Movimento).

Neste sentido, a progressão continuada no CEJAEP EaD é admitida no 2º e 3º Segmentos da EJA. Para sua aplicação, deve ser levando em conta:

- a) poderá ocorrer no período vigente e dentro do prazo estabelecido no calendário escolar, sendo permitida, apenas uma vez por módulo para a etapa seguinte, dentro do mesmo segmento, obedecendo o limite de até dois componentes curriculares diferentes, no 2º segmento e de até três componentes curriculares diferentes no 3º segmento.
- b) **poderá ocorrer, no 2º segmento**, da 5ª para a 6ª, da 6ª para a 7ª e da 7ª para a 8ª etapa. No 3º segmento, dar-se-á da 1ª para a 2ª e da 2ª para a 3ª etapa.

Registra-se que não é permitida a Progressão Continuada:

a) Para mudança de segmento;

b) Visando a conclusão da Educação Básica (3º Segmento);

c) Para estudantes já beneficiados no módulo em curso, com Progressão Continuada.

Após a conclusão do processo de progressão continuada, os documentos gerados (prova e ata) serão assinados pelo professor mediador, supervisão pedagógica e arquivados no dossiê do estudante.

11.2 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS:

Trata-se da avaliação do percurso escolar do estudante, a qual poderá ser realizada a partir da apresentação de documentos que comprovem a autenticidade e regularidade dos estudos com o objetivo de de creditar estudos de equivalente valor formativo por componente curricular.

Na EJA – documentação de aprovação emitida pela realização de exames de Educação de Jovens e Adultos, podendo ser certificado de conclusão ou de declaração de proficiência em componentes curriculares.

Na EPT técnica de nível médio é admitido o aproveitamento de estudos, conhecimentos e experiências anteriores, observando o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional e respeitando os critérios dispostos nos respectivos Planos de Curso.

Aos estudantes com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação é assegurada a adequação de procedimentos e de instrumentos avaliativos, prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, conforme legislação vigente.

11.3 CONSELHO DE CLASSE:

O Conselho de Classe é instância deliberativa, obrigatória e tem por objetivo o acompanhamento e a avaliação do processo de desenvolvimento do estudante, incluindo todo o percurso formativo, as avaliações presenciais, recuperação e o seu resultado final. Participam do Conselho de Classe os professores, a direção da instituição educacional, a coordenação pedagógica, o orientador educacional e, caso necessário, profissionais especializados e representantes dos estudantes e/ou pais, em acordo com a legislação vigente.

O Conselho de Classe é realizado de forma presencial nas dependências do CEJAEP EaD, e com registro em ata.

A estrutura de avaliação do Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília é a mesma em todas as etapas e modalidades, ressaltando que as especificidades da EPT serão tratadas nos Planos de Curso.

11.4 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

Para ofertar educação de qualidade, presencial ou a distância, toda instituição deve contar com um processo global de avaliação como forma de subsidiar ações e decisões relativas ao contexto do que está sendo avaliado, conforme sugerido nos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior e a Distância (BRASIL, 2007).

Segundo Azevedo e Sathler (2008, p.5), “a implantação da avaliação institucional como organismo de suporte às ações administrativo/pedagógicas, os cursos da modalidade EaD podem avançar mais rapidamente rumo à correção de sua trajetória”. No mesmo texto, esses autores afirmam ainda que:

Entender a avaliação enquanto um instrumento de gestão da educação pode ser de grande valor instrumental para as instituições de ensino. Mesmo não sendo apenas um instrumento de gestão da educação, entende-se que, a avaliação em sua essência pode representar um avanço para a gestão na educação, principalmente no cenário da educação a distância (AZEVEDO; SATHLER. 2008, p.5).

A avaliação contínua e processual deverá ser realizada pela equipe docente, pela coordenação do curso e pelos estudantes, com o objetivo de analisar: os instrumentos utilizados durante os processos de ensino e de aprendizagem; o material didático; a linguagem; o meio de veiculação; o desenvolvimento dos conteúdos; o formato pedagógico adotado; e, o resultado da avaliação da aprendizagem.

Além disso, efetuar-se-á construção de informações por meio de respostas dos estudantes a pesquisas (questionário com questões abertas e/ou fechadas), na qual se busca evidenciar a percepção do público atendido em relação à EaD. Essas pesquisas podem ser realizadas nos encontros presenciais, em questionários disponibilizados no módulo de ambientação no AVA, por *links* enviados pela mensageria ou por outros meios.

Ciente da importância da avaliação institucional para a qualidade da educação que se propõe a ofertar, o Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília deverá realizar ainda a Avaliação Pedagógica Semestral, prevista no Calendário Escolar da SEEDF.

12 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

A Coordenação Pedagógica constitui-se num dos mais importantes espaços e tempos pedagógicos dentro da escola. É nele que se dão as “reflexões sobre os processos pedagógicos de ensino e aprendizagem e formação continuada, tendo por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didático pedagógicas, a fim de dar suporte ao Projeto Político Pedagógico - PPP”, conforme o art. 119 do Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Levando-se em consideração que o(a) docente tem papel primordial na condução do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, a Coordenação Pedagógica tem um caráter prioritariamente avaliativo, formativo, investigativo e de planejamento, sem distinção de importância entre eles, objetivando o aprimoramento do referido processo e o fornecimento de ferramentas e conhecimentos aos docentes que os permitam melhor operacionalizar sua atividade pedagógica, implementando novas práticas, sendo capazes de pensar e propor mudanças que vão além do espaço escolar em que atuam.

Desta forma, a Coordenação Pedagógica proposta pelo CEJAEP EaD possui dois importantes momentos: um de coordenação coletiva que acontece toda quarta-feira pela manhã e outro de coordenação individual/por área que acontece em turno escolhido pelo(a) docente. Ambos os momentos acontecerão prioritariamente de forma presencial.

O espaço-tempo da Coordenação Pedagógica coletiva é peça principal onde as dimensões avaliativa, formativa, investigativa e de planejamento coletivo estão presentes.

Dimensão avaliativa: busca-se pensar e/ou realizar avaliação diagnóstica dos(as) estudantes com levantamento de defasagens quando possível e institucional, para aprimoramento dos processos e da relação da escola com a comunidade, e aprimorar as avaliações para que se tornem a mais formativa possível no AVA.

Dimensão formativa: propõe-se temas para estudo, como os documentos norteadores da SEEDF para o trabalho pedagógico, oficinas para melhor utilização de recursos existentes ou novos na perspectiva de aprimoramento do AVA e das unidades de estudo.

Dimensão de planejamento: planejar conjuntamente o calendário próprio da escola no início do ano letivo, as ações a serem desenvolvidas ao longo de cada período letivo e os cronogramas envolvendo tais ações; planejar individualmente as ações envolvendo as aulas e atendimento aos(as) estudantes no AVA e, eventualmente, por área, alguma proposta de aula ou projeto envolvendo a área de conhecimento; planejar a atualização dos cursos no AVA tanto para o seu aprimoramento quanto para adequação a novos contextos.

O coordenador pedagógico, seguindo as atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, atuará diretamente com o corpo docente como fio condutor do processo envolvido na Coordenação Pedagógica em todas as suas dimensões. É, portanto, imprescindível no direcionamento de ações que conduza o corpo docente para construção e/ou aquisição de novos saberes e para transformação paradigmática dos saberes constituídos de forma a que os(as) docentes possam, por sua vez, conduzir um processo de ensino e aprendizagem, mesmo a distância, o mais emancipatório possível.

12.1 VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A formação dos professores devia insistir na construção deste saber necessário e que me faz certo desta coisa óbvia, que é a importância inegável que tem sobre nós o contorno ecológico, social e econômico em que vivemos. E ao saber teórico desta influência teríamos que juntar o saber teórico-prático da realidade concreta em que os professores trabalham (FREIRE, 1997, p. 155).

A LDB, Lei n.º 9.394/96, valoriza a qualificação dos profissionais da educação, além de reforçar a necessidade de elevar o nível de formação dos professores, determinando que "cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverão (...) realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância" (art. 87, Inciso III). Os docentes devem ter uma formação específica que os torne competentes no domínio operacional das novas tecnologias da informação e das comunicações, e comprometidos com as formas novas de interatividade pedagógica que a cultura virtual exige em geral e, de modo especial, com a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB nº 6/2010).

A formação inicial para a docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos de graduação e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação. A formação

inicial não esgota as possibilidades de qualificação e desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada dos professores (Resolução CNE/CEB nº 6/2012, art. 40, § 4º).

A viabilização de ações destinadas à formação continuada deve ser aplicada a todos os professores do Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília sejam da Educação de Jovens e Adultos em EaD, sejam da Educação Profissional em EaD. A LDB nº 9.394/96 destaca o papel dos profissionais da educação na construção do Projeto Político Pedagógico da escola, na gestão democrática, no estabelecimento de estratégias didáticas e no próprio desenvolvimento profissional, inclusive mediante a capacitação em serviço. É notória a preocupação em valorizar os profissionais da educação, pois reflete o mundo em que vivemos, marcado por um contínuo processo de mudança, por avanços científicos e tecnológicos, pela valorização do conhecimento, das competências, da autonomia, da iniciativa e da criatividade. Diante dessa realidade, crescem as pressões por maior qualidade nos processos de ensino e de aprendizagem e por uma educação que ocorra ao longo de toda a vida. A escola contemporânea deve ser um espaço de aprender a aprender; de criação de ambientes que favoreçam o conhecimento multidimensional, interdisciplinar; um local de trabalho cooperativo/solidário, crítico, criativo, aberto à pluralidade cultural, à capacitação constante e ao comprometimento com o ambiente físico e social em que estamos inseridos.

No que se refere ao desenvolvimento do professor, como um processo que ocorre pela apropriação dos instrumentos culturalmente criados por mediações na relação social, buscou-se apoio nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural. A principal razão por optar por essa abordagem deve-se ao pressuposto de que o papel do outro é fundamental na constituição do ser humano, em uma ação ativa na interação social, determinada pelas condições históricas e culturais em que estão imersos (VYGOTSKY, 1996). Dessa forma, pode-se dizer que o preparo profissional de um docente voltado para a EJA e a Educação Profissional, na modalidade de EaD, necessita incluir, além das exigências formativas para professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Aliado a isso, esse profissional deve buscar interagir empaticamente com essa parcela de estudantes, estabelecer o exercício do diálogo e valorizar afetiva e profissionalmente o desenvolvimento do ser humano integrante de uma sociedade tecnologizada (COSTA, 2016).

Portanto, a formação continuada do professor contribui teoricamente para o desenvolvimento do profissional da educação, porém um dos desafios do educador é justamente pôr em prática a teoria aprendida. Por esta razão “é fundamental que o formador tenha claros conceitos, ideias e concepções que orientem suas ações e que encare as contribuições teóricas como subsídios que possibilitam a reflexão sobre a prática e não como a solução final para todos os problemas, aceita de forma hegemônica” (Altenfelder, 2005, n.p.). Pois, a formação contínua é a articulação do desenvolvimento profissional do professor com a práxis, ou seja, com a realidade escolar na qual o educador está inserido. Além disso, é de extrema importância que a formação continuada esteja em alinhamento com os planos de carreira, vida e ideais do docente.

12.1.1 Das tecnologias digitais na formação do professor

O conceito de tecnologia surgiu na Grécia. As palavras técnica e tecnologia têm sua raiz no verbo grego *tichtein*, que significa criar, produzir. Para os gregos, a *techné* (arte, destreza) era o conhecimento prático que visava a um fim concreto, que, combinada com logos (palavra, fala), diferenciava um simples saber de um fazer com raciocínio. Para Aristóteles, a *techné* era

superior à experiência: era um fazer que implicava uma linha de raciocínio, que compreendia não apenas as matérias-primas, as ferramentas, como também a ideia originada na mente do produtor até o produto pronto. Para ele, a *techné* sustentava um juízo sobre o como e o porquê da produção. Dessa forma, à luz da etimologia da palavra, acima mencionada, pode-se inferir, inicialmente, que tecnologia é um fazer concreto, fruto da razão (PIVA JUNIOR, 2013).

As Tecnologias Digitais – TD, os usos e as práticas sociais que emergem da interação homem e máquina geralmente provocam transformações fundamentais na existência e na forma de socialização humana. Essas mudanças interessam diretamente aos estudos sobre os processos de aprendizagem no contexto escolar, uma vez que a facilidade de acesso à informação e às possibilidades de novas formas de interação e comunicação por meio dessas tecnologias fazem surgir novas maneiras de aprender em contextos variados (KENSKI, 2003). O Termo Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC ainda é o mais utilizado para se referir aos dispositivos eletrônicos e tecnológicos, incluindo-se computador, internet, tablet e smartphone. Como o termo TIC abrange tecnologias anteriores como a televisão, o jornal e o mimeógrafo, pesquisadores têm utilizado o termo “novas tecnologias” para se referir às tecnologias digitais (KENSKI, 1997) ou Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDIC (BARANAUSKAS; VALENTE, 2015).

Nesse PPP, utiliza-se “os termos TDIC, novas tecnologias e tecnologias digitais indistintamente, para referir-se ao computador, ao tablet, ao celular, ao smartphone e a qualquer outro dispositivo que permita a navegação na internet” (COSTA, 2016, p. 24). Gonzalez (2005, p. 75) ressalta: “pesquisas indicam que, dependendo do tipo de curso e da motivação do aluno, o ensino e a aprendizagem a distância podem ser tão eficazes quanto o ensino presencial”. O autor aponta que a diferença apoia-se justamente no professor/mediador, que necessita atualizar-se mais continuamente, apropriando-se de novas metodologias e técnicas de ensino, de modo a tornar-se um mediador e motivador das aprendizagens discentes. Assim há, para o professor da modalidade de Educação a Distância, uma responsabilidade especial no contexto histórico atual, principalmente diante da análise apontada por Moran (2007, p. 20) que “em poucos anos dificilmente teremos um curso totalmente presencial”. Por isso, pode-se dizer que estamos em uma direção e em um caminho para novos contextos de ensino e aprendizagem, que desencadeiam mudanças significativas na formação dos professores, em especial daqueles que atuarão na educação a distância.

O conceito de Educação a Distância no Brasil é definido oficialmente no Decreto no 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005):

Art. 1º. Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Dessa forma, se faz necessário que o professor atuante na modalidade de Educação a Distância esteja em constante processo de aprendizagem e atualização. Atualmente, existem diversas ferramentas e funcionalidades que podem ser utilizadas pelos professores como meio de realizar a mediação pedagógica e também, para a criação de material didático para os estudantes. Tais ferramentas como o *Canva*, por exemplo, podem ser utilizadas de modo a agregar positivamente para a experiência do estudante durante o seu processo de

aprendizagem, mas para que isso seja possível, é necessário que o docente tenha a habilidade e o conhecimento necessário para a exploração conjunta da ferramenta.

A Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação - EAPE é uma instituição que se propõe a implementar políticas e diretrizes específicas de formação continuada, de letramento científico, e de pesquisa, em consonância com as necessidades da Rede Pública de Ensino e dos demais setores da Secretaria do Distrito federal. Dessa forma, é imprescindível que haja um incentivo da gestão escolar para que os professores se sintam motivados para participarem de cursos oferecidos pela EAPE, visando o aproveitamento dos cursos no âmbito escolar e no âmbito do próprio crescimento pessoal e profissional.

Assim, o incentivo pela formação continuada dos professores do Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília se faz necessária tendo em vista que as tecnologias estão em constante atualização, os professores atuantes da modalidade de ensino a distância devem, portanto, se manterem também atualizados, buscando não só o aperfeiçoamento profissional, mas também novas possibilidades de crescimento pessoal. Conhecer a fundo e dominar as possibilidades e ferramentas que a plataforma *MOODLE* oferece, é também uma maneira de melhorar a experiência dos estudantes durante o processo de aprendizagem.

13 INSTÂNCIAS E SERVIÇOS DE APOIO AO PROCESSO EDUCACIONAL

O CEJAEP EaD tem entre seus objetivos institucionais oferecer um processo educativo que proporcione oportunidades educacionais apropriadas às características dos estudantes, seus interesses, condições de vida e de trabalho; promover a autonomia intelectual dos estudantes; atender aos preceitos de uma educação inclusiva. Na Educação de Jovens e Adultos, assim como na educação profissional, não há um único tempo de aprender, este é contínuo e individual e constitui-se pelo enfoque de uma aprendizagem ao longo da vida (Currículo em Movimento – EJA p.25), atributo advindo da característica de um ensino e escolarização voltado para jovens e adultos. Quando reconhecemos que os indivíduos possuem ritmos e tempos de aprendizagens diferentes, assim como demandas e dificuldades próprias, estabelecemos a necessidade de um atendimento educacional de suporte para superação das possíveis dificuldades individuais.

O CEJAEP EaD promove por meio de plantões presenciais e online do corpo docente um atendimento mais individualizado, no entanto para que tais preceitos sejam operacionalizados, na sua plenitude, e a IE consiga oferecer um acompanhamento adequado com objetivo de ajudar os estudantes a superar as possíveis dificuldades de aprendizagem faz-se necessário o apoio de uma Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem – EEAA, conforme o Regimento Interno da SEEDF estabelece no Art. 123:

A Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, intitulada EEAA, é multidisciplinar, composta de profissionais com formação em Pedagogia e em Psicologia, que tem como objetivo principal contribuir para a superação das dificuldades presentes no processo de ensino e escolarização, por meio de uma atuação institucional.

Apesar do citado documento prever esse atendimento em todas as etapas e modalidades de ensino básico, o CEJAEP EaD ainda não é contemplado com este tipo de atendimento de apoio à aprendizagem.

13.1 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL – OE

13.1.1 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: DIRETRIZES NACIONAIS.

O Ministério da Educação (MEC) estabelece diretrizes para a atuação de um orientador educacional no Brasil. Essas diretrizes estão relacionadas às competências que o profissional deve ter para desempenhar suas funções, bem como às áreas de atuação e às atribuições específicas do cargo.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Atuação de Orientadores Educacionais, instituídas pelo MEC em 2004, o orientador educacional deve ter formação superior em Pedagogia ou em Psicologia, com especialização em Orientação Educacional. Além disso, deve possuir habilidades para:

- Orientar o desenvolvimento de projetos pedagógicos e educacionais;
- Desenvolver atividades para a promoção do desenvolvimento pessoal e social dos estudantes;
- Acompanhar e avaliar o processo de aprendizagem dos estudantes;
- Realizar orientação vocacional e profissional;
- Atuar em parceria com a família e a comunidade;
- Orientar os professores e demais profissionais da escola em relação a questões pedagógicas e educacionais.

É importante ressaltar que essas diretrizes são apenas um guia geral e que as atribuições específicas do orientador educacional podem variar de acordo com a instituição em que ele trabalha.

13.1.2 Orientação Educacional na Secretaria de Educação do Distrito Federal:

Diretrizes para Orientação Educacional

A atuação do orientador educacional na Secretaria de Educação do Distrito Federal segue as diretrizes nacionais, porém, também possui suas especificidades, que são:

No Distrito Federal, a atuação do orientador educacional está pautada pelas normas que estabelecem as diretrizes para a organização do sistema de ensino do DF. De acordo com essas diretrizes, as atribuições do orientador educacional incluem:

- I. Promover a orientação educacional, vocacional e profissional dos estudantes;
- II. Participar da elaboração e execução do projeto pedagógico da escola;
- III. Atuar em conjunto com o corpo docente para desenvolver estratégias de ensino que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes;
- IV. Realizar o acompanhamento do processo de aprendizagem dos

- estudantes, identificando suas dificuldades e propondo ações para superá-las;
- V. Participar de reuniões e conselhos escolares para discutir questões pedagógicas e educacionais;
 - VI. Estabelecer parcerias com a família e a comunidade para promover a integração escola-família-comunidade.

Além disso, a Secretaria de Educação do Distrito Federal também oferece cursos de formação continuada para os orientadores educacionais, com o objetivo de atualizar e aprimorar suas competências profissionais. Esses cursos abordam temas como orientação vocacional, relações interpessoais, desenvolvimento infantil e adolescência, entre outros.

13.1.3 Orientação Educacional no Distrito Federal na Modalidade a Distância As diretrizes para a atuação do orientador educacional no Distrito Federal também se aplicam à EaD, pois o objetivo do orientador é orientar o processo de aprendizagem dos estudantes, independentemente do formato de ensino. No entanto, existem algumas particularidades que precisam ser consideradas para a atuação do orientador educacional na EaD. Há a necessidade de aptidão para atuar na modalidade a distância.

Algumas das atribuições do orientador educacional na EaD podem incluir:

- I. Orientar os estudantes em relação às escolhas educacionais e profissionais, considerando as possibilidades oferecidas pela EaD;
- II. Acompanhar o desempenho acadêmico dos alunos, fornecendo suporte e orientação em relação a questões de aprendizagem, estudo e organização, principalmente quando se trata de aprendizagem autônoma;
- III. Promover a interação entre os estudantes e entre estudantes e professores, por meio de fóruns de discussão, chats e outras ferramentas de comunicação;
- IV. Desenvolver estratégias pedagógicas que considerem as características da EaD, como a flexibilidade de horários e a necessidade de organização e autonomia por parte dos estudantes;
- V. Atuar em conjunto com a equipe pedagógica para avaliar e aprimorar o processo de ensino-aprendizagem na EaD.

Além disso, é importante que o orientador educacional na EaD tenha aptidão, conforme prever a portaria de Aptidão, que comprova a sua habilidade para lidar com a tecnologia e com a metodologia EaD para que possa orientar os estudantes de forma efetiva e adequada no AVA. Também é importante que tenha conhecimento das normas e diretrizes que regem a EaD, para garantir que suas atividades estejam em conformidade com as exigências legais.

13.1.4 Como o Orientador Educacional deve atuar no CEJAEP EaD? No tocante ao CEJAEP EaD, o orientador educacional deve ser capaz de desenvolver estratégias pedagógicas que considerem as características específicas do ambiente virtual (AVA), como a necessidade de organização e autonomia por parte dos alunos, bem como a flexibilidade de horários. Deve promover a interação entre os alunos e entre alunos e professores, utilizando ferramentas de comunicação e fóruns de discussão para que possam trocar ideias, debater temas e compartilhar experiências.

Em resumo, o orientador educacional no CEJAEP EaD deve desempenhar um papel fundamental na promoção do sucesso acadêmico e profissional dos alunos, fornecendo suporte e orientação em relação a questões de aprendizagem, estudo e organização de estudos. Convém ressaltar que até o presente momento o CEJAEP EaD não dispõe de orientador educacional. Por isso não há o plano de atendimento inserido. O CEJAEP EaD por meio do processo Sei está em tratativas com a CRE PP e a SEEDF para suprir esta demanda

13.2 AEE / SALA DE RECURSOS

O Currículo em Movimento preconiza que “a escola deve ser o espaço de fortalecimento da participação individual e coletiva, que reconheça e valorize todos os grupos”. A Educação em e para os Direitos Humanos na Escola é, assim, uma forma de reposicionar compromissos nacionais com a fomentação de sujeitos de direitos e de responsabilidades, podendo influenciar na construção e consolidação da democracia. (Currículo em Movimento, Pressupostos Teóricos)”. Dessa forma, a UE deve assegurar sobretudo a importância da Educação inclusiva e que todos tenham acesso à educação garantindo os princípios da Educação Inclusiva:

- Do respeito à dignidade humana;
- Da educabilidade de todos os seres humanos, independente de comprometimentos que possam apresentar;
- Do direito à igualdade de oportunidades educacionais;
- Do direito à liberdade de aprender e de expressar-se;
- Do direito a ser diferente.

O Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília é uma UE inclusiva e assegura o direito de matrícula das pessoas com necessidades educacionais especiais de forma a desenvolver suas habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais. No entanto, convém ressaltar que a UE não dispõe de Sala de Recursos e as adequações curriculares são realizadas de acordo com as necessidades educacionais de forma que o estudante possa acompanhar o processo de aprendizagem, assim como manusear a plataforma virtual de aprendizagem.

A proposta de uma educação inclusiva requer que ocorram transformações estruturais no sistema educacional. O atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas (AEE) constitui oferta obrigatória pelos sistemas de ensino para apoiar o desenvolvimento dos alunos público-alvo da educação especial, em todas as etapas, níveis e modalidades, ao longo de todo o processo de escolarização. Embora existam documentos legais garantindo o atendimento educacional especializado aos sujeitos da Educação Especial, preferencialmente na rede regular de ensino, sabemos que não se concretiza sem que se garanta, enquanto responsabilidade do Estado, recursos humanos, físicos, materiais, entre outros, sendo urgente maior compromisso político e investimento financeiro com a Educação brasileira. Pela complexidade das questões que envolvem a inclusão social de pessoas com deficiência, torna-se necessária a criação de amparos jurídicos que lhes proporcione condições de desenvolvimento, participação e autonomia. Conforme prevê a legislação pertinente a esse tema, as estratégias para inclusão do estudante com necessidade educacional especial e/ou deficiência, e com altas habilidades ou superdotação seriam definidas no Plano de Atendimento

Educacional Individualizado – PEI, que consiste em estabelecer diretrizes tanto para os docentes como para os discentes.

Considerando as necessidades prementes de atendimento ao estudante com necessidade especial de atendimento, ressaltamos que não contamos com sala de recursos. Os docentes fazem o atendimento individualizado ao estudante que está matriculado e com acesso à plataforma *Moodle*, não consegue acompanhar os cursos e/ou realizar as atividades pedagógicas do AVA. Esses estudantes são acompanhados paralelamente por professores da escola que, voluntariamente e sem a especialização necessária para tal tarefa, realizam a mediação entre o estudante e o professor do componente curricular em curso, com o objetivo de promover uma melhor interação na plataforma, com acolhimento e acompanhamento personalizado, buscando promover minimamente a adequação do estudante de acordo com o especificado no laudo médico às exigências acadêmicas do curso.

Diante do exposto e devido à natureza da UE ser na modalidade a distância, na qual atende estudantes de todas as regiões administrativas do Distrito Federal, e em consonância com o Regimento Interno da SEEDF que diz no parágrafo 3º do Art. 130: “O atendimento de que trata este artigo é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos da própria Instituição educacional **ou em outra,**

preferencialmente no turno inverso ao da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado também nos Centros de Ensino Especial.” A Sala de Recursos “tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. (Orientação Pedagógica – Educação Especial (s/d), p 77).

Assim, o CEJAEP propõe que a SEEDF/SUBIN viabilize o atendimento dos estudantes que apresentarem laudos na sala de recurso específica das suas, respectivas, Regiões Administrativas-RA/Coordenações Regionais de Ensino-CRE, ao considerar que a logística para o estudante ser atendido próximo ao domicílio contribui para a plena efetivação do atendimento pedagógico, conforme consta na documentação vigente como a Estratégia de Matrícula. Assim como, se faz necessário que haja o atendimento do corpo discente da UE pelo professor itinerante, no que diz respeito às orientações pedagógicas e produção de material de estudo com as adequações necessárias às especificidades dos estudantes com laudos médicos, conforme previsto no Regimento Interno:

Art. 131. O AEE em Sala de Recursos para estudantes com baixa visão; Deficiência Visual/Cego; deficiência auditiva leve, moderada, profunda e severa e surdocegos contará, conforme o caso, com a participação de:

I - professor que atua como intérprete educacional, para atuação em sala de aula comum em que esteja matriculado o estudante surdo, conforme previsto na estratégia de matrícula;

II - professor que atua como guia-intérprete, para atuação junto ao estudante surdocego;

III - professor itinerante, para atuação junto aos estudantes e professores em unidades escolares que não possuem Sala de Recursos.

O atendimento do corpo docente do CEJAEP EaD para orientação e adequação de material de estudo dos discentes com necessidades especiais de aprendizagem também está em consonância com a Portaria 1.152/SEEDF (DODF nº 226 de 07/12/2022 p.47) que fala sobre as atribuições do professor itinerante:

Art. 102. As atribuições do itinerante envolvem:

- I - atendimento aos estudantes;*
- II - confecção de material adaptado;*
- III - articulação com a gestão, serviços de apoio, Sala de Recursos, professores, família e também com a UNIEB/CRE e a Diretoria de Educação Inclusiva e Atendimentos Educacionais Especializados da SUBIN;*
- IV - participar de Conselho de Classe, Estudo de Caso, Adequações Curriculares, Promoção e intervenção pedagógica, coordenações pedagógicas na IE/IEE/ENE na qual está em exercício e nas demais que possuam estudantes que sejam público-alvo do seu atendimento, de forma alternada;*
- V - captar estudantes que se encontram sem atendimento ou não matriculados na Rede Pública;*
- VI - realizar visitas periódicas às IEs/IEEs/ENEs;*
- VII - participar de cursos de formação continuada na área;*
- VIII - comparecer, quando solicitado, às reuniões com a UNIEB/CRE e com a DEIN/SUBIN;*
- IX - orientar e acompanhar as IEs/IEEs/ENEs e CRE quanto à organização das turmas no período da Estratégia de Matrícula e sempre que se fizer necessário.*

Compreende-se que a prática pedagógica de um docente da EJA e da Educação Profissional, na modalidade de EaD, necessita incluir, além das exigências formativas para professor, também aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Nesse caso, cabe incluir, por exemplo, a elaboração, execução e avaliação do Plano de Atendimento aos Estudantes (AEE), por meio da identificação de habilidades e necessidades educacionais específicas dos estudantes, definição e organização de estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade em conjunto com os setores da SEEDF que possuem as atribuições e as pessoas com formações específicas para subsidiar e orientar os professores da Rede Pública de Ensino do DF.

14 PROFISSIONAIS READAPTADOS E PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR

O(a) professor(a) readaptado(a) ou professor(a) PcD, com adequação expressa para não regência de classe, atuará como professor/tutor na Educação a Distância e deverá ter aptidão para atuar na modalidade EaD, conforme Portaria de Atuação da Carreira Magistério.

O CEJAEP não conta com o atendimento de Monitores ou Educadores Sociais Voluntários. Entretanto, a IE solicitou por meio de processo Sei o envio de Jovens de Jovens para colaborar na IE.

14.1 ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A UE conta com um corpo docente capacitado com aptidão em Educação a Distância, assim como experiência na mediação virtual e sobretudo na plataforma virtual utilizada na UE, *Moodle*. Professores estes que atuam tanto como mediadores/tutores, regendo interações nos fóruns e mensageria virtual de forma a manter o ambiente midiático acolhedor e minimizando a sensação de distância, quanto como professores/autores elaborando material didático em linguagem dialógica. Além de manter o AVA atualizado e disponibilizar conteúdo em diversas formas, visto que dentro do ambiente de aprendizado estão presentes estudantes de diversas naturezas distintas, por sua vez, com diferentes preferências de metodologia de ensino. Dentre tais atribuições dos professores do CEJAEP EaD estão:

- Produzir o material didático de EaD, adequado de acordo com os objetivos de aprendizado e utilizando-se de linguagem dialógica clara e objetiva.
- Pesquisar e inserir Objetos Educacionais Digitais – OED adequados ao componente curricular sob sua responsabilidade, em caráter complementar.
- Organizar a escrita de forma hipertextual, encorajando o estudante, por meio de links, glossários e dicas de leitura complementar, a buscar de forma guiada uma expansão do conteúdo apresentado.

- Criar, manter e atualizar o banco de questões (objetivas e discursivas) a serem apresentadas aos estudantes nas Atividades Avaliativas.
- Manter contato frequente com os estudantes, visando a sensação de acolhimento deles por parte da equipe docente dentro do ambiente virtual.
- Buscar contato, em especial, com os estudantes que apresentem baixo ou nenhum índice da participação no AVA, visando a redução do abandono da disciplina.
- Orientar os estudantes quanto à realização das tarefas propostas, por meio eletrônico, por telefone e/ou presencialmente.
- Disponibilizar o material pedagógico (de autoria e outros) no AVA.
- Corrigir as atividades enviadas ao repositório de tarefas do AVA, com postagem de comentários individualizados.
- Atualizar sistemática e periodicamente os avisos do curso.
- Promover encontros virtuais nas salas de bate-papo e/ou fóruns e deles participar, esclarecendo dúvidas e discutindo temas relativos aos conteúdos dos módulos.
- Buscar soluções para as disfunções detectadas.
- Promover atividades pedagógicas no atendimento presencial, adequadas às necessidades discentes: esclarecimentos de dúvidas, aulas de conteúdo, palestras, oficinas, pesquisas de campo, excursões.
- Esclarecer, sempre que solicitado, dúvidas sobre navegação no AVA e conteúdos, respeitando o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis.
- Elaborar, periodicamente, provas com itens inéditos e adequados à realidade dos estudantes.
- Lançar notas e acompanhar o “Relatório de Notas” dos estudantes no AVA, como forma de registro da avaliação processual.
- Manter atualizadas as datas de abertura e fechamento de atividades do AVA.
- Organizar as provas realizadas para arquivamento em trilho, colocando-as em ordem alfabética de acordo com a lista de presença assinada pelos estudantes.

Conferir a Ata Final de Resultados, assiná-la e entregá-la na forma física à

Secretaria da UE, no prazo determinado ao final de cada período letivo. A Ata final de Resultados é de responsabilidade exclusiva do docente, pois seu registro corresponde ao Registro do Diário de Classe.

14.2 PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR DOS ESTUDANTES

O CEJAEP, oferta a EJA e EPT na modalidade EaD, a condição de reconhecimento e valorização da diversidade dos estudantes é um dos pontos centrais a ser considerado nos processos de

•
ensino aprendizagem. Sobretudo na EJA a diversidade pressupõe reconhecer que a garantia do direito à educação resulta de um sistema social e econômico excludente.

De acordo os autores Machado e Rodrigues (2013), é necessário um aporte que possibilite sanar, ou pelo menos diminuir a grande distância entre o saber e a classe trabalhadora, para que a exclusão desses sujeitos seja amenizada e que a exploração individual desse cidadão possa ser compreendida pela sociedade e pela própria pessoa.

"A evasão não deve ser vista como algo inevitável ou até inerente a tal modalidade de ensino-aprendizagem, mas como um problema inerente à gestão de cursos a distância. Cabe aos educadores e pesquisadores que lidam nessa esfera buscar identificar as causas e prevenir sua incidência para tentar reduzi-la (Cornelio et all., 2015, p. 2).

O plano de permanência e êxito escolar dos estudantes é um conjunto de ações que visam reduzir a evasão escolar e garantir a permanência e o sucesso dos estudantes em suas trajetórias escolares. São muitas as variáveis que podem impactar na permanência ou na evasão escolar do estudante da EJA. Alguns desses fatores podem estar relacionados à falta de apoio familiar, dificuldade com o sistema virtual do curso, dificuldade ao acessar o material do curso, dificuldade tecnológicas, entre outras. Além disso, o sujeito da EJA é marcado pelo processo da exclusão social e o retorno à escola deve ser acolhedor a fim de amenizar os possíveis causadores da evasão e incentivar a continuidade dos estudos.

Algumas formas eficazes de acolhimento para o sujeito da EJA podem ser citadas a seguir:

- Secretaria humanizada – A secretaria é o primeiro contato do estudante com a escola. Por essa razão é necessário que haja um ambiente acolhedor, respeitoso e sem julgamentos por parte das pessoas que estão dispostas a auxiliar este estudante.
- Acolhimento na plataforma - Para muitas pessoas este será o primeiro contato com a plataforma de aprendizagem *Moodle*. A dificuldade tecnológica neste momento pode desencadear sentimentos complexos, que poderão levar o estudante a desistir do curso. Procurando minimizar a dificuldade dos estudantes e evitar tais sentimentos, a Aula Inaugural desempenha um grande papel, pois é a partir deste primeiro contato do estudante com a plataforma, através da aula inaugural, que dúvidas sobre o curso, funcionamento e ferramentas da plataforma podem ser sanadas.
- Apresentação dos professores -O momento de apresentação do corpo docente se faz de extrema importância para que seja possível a aproximação do estudante com o professor. Na EJA EaD, diferente de uma sala de aula presencial, o contato entre professor-estudante se dá por intermédio da plataforma *MOODLE* e outros meios de comunicação. Sendo assim, este primeiro contato do estudante com o corpo docente trás o sentimento de pertencimento a um grupo, aproximando também o estudante de seus professores. É importante que neste momento os professores sejam receptivos e que acolham o público da EJA.

•
Além da infraestrutura, é salutar apresentar os desafios decorrentes do retorno à escola por jovens e adultos trabalhadores, ressaltando que o conhecimento e as experiências acumulados fora dos bancos escolares são importantes para o processo de aprendizagem, pois conforme nos ensina Arroyo:

Toda transmissão cultural de uma geração a outra recorre a processos que se diferenciam em função da idade daqueles que são educados. A formação das crianças, dos adolescentes, dos jovens e dos adultos sempre foi considerada como ciclos diferentes. Entre um ciclo e outro há peculiaridades que definem conteúdos, processos, experiências e vivências culturais. Cada ciclo seria adequado a cada idade de formação na medida em que seja uma combinação íntima de conteúdos culturais e de vivências de formação intelectual, volitiva, artística, física, politécnica (2003, p. 5).

O material didático também possui grande influência na permanência ou evasão do estudante da EJA. Desta forma, se faz necessário que o material didático esteja

alinhado com as Diretrizes da EJA e que leve em consideração os conhecimentos prévios dos estudantes. De acordo com o Currículo em Movimento – Caderno EJA, o material didático precisa dialogar com as expectativas do sujeito da EJA. No caso da Educação Profissional, é preciso que o conteúdo atenda às expectativas e que possam ser significativos e críticos, para que assim, possam transformara visão da sociedade na qual o sujeito está inserido.

14.3 PAPEL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O constante contato entre professores e equipe gestora garante que a maior parte dos estudantes não sejam desestimulados a frequentar e participar ativamente da vivência educacional na plataforma. O CEJAEP é uma escola que atrai muitos estudantes em busca da conclusão da educação básica. Muitos estudantes chegam sem dominar a tecnologia. Portanto, o trabalho desenvolvido inicialmente é o da inclusão digital por meio do Módulo da Ambientação, estratégia para incentivar e garantir que o número de evasão seja o menor possível. Na plataforma há a interação constante dos professores, além de haver os plantões presenciais e on-line, que garante uma maior aproximação do estudante com o professor e, conseqüentemente, com o curso.

O CEJAEP é uma constante “Busca Ativa”, ou seja, processo de contato e convencimento junto aos estudantes da escola e seus familiares para que interajam na plataforma. Esta Busca Ativa se dá por meio de envio de e-mails, telefonemas e campanhas nas redes sociais. Como orientação também da Subsecretaria de Educação Básica e Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto, estratégias de contato direto com os estudantes também são estabelecidas. A “Busca Ativa” no contato direto com os estudantes se dá principalmente por intermédio da plataforma virtual, por meio de:

- Tópico avisos;
- Mensagem de incentivo enviada na plataforma; • Contatos telefônicos e/ou virtuais: Ligações telefônicas.
- Reuniões de famílias por videoconferência.
- Levantamento dos “Estudantes Nunca” e o resgate deste estudante; Por meio de envio de envio de mensagens;
- *Feedback* (respostas) sobre as atividades realizadas ao longo do período, identificando as fragilidades no processo de aprendizagem e promovendo uma recuperação contínua. As tentativas de envio das atividades que os estudantes possuem no AVA, constituem no processo contínuo de recuperação e a interação/mediação do professor/mediador é importante neste processo de recomposição das aprendizagens. Sobre tudo quando o estudante vem com o estigma da cultura do fracasso escolar. O *feedback* do professor possui um papel fundamental no processo de aprendizagem e permanência do estudante, a falta de Apoio Acadêmico (falta de interação entre o professor-tutor e os alunos, tais como falhas de comunicação com o tutor e falta de *feedback* do professor/mediador/tutor) e Umekava (2014) avalia o quanto aspectos relacionados às

competências demonstradas pelo tutor, ao longo do curso, influenciam na evasão. (Cornelio et al, 2015, p. 7).

- Feedback (respostas) às dúvidas postadas pelos estudantes - Fórum de Dúvidas;
- Incentivar a participação dos estudantes na plataforma, assim como incentivar a participação dos estudantes nos Plantões Virtuais, bem como nos Plantões Presenciais;
- Divulgar o espaço da Sala Multimídia com computadores e internet para o estudante acessar a plataforma;
- Estimular a aprendizagem colaborativa e cooperativa na plataforma.

Outras propostas de uma Busca Ativa: fazer um levantamento dos estudantes com notas inferiores à média de aprovação (50%) e incentivá-los a participar realizando as atividades propostas que porventura não foram feitas. Este levantamento precisaria ser feito com alguns dias de antecedência do fechamento do AVA, para que o estudante tivesse tempo hábil de realizar as atividades. Identificar as principais dúvidas por meio dos fóruns e interações e gravar vídeo aulas, para que assim, o estudante se sinta mais próximo do professor e que o conteúdo seja passado de outra forma além do formato livro. Gravar vídeos tira dúvidas disponibilizando na plataforma de acordo com o componente curricular ministrado também é uma proposta que pode facilitar o processo de ensino aprendizagem do estudante da EJA. Todas essas propostas devem estar relacionadas com a linguagem própria do estudante da EJA e com a sua realidade.

Buscar e assegurar junto aos setores competentes o auxílio do passe estudantil para que o estudante possa se deslocar à escola para os momentos de atendimentos presenciais como plantões para esclarecimentos de dúvidas e provas presenciais também é uma estratégia que precisa ser pensada como forma de minimizar a evasão escolar dos estudantes, pois muitos não participam do plantão presencial pela dificuldade de locomoção.

Estabelecer estratégias que permitam melhorar a autoestima do educando, demonstrando a este que apesar de pertencerem a grupos tidos como socialmente menores, é só a partir da própria valorização que esse paradigma poderá ser modificado. Proporcionar ao estudante liberdade de aprendizagem encorajando-o a ser responsável pela própria aprendizagem, tornando-o um estudante autônomo, seguindo de acordo com a concepção do estudante EaD.

Escuta ativa: é feita sempre que detectada a necessidade de ouvir o estudante e tem por objetivo o atendimento pessoal para que o estudante possa expor suas dificuldades e buscar, junto às equipes responsáveis pelo atendimento, a melhor maneira de resolver suas dificuldades pedagógicas.

Incentivo a Formatura: Incentivar o momento da formatura, que para muitos é a concretização de um sonho, pois muitas das vezes o indivíduo é o primeiro da família a usar a passar pelo ritual solene da Colação de Grau. A participação no evento da formatura pode ser uma forma de estimular a continuação dos estudos, além de celebrar a trajetória e o empenho do estudante que chegou a este momento solene. Outros colegas podem se sentir motivados e persistirem em busca deste ideal. O momento na formatura faz com que toda a família participe.



Figura 42–Formatura. Reportagem publicada na Agência Brasília

Aulas Inaugurais: Contextualizar esse estudante da modalidade a distância através da aula inaugural e fóruns de interação da plataforma *E* se faz necessário para que as expectativas do estudante estejam alinhadas com o curso. Além disso, essa contextualização pode facilitar as dificuldades futuras que o estudante da modalidade EaD possa encontrar durante o curso.

As estratégias para a evitar o abandono e posteriormente a evasão são desafiadoras, pois há vários fatores que contingenciam a permanência e êxito desses estudantes: problemas financeiros; conciliar emprego, família e escola; relatos de dificuldades em determinados componentes curriculares, entre outros. Logo, é desafiador, mas necessário se pensar nesses sujeitos e como a escola pode proporcionar uma educação de qualidade que possa alavancar a vida dessas pessoas contribuindo para sua (re)inserção no mundo do trabalho.

14.4 RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

O corpo discente das instituições educacionais sob o modelo EJA é caracterizado pela pluralidade, com isso surge a necessidade do diagnóstico escolar que identifique o perfil do discente da instituição.

Na modalidade EJA, o estudante não se encontra estudando “fora de tempo”, ou que o processo de aprendizado foi interrompido e está sendo retomado neste momento, mesmo afastados da escolarização formal estes estudantes acumularam, em geral, muito mais vivência se comparados a estudantes do ensino regular. No entendimento de Lajonquière (1997), o conhecimento não é algo pré-constituído que se repete, ou seja, uma cópia de algo anteriormente dito.

O conhecimento não é sedimentado; é constante.

O educador na modalidade EJA EaD, consciente do perfil do estudante assim como as atribuições como como trabalho e família, prepara seu componente curricular de acordo com os pressupostos do Currículo em Movimento da SEEDF de forma a aproveitar das vivências já adquiridas pelo estudante, conforme leciona Ghedin (2012), “O processo de aprendizagem é controlado pelo sujeito à medida que tem acesso às informações que se relacionam com os saberes que já possui”.

A avaliação das aprendizagens é vista como uma medida das aprendizagens consubstanciada nas notas ou nos instrumentos tidos como de medição, como sejam as atividades avaliativas propostas no AVA ou os exames finais presenciais.

A avaliação na metodologia EaD, é um processo contínuo e processual. Existem vários tipos de avaliação que podem ser aplicados na aprendizagem para verificar o desempenho dos estudantes, tais como:

- Autoavaliação: Esse tipo de avaliação da aprendizagem escolar é um exercício de reflexão. Ela pode ser aplicada para que o estudante tenha consciência do seu aprendizado.
- Avaliação contínua e processual: Essa avaliação é feita para verificar a retenção dos conhecimentos adquiridos a partir da mediação didático pedagógica no AVA. Este processo acontece ao longo de cada período letivo.
- Avaliação diagnóstica: Essa avaliação é feita no início do período letivo para identificar as dificuldades dos alunos e planejar as atividades pedagógicas.
- Avaliação formativa: A avaliação formativa pode ser entendida como uma prática de avaliação contínua que tem o objetivo de desenvolver as aprendizagens.
- Avaliação somativa: Essa avaliação é feita ao final do processo de ensino e tem como objetivo verificar o desempenho do estudante por meio das avaliações presenciais.

14.5 CONSELHO DE CLASSE E AS REUNIÕES COM AS FAMÍLIAS

O conselho de classe é um momento para reunir professores, equipe pedagógica e estudantes com o objetivo de discutir os resultados e as ações necessárias, sobretudo do ponto de vista pedagógico. O objetivo é avaliar o processo de ensino-aprendizagem, o aproveitamento e o desempenho dos alunos, os problemas de aprendizagem, as estratégias de ensino, a organização curricular e a prática docente. O conselho de classe deve ser baseado no Projeto Político Pedagógico da escola e acontecer de forma sistemática.

A adequação do material didático para seja significativo para o estudante deve considerar o contexto socioeconômico do estudante trabalhador. Propõe-se uma formação baseada em aprendizagens significativas para o estudante, que se tornem alicerces que o capacitem a alcançar seus objetivos ao longo da vida, sobretudo após a formação no CEJAEP EaD. Que possam participar de certames de vestibulares, concursos públicos e/ou inserção no mundo do trabalho. Objetiva-se a formação de capacidade crítico-argumentativa, de forma que o estudante seja o protagonista deste processo, e que ocorra de forma ética e humanizada, desvinculando-se o máximo possível dos antiquados modelos de formação tecnicista. Para além disso, a atuação do educador servirá como um vetor, instigando o estudante a questionar, compreender, opinar e acima de tudo, exercer um papel ativo no meio que está inserido.

Na mediação na plataforma encoraja-se que o estudante tenha o primeiro contato com seus colegas e professor/mediador através do Fórum de Apresentação, por meio dos relatos individuais podemos constatar a pluralidade social dos estudantes da EJA EaD.

15 PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

Para a construção e implementação do seu Projeto Político Pedagógico PPP para o ano de 2023, o CEJAEP EaD promoveu reuniões com os sujeitos envolvidos. Destarte, as gestões administrativas e pedagógicas devem estar pautadas na Lei nº 4.751/2012 e no Projeto Político Pedagógico. Para tal, devem ser consideradas as especificidades do público atendido e o perfil dos profissionais. E o CEJAEP EaD ratifica o compromisso com a gestão democrática.

15.1 GESTÃO PEDAGÓGICA

A gestão pedagógica, por sua vez, é responsabilidade da equipe gestora e da coordenação pedagógica. Serão realizadas reuniões entre o corpo docente e a coordenação pedagógica, com o estudo de temas sugeridos pelos profissionais da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional em exercício na Instituição Educacional– IE. Entre os temas a serem tratados incluem-se aqueles vinculados à Educação a Distância e às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação. A coordenação pedagógica dos professores é realizada de forma interdisciplinar, mediada pelos supervisores e coordenadores pedagógicos.

O planejamento, a realização e a avaliação do espaço-tempo da Coordenação Pedagógica são também de responsabilidade da equipe gestora em colaboração com todos os profissionais da educação da Instituição Educacional em articulação com as equipes de Coordenação Intermediária e Central (DISTRITO FEDERAL, 2015, p.50).

Os profissionais da educação carreira magistério atuantes na EaD fazem jus à Gratificação de Regência de Classe prevista pela Lei nº 2.707, de 4 de maio de 2001; considerando; ainda a Lei nº 202, de 9 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 696, de 15 de abril de 1994. A Lei nº 1.619, de 22 de agosto de 1997, por sua vez, estende os benefícios da Gratificação de Regência de Classe aos professores em atividades docentes e em exercício em projetos especiais.

Atualmente o CEJAEP, consta com 34 (trinta e quatro) servidores efetivos e professores substitutos

15.2 GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS

O desenvolvimento do trabalho pedagógico da IE perpassa o processo de avaliação diagnóstica dos estudantes visando desenvolver ações efetivas na condução do processo de ensino aprendizagem. Assim como minimizar a evasão escolar na modalidade EaD, seja nos cursos da EJA ou da EPT, por meio dos processos de Busca Ativa e de Escuta Ativa.

15.3 GESTÃO PARTICIPATIVA

A IE necessita ser um espaço acolhedor e que assegure a participação de todos os atores envolvidos neste processo, quais sejam: comunidade escolar, pais, mães responsáveis e profissionais da educação por meio da participação quando da realização da Assembleia Geral. Assim como a construção da identidade da IE

15.4 GESTÃO DE PESSOAS

A perspectiva assumida no CEJAEP EaD é a da valorização e do desenvolvimento profissional docente que contempla, a melhoria das condições de trabalho possibilita a revisão das trajetórias docentes de forma crítico reflexiva. Sabedores da importância de investir esforços na valorização e na formação continuada de nossos profissionais da educação como sendo fatores imprescindíveis na construção de uma educação de qualidade, o CEJAEP favorece o acolhimento e o reconhecimento de seus profissionais da educação por meio de várias ações:

- Acolhendo os professores e servidores na Semana Pedagógica com mensagem, lanche e kit específico contendo caderno de planejamento e alguns itens para facilitar o trabalho pedagógico durante o ano letivo;
- Comemorando os aniversários dos profissionais da educação;
- Oferecendo confraternizações esporádicas: Dia Internacional da Mulher, Páscoa, lanche junino, comemoração do dia dos PROFESSORES;
- Compartilhando mensagens motivacionais e frases reflexivas;
- Homenageando todos os profissionais no Dia do Servidor Público;
- Proporcionando a organização, higienização e preparo dos espaços educativos de forma adequada às necessidades e às demandas apresentadas pelos educadores para a efetivação do planejamento;
- Disponibilizando, durante todo o ano letivo, os recursos materiais e didáticos adequados para a atuação docente;
- Acolhimento aos profissionais recém-chegados para atuar na UE.

15.5 GESTÃO FINANCEIRA

A Instituição Educacional é constituída pela Associação dos Alunos e Funcionários do CEJAEP EAD DE BRASÍLIA. A Associação está organizada para receber bens em forma de doação que posteriormente são incorporados ao patrimônio.

Caixa Escolar do CEJAEP destina-se, única e exclusivamente, para a gestão dos recursos provenientes do PDAF, e está registrado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 33.412.710/0001-88. O CEJAEP recebe somente recursos públicos do PDAF.

15.6 GESTÃO ADMINISTRATIVA

A **gestão administrativa** do CEJAEP EaD é responsabilidade da equipe diretiva da escola, composta pela diretora, vice-diretor, supervisores e secretária escolar. A essa equipe compete planejar e executar:

- Modulação dos servidores da UE.
- Organizar o período de matrículas, quantitativo de vagas disponíveis.
- Apoiar o trabalho dos profissionais da Secretaria Escolar;

- Abertura das turmas no *Moodle*. EJA modular e EPT semestral;
- Abertura de carência/solicitação de professores;
- Garantir segurança no espaço escolar.

Quando do afastamento do servidor da carreira magistério, a carência é aberta conforme orientação da SUGEP. Quando não há encaminhamento de profissional substituto para a carência, tanto o material quanto as atividades referentes ao componente curricular permanecem disponíveis na plataforma, entretanto a mediação didático pedagógica inerente à função do professor

Prover material de expediente bem como prover a conservação e limpeza do espaço físico; a segurança; o patrimônio; a prestação de contas e outras demandas da esfera administrativa da SEEDF.

Ressaltamos ainda que a escrituração escolar no que tange ao sistema i-educar não contempla o CEJAEP EaD em sua totalidade. Visto que o sistema acadêmico *ieducar* ainda está parametrizado para o semestre letivo da EJA tradicional, sendo que o CEJAEP EaD é uma escola modular.

15.7 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

A execução das atividades previstas no PPP através dos projetos dar-se-á a partir de um planejamento, estruturação e adequação de recursos pedagógicos, humanos, físicos e financeiros, em conformidade com a realidade escolar.

A avaliação realizar-se-á com a definição de critérios claros e bem definidos, observando e acompanhando todo processo. A autoavaliação fará parte de todo o processo.

Em suma, cada ação proposta para a operacionalização do PPP será acompanhada e avaliada separadamente e em consonância com o todo pela comunidade escolar e pelo Conselho Escolar.

Por fim, a UE tem o seu trabalho pautado nas normativas e legislação vigente.

Este Projeto Político Pedagógico está de acordo com a Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010-CNE/CEB, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Art. 44 e Resolução nº 01/2012-CEDF, Capítulo II, Da Proposta Pedagógica.

Qualquer alteração na tipologia da Instituição Educacional ou inclusão de itens comuns ou específicos dessa nova instituição deverá ser encaminhada para o Conselho de Educação do Distrito Federal para aprovação. A Direção da Instituição Educacional de Educação a Distância ficará responsável por resolver os casos omissos, respeitando a legislação vigente e os mesmos deverão ser registrados para serem submetidos como itens de alteração ao CEDF.

15.8 PLANO DE AÇÃO ESPECÍFICOS

15.8.1 Plano de Ação da Coordenação Pedagógica

O trabalho da coordenação pedagógica consiste em manter a relação harmônica entre seus atores da escola (estudantes, professores, direção, comunidade) com projetos que objetivam à integração da escola como um todo.

Dessa forma, o trabalho da coordenação pedagógica tem como principais objetivo fortalecer o processo de ensino e aprendizagem e servir de apoio tanto para os estudantes quanto para os professores no desenvolvimento de estratégias para o desenvolvimento de atividades e avaliação das práticas pedagógicas.

Plano de Ação Desenvolvido para o Ano letivo de 2025.

Tabela 15 – Plano de Ação para Implementação do PPP

Objetivos	Metas	Ações	Responsáveis	Cronograma
Gerir, com transparência e moralidade pública, os recursos pedagógicos, administrativos e financeiros destinados ao CEJAEP EaD durante o período da gestão	Manter as ações de melhoria. Fortalecer a proposta pedagógica.	Revitalização de espaços, conservação do patrimônio, administração com transparência.	Equipe gestora	Ao longo do ano letivo
Minimizar a evasão escolar na modalidade EaD	Reduzir a evasão escolar para índice considerados aceitáveis	Busca ativa/Escuta ativa; Projetos para desenvolver protagonismo estudantil;	Gestão/ Supervisão Pedagógica	Ao longo do ano letivo
Fortalecer as entidades escola - Conselho Escolar	Constituir o Conselho escolar.	Fazer eleições para o Conselho escolar com as normas da SEEDF.	Gestão/ Supervisão Pedagógica	Ao longo do ano letivo
Revitalizar os espaços físicos internos e externos da escola	Fazer a manutenção preventiva da estrutura física como pintura, iluminação. Criação do Estúdio para	Contratação de mão de obra e material necessários para os serviços de manutenção e revitalização.	Gestão.	Ao longo do ano letivo
	gravação de vídeo educacionais para auxiliar a			

			mediação didática.			
Fortalecer a inclusão dos Estudantes com Necessidades Educativas Especiais à plataforma de ensino		Atender todos os estudantes com necessidades educacionais especiais.	Adequação de conteúdos; Adaptação metodológica dos procedimentos e da organização didática flexibilização do tempo. Avaliação com critérios formativos e em consonância com as adequações.	Gestão/Supervisão pedagógica e Coordenação Pedagógica		Ao longo do ano letivo
Assegurar uma gestão compartilhada, aprimorando suas ações	Promover a participação de toda a comunidade nas ações da UE		Incentivar a participação nas reuniões de pais/responsáveis. Realização de atividades extraclasse, palestras, oficinas e rodas de conversa	Gestão, equipe pedagógica,		Ao longo do ano letivo
Incentivar o protagonismo do corpo discente e estimular a cooperação e a socialização entre os estudantes	Promover a participação dos estudantes por meio do Grêmio Estudantil e dos representantes de turma.		Atividades construídas junto com os representantes de turmas e Grêmio Estudantil.	Gestão, equipe pedagógica,		Ao longo do ano letivo
Conscientizar os estudantes sobre a importância de conservar os bens públicos	Desenvolver ações de conscientização e pertencimento para os estudantes ao longo do ano.		Realização de projetos, palestras e rodas de conversa sobre o bem público e a necessidade de preservação	Gestão, equipe pedagógica		Ao longo do ano letivo

Possibilitar momentos de encontro entre todos os profissionais - professores, pedagogos, orientadores construção de para a construção de projetos que atendam as demandas da escola	Fortalecer a coordenação pedagógica e incentivar a projetos na escola	Fornecimento de material e espaços para a realização de projetos durante o ano letivo	Gestão, pedagógica	equipe	Ao longo do ano letivo
---	---	---	--------------------	--------	------------------------

Tabela 16 – Plano de Ação do Conselho Escolar

Conselho Escolar

Objetivos	Metas	Ações	Metas PPP/ODS/PDE	do Responsáveis	Cronograma
-----------	-------	-------	----------------------	-----------------	------------

Acompanhar e avaliar a execução do projeto político pedagógico da escola, propondo ajustes e melhorias quando necessários; fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros destinados à escola, zelando pela transparência e pela prestação de contas; Defender os interesses e os direitos da escola perante os órgãos públicos e a sociedade civil.	Participar 100% de todas as ações da escola em todos os âmbitos	Criar um comitê de avaliação do projeto político pedagógico para monitorar sua implementação e propor ajustes conforme necessário. Estabelecer um sistema de prestação de contas financeiras que seja acessível e compreensível para todos os membros da comunidade escolar.	Educação de Excelência - Garantir o direito às aprendizagens, em condições adequadas e com equidade.	Conselho Escolar Gestores da escola Professores Comunidade Escolar	Ao longo do ano letivo
---	---	--	--	---	------------------------

Tabela 17 – Plano de Ação para Coordenação Pedagógica

Coordenação Pedagógica				
Ações/Demandas	Objetivos	Objetivos Específicos	Cronograma	Profissionais envolvidos

Preparar atividades próprias da coordenação	Auxiliar os professores na elaboração de material pedagógico. Auxiliar os professores na formatação e impressão das avaliações. Atualizar, sempre que necessário, os quadros de avisos para os professores.	Consulta espaço coordenação na plataforma moodle para as demandas dos professores.	Semanal, ao longo do ano letivo	Equipe de professores, coordenadores e supervisora pedagógica
---	---	--	---------------------------------	---

Reuniões Pedagógicas

	Conduzir em conjunto com a equipe gestora a reunião coletiva semanal. Conduzir as reuniões pedagógica por áreas, assim como as coordenações individuais			
Organização e condução das reuniões pedagógicas com os professores	Orientar o corpo docente sobre como gravar aulas/vídeos próprios; Inscrição da IE CEJAEP na OBMEP- 2ª participação da UE no evento. Participação de professores e estudantes. Atividades comemorativas propostas no Calendário Oficial da Secretaria de Educação.	As ações são realizadas nas reuniões pedagógicas e na sala dos Professores	Semanalmente	Equipe de professores, coordenadores e supervisora pedagógica.

Formação continuada

Encontros, seminários,	Aperfeiçoar o pedagógico.	Cursos livres na trabalho EAPE ou	Ao longo do ano	coordenadores e supervisora
------------------------	---------------------------	-----------------------------------	-----------------	-----------------------------

lives, palestra Incentivar os professores afazerem pela SEEDF. sobre temas continuada.	instituições credenciadas conversa a formação	letivo e rodas de	pedagógica.
relacionados formação pedagógica. Curso Profs EJA- Program de Formação Continuada e em Serviço da Educação de Jovens e Adultos- ProfsEJA			

Reunião com a Gestão Escolar

Reunião para esclarecimentos e avaliação de atividades realizadas no espaço escolar.	Atualizar as equipes e a gestão sobre as principais demandas e ações a serem desenvolvidas semanalmente, principalmente durante a reunião de Coordenação Pedagógica Coletiva.	Participação e Colaboração nas atividades pedagógicas da escola.	Semanal	Direção, Supervisão e Coordenação Pedagógica.
--	---	--	---------	---

Tabela 18 – Quadro de Ações Pedagógicas – 1º, 2º, 3º e 4º Módulos de 2025

		PLANO DE AÇÃO – 1º e 2º MÓDULOS 2025 De 10/02 a 10/07/2025	
Supervisão / Coordenação Pedagógica		META Realizar pelo menos 50% das ações previstas neste quadro até o encerramento do 2º módulo de 2025. <i>As ações serão realizadas dentro da carga horária do(a) professor(a), dedicada às atividades docentes.</i>	
Educação de Jovens e Adultos - EJA			

Nº Ação	O que fazer?	Por que fazer?	Como fazer?	Módulo/ Prazo	Metas/ Objetivos
---------	--------------	----------------	-------------	---------------	------------------

1	Discutir o Projeto Político Pedagógico	Importância de se realizar as avaliações e discussões a partir da	Estruturar o processo de reelaboração do PPP e proporcionar	Durante o período do 1º Módulo.	Elaborar uma minuta de PPP já com os pontos principais a serem
---	--	---	---	---------------------------------	--

Nº Ação	O que fazer?	Por que fazer?	Como fazer?	Módulo/ Prazo	Metas/ Objetivos
		semana pedagógica para que as adequações do PPP sejam implementadas o mais rápido possível.	discussões em CPC's.		adequados.

Obs 1

2	Análise de dados: matrículas e resultados do AVA e final constantes das atas de escrituração escolar.	Importância de se ter uma visão geral (toda a escola) e específica (cada docente) quantitativa sobre os resultados.	Mostrar e avaliar gráficos com as informações importantes da escola extraídas dos dados em CPC. Organizar reuniões com cada docente para realizar a mesma avaliação especificamente com os dados de seu componente curricular.	Durante o período do 1º Módulo.	Subsidiar discussões que venham a fomentar análises qualitativas dos resultados.
---	---	---	--	---------------------------------	--

Obs 2

3	Elaborar novas provas presenciais Final e de Recuperação.	O processo de ensinoaprendizagem é um processo dinâmico que exige renovação permanente dos conteúdos, materiais, recursos, atividades e provas.	As novas provas serão elaboradas pelo menos a cada 2 módulos. Os componentes curriculares serão distribuídos em 2 grupos que se alternarão a cada módulo para efetivação da ação.	Ao longo do processo (contínua)	Renovar pelo menos 50% das questões a cada nova prova.
Obs 3	<i>Recomendações pedagógicas para elaboração de questões avaliativas; Organização e logística de aplicação das provas - PRESENCIAL</i>				
4	Criar novas questões avaliativas a fim de incrementar o banco de questões do AVA, que	Para que as atividades avaliativas no AVA atendam minimamente os objetivos para as aprendizagens	Pesquisar os documentos sobre avaliação na EJA e elaborar novas questões, tendo como base o conteúdo das	Ao longo do processo (contínua)	Pelo menos 2 questões por Etapa por Módulo.

Nº Ação	O que fazer?	Por que fazer?	Como fazer?	Módulo/ Prazo	Metas/ Objetivos
	também poderão servir como questões para as provas Final e de Recuperação.	definidos nas diretrizes de avaliação da EJA, é necessário que o banco de questões seja bastante robusto, isto é, que possua quantidade de questões diversificadas suficiente para serem randomizadas.	unidades do componente curricular. Elaborar questões variadas utilizando os recursos do Moodle de elaboração de atividades avaliativas. Questões objetivas e dissertativas. Questões de múltipla escolha baseadas em teorias atuais de elaboração de itens.		

Obs 4					
5	Adequar as Unidades de acordo com a nova Matriz Curricular da EJA/EaD, observando os conteúdos e objetivos propostos no Currículo em Movimento.	Os cursos não foram atualizados após a mudança da nova matriz e, assim, deve-se aproveitar para revisar o material didático, atendendo ao modelo institucional.	Revisar os conteúdos de acordo com o Currículo em Movimento e com o desenho institucional, reorganizando as unidades conforme as novas cargas horárias dos componentes curriculares.	Até o final do 1º semestre letivo.	75% das unidades elaboradas já no formato Livro.
Obs 5 <i>Consultar o Manual do Professor/Autor CEJAEP 2021 disponível na Biblioteca CEJAEP EaD em Coordenação - AVISOS EJA</i>					
6	Transformar os materiais que estão em PDF para o formato "Livro".	O formato "Livro" proporciona melhor acessibilidade e visualização dos conteúdos, em especial quando o acesso é feito por meio de celular.	Utilizar o recurso "Livro" do moodle e transformar o conteúdo que está disponível em PDF para este formato, sempre adequando os conteúdos com base no Currículo em Movimento e no modelo institucional. Essa ação pode ser feita	Até o final do 1º semestre letivo.	75% das unidades revisadas e transformadas para o formato Livro.

Nº Ação	O que fazer?	Por que fazer?	Como fazer?	Módulo/ Prazo	Metas/ Objetivos
			segundo as orientações do tutorial do moodle, que está disponível na plataforma, em Coordenação.		

Obs 6	<i>Consultar o Manual do Professor/Autor CEJAEP 2021 e outros documentos para a relação correta entre carga horária / nº de unidades por etapa / nº de páginas / quantidade de atividades avaliativas</i>				
7	Revisar as Atividades Avaliativas do AVA e fazer as adequações necessárias em relação à complexidade, grau de dificuldade e compatibilidade com o conteúdo.	Assim como alguns conteúdos, as atividades avaliativas também estão desatualizadas. As atividades precisam corresponder ao grau de complexidade de cada etapa e estar coerentes com o conteúdo abordado no texto.	Responder às atividades como sendo o próprio estudante, como forma de identificar as dificuldades e os problemas que os alunos enfrentam na realização das atividades para atualizá-las seguindo o modelo que vem sendo utilizado nas avaliações aplicadas aos estudantes da EJA em nível local e nacional (ver modelos ENCCEJA).	Deve acompanhar os módulos/prazos das ações 3 e 4.	A cada unidade atualizada, revisar as atividades também.
Obs 7					
8	Elaboração de questões operativas utilizando situações problemas.	Aprimoramento na elaboração de questões operativas que busquem associar o conhecimento formal às situações problemas.	Formação e estudo de teorias, como a Teoria de Resposta ao Item (TRI), que auxiliem o referido aprimoramento.	Durante as CPC's.	Pelo menos 1 questão operativa baseado em TRI ou outra teoria até o final do semestre.
Obs 8					
9	Oficinas: utilização do recurso Livro do Moodle (se novamente necessário),	A necessidade de se transformar as unidades em Livro no AVA, a possibilidade de viabilizar a	Utilizar os espaços da escola, principalmente as salas de trabalho e/ou o laboratório de	Durante as CPC's.	Saber utilizar todas as ferramentas importantes, em especial, o recurso Livro e o Canva.
Nº Ação	O que fazer?	Por que fazer?	Como fazer?	Módulo/ Prazo	Metas/ Objetivos

	Canva e outros temas.	realização e edição de videoaulas e podcasts, além do aprendizado e utilização de outros recursos importantes da plataforma moodle e em EaD.	informática com seus computadores para ministrar as oficinas.		
Obs 9					
10	Vídeos, podcasts e/ou outros recursos educacionais a fim de expandir as estratégias para a aprendizagem dos(as) estudantes.	Na modalidade EaD as videoaulas, por exemplo, tem se mostrado uma importante ferramenta de interação e aprendizagem, porque tornam o AVA mais dinâmico e interessante para o(a) estudante.	Utilizar aparelhos e/ou ferramentas tecnológicas de produção e edição dos vídeos, podcasts, etc. Os recursos podem ser gravados (editados) e depois enviados para a direção para serem enviados para o canal no youtube da escola e incluídos na plataforma. Vários sites na internet ensinam a utilizar ferramentas na educação.	Ao longo do processo (contínua)	Dinamizar e personalizar, dentro do possível, os conteúdos disponibilizados nas Unidades.
Obs 10	As coordenações pedagógicas locais serão também o espaço para o Curso Profs EJA- Programa de Formação Continuada e em Serviço da Educação de Jovens e Adultos- ProfsEJA				

15.9 PROJETOS ESPECÍFICOS DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

- I. Projeto Computador Solidário;
- II. Projeto Cultura pela PAZ;

- III. Projeto em parceria com a Universidade de Brasília – UnB – Projeto Acesso à rede de Saúde aos estudantes residentes em regiões periféricas.

15.10 PROJETO COMPUTADOR SOLIDÁRIO

15.10.1 Introdução e Critérios de Participação

Tendo em vista que o objetivo central deste projeto é doar equipamentos eletrônicos a estudantes do CEJAEP é necessário delimitar quais alunos poderão ser beneficiados por essa campanha. Uma vez que a ideia desse projeto não é fornecer equipamentos eletrônicos a todos os alunos da escola, mas, sim a uma parcela que não possua tais recursos físicos e que não tenham condições financeiras de adquiri-los.

Sendo assim, o aluno que desejar se candidatar ao projeto deverá atender alguns dos critérios estabelecidos. Sendo que tais critérios não precisam ser cumulativos.

1º - Comprovar ser membro de família considerada de baixa renda. Sendo considerada família de baixa renda, segundo o Decreto nº 6.135/2007, art. 4º:

- Família: a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio.
- Família de baixa renda: sem prejuízo do disposto no inciso I: aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo; ou a que possua renda familiar mensal de até três salários-mínimos;

E para formalizar essa definição o Decreto nº 6.135/2007 estabelece o Cadastro Único, e de acordo a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) “o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda”.

2º - Comprovar estar desempregado e que não tem mais um equipamento eletrônico, que permita a realização das atividades do curso. Sendo que a justificativa será submetida a análise.

3º - Comprovar, mediante boletim de ocorrência, ter sido vítima de roubo ou furto de seu equipamento eletrônico. E explicar sua ausência de recursos financeiros para adquirir outro. Sendo que a justificativa será submetida a análise.

15.10.2 Justificativa

Esse projeto tem o intuito de arrecadar e doar computadores para alunos do EJA e da Educação Profissional da Escola CEJAEP que estejam sem meios tecnológicos para acessar os instrumentos digitais e material didático necessário para atingir e finalizar os cursos propostos pela Escola CEJAEP visto que a Educação proposta é o ensino à distância, sendo necessário para isso o acesso a computador ou laptop para que a educação à distância seja realizada.

15.10.3 Objetivos do Projeto

15.10.3.1 Geral

- Receber computadores para doação a jovens e adultos da SEDF estudantes do CEJAEP.

15.10.3.2 Específicos

- Oferecer oportunidade aos alunos de utilizar os recursos da Informática para aprimorar conhecimento e realizar as atividades propostas no ensino à distância. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO Requisitos de Acesso

- Sem restrição de Idade;
- Estar matriculado na escola;
- Disponibilidade de horário.

Forma de Acesso;

- Questionário da escola;

15.10.3.3 Perfil dos Estudantes

- Alunos regularmente matriculados no CEJAEP

15.10.3.4 Premissas e Restrições

- 1 Estar regularmente matriculado no CEJAEP.
- 2 Ter disponibilidade para realizar o curso.
- 3 Faltar recurso tecnológico (computadores) para o projeto.
- 4 Estar matriculado no CEJAEP nos cursos e estarem aptos de acordo com os critérios estabelecidos.

15.10.3.5 Competências do Aluno

Os contemplados deverão apresentar necessidade de possuir um computador e não obter os recursos necessários para compra. Os contemplados deverão assinar os termos de recebimento de DOAÇÃO VOLUNTÁRIA.



Foto 4 – Profª Adriana Reis, entregando um computador para a estudante contemplada.

15.10.4 Projeto Cultura pela PAZ

O CEJAEP é signatário do projeto **Cultura pela PAZ** implementado pela SEEDF no ano de 2022. Este projeto tem por finalidade fomentar na juventude a vontade de resolver desafios públicos. Entre as ações programadas estão: a apresentação sobre o Caderno de Convivência Escolar, busca escolar ativa, semana da saúde mental, clubes de interesse e mural de oportunidades. Ressaltando as normas de convivência no ambiente virtual, o combate ao Cyberbullying e ao assédio virtual.

Projeto em parceria com a Universidade de Brasília – UnB – Projeto Acesso à rede de Saúde aos estudantes residentes em regiões periféricas. Este projeto tem o acompanhamento da Faculdade de Saúde da UnB, são Rodas de Conversa com os estudantes da EJA, uma escuta ativa e sensível sobre o acesso a rede de saúde nas regiões onde os estudantes residem. As datas das rodas de conversas são divulgadas na plataforma e as rodas acontecem via webconferência.



Figura 43– Banner disponibilizado na Plataforma do CEJAEP EaD

REFERÊNCIAS

ABED – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. *CensoEAD.BR 2023/2024*: Disponível em: <https://www.abed.org.br/site/publicacoes/2362/censoead.br---2023/2024> . Acesso em 01 jun. 2025.

ARETIO, L. G. *Indicadores para la evaluación de la enseñanza en una universidad a distancia*. Madri: Ried, 1996. Disponível em: <http://revistas.uned.es/index.php/ried/article/view/2123/1996>. Acesso em: 01 jun. 2025.

ARROYO, Miguel. **Fracasso-Sucesso: O Peso da Cultura Escolar e do**

Ordenamento da Educação Básica. Disponível

em:<http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2145>>.

Acesso em: 10 mar 2023.

AZEVEDO, Adriana; SATHLER, Luciano. **Avaliação Institucional – relevância e usos na EaD.**

Disponível em:

<<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008124132PM.pdf>>. Acesso em:

15 mai. 2011.

BARANAUSKAS, Maria Cecília Calani, VALENTE, José Armando. **Tecnologia, Sociedades e Conhecimento.** Campinas, v. 3, n. 1, 2015, pp.01-06.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso

em: 12 dez. 2016.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 01 julho 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em 12 nov. 2016.

_____. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394/96.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 01.

Brasília: MEC/CNE/CEB, 5 de julho de 2000.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 11.

Brasília: MEC/CNE/CEB, 10 de maio de 2000.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 41. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na Etapa do Ensino Médio. Brasília:

MEC/CNE/CEB, 2 de dezembro de 2002.

_____. Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8268.htm#art1)

2014/2014/Decreto/D8268.htm#art1. Acesso em 01 jun. 2025.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 03, de 15 de junho de 2010. Brasília:

MEC/CNE/CEB, 15 de junho de 2010.

_____. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em:<

<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-planonacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em 01 jun. 2025.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012, Brasília: MEC/CNE/CEB, 20 de setembro de 2012.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 1, de 2 de fevereiro de 2016. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2 de fevereiro de 2016.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Brasília: MEC/CNE/CEB, 13 de julho de 2010.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 15 de dezembro de 2020. Dispõe sobre o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília: MEC/CNE/CEB, 15 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3391/resolucao-cne-ceb-n-2>. Acesso em 01 de jun. 2025.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. [Resolução CNE/CP nº 2, de 4 de abril de 2024](https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-4-de-abril-de2024-552526317). Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-4-de-abril-de2024-552526317>. Acesso em 01 de jun. 2025

CAPANEMA, Clélia de Freitas. Gênese das mudanças nas políticas públicas e na gestão da educação básica. OLIVEIRA, João Ferreira de. BITTAR, Mariluce. (Orgs.). **Gestão e Políticas da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A/ANPAE/Lamparina Editora, 2004.

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – Parecer N° 24/2021.

Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1BrkN34K4_70U2maSGU65uP70VtRQeG_YO>. Acesso em 15 maio 2021.

_____. Resolução nº 1/ 2019 de 28 de maio de 2019. Brasília: GDF/CEDF, 2019.

_____. Resolução nº 01/2022 – CEDF de 02 de agosto de 2022. Brasília: GDF/CEDF, 2022.

_____. Resolução nº 01/2023 – CEDF de 21 de novembro de 2023. Brasília: GDF/CEDF, 2023.

_____. Resolução nº 02/2023 – CEDF de 12 de dezembro de 2023. Brasília: GDF/CEDF, 2023.

_____. Resolução nº 03/2023 – CEDF de 19 de dezembro de 2023. Brasília: GDF/CEDF, 2023.

CORRÊA, Juliane (org). **Educação a Distância: orientações metodológicas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COSTA, Sandra Regina Santana. **Trajetória Profissional de Professoras do Ensino**

Médio: sentidos e usos de tecnologias digitais na sala de aula. 2016. Tese. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Saúde – Departamento de Psicologia. Universidade de Brasília-DF. 2016.

DELORS, Jacques. (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.** São Paulo: UNESCO/ASA/Cortez, 1997.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa.** Campinas: Autores Associados, 2000.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal 2009/2013. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.lefgeb.fe.ufrj.br/wpcontent/uploads/2013/02/OrientacoesCurriculares_DF.pdf>. Acesso em 12 nov. 2016.

_____. Lei nº 1.619; de 22 de agosto de 1997. Cria a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE. Disponível em: http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id_norma_consolidado=49577. Acesso em 10 nov. 2016.

_____. Lei Nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal. Brasília, 2012.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Formação de formadores de professores de educação de jovens e adultos. Brasília: GDF/SEEDF/EAPE, 2000.

_____. Plano Estratégico Distrito Federal 2019-2060 - Edição Revisada 2023. Disponível em: https://planoestrategico.df.gov.br/documentos/BOOK_PLANO_ESTRATEGICO_DF.pdf. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos 2020. Disponível em: <[diretrizes_eja_v5.pdf](#) (educacao.df.gov.br).pdf>. Acesso em: 01 maio 2021.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Subsecretaria de Educação Pública do Distrito Federal. Currículo da educação básica das escolas públicas do Distrito Federal – ensino médio. Brasília: SEEDF/SUBEP, 2002.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Currículo em Movimento da Educação Básica. Educação de Jovens e Adultos. Caderno 6. Brasília: SEEDF, 2014a.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal Diretrizes da Avaliação Educacional: Aprendizagem, institucional e em larga escala. Brasília: SEEDF, 2014 - 2016

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Currículo em Movimento da Educação Básica. Educação Profissional e a distância. Caderno 5.

Brasília: SEEDF, 2014b.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 1ª Ed – Brasília, 2018.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Subsecretaria de Educação Básica. Transição Escolar: trajetórias na educação básica no Distrito Federal / Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Subsecretaria de Educação Básica / Brasília, DF : Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023. 94 p.

FARIA, Ângela Maria dos Santos; LIMA, Denise Maria Soares. Ontogenia de um projeto inovador para a educação de jovens e adultos a distância. **Revista da FAEEBA**, Salvador, v. 24, n. 44, p. 211-219, jul./dez. 2015. Disponível em:

<<http://www.revistas.uneb.br/>>. Acesso em 12 nov. 2016.

FARIAS, Giovanni. **O que é educação a distância?** JC OnLine. São Paulo: 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.**

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONZALEZ, Mathias. **Fundamentos da Tutoria em Educação a Distância.** São Paulo: Avercamp, 2005.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem.** São Paulo: Ática, 1997.

LAJONQUIÈRE, Leandro de. **Piaget: Notas Para Uma Teoria Construtivista Da Inteligência.**

Departamento de Filosofia e Ciências da Educação. Faculdade de Educação – USP, São Paulo, 1997. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/pusp/a/vJZbhZM4fJW4Mk7vVGL6C9k/?lang=pt>>.

Acesso em: 28 mar. 2023.

KENSKI, Vani Moreira. O redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente. **Revista Brasileira de Educação**, Mai/Jun/Jul/Ago

1998 n.º 8, pp. 58-71 Disponível em:

<http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE08/RBDE08_07_VA

NI_MOREIRA_KENSKI.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016

_____. Aprendizagem mediada pela tecnologia. **Revista Diálogo Educacional**, v.4, n.10, 2003.

Disponível em: <[http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?](http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=786&dd99=view&dd98=pb)

dd1=786&dd99=view&dd98=pb>. Acesso em: 12 dez. 2016

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.**

Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LONGO, Carlos Roberto Juliano. A EaD na pós-graduação In: LITTO, Frederico; FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância: o estado da arte.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, pp. 215-221.

MACHADO, Maria Margarida. Formação de Professores para a EJA. Uma Perspectiva de Mudança. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 2 nº 2-3, jan/dez 2008. Disponível em <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 10 março 2023.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá**. Campinas-SP: Papirus, 2007.

_____. Gestão inovadora com tecnologias. In: **Formação de gestores escolares para utilização de tecnologias de informação e comunicação**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

_____. Modelos educacionais e comunidades de aprendizagem. In: **Educação a Distância: Pontos e Contrapontos**. São Paulo: SUMMUS Editorial, 2000. PIVA JÚNIOR, Dilermando. **Sala de aula digital: uma introdução à cultura digital para educadores**. São Paulo: Saraiva.

NIELSEN, Jakob; LORANGER, Hoa. **Usabilidade na Web: Projetando Websites com Qualidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

PETERS, O. **A educação a distância em transição**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

RIBEIRO, Lucie Carrilho. **Avaliação da Aprendizagem**. Portugal: Texto Editora, 1994.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: veredas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. Petrópolis: Vozes, 1995.

UMEKAWA, Elienay Eiko Rodrigues. **Preditores de fatores relacionados à evasão e à persistência discente em ações educacionais a distância**. Mestrado. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-23032014115420/pt-br.php> Acesso em 15 março 2023.

SILVA, K. C.; CARVALHO, O. F. Trabalho e Projeto de Vida: competência para a quarta revolução industrial. **Revista Com Censo**, v. 6, n.4, p.10-17. 2019.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.